JOSARLETE MAGALHÃES SOARES

CAPITALISMO, URBANIZAÇÃO E CAMPESINATO:

transformações socioespaciais nos municípios de Brás Pires e Viçosa (Minas Gerais) na segunda metade do século XX

Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Planejamento Urbano e Regional.

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Fania Fridman

Rio de Janeiro

2018

CIP - Catalogação na Publicação

S676c

Soares, Josarlete Magalhães
Capitalismo, urbanização e campesinato : transformações socioespaciais nos municípios de Brás Pires e Viçosa (MG) na segunda metade do século XX / Josarlete Magalhães Soares. -- Rio de Janeiro, 2018.
189 f.

Orientadora: Fania Fridman.
Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, 2018.

1. Urbanização - Brasil - Século XX. 2. Urbanização - Brás Pires (MG) - Século XX. 3. Urbanização - Viçosa (MG) - Século XX. 4. Capitalismo. 5. Campesinato. I. Fridman, Fania, orient. II. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

JOSARLETE MAGALHÃES SOARES

CAPITALISMO, URBANIZAÇÃO E CAMPESINATO:

transformações socioespaciais nos municípios de Brás Pires e Viçosa (Minas Gerais) na segunda metade do século XX

Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Planejamento Urbano e Regional.

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Fania Fridman

Aprovada em:____ /____ /_____

BANCA EXAMINADORA:

_____

Prof. Dra. Fania Fridman
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - UFRJ

_____

Prof. Dr. Carlos Antônio Brandão
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - UFRJ

_____

Prof. Dr. Geraldo Browne Ribeiro Filho
Universidade Federal de Viçosa - UFV

_____

Prof. Dr. Valter Luiz de Macedo
Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

_____

Prof. Dra. Cristina Pessanha Mary
Universidade Federal Fluminense - UFF

À memória dos meus queridos e saudosos avós, Maria Lotte e Cícero,
os camponeses que inspiraram a elaboração deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Embora seja uma tarefa solitária, a execução de uma pesquisa de doutorado e seu desdobramento no texto da tese envolve direta e indiretamente a participação de diversas instituições e pessoas, algumas no apoio e outras fornecendo conteúdo ao documento que ora apresentamos. Desse modo, seguem aqui algumas palavras de agradecimento às muitas contribuições que recebemos ao longo desses últimos quatro anos.

Agradeço, primeiramente, à Universidade Federal de Viçosa pela concessão da licença que me permitiu dedicação plena à realização desta pesquisa.

Ao Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, agradeço pela acolhida enquanto estudante de doutorado, pelos profícuos debates realizados nas disciplinas obrigatórias e optativas e pelo apoio no desenvolvimento da tese.

À professora Fania Fridman, obrigada por acreditar na minha proposta de pesquisa e pela sutileza e precisão das sugestões que se tornaram grandes linhas de investigação neste trabalho.

Aos colegas do doutorado, valeu a amizade, as conversas sobre o curso e sobre a vida, o apoio como companheiros de caminhada.

Aos membros da banca de qualificação, professor Carlos Brandão e professora Fernanda Borges de Moraes, agradeço pelas cuidadosas observações que ajudaram a delinear a pesquisa e o texto que agora apresento.

Aos senhores e senhoras que me cederam gentilmente algumas horas de suas vidas para me contar sobre todo o resto delas, sou grata de forma muito especial. Suas lembranças são a razão de existir deste trabalho. Muito obrigada!

Aos meus pais, Arlete e José, obrigada por sempre apoiarem e incentivarem minha caminhada nos estudos. Agradeço também por terem possibilitado a minha infância e adolescência numa cidade pequena, convivendo no meio rural e junto aos resquícios da sociedade camponesa que outrora existiu no interior de Minas Gerais. Aos meus queridos irmãos, Tiago e Joarle, agradeço por manterem-se presentes mesmo na distância.

Ao meu companheiro Rodrigo, obrigada pelo carinho e confiança, pelas conversas ao longo desses quatro anos discutindo em primeira mão o conteúdo aqui exposto e sempre sugerindo possibilidades de abordá-lo.

À Heloísa e ao Paulo, agradeço por me proporcionarem momentos de descontração e descanso intelectual e também por me fazerem acreditar e agir na construção de um futuro melhor.

Agradeço, por fim, à Natureza, mãe de tudo e de todos, por me permitir estar aqui e poder atuar conscientemente sobre o mundo.

RESUMO

Este trabalho revisita um processo socioespacial de grande magnitude: a urbanização brasileira, tratando-a como a mais profunda e, principalmente, acelerada mudança na organização territorial de nossa população desde a chegada do colonizador europeu. Durante a segunda metade do século XX, grande parte da população brasileira irá passar de um modo de reprodução social ancorado no mundo rural e na economia de subsistência para um modo de reprodução social eminentemente urbano, fundamentado na economia de troca. Tal processo e as transformações dele decorrentes estão no centro da discussão empreendida ao longo deste trabalho. Tomando como universo empírico os municípios de Viçosa e Brás Pires, no interior do estado de Minas Gerais, interessa aqui averiguar o modo como suas populações rurais vivenciaram a urbanização em seus municípios e em suas vidas, como foram alteradas as tradicionais relações sociais de produção locais e foram adotadas as relações sociais de produção capitalistas. O foco de nossa discussão recai, então, na passagem de uma sociedade eminentemente camponesa à sociedade de mercado no contexto da urbanização brasileira. Tendo como referência entrevistas realizadas junto a idosos residentes nos dois municípios supracitados, nossa análise permitiu visualizar como o sistema capitalista tem transformado o modo como a sociedade humana organiza seu espaço de vida, conduzindo-a para uma organização social mais concentrada e apartada da natureza, que se materializa nas cidades, mas se impõe virtualmente a todos os lugares.

Palavras-chave: Urbanização brasileira. Campesinato. Capitalismo urbano-industrial. Brás Pires. Viçosa.

ABSTRACT

The present work focuses on Brazilian urbanization, an outstanding socio-spatial process, recognized as the deepest and most important, accelerated change in the territorial organization of our population since the arrival of the European colonizer. During the second half of the twentieth century, a large part of the Brazilian population moved from a mode of social reproduction anchored in the rural environment and a subsistence economy to an eminently urban mode of social reproduction based on the exchange economy. This process and the resulting transformations are at the core of the discussion undertaken throughout this work. Taking as empirical context the municipalities of Viçosa and Brás Pires in the interior of the state of Minas Gerais (Brazil), it is important to find out how these rural populations experienced urbanization in their municipalities and in their lives, how the local traditional social relations of production were changed and the capitalist social relations of production were adopted. Therefore, our discussion is mainly focused on the transition from an eminently peasant society to a market society in the context of Brazilian urbanization. Based on interviews conducted with elderly residents in the two municipalities mentioned above, our analysis allowed us to understand how the capitalist system has changed the way human society organizes its dwelling environment. Its social organization has become more concentrated and secluded from nature, which is evident in the cities, but imposed to all other places.

Keywords: Brazilian urbanization. Peasantry. Urban-industrial capitalism. Brás Pires. Viçosa.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - Região Sudeste e Zona da Mata com suas principais rodovias, limites microrregionais e municipais..... 31
FIGURA 2 - Vista da área central da cidade de Brás Pires..... 38
FIGURA 3 - Curvas de crescimento da população total, urbana e rural, Brás Pires-MG..... 43
FIGURA 4 - Pirâmides etárias 1960-2010, Brás Pires- MG..... 46
FIGURA 5 - Aspecto da cidade de Viçosa na atualidade..... 48
FIGURA 6 - Aspecto da cidade de Viçosa na atualidade..... 48
FIGURA 7 - Produto Interno Bruto por setores da economia, Viçosa-MG (2013)..... 49
FIGURA 8 - Curvas de crescimento da população total, urbana e rural, Viçosa-MG..... 51
FIGURA 9 - Pirâmides etárias 1960-2010, Viçosa-MG..... 54
FIGURA 10 - Lamparinas de querosene..... 63
FIGURA 11 - Candeia em ferro fundido..... 63
FIGURA 12 - Panela de ferro..... 65
FIGURA 13 - Panelas de pedra..... 65
FIGURA 14 - Árvore de coité com frutos..... 66
FIGURA 15 - Coité usado como vasilhame..... 66
FIGURA 16 - Forro de taquara, diferentes possibilidades de trançado do bambu..... 67
FIGURA 17 - Forro de taquara, diferentes possibilidades de trançado do bambu..... 67
FIGURA 18 - Brás Pires: vista aérea da cidade..... 88
FIGURA 19 - Brás Pires: vista aérea da cidade..... 88
FIGURA 20 - Viçosa, aspecto geral da cidade..... 90
FIGURA 21 - Viçosa, aspecto geral da cidade..... 90
FIGURA 22 - Evolução da mancha urbana da cidade de Viçosa..... 91
FIGURA 23 - Antigo Terminal Rodoviário da cidade de Viçosa (ao centro), onde hoje se encontra a Praça Mário Del Giudice (foto do início da década de 1960)..... 93
FIGURA 24 - Curva de crescimento da população brasileira (1872-2010).....112

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Percentual (%) do Produto Interno Bruto por setores da economia, Brás Pires-MG..... 38

TABELA 2 - Percentual da PEA por setores de atividade econômica, Brás Pires-MG.... 38

TABELA 3 - Número de empresas e outras organizações por seção da classificação de atividades, Brás Pires-MG (2013)..... 39

TABELA 4 - Grau de urbanização de 1950 a 2010, Brasil, Minas Gerais, Brás Pires e Viçosa..... 40

TABELA 5 - Bens duráveis existentes nos domicílios, Brás Pires e Viçosa (2010)..... 41

TABELA 6 - Serviços urbanos, Brás Pires e Viçosa (2013)..... 42

TABELA 7 - População total, urbana e rural, 1970 a 2010, Brás Pires-MG..... 43

TABELA 8 - Taxa média de crescimento anual da população residente (%)..... 43

TABELA 9 - Taxas de crescimento da população, segundo tamanho populacional, municípios de Minas Gerais por faixas de população, 1970-1980 / 1980-1991 / 1991-2000..... 44

TABELA 10 - Percentual da população total integrante da PEA, Brás Pires-MG..... 45

TABELA 11 - Padrão Fundiário, Brás Pires-MG..... 47

TABELA 12 - Padrão Fundiário, Viçosa-MG..... 49

TABELA 13 - Percentual da PEA por setores de atividade econômica, Viçosa-MG..... 50

TABELA 14 - População total, urbana e rural, 1970 a 2010, Viçosa-MG..... 51

TABELA 15 - Percentual de migrantes sobre a população total, Viçosa-MG..... 52

TABELA 16 - Percentual da população total integrante da PEA, Viçosa-MG..... 54

TABELA 17 - Produção e consumo de fertilizantes (N.P.K.) e frota de tratores na agricultura brasileira (1950-1980)..... 116

TABELA 18 - Estrutura Fundiária da Zona da Mata do Estado de Minas Gerais, 1975.....121

TABELA 19 - Percentual da população segundo nível de instrução escolar (anos de estudo)..... 137

TABELA 20 - Estimativa da migração rural-urbana líquida (em milhões), Brasil 1940-2000..... 148

TABELA 21 - Frota de veículos nos municípios de Brás Pires e Viçosa, em anos escolhidos conforme dados disponíveis..... 156

TABELA 22 - Número de homicídios no município de Viçosa, ano 2000 a 2016..... 167

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO..... 11
1.1 Problemática..... 15
1.2 Metodologia e fontes de pesquisa..... 22

2 OS MUNICÍPIOS DE BRÁS PIRES E VIÇOSA: BREVE EVOLUÇÃO HISTÓRICA E CARACTERIZAÇÃO NO INÍCIO DO SÉCULO XXI..... 30
2.1 Brás Pires e a urbanização nas pequenas cidades..... 36
2.2 Viçosa e um acelerado crescimento urbano..... 47

3 OS MUNICÍPIOS DE BRÁS PIRES E VIÇOSA NO MEADO DO SÉCULO XX: UMA SOCIEDADE CAMPONESA..... 58
3.1 O campesinato braspirense e viçosence: universo material..... 60
3.2 Valores morais..... 73
3.3 As cidades..... 87
3.4 O Modo de Produção Camponês..... 100

4 CAPITALISMO, URBANIZAÇÃO E MUDANÇAS SOCIOESPACIAIS..... 105
4.1 Estado e capitalismo urbano-industrial no Brasil..... 107
4.1.1 Estado e industrialização..... 108
4.1.2 Estado e modernização da agricultura..... 112
4.1.3 O Programa de Desenvolvimento Integrado da Zona da Mata de Minas Gerais..... 119
4.1.4 Estado e educação..... 130
4.2 Um olhar sobre o espaço..... 146
4.3 Mudanças sensíveis..... 159

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 170

REFERÊNCIAS..... 176

APÊNDICE..... 186

1 INTRODUÇÃO

Em pouco mais de uma geração a partir de meados deste século [século XX], o Brasil, um país predominantemente agrário, transformou-se em um país virtualmente urbanizado. Em 1950, tinha uma população de 33 milhões de camponeses – em crescimento –, com 19 milhões de habitantes nas cidades, ao passo que hoje tem a mesma população no 'campo' – agora diminuindo – e a população urbana sextuplicou para mais de 120 milhões. É claro que transformações quantitativas de tal magnitude implicam transformações qualitativas profundas. O país, se não está inteiramente 'urbanizado', tem seguramente caráter predominantemente urbano. As condições de produção nas áreas urbanas – nas 'cidades' – são agora as da virtual totalidade da economia, e as condições de vida nas aglomerações urbanas são as da maioria da população. [...]

A produção de uma compreensão/interpretação desse processo em sua especificidade só pode ser realizada endogenamente [...]. O que define uma agenda não desprezível, pois descrever, entender ou interpretar o processo de urbanização no Brasil implica, na verdade, descrever, entender, interpretar a natureza de sua própria sociedade.

DEÁK e SCHIFFER, 2004, p. 11 e 16

Este trabalho revisita um processo socioespacial de grande magnitude: a urbanização brasileira, tratando-a como a mais profunda e, principalmente, acelerada mudança na organização territorial de nossa população desde a chegada do colonizador europeu. A intensidade de tal processo já foi pontuada por diversos autores. Ao longo da segunda metade do século XX, experimentamos a inversão entre os percentuais de população rural e urbana no país: em 1950 apenas 36% da população brasileira era considerada urbana, hoje cerca de 84% dos brasileiros vivem em cidades (IBGE, Censos Demográficos de 1950 e 2010). Tal inversão foi caracterizada por significativas modificações no modo como nossa sociedade vivencia e organiza seu espaço social. São estas modificações que estão no centro da discussão aqui empreendida.

Em concordância com Juarez Brandão Lopes (1976, p. XVIII-XIX), o conceito de urbanização é utilizado neste trabalho para indicar tanto o simples fato de parcela crescente da população passar a viver em núcleos urbanos como também o aumento da influência do modo de vida urbano sobre populações não urbanas. Num sentido mais amplo, a urbanização é aqui entendida e interpretada como parte do processo de implantação e difusão do capitalismo urbano-industrial[1] no Brasil. Na concepção de diversos autores (LOPES, 1976; OLIVEN, 1984; SANTOS, 1993; SINGER, 2002; SPOSITO, 2012; entre outros), a urbanização brasileira vincula-se à expansão de um modelo urbano ocidental (europeu e norte-americano), no qual as cidades se estruturaram enquanto suporte para o desenvolvimento do modo de produção capitalista. Nesta perspectiva, a aceleração da urbanização a partir de meados do século XX e sua íntima vinculação ao crescimento de nosso parque industrial marcou uma nova fase do desenvolvimento do capitalismo brasileiro, correspondendo mesmo à sua consolidação no território nacional.

Conforme apontado por Milton Santos (1993, p. 24-27), dois grandes regimes da urbanização podem ser identificados no país: um anterior e outro posterior às décadas de 1940-50. Até o início do século XX, sob uma base econômica agrícola, as cidades tinham as funções administrativas como preponderantes. Nos séculos precedentes, o território brasileiro havia sido constituído por subespaços que evoluíram segundo lógicas próprias, ditadas mais pela relação desses subespaços com o exterior do que pelos vínculos existentes entre eles. Esse quadro sofre pequena mudança na segunda metade do Oitocentos, com a expansão da lavoura cafeeira para exportação. O estado de São Paulo passa a ser o polo dinâmico da porção sul do país, viabilizando – mediante a implantação das ferrovias, a melhoria dos portos e a criação de meios de comunicação – o início de

[1] Segundo Lopes (1976, p. XVIII), a sociedade capitalista urbano-industrial corresponde a “uma sociedade em que entre todas as suas partes existe íntima solidariedade, provocada por extensa e intrincada divisão social do trabalho, e na qual as metrópoles assumem funções de organização (...); saliente-se ainda que se trata de uma sociedade em que o modo de vida urbano extravasa das metrópoles e cidades para o campo”.

integração desta parcela do território nacional. Nosso primeiro surto de industrialização foi produto dessa dinâmica, que se estendeu até a década de 1930.

A partir desse momento, mudanças políticas advindas com o governo de Getúlio Vargas darão um novo impulso à industrialização, impactando diretamente a urbanização. Para Juarez Brandão Lopes (1976), embora a urbanização e a industrialização possam ser tratadas como processos distintos, quando se tem em foco a análise da sociedade capitalista em seu conjunto, a partir do século XIX elas passam a ser parte de um único processo concreto. Isso porque a industrialização não se restringe à criação de atividades industriais nos lugares. Ela é um processo social complexo, que inclui a formação de um mercado nacional, com criação de infraestrutura no território para tornar esse mercado integrado, e a expansão do consumo, fatores que desencadeiam diversas relações (SANTOS, 1993, p. 27). No caso brasileiro, o crescimento de um grande número de cidades ocorreu de forma independente do aparecimento de indústrias[2], o que não significou descompasso entre industrialização e urbanização e sim mais uma particularidade relativa à constituição do sistema industrial nacional e de nossa sociedade capitalista urbano-industrial.

A década de 1930 aparece, assim, como um marco, momento em que o Estado brasileiro iniciou sua atuação mais efetiva em favor da industrialização do país. Transformações econômicas internacionais e nacionais contribuíram para acelerar o processo de substituição de importações, aumentar os efetivos de força de trabalho operária, expandir a rede rodoferroviária, principalmente em São Paulo, e unificar o mercado interno. A industrialização tornou-se multissetorial, com a implantação da indústria de bens consumo correntes, da indústria de bens de capital e das grandes infraestruturas em transporte e energia elétrica. Em princípio de caráter nacionalista, a industrialização será ainda intensificada após a Segunda Guerra Mundial, principalmente durante o governo de Juscelino Kubistchek, num contexto de expansão das empresas multinacionais com sede nos países do capitalismo central.

Desse modo, os anos de 1940-50 vão inaugurar o segundo período da urbanização brasileira, quando os aspectos econômicos irão suplantar a preponderância das funções administrativas urbanas e nossas cidades conhecerão um vertiginoso crescimento. Esse

[2] Segundo Francisco de Oliveira (1982), a inexistência de uma divisão social do trabalho no interior das unidades agrícolas, ou seja, a inexistência de unidades camponesas manufatureiras que apoiassem o processo de implantação das indústrias no território brasileiro constitui-se como principal razão para que a industrialização no Brasil tenha gerado taxas de urbanização muito acima do crescimento da força de trabalho empregada na indústria. De outro lado, a industrialização exigia uma série de requerimentos que as nossas cidades também não possuíam. Desse modo, no início as indústrias tiveram que conter dentro de si uma divisão social do trabalho que incluía atividades de apoio à produção e comercialização do produto final, muito mais complexa do que aquela que seria necessária devido ao exclusivo processo fabril, o que propiciou a dinamização da economia urbana como um todo. Além disso, a constituição de uma classe média vinculada ao capital industrial, gerando uma diversidade de demandas de comércio e serviços, também se apresenta como fator potencializador da urbanização em taxas superiores ao crescimento da indústria.

período foi marcado pelo intenso fluxo migratório no sentido campo-cidade, potencializado pelo forte incremento populacional que caracterizou o início da transição demográfica brasileira – momento em que a redução nas taxas de mortalidade, resultante de melhoramentos sanitários, foi acompanhada pela manutenção de altas taxas de natalidade (SANTOS, 1993; MARTINE e McGRANAHAN, 2010; MATOS, 2012; BRITO e PINHO, 2012). As cidades vão absorver um grande contingente populacional que até a década de 1970 se concentra nos maiores centros urbanos. O fenômeno da metropolização alcançou intensidade no decênio entre 1970 e 1980, com destaque para a atração exercida por São Paulo, metrópole com o maior parque industrial do país.

A continuidade do processo de urbanização da sociedade brasileira tem ganhado maior complexidade nas últimas décadas. Segundo a interpretação de diversos estudiosos[3], as mudanças e adaptações do sistema econômico em nível mundial, vinculadas à reestruturação e diversificação produtiva, acumulação flexível e revolução informacional, têm provocado alterações no papel das cidades. “Cidades pequenas e de porte médio passaram a constituir uma importante fatia do dinamismo regional; mudaram a direção e o sentido dos fluxos migratórios” (BAENINGER, 1998, p. 729). O momento atual aponta para uma diminuição no ritmo de crescimento das metrópoles, crescimento mais acentuado das cidades médias e interiorização da população urbana. Embora exista um reforço de concentração das sedes das empresas e dos centros administrativos nas grandes cidades, também se torna perceptível uma dispersão espacial da produção e da população, com a consequente difusão da urbanização pelo território.

Como parte desse processo, importantes transformações vêm ocorrendo, tais como a homogeneização de determinados indicadores demográficos (grau de urbanização, taxa de mortalidade, taxa de fecundidade) e a diversificação dos fluxos migratórios no país, com aumento dos deslocamentos populacionais de caráter urbano-urbano e também os de caráter urbano-rural. Assim, “o Brasil urbano passou a ostentar um grande número de cidades articuladas em rede e a metropolização tornou-se a expressão máxima dessa urbanização, mas uma urbanização que se interiorizava” (MATOS, 2012, p. 16).

Nossa atenção será dirigida, então, a esse segundo momento da urbanização brasileira – a partir de meados do século XX –, quando ela se associa à industrialização impulsionada e conduzida pela ação do Estado.

[3] As pesquisas sobre as características gerais do processo de urbanização no Brasil ao longo dos séculos XX e XXI e sobre os movimentos de população a ele vinculados constituem um campo de estudo específico, que tem recebido contribuições de muitos autores. Apenas a título de iniciação nessa temática citamos os trabalhos de FARIA, 1991; SANTOS, 1993; BAENINGER, 1998; MATTOS e BAENINGER, 2001; LIMONAD, 2008.

1.1 Problemática

De acordo com Paul Singer (2002, p. 67), a pouca expressividade da urbanização brasileira até meados do século XX pode ser atribuída ao fato de que a maior parte da população vivia inserida numa economia de subsistência que produzia muito pouco de excedente capaz de dinamizar a vida urbana. Tal organização social e produtiva está relacionada ao modo como nossa economia colonial se constituiu, dadas as condições de expansão do capitalismo mercantil europeu no continente americano. Afora algumas regiões consideradas de economia mais dinâmica – aquelas que comercializavam certos produtos agrícolas diretamente com os mercados internacionais –, a grande maioria da população estava imersa nessa economia de subsistência. Segundo Braudel (1987, p. 18), também na Europa, até o século XVIII e mesmo depois, um enorme segmento populacional vinculado ao autoconsumo permanece quase inteiramente estranho à economia de troca.

Desse modo, a consolidação do modo de produção capitalista urbano-industrial no Brasil está relacionada ao enfraquecimento dessa economia "colonial" simultaneamente ao fortalecimento de uma economia de mercado (OLIVEN, 1984, p. 61), o que significou importantes alterações na vida das pessoas comuns. Conforme Polanyi (2000, p. 60-98), a regulação da economia pelo mercado representa a grande novidade da Era Moderna, pois as sociedades humanas até o feudalismo regulavam suas economias segundo outros princípios, tais como a reciprocidade, a redistribuição e a domesticidade. Esses mecanismos de regulação econômica sempre existiram nos diversos tipos de sociedades, sendo acessórios à organização social. Para Polanyi, a elevação do mercado a principal regulador da vida econômica representou uma mudança na própria motivação da ação por parte dos membros da sociedade: "a motivação do lucro passa a substituir a motivação da subsistência" (POLANYI, 2000, p. 60). Assim, as relações sociais, que no passado eram regidas prioritariamente por mecanismos que poderiam ser religiosos, políticos, familiares, afetivos, simbólicos, gradativamente passaram a ser regidas, boa parte delas, pelo mecanismo de mercado.

Um processo singular dentro do movimento de inflexão do sistema econômico a favor do mercado foi a Revolução Industrial. O sistema fabril, com suas máquinas "complicadas e dispendiosas", para tornar-se rentável e vantajoso economicamente criou a necessidade do fornecimento contínuo de todos os fatores de produção. Isto é, as máquinas só podem trabalhar sem prejuízo se, por um lado, a saída de mercadorias é garantida e, por outro, a produção não precisar ser interrompida, por exemplo, por falta das matérias-primas para alimentar essas mesmas máquinas. A solução encontrada foi a formação de mercados para os diversos fatores de produção, o que tornaria seu abastecimento contínuo mediante a compra. No entanto, o que o industrial...

> [...] compra são matérias-primas e trabalho – natureza e homem. Na verdade, a produção das máquinas numa sociedade comercial envolve uma transformação que é a da substância natural e humana da sociedade em mercadorias. [...] Obviamente, a desarticulação causada por tais engenhos deve desorganizar as relações humanas e ameaçar de aniquilamento o seu *habitat*. (POLANYI, 2000, p. 61)

Ainda segundo o autor, desarticulação social mais significativa ocorreu a partir da ampliação do mecanismo de mercado a três elementos fundamentais para o progresso industrial, denominados de "mercadorias fictícias"[4]: o trabalho, a terra e o dinheiro. Para o estudo que aqui se apresenta, merece atenção especial o modo como o trabalho humano se transformou em mercadoria[5]. Conforme o próprio autor,

> Dos três elementos um se destaca mais: trabalho (mão-de-obra) é o termo técnico usado para os seres humanos na medida em que não são empregadores mas empregados. Segue-se daí que a organização do trabalho mudaria simultaneamente com a organização do sistema de mercado. Entretanto, como a organização do trabalho é apenas um outro termo para as formas de vida do povo comum, isto significa que o desenvolvimento do sistema de mercado seria acompanhado de uma mudança na organização da própria sociedade. Seguindo esse raciocínio, a sociedade humana tornara-se um acessório do sistema econômico. (POLANYI, 2000, p. 97)

Embora Polanyi esteja tratando especificamente do contexto europeu, a difusão do capitalismo urbano-industrial no Brasil – com os processos correlatos de industrialização e urbanização – também se deu mediante forte desarticulação social, sobretudo de nossas populações rurais tradicionais. Aspecto importante dessa desarticulação foram as transformações que levaram à formação de nosso mercado de trabalho. A historiografia remonta esse processo ao século XIX, sendo o ano de 1850, com a criação da Lei de Terras[6], um marco importante do início dessas transformações. Contudo, embora a Lei de Terras tenha colocado na ilegalidade as ocupações por posseiros após a sua promulgação, dificultando a apropriação das terras agrícolas pelos mais pobres e escravos, esse efeito vai ser sentido com mais intensidade no século XX, com o aumento da população e a industrialização. A penetração das relações de produção e de trabalho capitalistas no campo se intensificou sobremaneira após a Segunda Guerra Mundial, com a consequente proletarização dos agricultores mais pobres. Antonio Cândido (1982), estudando comunidades de parceiros no interior do estado de São Paulo em princípios da década de 1950, apresenta uma análise singular sobre a transição entre a economia fechada de

---

[4] Mercadorias fictícias porque tais elementos não são, a princípio, mercadorias. Nenhum deles é produzido para venda, sendo transformados em mercadorias no contexto de expansão da economia e da sociedade de mercado. (ver POLANYI, 2000, p. 94)

[5] Embora chamemos a atenção para a formação do mercado de trabalho no Brasil, uma vez que acreditamos ser o entendimento desse processo fundamental para se entender a urbanização, é impossível dissociar os processos de mercantilização do trabalho e os de mercantilização da terra (dos recursos naturais de modo geral). Isso porque eles vão ocorrer de forma simultânea, ambos se reforçando mutuamente e contribuindo para a expansão do modo de produção capitalista.

[6] Promulgada em 18 de setembro de 1850, a Lei de Terras regulamentou a propriedade privada da terra no Brasil, determinando a compra como única forma de aquisição dessa propriedade. Instituiu, dessa maneira, o mercado de terras em solo brasileiro, impedindo o livre acesso às terras devolutas ainda em abundância no país (ver BOTELHO e REIS, 2001, p. 287).

subsistência que caracterizava essas comunidades caipiras e a economia capitalista em expansão. O autor discorre sobre os diversos desajustes e mesmo a degradação dos meios de vida desta população em face às mudanças socioeconômicas, principalmente aquelas relacionadas à penetração das relações de mercado nas comunidades.

No bojo desse processo, a industrialização *stricto sensu* se difunde pelo campo, com a mecanização agrícola e a introdução de insumos e técnicas de cultivo associadas à produção industrial. Isso irá afetar tanto a estrutura fundiária, com a consequente concentração da propriedade rural, como as relações de produção, diminuindo o número de pequenos proprietários, rendeiros e meeiros e aumentando o número de assalariados. Num outro extremo está a decadência e estagnação de certas áreas rurais que, por diversos motivos, não incorporaram ou incorporaram de forma deficiente as inovações. Tais áreas têm sido afetadas por uma maior fragmentação da propriedade fundiária, pelo empobrecimento do solo, pela falta de perspectivas e, consequentemente, pela emigração (CORRÊA, 2011, p. 9). Todos esses fatores irão liberar a população antes engajada na produção para autoconsumo, forçando sua participação no mercado de trabalho. A proletarização da população rural se dará, assim, tanto no próprio campo como nas áreas urbanas, com o expressivo aumento das migrações rural-urbanas.

Associado a tais fatores, outro processo que impeliu a sociedade brasileira a tornar-se cada vez mais urbana foi a crescente pressão demográfica que certas áreas rurais, mais densamente povoadas, experimentaram a partir da introdução de melhoramentos sanitários e da consequente queda nas taxas de mortalidade. Concomitantemente a isso, a difusão de valores e imagens urbanos através dos meios de comunicação de massa tornou crescente a atração que a cidade exercia sobre as populações rurais, que passaram a migrar na expectativa de melhores condições de vida e trabalho (OLIVEN, 1984, p. 67-72).

O amplo espectro de mudanças abarcadas pela urbanização envolve, assim, dimensões materiais, sociais, políticas e culturais, todas operando de forma indivisível com as questões espaciais. Diante desse contexto e considerando que o Brasil tem se urbanizado à custa do declínio de suas sociedades rurais tradicionais, interessa neste trabalho averiguar o modo como tal processo ocorreu num contexto socioespacial específico, bastante característico do Brasil, tanto no presente como no passado. Interessa trazer à tona o modo como as populações rurais tradicionais[7] dos municípios de Viçosa e Brás Pires, no interior do estado de Minas Gerais (vide FIG. 1, p. 31), vivenciaram a

[7] Neste estudo chamamos de população rural tradicional (ou sociedade rural tradicional) os indivíduos e as famílias que, residindo no meio rural, tiravam da terra e dos recursos naturais imediatamente disponíveis quase tudo aquilo necessários à sua sobrevivência e reprodução. Praticavam, desse modo, uma agricultura em que predominava o cultivo para subsistência. Tal definição coincide com o conceito de camponês adotado pela moderna Sociologia Rural: o pequeno agricultor que, possuidor de certa autonomia de produção, a orienta para a própria subsistência e de sua família (ver QUEIROZ, 1976). Voltaremos a esses aspectos no Capítulo 3.

urbanização em seus municípios e em suas vidas, quais as principais mudanças sentidas e como essa população foi conduzida e se conduziu em meio às transformações.

Assim como a maior parte do Brasil, o contexto ao qual nos debruçamos vem passando, ao longo das últimas décadas, de um modo de reprodução social ancorado no mundo rural e na economia de subsistência para um modo de reprodução social eminentemente urbano e fundamentado na economia de troca. Tendo em vista esse recorte socioespacial específico, pergunta-se: como se alteraram as tradicionais relações sociais de produção e foram incorporadas as relações sociais de produção capitalistas? Que tipo de desarticulação social foi sentida e quais fatores a determinaram? Como essa população foi incorporada, enfim, à sociedade capitalista urbano-industrial brasileira?

O foco de nossa discussão recai, então, na passagem de uma sociedade eminentemente camponesa à sociedade de mercado no contexto da urbanização brasileira. Sendo assim, interessa investigar também o modo como o espaço, principalmente o espaço urbano, se articula e participa desse processo. A partir de uma análise conjunta e comparada entre os municípios de Brás Pires e Viçosa, detectando diferenças e similaridades e associando tais aspectos à literatura especializada, pretendemos caracterizar a maneira como o espaço urbano, enquanto constructo social, participa da incorporação dessas comunidades tradicionais à sociedade de mercado. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é construir uma interpretação sobre a urbanização brasileira a partir das transformações nos meios e nos espaços de vida das populações rurais tradicionais de Viçosa e Brás Pires.

O contexto em estudo envolve municípios que, embora próximos geograficamente e inseridos numa realidade regional bastante similar, apresentam sensíveis diferenças. Ambos estão localizados na porção sudeste do estado de Minas Gerais, numa mesorregião geográfica denominada Zona da Mata mineira (vide FIG. 1, p. 31). Desfrutam de uma localização privilegiada do ponto de vista de sua integração à dinâmica da economia brasileira, pois mesmo no interior estão relativamente próximos do litoral e dos grandes centros industriais do sudeste do país. Conforme veremos, a ocupação luso-brasileira do território desses municípios foi iniciada no século XVIII, com a expansão do povoamento a partir da região central mineradora, e intensificada no século XIX, com o crescimento vegetativo natural da população e os incentivos provenientes do governo provincial. No entanto, ainda no século XIX e principalmente no século XX alguns fatores irão determinar um desenvolvimento diferenciado. Voltaremos a esses fatores no capítulo seguinte. Por ora, gostaríamos de destacar algumas características que nos direcionam a certas possibilidades de inserção diferenciada de tais municípios na rede urbana.

O município de Brás Pires registrou, no último censo demográfico, uma população de 4.637 habitantes (IBGE, Censo Demográfico 2010). Esse reduzido contingente populacional

e sua localização interiorana – desvinculada de um contexto metropolitano – nos conduzem a classificar sua sede urbana como uma pequena cidade. Viçosa, com 72.220 habitantes e uma inserção regional mais pronunciada, fornecendo uma série de produtos e serviços não só à sua própria população mas também a diversos municípios no seu entorno, pode ser considerada uma cidade média[8].

No caso de Brás Pires, o contexto de partida de nossa análise implica um direcionamento do olhar relativamente ao último nível da rede urbana e suas relações com o meio rural circundante. No momento em que se formaram e até meados do século XX, os pequenos núcleos urbanos possuíam uma centralidade relativamente importante. Nesses pequenos núcleos concentravam-se estabelecimentos comerciais, de prestação de serviços e também atividades socioculturais para uma população rural dispersa e numerosa (ver CORRÊA, 1999, p. 45-46; CORRÊA, 2011, p. 6-8; ENDLICH, 2009, p. 41-92; SOARES, 2009a). Com as mudanças ocorridas ao longo da última metade do século XX – avanços tecnológicos no sistema de transportes e telecomunicações, modernização e mecanização agrícola, êxodo rural, expansão urbano-industrial – essas pequenas cidades têm sofrido relativa perda de sua centralidade e, consequentemente, alterações em seu modo de inserção na rede urbana. Conforme apontado por Ângela Endlich (2009, p. 115):

> Assim como o capitalismo caracteriza-se por constantes reestruturações, os espaços que servem, ou que são produzidos em um momento desse modo de produção, poderão não servir mais em um outro período. Portanto, modificam-se os papéis desempenhados por diferentes regiões e cidades de diversos portes. [...] O esvaziamento populacional rural levou aqueles numerosos pequenos núcleos urbanos à diminuição de seus papéis enquanto localidades centrais.

Segundo a autora, encontra-se atualmente em crise o sistema urbano do qual faziam parte os municípios com pequenos núcleos urbanos. Redes urbanas com numerosas pequenas cidades foram espaços produzidos num momento histórico em que se fazia necessária a proximidade e a dispersão de assentamentos humanos pelo território. Hoje, com o aumento da acessibilidade através dos transportes e das comunicações, do acesso

[8] Na atualidade, os termos “cidade média” e “cidade pequena” remetem a dois campos de estudo em franco crescimento no Brasil. O uso desses termos e sua conceituação têm sido, inclusive, assunto de debate entre os pesquisadores, na tentativa de construir uma discussão sobre as cidades não metropolitanas (para um panorama sobre o assunto ver SOARES e MELO, 2010 e MAIA, 2010). De modo geral, embora o tamanho demográfico seja sempre um ponto de partida para a classificação, os autores têm concordado que é necessário investigar também as características econômicas e funcionais das cidades. Nesse sentido, a denominação de “cidade média” indica a existência de um papel regional relativamente importante, caracterizado pela concentração da oferta de bens e serviços diversificados para uma hinterlândia regional e pelo desenvolvimento de atividades especializadas destinadas ao mercado nacional e/ou global. Além disso, espera-se das cidades médias melhores indicadores de qualidade de vida tanto em relação às grandes cidades quanto em relação às pequenas, supondo-se que elas não sofrem – ou sofrem com menos intensidade – tanto as deseconomias de aglomeração dos grandes centros quanto a ausência de diversificação econômica dos pequenos. Relativamente às pequenas cidades, elas têm se caracterizado pela maior dependência em relação ao sistema urbano regional e uma inserção em graus mais variados no mundo globalizado; os vínculos com o entorno rural ainda são bastante presentes e a sociabilidade entre a população é favorecida pelas relações de interconhecimento.

mais facilitado a cidades maiores, com comércio e serviços mais diversificados, e o próprio aumento do fluxo entre as cidades, esse sistema territorial parece não ser mais adequado.

De acordo com Roberto Lobato Corrêa (2011), as diversas mudanças pelas quais a sociedade brasileira tem passado desde, principalmente, a década de 1950 têm provocado alterações no modo como as pequenas cidades se inserem na rede urbana (que também sofre transformações). Este autor apresenta cinco possibilidades de reinserção dos pequenos núcleos urbanos: como lugares centrais, centros especializados, reservatórios de força de trabalho, centros que vivem de recursos externos e como subúrbios-dormitório. Conforme adverte, tal classificação apresenta cinco “tipos ideais” que ocorrem, na maioria das vezes, de forma combinada, embora prevaleça um dos tipos. Segundo essa classificação, o município de Brás Pires pode ser considerado como “centro que vive de recursos externos”. Tais centros são, em geral, antigos e decadentes lugares centrais localizados em áreas agrícolas estagnadas, nas quais o processo migratório é bastante sentido. Com suas hinterlândias esvaziadas tanto econômica como demograficamente, vivem de recursos externos, como as aposentadorias e montantes repassados pelo governo federal através do Fundo de Participação.

No entanto, partindo do pressuposto de que a dinâmica atual da rede urbana se insere na lógica socioeconômica do modo de produção capitalista e contribui para sua reprodução, torna-se necessário atentar para o papel de tais localidades como pontos de apoio à ampliação do consumo, tanto de produtos e serviços eminentemente urbanos quanto dos produtos e serviços direcionados ao campo. Conforme alerta Milton Santos (1982, p. 73-74):

> O espaço se organiza conforme um jogo dialético entre forças de concentração e dispersão. Nesse período, as forças de concentração são poderosas, mas as de dispersão são igualmente importantes. As cidades locais beneficiam-se das tendências à dispersão, essencialmente comandada pela difusão generalizada da informação e do consumo.
> A rede urbana atual consiste, de modo geral, em uma estrutura mais complexa, tendo no vértice metrópoles completas e incompletas, vindo a seguir, em posição intermediária, cidades regionais e, finalmente, na base, as cidades locais. Estas não dependem mais, como no período anterior, das condições de produção, mas se acham preferencialmente ligadas ao consumo que se torna generalizado para um sem número de produtos. Em toda parte, os espaços de produção se tornam também espaços de consumo e aqui temos uma diferença essencial com relação aos períodos precedentes.

Percebemos, assim, que a integração dos pequenos municípios e suas pequenas cidades – ou cidades locais para Santos (1982) – ao contexto socioeconômico nacional e mundial tem ocorrido não somente a partir de sua inserção produtiva e funcional, mas também através do fluxo de informações, produtos e serviços que o próprio processo de urbanização, num sentido ampliado, tem tornado possível.

No caso de Viçosa, sua classificação como cidade média sinaliza expectativas de maior integração à dinâmica geral da rede urbana brasileira. A denominação de cidade média engloba uma gama variada de situações reais envolvendo diversos contextos socioeconômicos, perfis demográficos e mesmo localizações geográficas específicas. O comportamento socioeconômico e as funções desempenhadas por cidades médias metropolitanas, não metropolitanas e aquelas localizadas nas áreas de modernização agrícola, por exemplo, apresentam sensíveis variações. No entanto, diversos estudos têm ressaltado o expressivo crescimento demográfico que tais cidades têm apresentado nas últimas décadas, constituindo-se como importantes espaços no processo de desconcentração da população e dos investimentos industriais[9].

Os mesmos processos que vêm desencadeando mudanças no papel das pequenas cidades – globalização, novas dinâmicas produtivas, abertura da economia, avanços nos sistemas de transporte e comunicações – e ainda incentivos provenientes dos governos nas esferas federal e estadual têm reestruturado a posição das cidades médias, favorecendo seu crescimento e ressaltando sua função enquanto articuladoras entre o local e global. Esse papel de intermediação é evidenciado pela condição dessas cidades enquanto nós que disponibilizam uma série de produtos e serviços para suas áreas de influência e, no sentido inverso, conectam a produção local e regional com um mercado cada vez mais global. Tais localidades têm propiciado, assim, a articulação entre capitais locais, capitais externos e o poder público. Esse aspecto é central para entender a posição atual das cidades médias no contexto da rede urbana e seu papel no processo de reprodução das relações de produção capitalistas (SOBARZO, 2008).

Ao adotar esses dois municípios como contexto empírico para o desenvolvimento deste trabalho objetivamos privilegiar o estudo dos efeitos da urbanização no interior do país. Foram selecionados, assim, espaços típicos desse contexto interiorano, caracterizado por uma profusão de pequenos municípios, como Brás Pires, e uma diversidade de cidades de porte médio, nas quais se inclui Viçosa. Compartilhamos da perspectiva de que a sociedade brasileira, na atualidade, vivencia um momento de generalização do modo de vida urbano pelo território, tanto do ponto de vista das infraestruturas e da economia como das relações sociais e culturais. Diversos autores, reconhecidamente influenciados pela obra de Henri Lefebvre, têm destacado o papel central que o meio urbano adquiriu como elemento organizador do território e da vida humana e como o processo de expansão do modo de vida e dos valores urbanos tem caracterizado a sociedade contemporânea.

[9] Dentre a diversidade de textos e livros publicados sobre as cidades médias no Brasil nas últimas décadas, citamos a título de iniciação na temática: Andrade e Serra (2001); Lopes e Henrique (2010) e Sposito, Sposito e Sobarzo (2006).

Segundo Lefebvre (1999), a história recente da sociedade humana tem sido um processo de expansão contínua das cidades, tanto do ponto de vista espacial, com o aumento do tamanho das cidades e a expansão dos tecidos urbanos, como, principalmente, em relação à organização social do trabalho, das atividades produtivas e do consumo. Estaríamos caminhando, assim, no sentido de uma urbanização completa da sociedade, com a consequente formação de uma *sociedade urbana*. O conceito de "urbanização extensiva", desenvolvido por Roberto Monte-Mór (2006, p. 10), refere-se justamente a esse processo de expansão não apenas material, mas principalmente dos padrões de comportamento e consumo inerentes ao meio urbano, que chegam às áreas rurais e às mais diversas culturas e, com eles, também a *práxis* política da cidade. Para Ana Fani Alessandri Carlos (2008, p. 50), no mundo atual "o conceito de urbano contempla e supera aquele de cidade, abrangendo o processo de reprodução da sociedade e sua orientação". O conteúdo do processo de urbanização ao longo das últimas décadas parece estar intimamente relacionado a esse processo de difusão do urbano como modo primordial de organização socioespacial.

No intuito de visualizar tal processo, direcionamos nossa atenção para as transformações vivenciadas por uma população rural que, mesmo deixando o campo, permaneceu no interior, residindo numa cidade pequena ou numa cidade hoje considerada média. Se for permitida tal analogia, considerando a metropolização como uma das pontas do processo de urbanização, pretendemos lidar, então, com a outra ponta do processo, trazendo à tona algumas das especificidades da urbanização no interior do país e, principalmente, as características que a vinculam ao contexto geral da reprodução capitalista no território nacional.

1.2 Metodologia e fontes de pesquisa

Nossa investigação fundamenta-se, do ponto de vista metodológico, no materialismo dialético, tal como descrito por Karl Marx e Friedrich Engels (2006). Desse modo, a discussão empreendida ao longo deste trabalho parte dos homens em seu processo de vida real, da dinâmica que viabiliza sua reprodução social e dos conflitos inerentes a esse processo de vida. As análises relacionadas às normas morais de conduta, às formas de sociabilidade e aos reflexos da ideologia sobre a ação dos indivíduos foram elaboradas tendo em vista a interação desses processos mentais com as formas coletivas da vida material. Em concordância com Norbert Elias (1994), acreditamos que a esfera do indivíduo – com suas formas particulares de pensar e operar sobre o mundo – e a esfera da sociedade – com seus numerosos e complexos mecanismos de coação social – são indissociáveis, interagindo e se modificando mutuamente. Para Elias, o principal motor da

dinâmica social são as relações de interdependência entre os indivíduos, que estruturam tanto os aspectos mais gerais da vida em sociedade quanto as individualidades particulares dos sujeitos. Sendo assim, em nossa tentativa de interpretar a dinâmica interação entre a sociedade e seu espaço de vida tratamos de forma conjunta e articulada as dimensões do indivíduo e da sociedade, os processos da vida privada e aqueles da vida social.

Para alcançar o objetivo anteriormente exposto, a primeira fonte de informações à qual recorremos foi o material bibliográfico publicado por diferentes estudiosos que já trataram, de forma direta ou mesmo indireta, de nossas questões de interesse. De maneira a complementar essas fontes secundárias, também trabalhamos com alguns documentos, principalmente aqueles referentes ao processo de elaboração e implantação do chamado "Programa de Desenvolvimento Integrado da Zona da Mata" (PRODEMATA), plano de ação governamental elaborado e executado pelos governos estadual e federal na região dos municípios em estudo. A intenção, ao analisar tais documentos, foi averiguar o modo como se deu a intervenção direta do Estado no território e na sociedade local durante a segunda metade do século XX e que relações essa ação estabeleceu com a difusão do modelo capitalista urbano-industrial no Brasil. Outra fonte de informações foram os dados secundários produzidos por institutos de pesquisa. Recorreremos a tais dados com o intuito, sobretudo, de caracterizar econômica, social e demograficamente os municípios em análise, situando e ao mesmo tempo explicitando o contexto sobre o qual nos debruçamos. A última fonte de informações acessada refere-se aos relatos orais de indivíduos que, no passado, integravam as comunidades tradicionais de agricultores localizadas nos municípios de Brás Pires e Viçosa, e que vivenciaram de forma direta e intensa as mudanças decorrentes da urbanização. A partir desses relatos procuramos trazer à tona a multiplicidade de dimensões que o processo em tela envolveu, contribuindo para as discussões sobre o significado da urbanização no Brasil contemporâneo.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com idosos residentes nas cidades de Brás Pires e Viçosa. Embora inicialmente tenhamos estipulado alguns critérios de seleção dos entrevistados, o caráter qualitativo das informações almejadas acabou exigindo certa adaptação desses critérios. Segundo Flick (2009, p. 44-45), existem dois tipos comuns de amostragem na pesquisa qualitativa: aquela com amostras mais formais, com critérios previamente definidos; e aquelas amostragens mais flexíveis, com foco nas necessidades que aparecem durante a pesquisa. Neste último tipo os casos são selecionados tendo um propósito, mas a definição ocorre passo a passo, ao longo do período de realização da pesquisa: "as decisões relacionadas a amostragem não são tomadas formalmente nem de antemão, e sim durante o processo de pesquisa, observando-se os dados obtidos, segundo o processo de análise destes continuamente" (FLICK, 2009, p. 44). Agimos conforme o

método da amostragem flexível, ajustando alguns dos critérios iniciais na tentativa de promover a própria diversidade de relatos.

O primeiro critério adotado para a seleção dos idosos e imediatamente flexibilizado foi sobre o local de nascimento. Inicialmente pretendíamos entrevistar pessoas nascidas na zona rural dos municípios em estudo e que, em algum momento da juventude ou maturidade, haviam migrado para as cidades. No entanto, acabamos entrevistando também indivíduos que nasceram e viveram toda a vida no meio urbano, fator que contribuiu para a caracterização das cidades no momento em que nossa análise se inicia: o meado do século XX. A faixa etária do público a ser entrevistado também foi flexibilizada ao longo da pesquisa. A ideia inicial era contatar pessoas na faixa dos 80 anos de idade, ou seja, nascidos entre as décadas de 1920 e 1930. Considerando que a urbanização no Brasil se intensifica sobremaneira após a Segunda Guerra Mundial, a intenção era tomar o testemunho de pessoas que, potencialmente, viveram todo o processo. No entanto, incluímos também alguns entrevistados na faixa etária dos 70 anos de idade, já nascidos na década de 1940, uma vez que tais indivíduos, conforme pudemos perceber, também vivenciaram em intensidade a sociedade ponto de partida de nossa análise. Um último critério adotado – e este mantido – foi o equilíbrio no número de indivíduos dos dois sexos. Vale lembrar que, de modo geral, nas sociedades rurais tradicionais boa parte das funções desempenhadas pelos sujeitos era determinada conforme o sexo e, muitas vezes, esses papéis diferenciados na divisão do trabalho se complementavam. A paridade entre os sexos nos permitiu transitar pelas diferenças de percepção e mesmo de ênfase nas lembranças relacionadas ao gênero. Também é necessário esclarecer que, ao longo do texto, a identidade de nossos entrevistados foi preservada mediante a utilização de pseudônimos, usados inclusive nos trechos transcritos, substituindo nomes de parentes e amigos do idoso, quando citados.

A pesquisa histórica tendo como fonte relatos orais constitui hoje um campo específico dentro da História, envolto em alguns pormenores que aqui se faz necessário salientar. Conforme Delgado (2006, p. 16),

> A história oral é um procedimento metodológico que busca, pela construção de fontes e documentos, registrar, através de narrativas induzidas e estimuladas, testemunhos, versões e interpretações sobre a História em suas múltiplas dimensões: factuais, temporais, espaciais, conflituosas, consensuais. Não é, portanto, um compartimento da história vivida, mas, sim, o registro de depoimentos sobre essa história vivida.

A história oral lida, então, com o processo de produção da própria fonte histórica. Envolve, necessariamente, o inter-relacionamento entre diversos tempos – o tempo passado pesquisado, os tempos percorridos pela trajetória de vida do entrevistado, o tempo presente que orienta tanto as perguntas do entrevistador quanto as respostas a elas dirigidas – e

recorre à memória como principal fonte para subsidiar e alimentar as narrativas. Desse modo, a história oral move-se por um vasto campo de intersubjetividades, situação que representa, para o pesquisador, um desafio e ao mesmo tempo uma potencialidade.

Um dos aspectos desafiadores é o estudo do passado a partir da memória. Para Halbwachs (2004), a lembrança é uma reconstrução do passado mediada pelas relações que estabelecemos no presente, pelo entendimento de mundo e pelos vínculos sociais do presente. Nesse sentido, as lembranças estão associadas às relações que estabelecemos com outros indivíduos em sociedade, estando repletas das interpretações dos outros que a nós são transmitidas. A memória do indivíduo depende, então, de seu relacionamento com a família, com a Igreja, com a escola, com o trabalho, enfim, com os grupos de convívio aos quais ele se relaciona, sendo o pensamento individual o resultado de uma conjugação de pensamentos sociais. Segundo essa interpretação, o autor trata a memória como um fenômeno social, estando as lembranças associadas à nossa existência social atual. Dentro dessa perspectiva, o esquecimento pode acontecer porque o grupo ao qual pertencíamos num dado momento se desfez e as relações que mantinham certas lembranças vivas não ocorrem mais. Interpretando os argumentos de Halbwachs, Ecléa Bosi (1979, p. 17-18) nos fornece a seguinte síntese:

> A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas idéias, nossos juízos de realidade e valor. [...] Por essa via, Halbwachs amarra a memória da pessoa à memória do grupo; e esta última à esfera maior da tradição, que é a memória coletiva de cada sociedade.

Para Halbwachs, cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva. E nossa trajetória de vida altera esse ponto de vista: pertencer a novos grupos nos faz evocar lembranças significativas para o momento presente e segundo o foco explicativo que convém à ação atual. A imagem de outrora pode manifestar-se, em cada momento em que ela é evocada, de forma bem alterada. E o material de pesquisa da história oral são, justamente, esses registros vivos e dinâmicos, carregados de parcialidade e imprecisão. No entanto, para Paul Thompson (2002), a subjetividade que alguns reconhecem como fraqueza das fontes orais também pode fazê-las singularmente valiosas:

> Pois a “subjetividade” é do interesse da história tanto quanto os “fatos” mais visíveis. O que o informante acredita é, na verdade, um <u>fato</u> (isto é, o <u>fato</u> de que ele acredita nisso) tanto quanto o que “realmente aconteceu”.
> Em suma, a história não é apenas sobre eventos, ou estruturas, ou padrões de comportamento, mas também sobre como são eles vivenciados e lembrados na imaginação. E parte da história, aquilo que as pessoas imaginam que aconteceu, e também o que acreditam que poderia ter acontecido – sua imaginação de um passado alternativo e, pois, de um presente alternativo – pode ser tão fundamental quanto aquilo que de fato aconteceu. (THOMPSON, 2002, p. 183-184)

Conforme exposto anteriormente, este trabalho tem por propósito construir uma interpretação sobre a urbanização brasileira a partir do ponto de vista de um grupo específico que, na nossa opinião, vivenciou a intensidade das transformações que esse processo implicou. Na pretensão de promover um registro dessa história vivida, as impressões e as emoções desse grupo de indivíduos, tanto quanto os "fatos" em si, interessam à pesquisa na medida em que conformam a substância a partir da qual construiremos nossa interpretação. Ainda segundo Halbwachs (2004, p. 84-90), devido ao caráter dinâmico da memória individual e, por extensão, da memória coletiva, esta última tem por suporte um grupo limitado no tempo e no espaço. A memória coletiva corresponde, então, a esse grupo visto de dentro e durante um período de tempo que não ultrapassa a duração média da vida humana. Devido ao transcurso natural da vida – que sempre chega ao fim –, é de se pensar que talvez as impressões mais sensíveis sobre a urbanização brasileira estejam sendo perdidas na memória de indivíduos que transitaram entre essas duas formas de organização socioespacial tão radicalmente diferentes: uma fundamentada na subsistência e a outra, na troca. Nesse sentido,

> Quando a memória de uma seqüência de acontecimentos não tem mais suporte um grupo, aquele mesmo em que esteve engajada ou que dela suportou as consequências, que lhe assistiu ou que dela recebeu um relato vivo dos primeiros atores e espectadores, quando ela se dispersa por entre alguns espíritos individuais, perdidos em novas sociedades para as quais esses fatos não interessam mais porque lhe são decididamente exteriores, então o único meio de salvar tais lembranças é fixá-las por escrito em uma narrativa seguida, uma vez que as palavras e os pensamentos morrem, mas os escritos permanecem. (HALBWACHS, 2004, p. 85)

Este trabalho se coloca, assim, como um meio de cristalizar em história a memória coletiva de uma geração, ou melhor, de um conjunto de indivíduos representantes de uma geração no que tange especificamente às mudanças que conduziram a uma nova forma de organização socioespacial em suas vidas. Essa nova forma de organização socioespacial, no entanto, não se restringe ao grupo de indivíduos que aqui são interpelados, ela se coloca para o país como um todo e se vincula a movimentos que hoje alcançam a esfera planetária. Reconhecendo, enfim, que toda evidência histórica é moldada pela percepção individual e social, esperamos deixar o registro desse grupo – embora filtrado pelo olhar da autora – como um testemunho da magnitude das mudanças ocorridas no país e, de maneira complementar, discorrer sobre o modo como tais mudanças foram conduzidas no interior da sociedade brasileira. Recorremos, assim, ao potencial da história oral em dar voz a aspectos não oficiais e não dominantes, mesmo que estritamente vinculados ao oficial e dominante, possibilitando "ouvir" os vencidos, os marginalizados. Em acordo com Thompson (2002, p. 25-26), acreditamos, ainda, que o uso desses relatos orais como fonte de pesquisa pode,

em certo sentido, “devolver às pessoas que fizeram e vivenciaram a história um lugar fundamental, mediante suas próprias palavras”.

Outro desafio que merece aqui ser explicitado diz respeito às especificidades da história oral tendo como fonte relatos de idosos. Conforme apontado por Marilena Chauí (1979, p. XVIII-XIX) e Ecléa Bosi (1979, p. 35-39), ser velho na sociedade capitalista industrial implica sofrer opressões de diversas formas. A desvalorização do idoso nessa sociedade relaciona-se, em parte, à sua inutilidade ao mercado de trabalho. O homem, tratado como trabalhador, tem seu valor diminuído na medida em que sua força de trabalho também diminui com o envelhecimento natural. Dentro dessa perspectiva, a atividade de lembrar converte-se numa função social para o idoso, talvez sua única. Evocando, mais uma vez, o pensamento de Halbwachs, Ecléa Bosi (1979, p. 23) assim apresenta essa ideia:

> [...] o que rege, em última instância, a atividade mnêmica é a função social exercida aqui e agora pelo sujeito que lembra. Há um momento em que o homem maduro deixa de ser um membro ativo da sociedade, deixa de ser um propulsor da vida presente de seu grupo: neste momento de velhice social resta-lhe, no entanto, uma função própria: a de lembrar.

No entanto, os processos de mudança incessante e de institucionalização do conhecimento característicos da sociedade capitalista vêm destruindo os apoios da memória e tornam, em certo sentido, até mesmo desnecessária a transmissão das lembranças, do conhecimento adquirido pela experiência de vida, minimizando a função dos idosos nessa sociedade. Este trabalho caminha, então, no sentido de revalorizar essa função social, dada a singularidade da conjuntura sobre a qual nos debruçamos. A totalidade das mudanças que vieram no bojo da industrialização e da urbanização no Brasil, considerando a velocidade de tais processos, foi vivenciada, em grande parte, por uma ou duas gerações de indivíduos, e acreditamos serem eles os sujeitos mais capazes de nos contar sobre as transformações em suas vidas. O relato do idoso converte-se, nesta pesquisa, em matéria-prima fundamental, sendo sua razão de ser. Conforme Paul Thompson (2002, p. 33), “muito freqüentemente ignoradas, e fragilizadas economicamente, [as pessoas idosas] podem adquirir dignidade e sentido de finalidade ao rememorarem a própria vida e fornecerem informações valiosas a uma geração mais jovem”. Desse modo, estabelecemos uma via de mão-dupla com nossos informantes: por um lado, suas memórias e lembranças foram fundamentais, imprescindíveis na construção de nosso argumento; por outro lado, este trabalho se converteu num meio de valorização desse grupo social, ao registrar e transmitir suas impressões e sua visão de mundo.

Para levar essa tarefa a cabo, estruturamos um questionário que teve por função orientar as entrevistas. Esse questionário, que segue em apêndice, foi dividido em três partes. Na primeira delas, as perguntas se relacionam à família nuclear original do

entrevistado e ao período de vida em que o entrevistado vivia junto a essa família. Corresponde, assim, à infância e à juventude. Na segunda parte, as perguntas se relacionam à família constituída pelo entrevistado após o casamento, caso isso tenha ocorrido, referindo-se à maturidade e fase adulta. A terceira parte trata das percepções e das possíveis comparações entre passado e presente e entre as diversas fases da vida do entrevistado.

Nas duas primeiras partes, as perguntas praticamente se repetem, de modo a explicitar as mudanças sucessivas nos meios e modos de vida. A questão da subsistência é um aspecto que perpassa a elaboração dessas questões, assim como a questão do trabalho, sua divisão familiar e social, e a estrutura social e espacial que possibilitava o funcionamento da economia de subsistência. Outro aspecto que perpassa a elaboração das questões é o relacionamento da família com o ambiente urbano. De modo a complementar esse aspecto, foi incluído um item relativo à cidade. Também foi incluído um item que trata especificamente da migração (ou migrações) que o indivíduo e sua família realizaram. A cada migração as perguntas do questionário foram repassadas, com o intuito de averiguar as mudanças. Ao final da segunda parte, foi incluída uma questão referente aos filhos do entrevistado, sobre as circunstâncias em que saíram da casa dos pais. Esse questionamento teve por objetivo, mais uma vez, verificar mudanças entre a geração entrevistada e a geração de seus filhos. Ao final, a parte relativa às percepções apresentou-se como local para desabafos e divagações mais livres.

Estando agora o leitor ciente das questões que orientam a elaboração deste trabalho e das fontes que acessamos para sua construção, no capítulo seguinte fazemos uma apresentação mais pormenorizada dos municípios de Brás Pires e Viçosa na contemporaneidade. Após um curto resgate histórico sobre a formação desses municípios e seus centros urbanos, discorremos mais detidamente sobre suas características socioeconômicas e demográficas ao longo da segunda metade do século XX e na atualidade. O objetivo, no referido capítulo, é explicitar certas características do universo interiorano no qual esse estudo se desenvolve, informando sobre algumas de suas particularidades mas principalmente sobre os aspectos que o conectam à urbanização brasileira como um todo.

No terceiro capítulo fazemos uma viagem no tempo, explicitando o modo particular de reprodução social das comunidades rurais dos dois municípios no meado do século XX e as principais características de suas cidades naquele momento. Tomando a década de 1950 como referência, a intenção foi descortinar o contexto econômico, social, cultural e espacial que se apresenta como ponto de partida para as mudanças advindas da urbanização após a Segunda Guerra Mundial.

No quarto capítulo são analisados os fatores que consideramos como determinantes para a passagem da economia de subsistência à economia de mercado. Associado a esse processo, também discutimos algumas das principais mudanças na relação entre a sociedade e seu espaço de vida e nas relações sociais de modo geral. Como partimos de um contexto eminentemente rural, nossa discussão sobre o capitalismo e a urbanização foi mediada pela discussão sobre a agricultura e as relações recíprocas entre tais categorias. Procuramos trazer à tona o modo pelo qual o Estado brasileiro se colocou como principal agente na condução das transformações, como essas transformações impactaram nossa percepção e vivência do espaço e potencializaram o papel das cidades enquanto estruturas organizadoras dos fluxos – de pessoas, de mercadorias, de dinheiro – no território. De modo a dialogar com a visão de mundo de nossos entrevistados, nesse capítulo tratamos também de algumas mudanças mais sutis, algumas delas vinculadas inclusive à dimensão dos valores morais, abrindo nossa percepção ao amplo espectro de transformações que se associa à urbanização no Brasil. De antemão esclarecemos que a abordagem das questões teóricas recolhidas da bibliografia consultada foi feita de forma conjunta à explanação e interpretação dos diversos aspectos relacionados ao universo empírico pesquisado.

Quanto às motivações que nos conduziram na realização deste trabalho, cabe esclarecer que nossa inquietação fundamenta-se no interesse pela história da ocupação e das transformações no território que hoje conforma a porção sudeste do estado de Minas Gerais, atual Zona da Mata, na qual se inserem os municípios de Brás Pires e Viçosa. Tal inquietação tem nos acompanhado ao longo de nossa trajetória acadêmica. Nessa região que permaneceu, ao longo do século XVIII, como área de povoamento relativamente controlado, onde a Coroa portuguesa preferiu, em princípio, manter-se alheia e restringir a ocupação, nos dedicamos inicialmente a investigar o modo pelo qual o povo europeu ali chegou, como ele se estabeleceu e interagiu com o território e suas populações nativas (ver SOARES, 2009a). No estudo que ora apresentamos partimos da sociedade resultante dessa interação entre o povo europeu, o indígena e o africano e o meio natural então existente, uma densa floresta de mata atlântica, e descortinamos a maneira pela qual essa sociedade e suas formas de organização socioespacial foram radicalmente transformadas ao longo da segunda metade do século XX, no contexto da expansão capitalista urbano-industrial e da urbanização no Brasil.

2 OS MUNICÍPIOS DE BRÁS PIRES E VIÇOSA: BREVE EVOLUÇÃO HISTÓRICA E CARACTERIZAÇÃO NO INÍCIO DO SÉCULO XXI

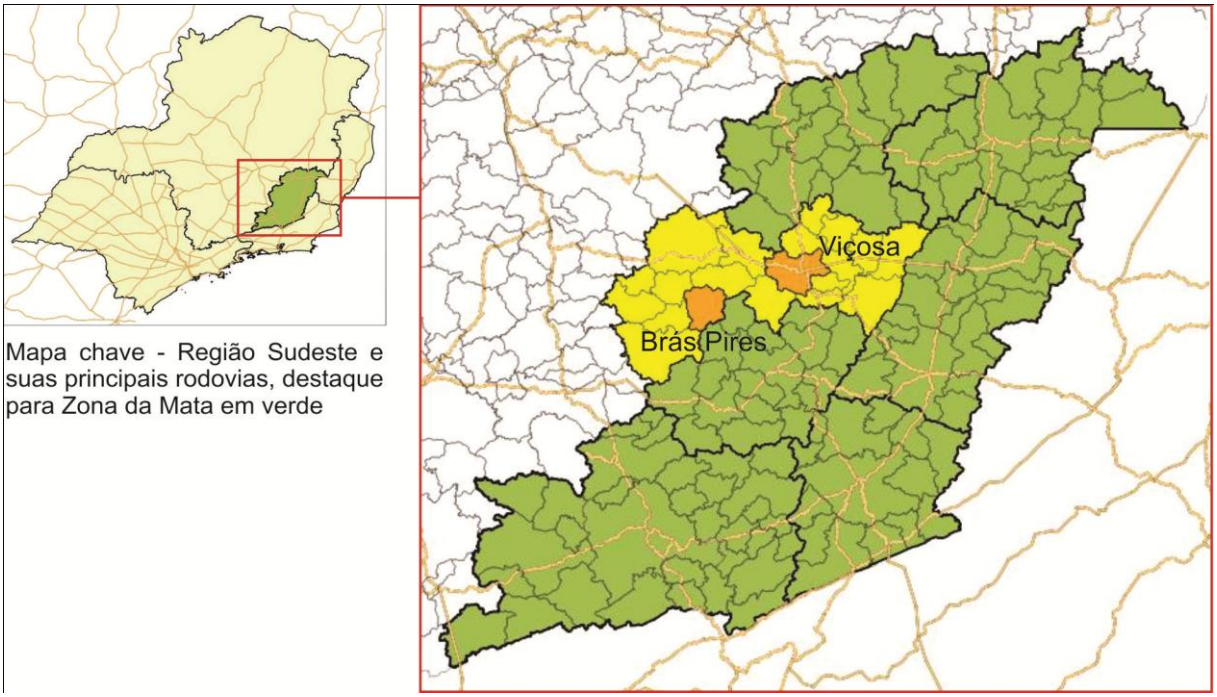
A 'produção' e, consequentemente, a 'reprodução do espaço', atualmente, repousa no fato de que o desempenho capitalista se expandiu. Ao se realizar, tomou o mundo, e esse é o conteúdo do processo de globalização, bem como o fio condutor que nos possibilita compreender em que termos se efetua a redefinição da cidade e da urbanização, de sua explosão, da extensão das periferias; enfim, da construção de um novo espaço.

CARLOS; SOUZA e SPOSITO, 2011, p. 13.

Neste capítulo pretendemos explicitar as características mais gerais do contexto empírico sobre o qual nos debruçamos, apresentando uma síntese de informações econômicas, demográficas e sociais sobre os municípios de Brás Pires e Viçosa. O propósito aqui é, ao mesmo tempo, contextualizar esses municípios em relação à urbanização do interior do país e particularizá-los como *locus* de estudo. Inicialmente, apresentamos um sucinto histórico sobre a formação dos respectivos núcleos urbanos e seu desenvolvimento até a década de 1950, aproximadamente. Na sequência e em itens separados, fornecemos um panorama geral sobre a evolução de algumas características socioeconômicas, demográficas e territoriais desses municípios ao longo da segunda metade do século XX e na atualidade.

Os municípios de Brás Pires e Viçosa estão localizados numa mesma microrregião geográfica, segundo a classificação do IBGE, denominada microrregião de Viçosa, e esta, por sua vez, encontra-se inserida na mesorregião da Zona da Mata, em Minas Gerais (FIG. 1). São relativamente bem servidos pelo sistema de transporte rodoviário[10], por meio do qual acessam, através de rodovias pavimentadas, a capital estadual e as principais cidades do sudeste do país, inclusive as metrópoles do Rio de Janeiro e de São Paulo.

FIGURA 1 – Região Sudeste e Zona da Mata com suas principais rodovias, limites microrregionais e municipais (destaque para a microrregião de Viçosa, em amarelo, e municípios de Brás Pires e Viçosa, em laranja).



Fonte: Elaboração a partir de dados de MINAS GERAIS, 2016 e IBGE, Portal de Mapas, 2017.

[10] Por meio da pavimentação asfáltica, Viçosa foi integrada à rede rodoviária do país no ano de 1973 (RANGEL, 2010), antes disso a cidade já era servida pelo sistema de transporte ferroviário. Brás Pires recebeu o seu primeiro acesso asfaltado bem mais recentemente, no ano de 2005.

O povoamento do território que hoje constitui a Zona da Mata relaciona-se, historicamente, à expansão das atividades agrícolas inicialmente nas áreas limítrofes aos centros de mineração e, mais tarde, por quase toda a então capitania e depois província de Minas Gerais. Como as diversas regiões de ocupação fundamentada na atividade agropecuária ao longo dos séculos XVIII e XIX, a Mata mineira é constituída por um grande número de pequenos municípios. Cerca de 89% deles possui população inferior a 20.000 habitantes e dos 142 municípios da região, apenas 8 possuem população superior aos 50.000 habitantes (IBGE, 2016).

A história da formação dos municípios de Brás Pires e Viçosa se vincula, então, ao processo primitivo de povoamento do atual estado de Minas Gerais. Em finais do século XVII, a descoberta do ouro provocou um afluxo populacional de grandes dimensões para o interior da América Portuguesa. A forma como o metal era extraído propiciou a concentração humana em núcleos de povoamento relativamente estáveis, dando origem a diversos centros urbanos mineradores. No entanto, nem só de minerar viviam os moradores das Minas antigas. O crescimento e a diversificação da sociedade mineira possibilitaram a ocorrência de outros processos de ocupação territorial de forma simultânea à atividade mineradora[11].

O início do povoamento do vale do Rio Piranga, bacia hidrográfica na qual se localizam os municípios em estudo, ocorreu a partir de migrações oriundas da área central de mineração, ainda durante o século XVIII. Apresentando características geográficas favoráveis ao desenvolvimento da agropecuária, esse território foi ocupado por meio do lançamento de posses e estabelecimento de roças, como alternativa à necessidade de sobrevivência de populações marginais. Possuindo uma produção agrícola diversificada, esses lavradores produziam para sua própria subsistência e comercializavam um pequeno excedente no mercado urbano dos distritos de mineração. Desse modo, desde muito cedo predominou na região uma população rural assentada em propriedades relativamente pequenas[12].

Contudo, esse processo não foi contínuo e uniforme ao longo do tempo. A porção leste de Minas Gerais, que incluiu o atual território da Zona da Mata, era coberta por uma densa floresta de mata atlântica habitada por diversas nações indígenas. As dificuldades de penetração na floresta e os conflitos com os nativos, além do próprio interesse do colonizador em manter o despovoamento dessa área – como forma de evitar o contrabando do ouro –, mantiveram o povoamento relativamente contido ao longo do século XVIII. No

[11] Existe, no meio historiográfico, intenso debate sobre as atividades econômicas subsidiárias à atividade mineradora durante o século XVIII e também ampla literatura sobre o papel da agricultura como atividade de dinamização econômica no contexto tanto da capitania como da posterior província de Minas Gerais, já no século XIX. Para mais detalhes sobre esses aspectos ver Soares (2009a, p. 55-61).

[12] Para mais detalhes sobre o processo de ocupação agrícola da Zona da Mata e a predominância dos pequenos lavradores na área que hoje corresponde a sua porção central ver Carneiro (2008) e Carrara (1999, p. 13-29).

entanto, a partir de meados do referido século, a dispersão das atividades agropecuárias no interior da capitania de Minas Gerais potencializou-se, em parte devido à queda dos rendimentos provenientes da mineração. A expansão agrícola foi responsável, então, pela paulatina incorporação dos territórios de fronteira à economia mineira. Nessas regiões a produção de gêneros de abastecimento destinada ao mercado ampliou-se ao longo do Setecentos, impulsionada principalmente pela migração de pequenos lavradores.

Durante o século XIX tal processo foi ainda intensificado e a penetração pelo território de toda a Zona da Mata ganhou novo fôlego. Com a vinda da Família Real para o Brasil (em 1808) e com a independência (em 1822), políticas de incentivo à ocupação territorial, inclusive com ações direcionadas a um projeto de "pacificação indígena", possibilitaram incremento considerável do contingente humano e das atividades agrícolas na região (SOARES, 2009a, p. 89-138). Os arraiais das futuras cidades de Brás Pires e Viçosa se formaram em meio a esse contexto de expansão rural, guardando algumas semelhanças tanto no que se refere à fixação dos núcleos urbanos quanto às características socioculturais de sua população.

No caso de Brás Pires, as informações que chegaram até nós remontam sua ocupação primitiva ao ano de 1734, quando lá se fixou o capitão Braz Pires Farinho, descendente de portugueses e então morador da freguesia de Guarapiranga, atual município de Piranga (BRÁS PIRES, 1958, p. 241-243; BARBOSA, 1995, p. 58; IBGE cidades@, 2016). Segundo tais informações, o capitão Braz Pires, após desavenças com poderosos em Guarapiranga, desceu o Rio Piranga até a foz do Rio Xopotó, seu principal afluente. Subiu pelas margens desse afluente até encontrar um local adequado em que pudesse estabelecer roças e assim prover sua subsistência. Fixou-se, então, às margens do Xopotó e casou-se pela segunda vez com uma índia, cujo nome cristão era Sebastiana Cardoso. Com ela constituiu numerosa família. Como muitos povoados que pontuaram as áreas de expansão agropecuária em Minas Gerais, o arraial de Brás Pires formou-se ao redor da primitiva capela construída pelo capitão. O topônimo Brás Pires trata-se, assim, de uma homenagem ao fundador da povoação. Quanto à formação administrativa, os registros mais antigos são do ano de 1850, quando o arraial é elevado a distrito do município de Piranga. A freguesia, no entanto, foi instituída apenas em 1913. Em 1938, o distrito de Brás Pires foi transferido para o recém-criado município de Senador Firmino. Finalmente, pela lei estadual nº 1.039, de 12 de dezembro de 1953, Brás Pires é elevado à categoria de município, constituindo-se pelo único distrito da sede. Tal organização administrativa assim permanece até a atualidade.

Relativamente à Viçosa, os primeiros registros sobre a povoação foram encontrados em assentamentos eclesiásticos que datam de 1800. Esse foi o ano em que o padre Francisco José da Silva, morador de um pequeno povoado que veio a ser o núcleo original

da cidade, recebeu licença do bispo de Mariana para construir no local uma capela devotada a Santa Rita. Em 1805, o patrimônio da capela de Santa Rita foi constituído mediante doação à Igreja de parte das terras do capitão Manuel Cardoso Machado e sua esposa. Ainda na primeira década do século XIX, a Igreja ganhou seu segundo patrimônio, possivelmente por doação do Padre Manoel Inácio de Castro, onde foi construída uma nova capela que passou a centralizar as atividades religiosas. Estando um pouco mais afastado de um riacho que banhava a região, o ribeirão São Bartolomeu, esse novo local reunia condições topográficas mais favoráveis para receber novas edificações. Desse modo, parece ter havido preferência pela ocupação da nova área, que hoje configura o centro da cidade (BARBOSA, 1995, p. 368; VIÇOSA, 1959, p.426-428, PANIAGO, 1990; RIBEIRO FILHO, 1997, p. 91-98).

Quanto à formação administrativa, em 1832 o curato de Santa Rita do Turvo foi elevado a freguesia e, em 1871, a freguesia foi elevada a vila, sendo seu território desmembrado dos municípios de Ubá, Ponte Nova e Mariana. Em 1876, a vila foi elevada à categoria de cidade e recebeu a denominação de Viçosa de Santa Rita, em homenagem ao então bispo da arquidiocese de Mariana, Dom Antônio Ferreira Viçoso. Em divisão administrativa de 1911, o município já aparece com a grafia reduzida para Viçosa, sendo constituído por oito distritos: Viçosa, Araponga, Coimbra, São Miguel do Anta, São Sebastião da Pedra do Anta, São Vicente do Grama e Teixeiras. Ao longo da primeira metade do século XX, Viçosa irá perder alguns distritos e ganhará outros, chegando ao ano de 1950 constituída por 4 distritos: Viçosa, Cajuri, Canaã e São Miguel do Anta. A Lei nº 1.039, de 12 de dezembro de 1953, desmembrou do município de Viçosa os distritos de São Miguel do Anta e Canaã, que passaram a constituir o novo município de São Miguel do Anta. Em 30 de dezembro de 1962, pela lei estadual n° 2.764, o distrito de Cajuri foi elevado à categoria de município. Pela mesma lei foram criados os distritos de Cachoeira de Santa Cruz e Silvestre e anexados ao município de Viçosa. Em divisão territorial de 1963 o município é constituído de três distritos: Viçosa, Cachoeira de Santa Cruz e Silvestre. Em 1992 foi criado o distrito de São José do Triunfo e anexado a Viçosa. Desse modo, atualmente o município é constituído por quatro distritos: Viçosa, Cachoeira de Santa Cruz, São José do Triunfo e Silvestre (VIÇOSA, 1959, p. 427-428; IBGE cidades@, 2016).

Ao longo do tempo, as formas de inserção das localidades de Brás Pires e Viçosa no contexto da economia e do processo de formação do Estado brasileiro (e mineiro) determinaram sensíveis diferenças de desenvolvimento dos dois municípios. Conforme pode ser notado, mesmo a implantação do núcleo inicial que viria a se tornar a cidade de Viçosa seguiu um processo mais institucionalizado que no caso de Brás Pires. A primeira teve seu patrimônio religioso constituído, logo de início, seguindo as orientações da Igreja, o que direcionou inclusive o desenvolvimento inicialmente mais geométrico do traçado do arraial.

O segundo se constitui de forma um tanto marginal, tendo seu território abrigado um indivíduo aparentemente fugido da área central mineradora. Essa marginalidade do núcleo urbano de Brás Pires, a princípio no plano institucional, também será sentida no plano econômico. Mesmo a significativa difusão alcançada pela lavoura agroexportadora de café na Zona da Mata, sobretudo na segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do século XX (ver SOARES, 2009a, p. 139-163), trouxe pouco ou nenhum impacto ao seu desenvolvimento. A pequena disponibilidade de terras virgens que possibilitassem a expansão dos cafezais e a precariedade dos meios de transporte não permitiram sua inserção no comércio agroexportador. Brás Pires permaneceu, assim, vinculado a uma economia agropastoril de subsistência e abastecimento. O crescimento relativamente contido de seu núcleo urbano ao longo de quase três séculos de história atesta a forte ligação com o meio rural e com as atividades desenvolvidas no campo.

Viçosa, ao contrário, teve seu território tanto rural quanto urbano impactado pelas atividades que envolviam o mercado do café. Conforme Paniago (1990, p. 29-30) e Ribeiro Filho (1997, p. 98-101), a partir de meados do século XIX, o cultivo do café se transformou na principal cultura agrícola do município, principalmente como produto para exportação. Os capitais provenientes dessa atividade dinamizaram o comércio e a sociedade locais, propiciando o crescimento do centro urbano. Com a expansão da lavoura, foram realizadas modificações importantes nos meios de transportes, sobretudo com a construção das ferrovias. Nesse contexto chegaram a Viçosa, em 1884, os trilhos da Estrada de Ferro Leopoldina. Como a principal finalidade das ferrovias era interligar os municípios produtores de café e escoar a produção para o porto do Rio de Janeiro, a estação mais próxima foi construída a seis quilômetros do centro urbano. Seu objetivo era servir mais à área rural, onde se localizavam as plantações, do que ao próprio núcleo urbano. Contudo, “a influência da ferrovia foi notória, e a cidade foi ganhando um sentido mercantil e de prestação de serviços” (RIBEIRO FILHO, 1997, p. 106). Numa via de mão-dupla, a chegada da ferrovia imprimiu novo ânimo à produção cafeeira, dinamizando toda a economia viçosense. Em 1914 foi construída uma variante da estrada de ferro até a cidade, o que contribuiu para potencializar o efeito de dinamização econômica e social do município. A ferrovia orientou, inclusive, o crescimento físico-territorial da cidade. Novas ruas e novas edificações foram construídas levando em consideração o traçado da linha férrea, ocupando primeiramente os fundos dos vales, de topografia mais plana.

No entanto, possivelmente o acontecimento que mais influência trouxe ao desenvolvimento de Viçosa ao longo de sua história foi a implantação, na década de 1920, da Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV), hoje Universidade Federal de Viçosa (UFV) (ver PANIAGO, 1990; RIBEIRO FILHO, 1997). Com o objetivo de contribuir para a modernização da agricultura em Minas Gerais, a ESAV foi criada pelo Decreto 6.053,

de 30 de março de 1922, pelo então presidente do estado de Minas Gerais, Arthur da Silva Bernardes, e inaugurada em 1926. Sua implantação em Viçosa, embora escolhida por uma comissão que avaliou áreas em alguns municípios da Zona da Mata, teve um caráter eminentemente político, uma vez que o presidente do estado de Minas Gerais em 1922 e presidente da república em 1926, Arthur Bernardes, era natural da cidade.

Assim, em 1927 foram iniciadas as atividades didáticas, com a instalação dos Cursos Fundamental e Médio e, no ano seguinte, do Curso Superior de Agricultura. Em 1932 foi a vez do Curso Superior de Veterinária. Em 1948, o governo do estado a transformou em Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG), reunindo a Escola Superior de Agricultura, a Escola Superior de Veterinária, a Escola Superior de Ciências Domésticas, a Escola de Especialização (Pós-Graduação), o Serviço de Experimentação e Pesquisa e o Serviço de Extensão. A implantação da ESAV constitui-se como um novo balizador para o crescimento da cidade, tanto do ponto de vista físico-territorial quanto em relação às atividades comerciais e de serviços. Contudo, será sua federalização, em 1969, o marco efetivo de inflexão no crescimento urbano de Viçosa. Ao longo da década de 1970, a agora Universidade Federal de Viçosa irá passar por um processo de expansão com grande aporte de recursos, fator que contribuiu de forma importante para acelerar o processo de urbanização a partir daquela década. Conforme Ribeiro Filho (1997, p. 115-116):

> A partir da instalação da Universidade as dinâmicas física, social, cultural, política, econômica mudam totalmente, e a cidade passa a se desenvolver em razão da expansão da própria Universidade. No início, de forma mais lenta e, a partir da década de 70 [1970], mais rapidamente. Pode-se dizer que a cidade vive em função da Universidade.

Pontuados, então, os aspectos mais relevantes do desenvolvimento dos municípios de Brás Pires e Viçosa até a década de 1950, passemos agora a uma exploração mais detida sobre suas características contemporâneas e como elas se configuraram ao longo da segunda metade do século XX.

2.1 Brás Pires e a urbanização nas pequenas cidades

Ao caracterizar um município com tão inexpressivo contingente demográfico – 4.637 habitantes, sendo que, destes, residem atualmente na área urbana apenas 2.223 indivíduos, cerca de 48% de sua população (IBGE, Censo Demográfico 2010) –, inevitavelmente surgem questionamentos sobre quão urbano ele é. Essa é uma inquietação comum a muitos dos estudos produzidos sobre as pequenas cidades nas últimas décadas. Como se sabe, para fins de nossas estatísticas oficiais, são consideradas cidades os núcleos sede de município e o IBGE distingue as situações urbana e rural do modo como são legalmente definidas. Assim, a população urbana corresponde às pessoas e domicílios recenseados

nas áreas urbanas, “que são as áreas internas ao perímetro urbano de uma cidade ou vila, definido por Lei Municipal. Os domicílios de situação rural são aqueles localizados nas áreas rurais, definidas como áreas externas aos perímetros urbanos” (IBGE, 2016, p. 309).

Embora deva ser reconhecida a necessidade de um critério objetivo frente à complexidade da operação estatística, essa classificação desconsidera as características econômicas e sociais diversas conforme o tamanho e a função das cidades no interior da rede urbana. Este fator já suscitou, inclusive, questionamentos em relação ao grau efetivo de urbanização da população brasileira na atualidade. Para José Eli da Veiga (2002), tal critério é obsoleto, pois considera urbana toda sede de município (cidade) e de distrito (vila), sejam quais forem suas características. “O caso extremo está no Rio Grande do Sul, onde a sede do município União da Serra é uma ‘cidade’ na qual o Censo Demográfico de 2000 só encontrou 18 habitantes” (VEIGA, 2002, p. 32). O argumento do autor perpassa pelo fato de que a imensa maioria dos pequenos municípios possui economia essencialmente fundamentada na utilização direta dos recursos naturais, com forte participação das atividades agrícolas na geração de renda[13]. Para Maria de Nazareth Wanderley (2001, p. 5), o significado das pequenas cidades enquanto expressão de um “ethos urbano”, que organiza, administra e integra uma sociedade local, rural e urbana, não pode ser minimizado. No entanto, parece evidente que essas cidades, por sua própria dimensão, impõem limites a uma verdadeira experiência da vida urbana. Em grande parte desses municípios a urbanização ainda é frágil, em decorrência da falta de diversificação das atividades econômicas e da oferta de serviços, que se concentram nas grandes e médias cidades.

Nos pequenos municípios, a maior “presença do mundo rural” pode ser percebida através de diversos indicadores socioeconômicos e demográficos, tais como a proporção da população rural no conjunto da população municipal; o número de pessoas que, residindo nas áreas urbanas, trabalham no meio rural; e a proporção das pessoas ocupadas nas atividades agropecuárias sobre o conjunto da população ocupada no município. Além disso, a pequena cidade mantém uma série de características específicas do mundo rural, como o povoamento reduzido, a predominância das paisagens naturais e das relações sociais de interconhecimento (WANDERLEY, 2001, p. 6). Todas essas características podem ser observadas para o município de Brás Pires. Além da maioria da população ainda residir no meio rural, o núcleo urbano tem dimensões reduzidas e o contato visual com as paisagens naturais e agrícolas é bastante presente (FIG. 2, na página seguinte).

[13] A grande maioria dos atuais municípios brasileiros pode ser considerada de pequeno porte. Dos 5.507 municípios existentes, 69% têm menos de 20.000 habitantes. E embora eles possuam, na atualidade, apenas 18,5% da população brasileira, neles reside cerca de 45% da população rural do país (BRASIL, 2008), fator que revela a relevância desses municípios relativamente ao contexto rural do Brasil.

FIGURA 2 – Vista da área central da cidade de Brás Pires
(detalhe das montanhas e vegetação ao fundo)

Fonte: Arquivo da autora, 2017.

Do ponto de vista econômico, pela TABELA 1 percebemos que as atividades agropecuárias são bastante expressivas na geração de riqueza, sendo responsáveis por 41,3% do PIB municipal no ano de 2013. De maneira equivalente, a maioria da população economicamente ativa (PEA) no município está ocupada no setor agropecuário e extrativo (TAB. 2), destacando-se a pecuária leiteira e a produção de milho, seguida da de feijão, como as principais atividades desenvolvidas (BRÁS PIRES, 2011, p. 32).

TABELA 1 – Percentual (%) do Produto Interno Bruto por setores da economia, Brás Pires-MG

Ano	Agropecuária	Indústria	Serviços
1999	30,5	10,9	56,4
2002	27,6	7,0	63,6
2005	29,1	7,6	60,3
2008	22,4	7,8	67,4
2011	21,0	9,9	69,1
2013	41,3	7,4	51,3

Fonte: IBGE cidades@, 2016.

TABELA 2 - Percentual da PEA por setores de atividade econômica, Brás Pires-MG

Setores / Ano	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Atividades agropecuárias e extrativas	91	86	77	67	65	48
Atividades industriais	2	6	9	11	9	11
Comércio e serviços diversos	7	7	13	20	23	35

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

Contudo, pelas mesmas TABELAS 1 e 2 podemos perceber que o setor terciário vem ganhando cada vez mais espaço entre as atividades municipais. Ainda que pouco diversificado – como na maioria das pequenas cidades brasileiras – e visivelmente concentrado no comércio varejista (TAB. 3), esse setor vem sendo responsável pelo maior percentual de geração de riqueza no conjunto do PIB municipal ao longo dos últimos anos.

TABELA 3 – Número de empresas e outras organizações por seção da classificação de atividades, Brás Pires-MG (2013)

Atividade	Número de empresas
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	5
Indústrias extrativas	5
Indústrias de transformação	4
Eletricidade e gás	-
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	-
Construção	1
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	31
Transporte, armazenagem e correio	1
Alojamento e alimentação	2
Informação e comunicação	1
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	-
Atividades imobiliárias	-
Atividades profissionais, científicas e técnicas	-
Atividades administrativas e serviços complementares	2
Administração pública, defesa e seguridade social	2
Educação	2
Saúde humana e serviços sociais	1
Artes, cultura, esporte e recreação	1
Outras atividades de serviços	9
Serviços domésticos	-
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	-

Fonte: IBGE, Cadastro Central de Empresas, 2016.

Quanto à população economicamente ativa, desde o ano de 1960 – quando o município, após sua emancipação em 1953, tem essa característica investigada pelo Censo Demográfico – seu percentual nas atividades agropecuárias e extrativas vem caindo sistematicamente e, de maneira inversa, o pessoal ocupado nas atividades de comércio e serviços vem crescendo de forma contínua (TAB. 2). Mesmo nas atividades industriais é possível notar um pequeno crescimento da PEA ao longo dos anos, embora a indústria seja quase inexpressiva no conjunto das atividades municipais. No geral, os dados parecem

indicar um reforço das atividades eminentemente urbanas nas últimas décadas. Também a evolução do grau de urbanização nos leva a essa inferência. Embora cerca de metade da população braspirense continue residindo nas áreas rurais, esse percentual vem caindo ao longo do tempo e, de maneira inversa, cresce o percentual relativo da população residindo na área urbana (TAB. 4).

TABELA 4 - Grau de urbanização de 1950 a 2010, Brasil, Minas Gerais, Brás Pires e Viçosa

Unidade territorial	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Brasil	36,2	44,7	55,9	67,6	75,6	81,2	84,4
Minas Gerais	29,8	39,8	52,8	67,1	74,9	82,0	85,3
Brás Pires	10,0*	**	13,1	15,3	24,1	35,3	47,9
Viçosa	35,1	44,2**	66,1	80,5	89,9	92,2	93,2

* No ano de 1950, Brás Pires ainda não havia se emancipado como município, o que irá ocorrer em 1953. Desse modo, esse dado se refere ao distrito denominado Brás Pires, no município de Senador Firmino.

** A publicação referente ao Censo Demográfico de 1960, disponível para consulta pública, não apresenta os dados de população rural e urbana desagregados por município, o que inviabiliza o cálculo desse índice para o ano de 1960. No caso do município de Viçosa, os dados de população rural e urbana foram encontrados em RIBEIRO FILHO, 1997, p. 15.

Fonte: IBGE – Censos Demográficos de 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010; RIBEIRO FILHO, 1997, p. 15.

Desse modo, ainda que os dados econômicos e demográficos atestem a influência e a importância do setor agropecuário para Brás Pires, eles também tornam perceptível o aumento da significância das atividades urbanas nas últimas décadas. Conforme exposto na parte introdutória deste trabalho, compartilhamos da hipótese de que a urbanização contemporânea, atrelada ao processo de expansão do modo de produção capitalista, tem conduzido à formação de uma sociedade eminentemente urbana que, se ainda não se materializa na totalidade do planeta, tem seguido nessa direção. Esse processo tem conduzido a profundas transformações na “antiga contradição cidade-campo” (CARLOS, 2003). Assim como as cidades foram profundamente impactadas pela industrialização e suas consequências econômicas, sociais, culturais e espaciais, também o campo o foi e ambos continuam sofrendo esses impactos e se transformando, em si e em suas relações. Temos observado um progressivo aumento das inter-relações entre cidade e campo, favorecido pela generalização da economia monetária. As lógicas de produção e consumo que orientam a vida na cidade pós-industrialização têm se entendido às áreas e populações rurais como parte do processo de expansão do próprio sistema (econômico e social) capitalista. Tais fatores tornam cada vez menos producente a tentativa de dicotomização entre o meio urbano e o meio rural. Desse modo, a inflexão apontada pelos dados estatísticos indica, em último caso, a inserção do município no conjunto das tendências gerais da urbanização brasileira, embora revestido de uma temporalidade específica e de certas particularidades que caracterizam, hoje, a urbanização nos pequenos municípios.

Como pode ser observado na TABELA 5, ainda que os moradores do município e da cidade de Viçosa – com maior população e economia mais diversificada que Brás Pires – tenham um percentual mais alto de acesso a uma gama variada de bens e serviços produzidos pela indústria moderna, os moradores de Brás Pires, principalmente aqueles de sua área urbana, também vêm participando do mercado de consumo desses produtos. Para alguns deles, como a televisão e a motocicleta, o percentual de domicílios que os acessam praticamente se equipara entre os dois municípios. Além disso, a tendência geral é de crescimento do consumo desses produtos e serviços. Isso pode ser notado, por exemplo, pelo crescimento no número de acessos à internet fixa: em 2010 esse serviço poderia ser encontrado em 7,2% do total de domicílios do município de Brás Pires (vide TAB. 5), em 2014 esse percentual aumentou substancialmente, alcançando cerca de 15% desses mesmos domicílios (BRASIL. Ministério da Saúde. DATASUS, 2017; BRASIL. Portal brasileiro de dados abertos, 2017).

TABELA 5 - Bens duráveis existentes nos domicílios, Brás Pires e Viçosa (2010)
(percentual sobre o número de domicílios em cada situação: total, urbana ou rural)

Bens duráveis	Brás Pires			Viçosa		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Rádio	68,7	58,7	79,1	86,9	86,4	95,4
Televisão	92,7	95,6	89,8	97,8	97,9	94,9
Máquina de lavar roupas	15,2	14,2	16,4	45,4	46,6	26,9
Geladeira	83,8	90,0	77,5	96,5	96,9	90,9
Telefone celular	56,9	76,2	37,0	85,0	85,6	75,5
Telefone fixo	15,2	25,0	5,0	45,5	47,8	10,6
Computador	11,7	18,7	4,6	52,2	54,5	18,5
Acesso à internet fixa	7,2	12,5	1,7	43,8	46,1	9,0
Motocicleta	33,7	27,6	40,0	27,8	26,7	45,3
Automóvel	20,4	23,5	17,2	42,2	43,2	26,7

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

O valor da renda média domiciliar *per capta*[14] em cada um dos municípios em estudo de certa forma esclarece essa diferença nos níveis de consumo. Para o ano de 2010, esse valor era de R$ 297,22 para o município de Brás Pires, o que corresponde a menos da metade da renda média domiciliar *per capta* calculada para o estado de Minas Gerais, de R$ 733,24. Já Viçosa registrava, no mesmo ano, valor superior ao do estado, chegando a R$ 872,59. O maior poder aquisitivo dos moradores do município de Viçosa justifica, assim, seu maior consumo de bens industrializados e serviços modernos. Por outro lado, para o mesmo

[14] A renda média domiciliar *per capta* corresponde à média dos valores obtidos mediante a soma dos rendimentos mensais dos moradores do domicílio dividida pelo número desses mesmos moradores.

ano de 2010, o Índice de Gini[15] da renda domiciliar *per capta* segundo cada município indica Brás Pires como um município onde a concentração de renda é menor que em Viçosa. Para Brás Pires esse índice ficou em 0,4487. No caso de Viçosa, o índice registrado foi 0,5628 (BRASIL. Ministério da Saúde. DATASUS, 2017).

Relativamente aos principais serviços urbanos disponibilizados à população (TAB. 6), a cidade de Viçosa se encontra mais bem estruturada, na medida em que oferece a seus habitantes uma cobertura sensivelmente maior. No entanto, progressivamente a população de Brás Pires vem ampliando seu acesso a esses serviços, inclusive no meio rural. Exemplo disso é o crescimento no número de domicílios rurais servidos com energia elétrica. No ano 2000, cerca de 62% dos domicílios rurais do município estavam integrados à rede de fornecimento, em 2013 esse número subiu para aproximadamente 75% dos domicílios rurais (IBGE, Censo Demográfico 2000; BRASIL. Ministério da Saúde. DATASUS, 2017).

TABELA 6 - Serviços urbanos, Brás Pires e Viçosa (2013)
(percentual de domicílios urbanos atendidos)

Município	Energia elétrica	Abastecimento de Água	Coleta de esgoto	Coleta de Lixo
Brás Pires	86,9	65,1	64,7	63,8
Viçosa	99,1	90,6	90,4	91,8

Fonte: BRASIL. Ministério da Saúde. DATASUS, 2017.

Um aspecto que tem chamado atenção dos estudiosos relativamente à dinâmica recente dos pequenos municípios é o processo de perda ou estagnação populacional que muitos deles vêm sofrendo, sobretudo nas três últimas décadas (ver BACELAR, 2009, p.14; ENDLICH, 2009; SOARES e MELO, 2010, p. 244). Dos 2.616 municípios brasileiros com menos de 10 mil habitantes, 964, ou seja, cerca de 37% apresentaram perda de população no último período intercensitário. Brás Pires seguiu essa tendência (TAB. 7 e FIG. 3, na página seguinte).

No entanto, quando desagregamos os dados e observamos separadamente o comportamento da população urbana e rural, percebemos que o decréscimo populacional é resultado fundamentalmente da perda acentuada de população no meio rural, principalmente a partir dos anos de 1980. Embora o forte êxodo rural ainda seja uma realidade para o município, sua população urbana vem crescendo, atualmente em taxas que se equiparam ou superam as médias nacionais e de cidades maiores (TAB. 8).

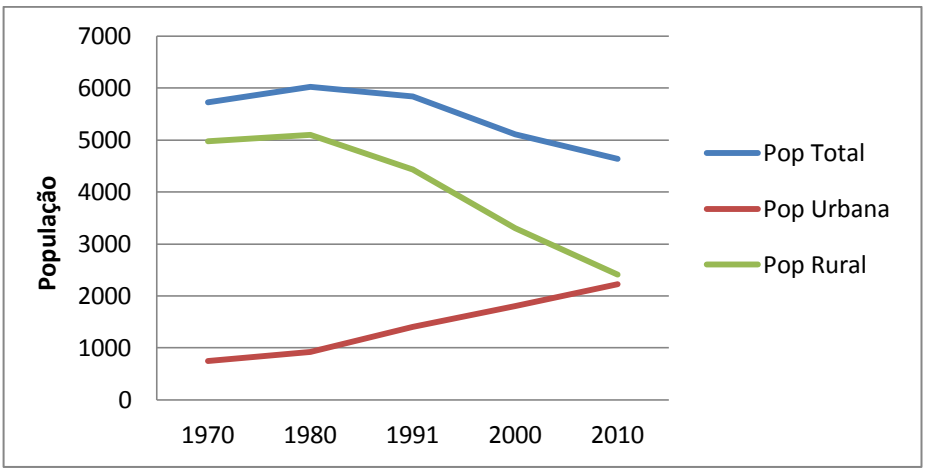
[15] Criado pelo matemático italiano Conrado Gini, o Índice de Gini é usado como indicador do grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 (zero) a 1 (um). O valor 0 representa a situação de igualdade, em que todos têm a mesma renda. O valor 1 está no extremo oposto, pois indica que uma só pessoa detém toda a riqueza. Desse modo, quanto mais próximo de 1 for o valor do Índice de Gini maior a concentração de renda num determinado grupo de pessoas (WOLFFENBÜTTEL, 2004).

TABELA 7 – População total, urbana e rural, 1970 a 2010, Brás Pires-MG

Anos	1970	1980	1991	2000	2010
População Total	5725	6026	5836	5107	4637
População Urbana	750	923	1404	1805	2223
População Rural	4975	5103	4432	3302	2414

Fonte: IBGE - SIDRA, Censos Demográficos 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

FIGURA 3 – Curvas de crescimento da população total, urbana e rural, Brás Pires-MG



Fonte: IBGE - SIDRA, Censos Demográficos 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

TABELA 8 - Taxa média de crescimento anual da população residente (%)

Unidade territorial	1950-1960*	1960*-1970	1970-1980			1980-1991			1991-2000			2000-2010		
	Total	Total	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Brasil	2,99	2,89	2,48	4,48	-0,61	1,93	3,06	-0,82	1,64	2,19	-1,23	1,17	1,57	-0,65
Minas Gerais	2,5	1,58	1,54	4,01	-2,08	1,49	2,50	-0,95	1,43	2,46	-2,26	0,91	1,31	-1,10
Brás Pires	0,09	1,30	0,51	2,10	0,25	-0,29	3,89	-1,27	-1,47	2,83	-3,22	- 0,96	2,10	-3,08
Viçosa	**	**	4,13	6,20	-1,49	2,68	3,71	-3,29	2,56	2,84	-0,30	1,08	1,19	-0,29

* A publicação referente ao Censo Demográfico de 1960, disponível para consulta pública, não apresenta os dados de população rural e urbana desagregados por município, o que inviabiliza o cálculo das taxas de crescimento dessas populações entre os anos de 1950, 1960 e 1970.

** A publicação referente ao Censo Demográfico de 1960, disponível para consulta pública, não apresenta o dado de população desagregado por distrito. Considerando que Viçosa irá perder o distrito de São Miguel do Anta em 1953 e o de Cajuri em 1962, o cálculo dessa taxa fica inviabilizado.

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

Tais números seguem uma tendência que, no caso do estado de Minas Gerais, já se mostra evidente. Segundo estudo divulgado pela Fundação João Pinheiro (2003, p. 18), na década de 1990, em Minas Gerais, as taxas de crescimento da população urbana dos municípios com até 20.000 habitantes estiveram entre as maiores do estado, ficando atrás apenas das taxas de crescimento dos municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte (TAB. 9, na página seguinte). Ao que parece, apesar das elevadas perdas de população no campo, as pequenas cidades estão conseguindo absorver parte do êxodo

rural. Além disso, esse crescimento pode estar relacionado a uma parcela de migração de retorno. Desse modo, com algumas décadas de atraso em relação aos grandes centros, a urbanização nos pequenos municípios tem apresentado sensível processo de intensificação na atualidade.

TABELA 9 – Taxas de crescimento da população, segundo tamanho populacional, municípios de Minas Gerais por faixas de população, 1970-1980 / 1980-1991 / 1991-2000

Especificação	1970-1980			1980-1991			1991-2000		
	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural
Minas Gerais	1,5	4,0	-2,1	1,5	2,5	-1,0	1,4	2,4	-2,3
RMBH	4,7	...	...	2,5	...	...	2,4	...	...
Belo Horizonte	3,7	...	...	1,2	...	...	1,1	...	...
RMBH entre 100 e 500 mil habitantes	9,7	...	...	4,4	...	...	3,9	...	...
Restante da RMBH	6,3	...	...	5,3	...	...	3,8	...	...
Restante do Estado									
de 100 a 500 mil hab.	3,0	4,6	-3,7	2,2	2,5	-1,0	2,1	2,3	-1,3
de 50 a 100 mil hab.	2,4	3,8	-1,4	1,7	2,3	-0,7	1,6	2,1	-2,2
de 20 a 50 mil hab.	1,0	3,8	-2,2	1,1	2,5	-1,1	0,9	2,0	-2,1
de 10 a 20 mil hab.	0,0	2,9	-2,0	0,9	2,8	-1,2	0,8	2,5	-2,0
Menos de 10 mil hab.	-0,1	3,0	-1,9	0,5	2,6	-1,3	0,4	2,9	-1,6

Fonte: FUNDAÇÃO..., 2003, p. 18.

Esse ritmo relativamente mais acentuado de crescimento das áreas urbanas possivelmente tem trazido novos desafios para a gestão das pequenas cidades. No caso de Brás Pires, nas duas últimas décadas temos observado o progressivo aumento dos problemas relacionados ao crescimento urbano, como a ocupação de áreas alagáveis e encostas, desmatamento, problemas de saneamento em seus diversos aspectos (abastecimento de água, gerenciamento e destinação adequada do esgoto e do lixo), questões relacionadas ao tráfego de veículos e à violência urbana. A urbanização vem se mostrando, assim, um processo cada vez mais impactante a essa pequena cidade.

Outro dado que revela a progressiva integração do município à sociedade urbano-industrial nacional é o gradativo aumento do percentual de sua população participante da população economicamente ativa, sobretudo na década de 1990 (TAB. 10, na página seguinte). Sendo a população economicamente ativa aquela que exerce (ou está disponível para exercer) trabalho remunerado (IBGE, 2016, p. 330-332), ou seja, aquela que disponibiliza sua força de trabalho para venda, o aumento dessa população relativamente ao total de habitantes do município significa uma maior inserção desses indivíduos, e do próprio município, na economia de mercado.

TABELA 10 - Percentual da população total integrante da PEA, Brás Pires-MG

Ano	1960	1970	1980	1991	2000	2010
%	30	27	28	32	45	38

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

No entanto, é de se notar a queda desse percentual registrada pelo último Censo Demográfico. Possivelmente, a razão para isso reside no aumento do número de idosos e aposentados – que não exercem atividade remunerada e, assim, não participam da população economicamente ativa – no conjunto da população total do município. Corrobora essa hipótese a pesquisa realizada por Nágela Melo (2008, p. 274-287) com os pequenos municípios da microrregião geográfica de Catalão, no estado de Goiás. Segunda a autora, o aumento da proporção de idosos face à população total dos municípios por ela estudados relaciona-se tanto à migração de retorno de indivíduos mais maduros quanto à emigração da população mais jovem. Embora os motivos para o retorno dos migrantes tenham sido variados – busca por tranquilidade, problemas familiares, investimento em negócios, oportunidades de trabalho, ficar próximo à família, não adaptação ao outro lugar, insucesso nos planos que induziram à migração, entre outros –, Melo (2008, p. 287) destaca a frequência com que a aposentadoria foi citada em suas entrevistas:

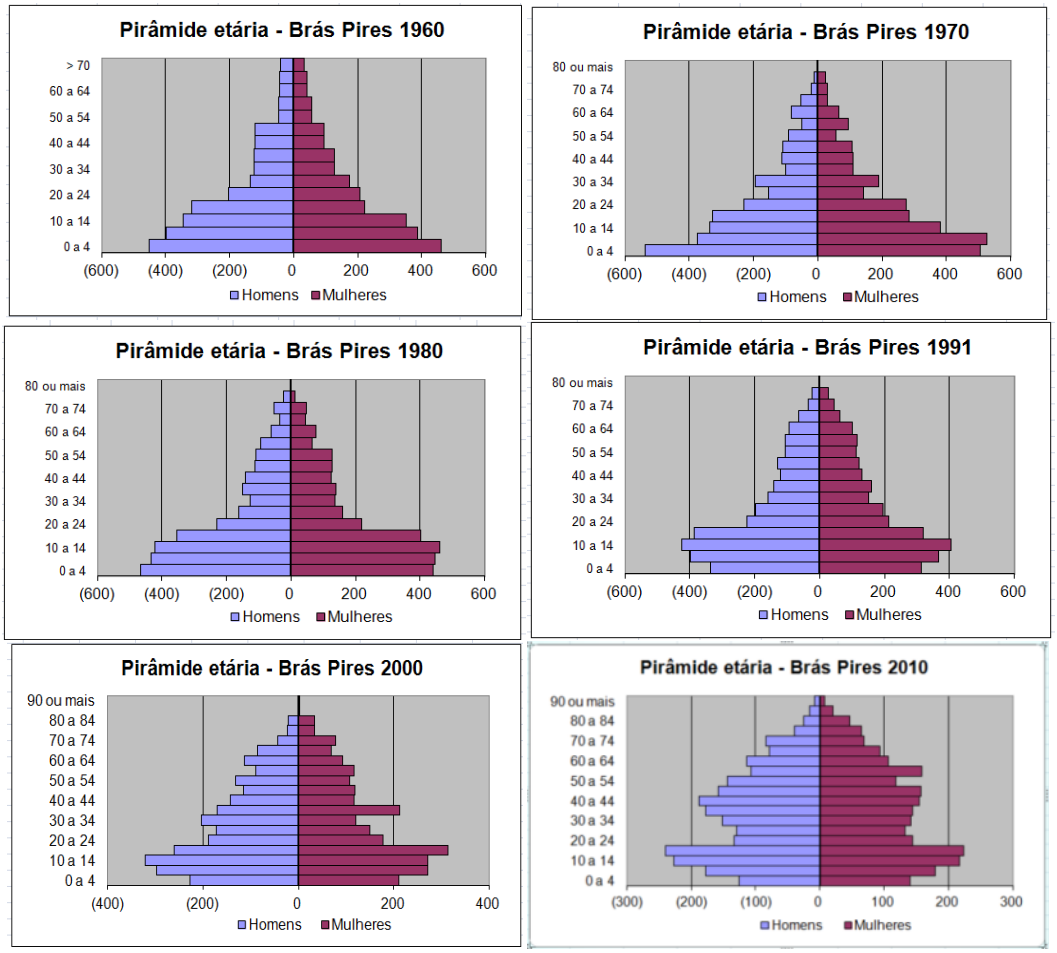
> Em geral, o que predomina é um movimento de retorno de pessoas que migraram quando jovens e que, após se aposentarem, adquiriram estabilidade financeira; ou, ainda, regressam para as pequenas cidades, de onde são originários, em busca da tranqüilidade e da assistência pública que estes lugares oferecem.

Por outro lado, a autora aponta que a intenção de se mudar das pequenas cidades variou em função da faixa etária dos entrevistados, ou seja, a vontade de migrar se fez presente, com maior intensidade, entre os grupos sociais mais jovens. Fator que sugere a existência de uma migração induzida principalmente pela busca de oportunidades de trabalho.

Para o município de Brás Pires, a migração da população mais jovem pode ser observada pela conformação de sua pirâmide etária nas últimas décadas (FIG. 4, na página seguinte; BRÁS PIRES, 2011, p. 21-25). Mais visível para o ano de 2010, o brusco estreitamento da pirâmide nas faixas de idade correspondentes à juventude (entre 19 e 34 anos), formando uma figura geométrica diferenciada, permite inferir que a maior parte do êxodo acontece imediatamente após a conclusão do ensino médio. Quanto à faixa etária de 0 a 14 anos, referente à infância, enquanto em 1970 ela representava 46,5% da população total, em 2010 esse índice caiu para 22,99%, evidenciando uma acentuada queda na taxa de natalidade municipal. As idades adulta (entre 30 e 59 anos) e idosa (acima de 60), por outro lado, apresentaram uma tendência de crescimento no mesmo período. Essas faixas

etárias representavam, respectivamente, 23,08 e 5,75% sobre o total em 1970 e, em 2010, passaram a compor 38,8 e 16,6% da população braspirense (BRÁS PIRES, 2011, p. 23). Desse modo, relativamente a dinâmica de natalidade e expectativa de vida, o município de Brás Pires parece estar em sintonia com a tendência nacional. Enquanto a população infantil diminuiu expressivamente seu percentual devido à redução da taxa de natalidade, as populações adulta e idosa se ampliaram, evidenciando o processo de envelhecimento da população. A pirâmide etária municipal vem ganhando, assim, uma conformação mais estreita na base e mais larga na porção intermediária e superior (FIG. 4).

FIGURA 4 – Pirâmides etárias 1960-2010, Brás Pires- MG.



Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

Quanto ao padrão fundiário do município, pela TABELA 11 (na página seguinte) observamos o predomínio das pequenas propriedades, característica que vem se acentuando ao longo do tempo. Entre 1960 e 2006 a quantidade de estabelecimentos agropecuários cresceu de forma relativamente contínua, praticamente dobrando seu número. Afora a existência de um processo isolado de concentração de terras – caracterizado pelo aparecimento, em 2006, de uma gleba com mais de 500 hectares –, os estabelecimentos que mais aumentaram em número foram os menores, de até 10 hectares.

A faixa entre 10 e 100 hectares registrou aumento no número de estabelecimentos até o ano de 1985, depois seguiu em queda. Já a faixa de 100-500 hectares, de propriedades maiores, teve diminuição contínua tanto no número de estabelecimentos quanto na área que eles ocupavam. Desse modo, atualmente cerca de 75% dos estabelecimentos rurais do município possuem até 10 hectares e 99%, até 100 hectares.

TABELA 11 - Padrão Fundiário, Brás Pires-MG
(número e área dos estabelecimentos agropecuários por classe de área, em hectares)

Ano	Total		0-10		10-100		100-500		mais de 500	
	N°	Área	N°	Área	N°	Área	N°	Área	N°	Área
1960	386	13.800	161	797	192	6.806	33	6.197	-	-
1970	514	14.421	193	911	301	9.824	20	3.689	-	-
1980	607	14.868	279	1.314	309	10.265	19	3.286	-	-
1985	575	14.169	230	1.110	329	10.516	14	2.440	-	-
1995-96	646	*	413	*	222	*	11	*	-	-
2006	765	*	574	*	182	*	8	*	1	*

* Os Censos Agropecuários de 1995-96 e de 2006 não disponibilizaram essa informação.

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários de 1960, 1970, 1980, 1985, 1995-96, 2006.

O predomínio das pequenas propriedades rurais, conforme já comentado, relaciona-se ao processo histórico de ocupação territorial não só do município de Brás Pires mas de parte da região que hoje constitui a Zona da Mata mineira. Sua persistência ao longo do tempo sugere, por um lado, a ocorrência do processo de adensamento populacional do meio rural, fator que caracterizou a transição demográfica da população brasileira, tendo como consequência a progressiva subdivisão das propriedades e o próprio êxodo rural. Por outro lado, como mais recentemente o adensamento do meio rural se reverteu num processo de esvaziamento, a manutenção dessa característica indica a continuidade de uma paisagem agrária onde predominam os pequenos agricultores e a produção familiar, embora cada vez mais integrados à dinâmica geral da sociedade urbano-industrial brasileira.

2.2 Viçosa e um acelerado crescimento urbano

No estudo “Região de Influência das Cidades”, publicado pelo IBGE em 2007, foi elaborada uma classificação dos centros urbanos do país e de suas respectivas áreas de influência. Segundo o documento, para estabelecer essa classificação foi privilegiada “a função de gestão do território, avaliando níveis de centralidade do Poder Executivo e do Judiciário no nível federal, e de centralidade empresarial, bem como a presença de diferentes equipamentos e serviços” (IBGE, 2007, p. 11). As cidades foram classificadas em cinco grandes níveis, subdivididos em dois ou três subníveis. Viçosa (FIG. 5 e 6) aparece nesse estudo como “centro sub-regional b”, o que corresponde ao terceiro nível da

hierarquia urbana, tendo como características atividades de gestão menos complexas e área de atuação mais reduzida, sendo que os relacionamentos com centros externos à sua própria rede ocorrem, em geral, apenas com as três metrópoles nacionais (São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília). Tal classificação é indicativa da influência da cidade sobre seu contexto local. Inserida numa região com grande número de pequenos municípios, a diversificação atingida por suas atividades comerciais e de serviços é suficiente para polarizar a hinterlândia microrregional[16] e no que se refere aos serviços educacionais e científicos, Viçosa extravasa os limites regionais, alcançando influência no contexto nacional.

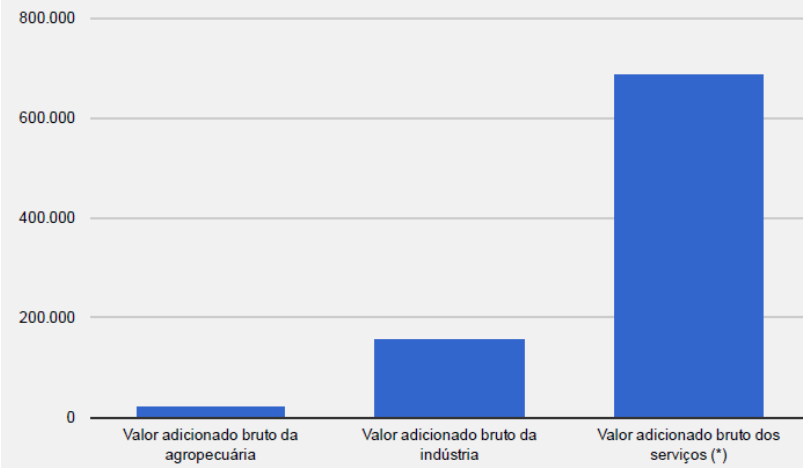
FIGURAS 5 e 6 – Aspecto da cidade de Viçosa na atualidade.
(Da esquerda para a direita, Rua Arthur Bernardes e Avenida P. H. Rolfs)

Fonte: Arquivo da autora, 2017.

Conforme pode ser observado na TABELA 4 (p. 40), o município hoje caracteriza-se pelo elevado grau de urbanização, superior aos índices brasileiro e mineiro, com 93,2% de sua população residindo em áreas urbanas. Esse fator é indicativo de uma maior concentração da economia municipal nas atividades eminentemente urbanas, sobressaindo-se aí o setor terciário (FIG. 7, na página seguinte). A proeminência do setor de serviços em relação à agropecuária e à indústria encontra justificativa no desenvolvimento da cidade de certa forma atrelado ao desenvolvimento da Universidade Federal de Viçosa. O contingente de estudantes, professores e servidores que a UFV vem atraindo desde sua criação contribui, de forma direta e indireta, para dinamizar esse setor. Desse modo, a atividade agrícola, ligada ao surgimento e desenvolvimento do município ao longo do século XIX e primeiras décadas do século XX, não apresenta mais o mesmo grau de importância.

[16] Segundo esse mesmo estudo, Viçosa exerce papel de centralidade sobre os seguintes municípios: Araponga, Cajuri, Canaã, Coimbra, Ervália, Paula Cândido, Pedra do Anta, Porto Firme, Presidente Bernardes, São Miguel do Anta e Teixeiras, todos no estado de Minas Gerais (IBGE, 2007, p. 32).

FIGURA 7 – Produto Interno Bruto por setores da economia, Viçosa-MG (2013)



(*) Exclusive administração, saúde e educação públicas e seguridade social.

Fonte: IBGE cidades@, 2016.

De maneira semelhante a Brás Pires, o meio rural em Viçosa é marcado por expressivo número de pequenas propriedades, característica que vem se acentuando ao longo do tempo (TAB. 12). Num processo contínuo de parcelamento do solo rural, Viçosa chega ao ano de 2006 com 66,4% de suas propriedades rurais com até 10 hectares, 99,2% com até 100 hectares e nenhuma propriedade acima dos 500 hectares.

TABELA 12 - Padrão Fundiário, Viçosa-MG
(número e área dos estabelecimentos agropecuários por classe de área, em hectares)

Ano	Total		0-10		10-100		100-500		mais de 500	
	N°	Área	N°	Área	N°	Área	N°	Área	N°	Área
1960	627	31.328	182	996	378	12.489	60	12.678	7	5.165
1970	880	22.382	375	1.740	475	14.287	28	4.244	2	2.112
1980	793	22.068	289	1.506	476	14.842	26	4.197	1	1.518
1985	935	21.898	401	1.879	510	15.004	23	3.516	1	1.494
1995-96	454	*	162	*	280	*	12	**	-	-
2006	1.098	*	729	*	360	*	9	**	-	-

* Censos Agropecuários de 1995-96 e de 2006 não disponibilizaram essa informação.

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários de 1960, 1970, 1980, 1985, 1995-96 e 2006.

Por um lado, o processo simultâneo de parcelamento do solo e êxodo rural ocorre em virtude do adensamento populacional de áreas rurais já bastante povoadas, conforme exposto anteriormente. Por outro, a continuidade desse processo no município certamente se vincula ao contexto de amplas transformações pelas quais o meio rural brasileiro vem passando nas últimas décadas[17]. Uma dessas transformações é a diversificação de uso das

[17] O amplo espectro de transformações pelas quais o meio rural vem passando na contemporaneidade abarca alterações importantes na estrutura social e econômica das populações rurais e nos tipos de atividades hoje

áreas rurais, que se tornam cada vez menos agrícolas. Dentre esses novos usos, destacam-se as atividades de turismo e lazer. Em Viçosa, é comum a aquisição de chácaras para estadia de fins de semana e a oferta de sítios para locação, destinados à realização de festas e eventos diversos. Possivelmente essas novas atividades, em conjunto com um dinâmico setor imobiliário, têm contribuído para a continuidade e reforço do processo de parcelamento do solo rural no município.

Contudo, práticas da agricultura familiar voltadas para a produção de gêneros alimentícios de subsistência e para o mercado local ainda podem ser encontradas. A lavoura cafeeira continua respondendo pela maior parte da produção agrícola voltada à comercialização fora do município, dividindo com a pecuária bovina o posto de principal atividade agrícola (IBGE, Censo Agropecuário 2006). Algumas pequenas empresas locais também realizam o processamento e a comercialização do café. O setor industrial, relativamente pouco expressivo, é marcado pela agroindústria, pela construção civil e por um conjunto de empresas de pequeno porte que atendem, com poucas exceções, à população da cidade e de seu entorno microrregional (ver CENSUS, 2010; PEREIRA, 2005).

No entanto, é mesmo no setor terciário que a economia local se estrutura. Conforme pode ser observado na TABELA 13, ao longo da segunda metade do século XX houve uma inversão entre os percentuais de população economicamente ativa nas atividades agropecuárias e extrativas e naquelas de comércio e serviços. A partir de 1970 o percentual da PEA no setor terciário superou os demais setores e seguiu aumentando seu valor relativo ao longo do tempo. De maneira inversa, a diminuição da importância econômica das atividades agrícolas pode ser verificada pela queda sistemática do percentual de participação da PEA ocupada em atividades agropecuárias e extrativas.

TABELA 13 - Percentual da PEA por setores de atividade econômica, Viçosa-MG

Setores / Ano	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Atividades agropecuárias e extrativas	59	34	14	11	9	8
Atividades industriais	7	14	20	15	15	15
Comércio e serviços diversos	34	52	65	71	65	70

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

Conforme apontado por Milton Santos (1993, p. 23), o aumento do grau de urbanização acompanhado pelo crescimento do percentual da população economicamente ativa no setor terciário é traço característico da urbanização brasileira. Desse modo, de um município eminentemente rural na década de 1950, Viçosa irá acompanhar, de forma até um pouco mais acentuada, o crescimento das taxas de urbanização do Brasil e de Minas

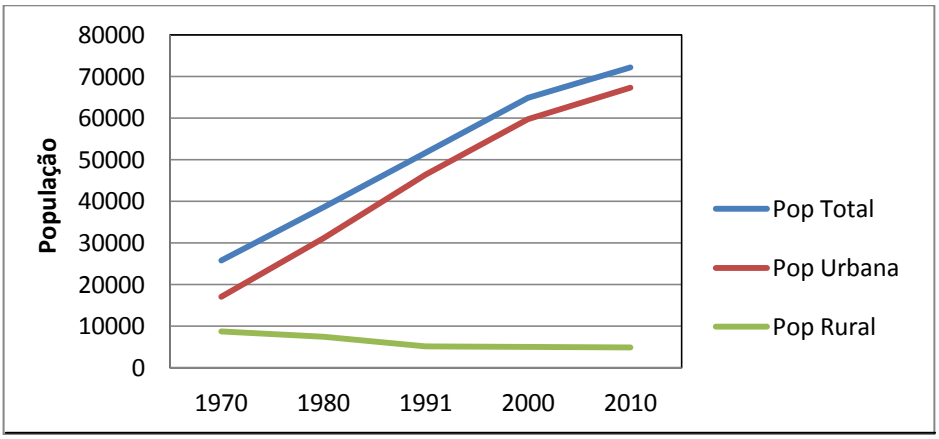
---

desenvolvidas no campo, tudo isso em razão do aumento das inter-relações entre campo e cidade. A título de iniciação nessa temática ver Abramovay (2000), Graziano da Silva (2001) e Rua (2006).

Gerias, com a inflexão entre os percentuais de população rural e urbana ocorrendo ao longo da década de 1960 (TAB. 4, p. 40). No entanto, o maior incremento demográfico relativo do município e, principalmente, da cidade irá ocorrer na década seguinte. Ao longo do decênio de 1970 sua população total cresceu a uma taxa de 4,13% ao ano, e a população urbana, 6,20% ao ano, índices superiores às taxas de crescimento do Brasil e de Minas Gerais para o período (TAB. 8, p. 43). Quanto à população rural, nos anos de 1970 seu crescimento já era negativo, prenunciando o êxodo que se tornará mais evidente na década seguinte.

Pelos índices de crescimento da população urbana, podemos inferir que parte da população rural migrante do município estabeleceu-se na própria cidade de Viçosa. No entanto, a acentuada inclinação da curva de crescimento populacional total e urbano (FIG. 8 e TAB. 14) é indicativa da contribuição dos migrantes vindos de outros municípios para o crescimento populacional da cidade.

FIGURA 8 – Curvas de crescimento da população total, urbana e rural, Viçosa-MG



Fonte: IBGE - SIDRA, Censos Demográficos 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

TABELA 14 – População total, urbana e rural, 1970 a 2010, Viçosa-MG

Ano	1970	1980	1991	2000	2010
População Total	25.777	38.626	51.658	64.854	72.220
População Urbana	17.044	31.110	46.456	59.792	67.305
População Rural	8.733	7.516	5.202	5.062	4.915

Fonte: IBGE - SIDRA, Censos Demográficos 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

Pela TABELA 15 (na página seguinte) é possível perceber que o processo migratório relativamente mais significativo ocorreu durante a década de 1970, em coerência com os dados já apresentados. O Censo Demográfico de 1980 registrou, assim, o maior percentual de migrantes em relação à população total do município, 21,4%, ou seja, 1/5 da população viçosense era constituída por migrantes naquele momento. Ao longo do tempo, tais migrantes estabeleceram-se, predominantemente, na área urbana do município, contribuindo para que, no ano de 2010, a população urbana de Viçosa quase se igualasse à

população total (TAB. 14). Inversamente, a população rural do município diminuiu gradativamente ao longo das últimas décadas, esboçando uma tendência de se estabilizar em torno dos 5 a 10% da população total.

TABELA 15 – Percentual de migrantes* sobre a população total, Viçosa-MG.

Ano	1960	1970	1980	1991	2000	2010
%	7,9	15,6	21,4	16,7	-	9,2

* Para os Censos de 1960 e 1970, foram considerados migrantes os não naturais cujo tempo de residência no município era de até 10 anos. Para os Censos de 1980 e 1991, foram considerados migrantes os não naturais cujo tempo de residência no município era inferior a 10 anos. Para o Censo de 2000 não foi divulgado, nos conteúdos de acesso público, o dado equivalente para o nível municipal. Para o Censo de 2010, foram considerados migrantes as pessoas de 5 anos ou mais que não residiam no município em 31/07/2005.

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

Como pode ser observado, ainda que acrescidas de certas especificidades, as características econômicas e de crescimento populacional de Viçosa seguem, em linhas gerais, os padrões registrados para o Brasil como um todo e, em específico, para as cidades médias. Conforme Martine e McGranahan (2010, p. 15-16), os movimentos rural-urbanos, estimulados pela intensificação da industrialização após a Segunda Guerra Mundial e pelo aumento do crescimento vegetativo da população brasileira, foram potencializados ao longo da década de 1970. Conforme veremos no Capítulo 4, nesse momento o governo militar adotou um modelo de modernização agrícola que objetivava aumentar a produtividade sem alterar a estrutura social predominante no meio rural. Os pequenos produtores, inclusive os viçosenses e dos municípios próximos, foram expulsos do campo em grandes números.

Quanto ao crescimento urbano do município, embora exista uma expectativa de que as cidades industriais registrem crescimento mais intenso do que as demais, Viçosa cresce, ainda que sem indústria significativa, seguindo uma tendência que se mostra geral no contexto da urbanização brasileira. Segundo Juarez Brandão Lopes (1976), nosso processo de urbanização tem se caracterizado, cada vez mais, por um crescimento generalizado de todas as cidades, independente do aparecimento de indústrias. Isso porque a constituição do sistema urbano-industrial nacional torna solidárias as diversas partes da sociedade, ampliando a divisão social e territorial do trabalho, comandada a partir das cidades, num movimento que reforça a própria urbanização. O crescimento das cidades...

> [...] passa a decorrer, de um lado, das mudanças na economia rural, que se fazem em função das mudanças de todo o sistema econômico, e do outro lado, do 'efeito de demonstração', propiciado pela nova sociedade que surge (comunicações de massa, crescente mobilidade da população, enfraquecimento das relações patrimonialistas, etc.). (LOPES, 1976, p. 19)

No caso específico de Viçosa, o fator a impulsionar a urbanização a partir das décadas de 1960 e, principalmente, 1970 foi a federalização da UFV e o processo de

expansão subsequente. Conforme Ribeiro Filho (1997, p. 143) e Paniago (1990, p. 154-155), com a federalização, ocorrida em 1969, a Universidade passou a receber uma quantidade substancial de recursos financeiros para sua manutenção, expansão física, criação de novos cursos de graduação e pós-graduação e para o aumento do número de funcionários. De um quadro de 351 servidores em 1960, a instituição passa a 767, em 1966, e a 1.425, em 1971. De 1975 a 1978, foram criados 12 cursos de graduação, somando-se aos 9 já existentes, e 9 de pós-graduação, somando-se aos 10 também já existentes. Durante a década de 1970, o contexto de crescimento econômico, impulsionado pelos estímulos do governo militar à entrada de capitais estrangeiros no país, favoreceu esse processo de expansão, sendo a Universidade contemplada com aumentos substantivos em seu orçamento. Tal ampliação das atividades educacionais e da própria comunidade vinculada à UFV contribuiu significativamente para o incremento das atividades urbanas do município, como a construção civil, o comércio e a prestação de serviços.

A intensidade do crescimento populacional urbano de Viçosa corrobora, por outro lado, a dinâmica verificada para o conjunto de cidades médias não metropolitanas do país. Ao longo das três últimas décadas do século XX, embora se mantenha uma distribuição relativamente concentrada da população urbana brasileira, fica evidente a tendência de redistribuição dessa população, tendo as cidades médias papel importante no processo. Conforme Andrade e Serra (2001, p. 134), o grupo de cidades com população entre 50 mil e 500 mil habitantes possuía, em 1970, 26,5% da população nacional e passa a agrupar, em 2000, cerca de 35,7% dessa população. Contribuiu para isso o crescimento demográfico de cidades que, como Viçosa, atingiram, ao longo do período, tais limites de população.

Segundo os mesmos autores, embora esse amplo grupo reúna centros com distintos níveis de complexidade em suas estruturas produtivas e dinâmicas de crescimento, entre os fatores que imprimiram dinamismo ao desempenho populacional das cidades médias destacam-se as mudanças recentes nos padrões locacionais da indústria, as transformações no movimento migratório nacional, o fenômeno da periferização das metrópoles, a política governamental de atração de investimentos para regiões economicamente defasadas e a expansão das fronteiras agrícolas e de extração de recursos minerais. Somam-se a esses, os fatores endógenos ao dinamismo econômico de muitas dessas cidades.

Desse modo, embora o papel indutor da desconcentração industrial se sobressaia frente aos demais, Viçosa tem como elemento impulsionador de seu dinamismo as atividades que envolvem direta e indiretamente sua Universidade Federal. Esta afirmativa vem ao encontro dos apontamentos de Wendel Henrique (2010, p. 50) sobre a característica dos centros de pesquisa e universidades como elementos portadores de urbanidade, capazes de acelerar o processo de urbanização. Contudo, esse crescimento populacional

urbano acelerado trouxe diversos desafios à cidade. Dentre eles, podemos citar a ocupação inadequada de encostas e vales, dificuldades relacionadas ao tráfego de veículos, ao saneamento em seus diversos aspectos e ao meio ambiente, aumento das desigualdades sociais, segregação socioespacial, aumento da violência urbana, entre outros (ver MELLO, 2002; PEREIRA, 2005; PORTUGAL, 2009; RIBEIRO FILHO, 1997).

De forma simultânea e inter-relacionada ao processo de urbanização do município, sua população gradativamente foi se tornando mais integrada ao mercado de trabalho nacional e, consequentemente, à sociedade de mercado como um todo. O que fica evidente pelo aumento contínuo do percentual de participação da população municipal no conjunto da população economicamente ativa do país ao longo dos últimos 50 anos (TAB. 16).

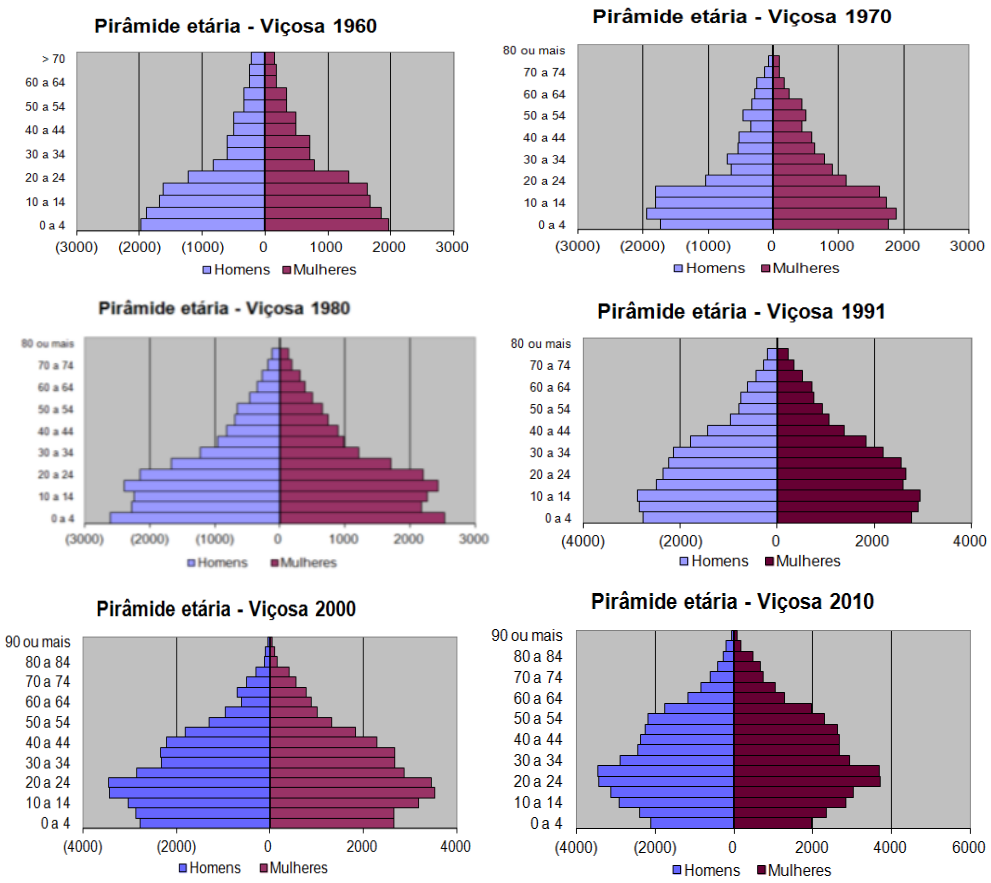
TABELA 16 - Percentual da população total integrante da PEA, Viçosa-MG

Ano	1960	1970	1980	1991	2000	2010
%	28	30	39	43	47	53

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

Relativamente à composição etária da população viçosense, de modo geral ela se apresenta em sintonia com as tendências nacionais (FIG. 9).

FIGURA 9 - Pirâmides etárias 1960-2010, Viçosa-MG



Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

Entre os anos de 1960 e 2010, o aspecto da pirâmide etária municipal se tornou mais estreito na base e mais largo em sua porção mediana e alta. Tais características evidenciam o processo de envelhecimento da população, com a diminuição das taxas de natalidade ocorrendo simultaneamente ao aumento da expectativa de vida. Vale destacar o sensível alargamento da pirâmide viçosense, sobretudo para os anos de 2000 e 2010, nas faixas etárias de 20 a 24, 25 a 29 e 30 a 34 anos. De maneira contrária ao município de Brás Pires – cujo estreitamento da pirâmide nestas mesmas faixas torna evidente a existência de fatores de expulsão relativamente à população mais ativa do ponto de vista econômico –, para Viçosa fica caracterizado a existência de fatores de atração para essa mesma população. Mais uma vez, a existência da UFV e de todo um sistema de ensino, tanto em nível médio como superior e de pós-graduação, em muito contribui para atrair esses jovens. Além disso, as atividades de comércio e serviços geradas indiretamente pela Universidade, conforme já descrito, acabam por atrair população migrante à procura de trabalho, ainda que não diretamente envolvida com o setor da educação.

Por fim, a título de contribuir para uma visão geral sobre o município na atualidade, vale apresentar aqui a visão trazida pelo geógrafo Mirlei Pereira (2005), a partir das interpretações de Milton Santos sobre o funcionamento da economia urbana no mundo subdesenvolvido. Segundo Pereira, em Viçosa convivem, dialeticamente, “dois tempos”. Um deles corresponde a um “tempo lento”, que prevalece no cotidiano da maioria da população, o outro refere-se a um “tempo rápido”, impulsionado principalmente pela atividade científica da UFV. Esse “tempo lento” é caracterizado pela prevalência, na cidade, das atividades do chamado “circuito inferior” da economia urbana frente às atividades do denominado “circuito superior”[18]. O circuito inferior, como definido por Milton Santos, é aquele “(...) formado de atividades de pequena dimensão e interessando principalmente às populações pobres, é (...) bem enraizado e mantém relações privilegiadas com sua região” (2004, p. 22 *apud* PEREIRA, 2005, p. 204). Esse circuito inferior pode ser identificado na cidade pelo tamanho relativo e as características de seu setor terciário. Do total de empresas do município no ano de 2010, 95% estão nas atividades de comércio e serviços. Percentual semelhante, cerca de 90%, são consideradas microempresas, possuindo até 9 empregados, e aproximadamente 86% do total faturaram, no ano de 2002, menos de 50 mil reais (CENSUS, 2010, p. 30-31; PEREIRA, 2005, p. 203). Desse modo, é por meio de atividades simples do setor terciário, em boa parte voltado para atender a população de estudantes e professores existente na cidade, que são gerados a maioria dos empregos e da circulação de dinheiro entre grande parcela da população local.

[18] Conforme Milton Santos (2004, p. 40), “[...] pode-se apresentar o circuito superior como constituído pelos bancos, comércio e indústria de exportação, indústria urbana moderna, serviços modernos, atacadistas e transportadores. O circuito inferior é constituído essencialmente por formas de fabricação não-‘capital intensivo’, pelos serviços não modernos fornecidos ‘a varejo’ e pelo comércio não moderno e de pequena dimensão”.

Por outro lado, através da UFV a cidade se destaca no conjunto do território nacional como centro de produção científica especializada. Seguindo a política institucional da Universidade desde sua criação, a especialização científica é voltada para as tecnologias agrícolas, destacando-se atualmente as pesquisas envolvendo melhoramento genético, principalmente em relação ao milho, à cana-de-açúcar e à soja. Na UFV são desenvolvidas espécies mais resistentes a determinadas doenças e melhor adaptadas a diferentes condições ambientais, como deficiências hídricas e de fertilidade dos solos. Conforme Pereira (2005, p. 204), esse tipo de pesquisa científica na instituição se configura como "tarefa típica da agricultura científica moderna praticada no território brasileiro no período atual". E ainda:

> Convocada para a atividade científica com vistas às necessidades do mercado, a pesquisa na universidade é também financiada por uma série de empresas e instituições privadas, e, desta forma, presencia-se no lugar a existência do que poderíamos, com Milton Santos, chamar de um "tempo rápido" (1997, p. 212)[19], que é vivido e instalado pela e para a prática da pesquisa científica e tecnológica mais proeminente na instituição. Assim, é a racionalidade do mercado que direciona e comanda boa parte da produção do conhecimento no lugar. (PEREIRA, 2005, p. 204-205)

A Universidade também recebe anualmente parte considerável dos recursos públicos destinados à pesquisa agropecuária, o que revela seu caráter de centralidade como uma das principais instituições de ensino e pesquisa nessa área no Brasil. Tais fatores colocam a cidade de Viçosa como participante de um círculo de cooperação, em escala inclusive internacional – por meio dos convênios firmados pela UFV –, no que se refere ao desenvolvimento da pesquisa científica com ênfase no setor agrícola e agropecuário.

> É desta forma que o lugar pode ser compreendido como o *locus* onde o mundo e as ações de determinada sociedade se concretizam de forma mais imediata, resultando das relações sociais praticadas por aquelas intenções com vistas ao próprio lugar, mas também por ações e objetivos que lhe são externos, todas elas interagindo e conformando um mesmo meio geográfico, que, no caso de Viçosa, se mostra dialeticamente contraditório. (PEREIRA, 2005, p. 206)

Favorecendo ou forçando a interação entre esses dois tempos, a cidade se constitui, assim, como elo de intermediação entre a sociedade local e as questões de âmbito nacional e global. Fator que se coloca como uma das maneiras pelas quais Viçosa se insere, hoje, na dinâmica geral de reprodução do próprio modo capitalista de produção.

* * *

Explicitadas, enfim, as principais características dos municípios de Brás Pires e Viçosa na atualidade, vejamos agora alguns dos aspectos que as caracterizavam no

---

[19] Pereira refere-se à obra: SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. Técnica e Tempo. Razão e emoção. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

passado, de modo que possamos apontar e analisar posteriormente os processos responsáveis pelas mudanças observadas.

3 OS MUNICÍPIOS DE BRÁS PIRES E VIÇOSA NO MEADO DO SÉCULO XX: UMA SOCIEDADE CAMPONESA

Menina, parece mentira!!! Tô falando aqui com cê é pura mentira! Pra hoje é pura mentira! [...] Num escreve inverdade, não! [risos] Num escreve não que eu tô falando só mentira!

Seu Tarcísio (82 anos)

É engraçado, né? As minhas história parece coisa do Antigo Testamento, que tava nas Escrituras. E a gente lá e tá ao vivo!

Seu Carlos (79 anos)

Para que possamos levar a cabo nossa tentativa de descortinar as mudanças ocorridas na sociedade e no território dos municípios em estudo, faz-se indispensável trazer à análise algumas de suas principais características no passado. O espanto e o estranhamento diante das próprias lembranças, sentimentos que transparecem nos trechos de entrevistas transcritos na página anterior, são um bom indicativo sobre a dimensão de tais mudanças, nos mais diversos aspectos da vida. Para a totalidade de nossos entrevistados, o olhar para o passado, em comparação ao modo de vida atual, traz a sensação de ter vivido num outro mundo, numa outra sociedade. E, em vários sentidos, o que eles vivenciaram na infância e juventude caracterizava realmente outra sociedade.

Sendo assim, o objetivo neste capítulo é traçar um esboço, um panorama sobre essa outra sociedade. Como ela se apresentava na década de 1950? Como se estruturava sua vida material e algumas de suas relações de sociabilidade? Gostaríamos de esclarecer que a caracterização aqui procedida não corresponde exatamente a um estudo etnográfico. Isso demandaria uma pesquisa bibliográfica e de campo mais extensas que, por si só, forneceriam escopo para a redação de outro trabalho. Sendo assim, levantaremos, ao longo das páginas seguintes, apenas algumas das características apontadas por nossos informantes e que julgamos importantes para a construção de nossa análise.

Relativamente ao período de tempo aqui contemplado, os anos de 1950 nos servirão como parâmetro. No entanto, trataremos de uma década de 1950 estendida, que se inicia com o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, e termina com o golpe militar de 1964. Esses dois momentos podem ser considerados como marcos de mudanças políticas e econômicas nas esferas nacional e internacional que trarão consequências para a região e os municípios em estudo, o que será discutido no próximo capítulo. Para o momento, mergulhemos no universo camponês que então caracterizava Brás Pires e Viçosa no meado do século XX.

Iniciaremos esse percurso pelas materialidades diversas que envolviam a reprodução cotidiana da vida. O foco será direcionado ao meio rural, local onde residia a maioria da população dos dois municípios[20] e onde se realizava a maior parte das atividades produtivas locais. A partir da análise sobre as formas de reprodução material aproximaremos a população em estudo do conceito de campesinato. Também serão discutidos alguns dos valores morais que orientavam as relações sociais naquele contexto. Tais valores, revestidos de particularidades próprias, foram observados por outros pesquisadores em comunidades camponesas ao longo do tempo e em diferentes partes do mundo. Um item específico foi reservado à caracterização das cidades de Brás Pires e

[20] Lembremos que o Censo Demográfico de 1950 registrou para o município de Viçosa uma população urbana que representava cerca de 35% de sua população total. Para o distrito de Brás Pires (vinculado, nessa data, ao município de Senador Firmino) esse percentual era de apenas 10% (ver TABELA 4, p. 40). Os números, por eles mesmos, justificam a necessidade de averiguar como vivia essa numerosa população que residia no campo.

Viçosa e o modo como elas se articulavam ao meio rural. Ao final do capítulo, incluímos algumas observações referentes ao debate sobre a economia camponesa enquanto constitutiva de um modo de produção específico, fato que por si só sugere a necessidade de se olhar com atenção para esse modo de vida e de sociedade.

3.1 O campesinato braspirense e viçosence: universo material

Conforme apontado por Maria Isaura Pereira de Queiroz (1976b, p. 177-178), a "civilização rústica brasileira" se caracteriza por um amalgamento de diversas culturas, com destaque para a portuguesa, a africana e a indígena. A influência portuguesa, no entanto, sempre predominou, possibilitando a ocorrência de traços culturais semelhantes mesmo em partes distintas do país. Relativamente aos municípios em estudo, a proximidade geográfica e o contexto de colonização e ocupação comuns foram responsáveis pela existência de diversas continuidades. Ao longo de nossa pesquisa de campo, pudemos perceber muitas semelhanças econômicas, sociais e culturais entre as populações rurais dos dois municípios, o que os insere num contexto regional que guardava – e ainda guarda – relativa uniformidade nas formas de reprodução social. Sendo assim, vamos tratar o meio rural desses municípios dentro desse conjunto de similaridades, acreditando ser desnecessário individualizá-los relativamente às atividades e processos que ocorriam no campo.

No meado do século XX, essa sociedade rural desfrutava de relativa estabilidade em suas formas de reprodução material e de interação com o ambiente. Ao longo de praticamente dois séculos de ocupação territorial, uma cultura própria se desenvolveu a partir das referências trazidas pelos pioneiros e do confronto com o meio e os recursos naturais disponíveis. Segundo Antonio Cândido (1982, p. 36),

> A sociedade caipira tradicional elaborou técnicas que permitiram estabilizar as relações do grupo com o meio (embora em nível que reputaríamos hoje precário), mediante o conhecimento satisfatório dos recursos naturais, a sua exploração sistemática e o estabelecimento de uma dieta compatível com o mínimo vital – tudo relacionado a uma vida social de tipo fechado, com base na economia de subsistência.

Nas áreas rurais de Brás Pires e Viçosa predominava, assim, uma agricultura de subsistência que tinha na família nuclear tradicional – pai, mãe e filhos, em geral numerosos[21] – sua unidade de produção e de consumo. Cultivos diversos eram mantidos fundamentalmente para a reprodução da família, afinal "ocê comia o que ocê plantava" (Seu Rodolfo, 78 anos). Dentre as principais culturas identificadas, o milho, o feijão e a cana de açúcar podem ser considerados as mais importantes, estando cotidianamente na mesa dos sitiantes. Uma diversidade de frutas, hortaliças, legumes e raízes também se fazia presente.

[21] Segundo os relatos de nossos informantes, na região em estudo era comum a existência de famílias rurais com 8 a 12 filhos, em média.

O milho era usado ainda na alimentação dos animais, o que aumentava sua importância e, consequentemente, a extensão de suas roças. A criação de animais complementava, assim, as necessidades alimentares, além das de transporte e de força motriz. Dentre esses animais, as galinhas estavam presentes na totalidade das unidades familiares, onde eram consumidos os ovos e a carne. A criação de porcos também era muito comum. Além da carne, as chamadas “barrigadas” rendiam uma série de preparados que compunham o cardápio das populações rurais, como as linguiças, o chouriço, o torresmo e a própria gordura, usada no preparo e conservação dos alimentos. O consumo da carne de boi, no entanto, era bem menos comum, conforme nos conta Seu Chico (85 anos): “a gente comia uma carne assim: um boi caía lá, machucou, achava melhor matar. Aí matava ele e dividia ali para os vizinhos, todo mundo comia carne. Era difícil de acontecer!”. O gado era reproduzido principalmente para a produção do leite, bastante consumido na região, utilizado *in natura* e para o preparo de queijos, e como força motriz, puxando o arado ou o “carro de boi”, importante meio de transporte de carga naquele momento. O cavalo também era utilizado como força motriz, movendo engenhocas que moíam a cana para a extração da garapa (o caldo da cana) e permitindo, assim, a fabricação da rapadura e da cachaça. No entanto, a principal utilização dos cavalos era como meio de transporte individual.

A subsistência da família era obtida, então, por meio dessa associação entre as diversas culturas agrícolas e a criação de animais. Conforme Maria de Nazaré B. Wanderley (2009, p. 158), esse sistema tradicional de produção, denominado “policultura-pecuária”, “foi se aperfeiçoando ao longo do tempo, até atingir um equilíbrio numa relação específica entre um grande número de atividades agrícolas e de criação animal”. E às atividades agrícolas propriamente ditas se somavam ainda os diversos processamentos artesanais feitos no próprio sítio. Tudo isso garantia certa autossuficiência para a família rural. Segundo os relatos que ouvimos, apenas o sal e o querosene eram produtos que deveriam ser adquiridos com alguma regularidade no mercado. Era frequente, no entanto, a existência de algum cultivo para venda, embora não exclusivamente, pois o que se vendia também era consumido pela família. Dentre esses, o mais comum era o café. A fabricação de rapadura e aguardente também poderia ser colocada à venda e, dependendo da extensão das roças, o excedente de milho e de feijão. Também encontramos relatos sobre a criação de porcos, galinhas e ovos para comercialização, assim como o gado. Este último, no entanto, apenas para quem possuía maiores extensões de terra disponíveis para pasto.

Relativamente às técnicas de cultivo empregadas, Seu Carlos (79 anos) nos lembra que “num tinha adubo, num tinha semente selecionada, preparada, nem melhorada”. Assim, sobretudo nas roças maiores, era comum o uso da técnica da coivara, que consistia na derrubada de uma área de mata, seguida pela limpeza com fogo e depois o plantio. Seu Joaquim (75 anos) nos relata as motivações desse procedimento:

> Quais que cada ano plantava num lugar, né? Antigamente. Tinha lugar que plantava um ano, aquela terra ficava encravada e num queria dá mantimento mais. Aí nóis mudava, né? Pra outro lugar. Ia trocando, né? Um terreno, primeira vez que a gente planta naquela terra que dá milho, né? Quando vai repetir, aquele lugar num gostava de dar milho mais não. Ficava cansado. Então mudava pra outro lugar.

No entanto, segundo Seu Horácio (72 anos) e Seu Olavo (75 anos), a necessidade dessa mudança do local de plantio, com a consequente derrubada de novas porções de floresta, era diminuída pelo uso do esterco de boi como adubo. Embora sua disponibilidade estivesse atrelada à criação do gado, nem sempre possível a todas as famílias, o esterco quando disponível era usado em grandes quantidades nas lavouras, permitindo o aproveitamento mais contínuo de uma mesma porção do terreno.

Cabe aqui ressaltar que na região em estudo o que determinava a diferença social entre os agricultores naquele momento era basicamente a posse de terras e sua extensão. Nesse sentido, eram chamados fazendeiros aqueles que possuíam grandes extensões de terra que permitiam a instalação de certo número de agregados, os parceiros[22]. Mais numerosos, no entanto, eram os pequenos agricultores. Mesmo proprietários de certa porção de terra, sua extensão não permitia a existência de agregados ou, em alguns casos, poderia forçar o pequeno agricultor a ter cultivos em parceria com fazendeiros. E para aqueles que não possuíam terras, o mais comum era mesmo o regime de parceria. Embora as relações de assalariamento já existissem, a ocorrência do trabalho assalariado no meio rural era muito eventual. No município de Brás Pires, a existência desse tipo de relação de trabalho não foi citada em nossas entrevistas. Em Viçosa, o trabalho assalariado poderia ocorrer em situações específicas, como por ocasião da colheita de café, em que o trabalhador recebia por produção. Conforme afirmado por vários de nossos entrevistados, a limitada circulação da moeda no meio rural – e mesmo no meio urbano – e sua quase inutilidade num momento em que o comércio era restrito e as distâncias eram percorridas a pé ou a cavalo, justificam a pequena ocorrência das relações de assalariamento.

Nesse contexto, a estabilidade na provisão dos mantimentos necessários à subsistência da família tinha relação direta com a posse da terra, seu usufruto e sua extensão. Tal extensão poderia permitir, por exemplo, a criação do gado de leite, o pasto para cavalos e o estabelecimento de roças em parceria com outros agricultores, conforme mencionamos, produzindo excedentes que poderiam ser colocados no mercado. No entanto, embora a posse de maiores extensões de terras permitisse a diversificação das atividades, contribuindo para aumentar a segurança alimentar da família, o modo de vida,

---

[22] A parceria corresponde a uma sociedade na qual um dos sócios fornece a terra para o plantio e o outro sócio, denominado parceiro, fornece principalmente sua força de trabalho. O acordo envolve também o suprimento de determinados insumos, como as sementes, e a execução de certas tarefas indispensáveis ao plantio e manejo da roça. A colheita é então dividida entre os sócios, na proporção estipulada previamente. Quando essa proporção corresponde a 50% para cada sócio, o parceiro é comumente chamado de meeiro (ver CÂNDIDO, 1982, p. 107-108).

em geral, era muito semelhante entre as distintas classes de famílias agricultoras. A restrita circulação de produtos industrializados – num momento em que a própria industrialização do Brasil era restrita – e um sistema de transporte que, conforme veremos, guardava semelhanças com o mundo colonial, contribuíam para certa uniformidade no modo de vida, com poucas variações, independente da quantidade de terras que a família tinha em seu domínio.

Outro fator que contribuía para tal uniformidade era a inexistência de fornecimento de energia elétrica no meio rural. Mesmo nas cidades, o fornecimento e o uso da energia elétrica também eram bastante limitados. Embora alguns de nossos entrevistados tenham comentado sobre a possibilidade de gerar energia elétrica através da força motriz dos cursos d'água, o custo envolvido na instalação de geradores inviabilizava a fabricação de energia mesmo entre os fazendeiros. Desse modo, o mundo que ora descrevemos era desprovido de todo e qualquer maquinário movido a eletricidade, excluindo-se também os eletrodomésticos e equipamentos eletroeletrônicos. A vida se organizava, então, considerando efetivamente o dia, dedicado intensivamente ao trabalho, e a noite, momento de reclusão e descanso. A iluminação noturna era provida pelas lamparinas de querosene (FIG. 10), amplamente difundidas no período em análise. Na ausência delas, um equipamento ainda mais simples, chamado candeia[23] (FIG. 11), poderia ser utilizado.

FIGURA 10 - Lamparinas de querosene

Fonte: Mercado Livre. Disponível em <http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-705898612-lamparina-a-querosene-antiga-_JM>, acesso em 24/04/2017.

FIGURA 11 – Candeia em ferro fundido

Fonte: Mercado Livre. Disponível em <http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-725402393-candeia-para-lamparina-ou-candeeiro-ferro-seculo-xix-0066-_JM>, acesso em 24/04/2017.

Os diversos processamentos necessários para o preparo dos alimentos utilizavam a força motriz humana e/ou dos animais, sobretudo o cavalo e o boi, ou da água. Os pilões

[23] A candeia era um vasilhame, muitas vezes de cerâmica ou de metal, onde se acomodava um pavio de tecido ou algodão, embebido normalmente em azeite de mamona produzido no próprio sítio. A candeia e a lamparina tinham o mesmo princípio de funcionamento, no entanto a lamparina era mais eficiente devido à sua forma mais ajustada à colocação do pavio.

eram muito usados, principalmente para descascar e moer o café e também descascar o arroz. Para extrair o caldo da cana destinado à fabricação do melado e da rapadura – que substituíam o açúcar no preparo do café, dos mais diversos doces e broas – existiam as engenhocas movidas manualmente e aquelas tocadas a cavalo, estas últimas com capacidade para moer maiores quantidades. Também muito comuns eram os chamados moinhos d'água, que funcionavam utilizando a força motriz dos cursos d'água. Neles era moído principalmente o milho e, assim, fabricado o fubá e a canjica. O monjolo era uma espécie de pilão movimentado também pela força de um curso d'água. Nele poderia ser pilado o arroz e também o milho usado na fabricação de farinha.

A madeira, ou melhor, a lenha – como era e ainda é chamada – também era uma fonte de energia de fundamental importância. Ela alimentava o fogão e o forno, possibilitando o preparo de todas as refeições da família. A coleta da lenha era feita normalmente nas florestas próximas ou no interior do próprio sítio. Vale destacar que a floresta, nesse momento, se constituía como uma área de uso comum, independente da existência de algum título de propriedade incidindo sobre ela. As matas eram visitadas principalmente para a coleta da lenha, para a caça e para o corte da madeira usada em marcenaria e carpintaria.

No que se refere à conservação dos alimentos perecíveis, algumas técnicas eram bastante comuns, além do próprio consumo mais generalizado de alimentos frescos. Uma dessas técnicas consistia no armazenamento da carne de porco frita em panelas cheias de gordura. O toucinho e as linguiças poderiam ser conservados através da defumação, em "varais" pendurados sobre o fogão à lenha. Também muito comum era a preparação de doces, aproveitando as frutas da estação e o leite. A fabricação de queijos era outra forma de aproveitar maiores quantidades de leite e, assim, contribuir para sua conservação.

Convido o leitor, agora, a fazer um curto percurso pelas refeições diárias de uma família camponesa daquele tempo, pois o cardápio guarda íntimas relações com o modo de vida como um todo. O despertar da família era simultâneo ao despertar do próprio dia. Em geral a mulher, também mãe, levantava-se primeiro e preparava o café da manhã. Algumas vezes essa refeição consistia apenas no café puro, coado na garapa de cana. No entanto, também poderia ser servido junto com o leite de vaca, um café com leite. Com alguma regularidade, o café vinha acompanhado de uma merenda. Poderia ser um angu doce, uma broa de fubá, outras vezes um biscoito de polvilho. Como "se madrugava muito", o almoço era servido cedo, lá pelas 9:00 horas da manhã, no máximo até às 10:00. O consumo de carne era bastante eventual, às vezes uma vez por semana, no domingo, "um almoço mais reforçado". A carne de porco e a de galinha eram as mais consumidas nessa ocasião. Cotidianamente, no almoço estavam presentes o feijão, o angu e alguma verdura. O mingau de couve e a canjiquinha de milho também eram muito comuns. O arroz, embora apreciado

e consumido, nem sempre estava à mesa. O cultivo do arroz tinha certas especificidades que muitas vezes não garantiam sua presença cotidiana nas refeições. Além desses preparados básicos e muito comuns, era frequente o consumo da mandioca, da batata doce, do inhame, do chuchu, dos diversos tipos de abóboras, dentre outros vegetais. A refeição seguinte era o chamado “café do meio-dia”, servido entre 12:00 e 13:00 horas. Nesse momento poderia ser consumido apenas o leite, ou o café com leite, ou ainda o café como farinha de milho. Mas, em geral – e com mais frequência que no café da manhã –, alguma merenda acompanhava o café: uma broa de milho, um cuscuz, ou ainda uma farinha suada, um queijo, uma brevidade. O jantar estava na mesa lá pelas 16:00-17:00 horas. Era semelhante ao almoço, mas quase nunca o arroz era servido no jantar e, com mais frequência, a canjiquinha e as sopas com legumes eram preparadas. Já à noite, costumava-se fazer uma última refeição antes de dormir, a ceia. Em geral uma refeição leve, muitas vezes apenas um copo de leite, ou leite com angu, leite com farinha de milho, às vezes um mingau de fubá ou uma raiz cozida, como a mandioca, a batata doce, o inhame ou o cará. As frutas, quando em produção, eram consumidas de forma intercalada entre as refeições. Conforme pode ser notado, o milho era o principal ingrediente de diversos preparados. Embora complementado por uma série de outros alimentos, ele constituía, juntamente com o feijão, a base da alimentação camponesa naquele tempo.

Relativamente aos utensílios encontrados nas cozinhas, eram comuns as panelas de ferro fundido e as de pedra sabão (FIG. 12 e 13).

FIGURA 12 – Panela de ferro

Fonte: Arquivo da autora, 2017.

FIGURA 13 – Panelas de pedra

Fonte: Arquivo da autora, 2017.

Segundo os relatos que ouvimos, as panelas de pedra eram provenientes – como até hoje – da antiga região central mineradora, vendidas pelos tropeiros que partiam dos atuais municípios de Mariana e Ouro Preto. O vidro era praticamente inexistente e mesmo a louça cerâmica era muito pouco encontrada. Usava-se, normalmente, pratos e canecas de metal esmaltado. Talheres de metal também já eram de uso relativamente comum naquele tempo,

embora relatos da ausência de talheres nos tenham sido transmitidos. Nessas circunstâncias comia-se com as mãos sem muita cerimônia. Pratos e copos também tinham um substituto natural, conforme nos conta Dona Salete (81 anos):

> Mais usava nesse tempo sabe o que, minha filha? Cê sabe o que que é coité, né? Às vezes ocê num lembra, coité que eles falava...
> - É esse esmaltado?
> - Não, coité. É uma árvore que dá aquelas frutinha. Dava maior, dava menor assim, oh! A gente ia lá, panhava na árvore, serrava ele e tirava... Serrava, tirava o miolo, como se fosse, assim, tirando o miolo do maracujá. Aí ficava aqueles cuitezinho assim.
> - Ah! Tipo uma cuia!
> - A gente rapava bem rapadinho aqueles cuitezinho. Pra tomar café. Levava pra roça. Aí punha o café naqueles cuitezinho e tomava.

Como o tamanho da fruta variava, o coité menor servia de copo e o maior, de prato (FIG. 14 e 15). Também as cascas de algumas espécies de abóbora, chamadas cabaças, depois de secas eram usadas como pratos e copos, conhecidas como cuias.

FIGURA 14 – Árvore de coité com frutos

Fonte: Site Raízes do Sertão. Disponível em <http://tuica-silva.wixsite.com/raizes-do-sertao/plantas>, acesso em 24/04/2017.

FIGURA 15 – Coité usado como vasilhame

Fonte: Arquivo da autora, 2017.

Relativamente às edificações, a madeira e a terra eram os principais materiais de construção. O sistema de *pau a pique* ou *taipa de mão*[24], embora muito utilizado nas construções mais antigas – o que indica sua grande ocorrência num passado mais remoto –, já se encontrava menos frequente no meado do século XX. Os relatos de construções que tivemos a oportunidade de ouvir indicam que, naquele momento, o sistema construtivo mais usado na região constituía-se de paredes estruturais em tijolos cerâmicos cozidos. A fabricação dos tijolos era feita no próprio canteiro de obras, local onde o barro era extraído, onde se modelavam e queimavam os tijolos. A argamassa de assentamento desses tijolos

[24] Sistema construtivo no qual as paredes de vedação são levantadas a partir de uma armação de bambus ou paus de madeira tanto no sentido vertical quanto no horizontal, formando uma trama preenchida com barro (CORONA e LEMOS, 1972, p. 362).

era feita com cal virgem e areia, pois segundo Seu Horácio (72 anos) “naquele tempo não se usava cimento”. Nos telhados, o mais comum era a estrutura de madeira revestida com telhas cerâmicas. Estas últimas, em geral, adquiridas com ceramistas mais experientes. Para o acabamento da cobertura, muito utilizados eram os forros de taquara (FIG. 16 e 17), uma espécie de bambu conhecida por sua maleabilidade. Tais forros eram trançados manualmente, no próprio canteiro de obras, compondo bonitos mosaicos.

FIGURAS 16 e 17 – Forro de taquara, diferentes possibilidades de trançado do bambu.

Fonte: Arquivo da autora, 2017

As cozinhas, em geral, tinham piso de chão batido, sendo comum o uso do assoalho de madeira nas demais dependências da casa. Relativamente a essas demais dependências, a totalidade de nossos entrevistados nos relatou a inexistência de banheiros em suas residências durante o período da infância. “Usava era a bananeira mesmo”, conforme dito por Seu Pedro (82 anos). O banho era na bacia, com água amornada no fogão. Segundo Seu Carlos (79 anos), foi após uma campanha sobre verminoses – ocorrida provavelmente em finais da década de 1940 e princípio da década de 1950 – que os banheiros passaram a ser mais frequentes nas residências. Consistiam, muitas vezes, apenas numa “casinha” construída do lado de fora, onde era instalado (ou improvisado) um vaso sanitário. Os dejetos eram encaminhados a uma fossa ou caíam diretamente sobre algum curso d’água. Eram inexistentes os sistemas de esgoto e de água encanada. Para o abastecimento da residência, a água captada de um pequeno córrego ou nascente era conduzida, em geral, até uma bica instalada no quintal, aos fundos da casa. Ali a água caia de forma contínua, sendo usada para beber, cozinhar, lavar roupas e em todas as demais atividades domésticas e de higiene pessoal. Além da água, auxiliava na higiene e na limpeza o chamado “sabão de cinzas”, que, segundo Dona Elena (84 anos), era muito eficiente mas pouco abrasivo para a pele. Feito pelas mulheres com as cinzas recolhidas no

fogão à lenha, esse sabão era usado para lavar a louça, lavar a roupa, tomar banho, lavar o cabelo, e em tudo o mais que fosse necessário o uso do sabão.

Todas as atividades cotidianas necessárias à reprodução da vida eram realizadas pela própria família, que recorria, de maneira eventual, à ajuda de pessoas externas, normalmente parentes, vizinhos ou amigos. Para tanto, uma divisão do trabalho era estabelecida no interior da família, levando em consideração principalmente o sexo e a idade de seus membros. Em geral, os homens eram responsáveis pelo serviço da roça, aquelas atividades consideradas de maior esforço físico e os plantios maiores. O pai gerenciava os filhos homens nessas tarefas. O serviço doméstico e o cuidado com as crianças eram reservados às mulheres. Além disso, vários processamentos artesanais eram frequentemente realizados pelas mulheres. Quando possível e dependendo do trabalho, elas também acompanhavam os maridos na roça. Uma descrição sobre o trabalho das mulheres nos é apresentada por Dona Salete (81 anos):

> Nós mulheres, fazia assim... Tinha que buscar uma lenha, mulher buscava, também ajudava e coisa, mas no mais era cuidar de filho, de roupa, de comida, fazer comida, lavar roupa. E ajudava, assim, conforme o serviço que o marido tivesse fazendo, ela ajudava também.
> - Mas ir pra roça era mais os homens, né? Ou tinha ocasião das mulheres ir também?
> - Era mais os homens. Que, às vezes, minha filha, tinha menino pequeno pra olhar também, num tinha jeito, né? Mas a hora que sobrava uma horazinha...
> - Uma folgazinha que dava... Ajudava, né?
> - Ajudava. Às vezes tava capinando um arrozalzinho perto, elas ajudava. Alguma coisa ajudava. Numa folga tava ajudando.

As crianças, desde bem cedo, acompanhavam os pais em várias tarefas cotidianas. A totalidade de nossos entrevistados nos relatou a maneira como ajudavam os pais desde a infância, em casa ou na roça, destacando a frequência e a necessidade do trabalho que realizavam. Seu Horácio (72 anos) nos descreve um pouco sobre essa iniciação das crianças no trabalho:

> Uma das obrigações maiores que tinha a rapaziadinha na época era buscar lenha. Que todo mundo cozinhava só a lenha. [...] A mãe ia e levava os filhos junto com as meninas, tudo junto, fazia o mesmo serviço: era buscar lenha, era buscar lenha; era pra poder buscar... Quebrar um milho numa roça de alguém lá, ia todo mundo; era pra panhar feijão, a mãe ia, o pai ia, os filhos também iam pra poder fazer a colheita de feijão. Agora, já tinha aqueles casais, aqueles pais que só dava o serviço pesado para o menino, só o sexo masculino, e as meninas já iam pegando a prática das coisas com a mãe. [...] Já começava a arrumar uma casa, lavar uma vasilha, arrumar um fogão, limpar um fogão, lavar uma roupa, tudo era na mão...

Desse modo, a quantidade e a diversidade de tarefas cotidianas permitiam sua distribuição entre os membros da família, respeitando as possibilidades e habilidades de cada um, a depender da idade e do sexo. O trabalho envolvia, assim, toda a família, sendo associado à própria vida. Tal aspecto pode ser observado ainda na fala de Seu Horácio,

sobre a divisão das tarefas e as atividades necessárias para, após a colheita do milho, se produzir o fubá:

> Tinha um balaio de milho à noite pra gente debulhar, fazer um milho pra levar pro moinho no dia seguinte. Durante o dia num tinha prazo, então à noite, antes de deitar, nós tínhamos que fazer uma rodinha na cozinha e todo mundo ali, aquela meninada participava da debulhação de milho. Na mão! Debulhando o milho na mão ali. Era uma festa aquilo pra gente! Num era ruim, não!
> [...] Os irmãos, por exemplo, que eram mais novos do que eu é que iam pro paiol pra descascar o milho. E eu ia pra roça. Os mais velhos iam pra roça, os meninos aí de 6 anos, 5 anos, iam pro paiol pra pegar o milho e descascar e quebrar, pra à noite ter o milho pra gente debulhar pra fazer o fubá.

Trabalhando em conjunto, ajudando-se mutuamente e aos mais próximos, conforme veremos, era provida a subsistência cotidiana da família camponesa na região dos municípios de Viçosa e Brás Pires. E embora “o prazo fosse pouco”, tempo ainda havia para as brincadeiras das crianças e a diversão dos adultos. Às vezes ao final do dia ou à noite, no domingo ou em dias de festa. Eram muito comuns os chamados bailes nas roças, momentos em que os sitiantes se reuniam normalmente numa fazenda próxima, os mais habilidosos tocavam e cantavam as modas de viola, o forró na sanfona, e os demais dançavam ao som da música e da cantoria. Encontros de violeiros e sanfoneiros também aconteciam de forma mais eventual. Além disso, as festas religiosas, devotadas aos padroeiros, a Semana Santa e outros eventos do calendário religioso católico eram momentos festivos, de reunião da comunidade. Mesmo as rezas e novenas, que costumavam reunir apenas um grupo de vizinhança, propiciavam as conversas descontraídas e as brincadeiras das crianças após os momentos de devoção.

Vejamos, então, como esse conjunto de características relacionadas à reprodução material da vida torna possível reconhecer como camponeses os habitantes das áreas rurais dos municípios de Brás Pires e Viçosa no meado do século XX. Diversos autores, no Brasil e no exterior, se empenharam na tentativa de caracterizar a categoria “camponês”, fundamentados principalmente na análise de seus aspectos econômicos. Para o professor Ciro Flamarion Cardoso (2002, p. 19): “a noção de camponês é, possivelmente, uma das mais escorregadias que existem. Como achar uma definição sintética que, sem cair numa generalidade tal que a torne inútil, possa aplicar-se ao mesmo tempo, por exemplo, ao felá do Egito faraônico, aos camponeses da Idade Média, aos da França contemporânea, etc.?” Sendo um modo relativamente simples de reprodução da vida e mais integrado ao meio, a experiência camponesa, com suas variações, existiu em muitas civilizações e povos, ocorrendo de forma espontânea em diversas partes do planeta. No entanto, mesmo considerando a heterogeneidade, no tempo e no espaço, dos campesinatos que os pesquisadores escolham como objeto de análise, para Cardoso (2002, p. 20):

> Uma estrutura camponesa se define do ponto de vista econômico sobretudo por quatro características: 1) acesso estável à terra, seja em forma de propriedade, seja mediante algum tipo de usufruto; 2) trabalho predominantemente familiar (o que não exclui, em certos casos, o recurso a uma força de trabalho adicional, externa ao núcleo familiar); 3) economia fundamentalmente de subsistência, sem excluir por isto a vinculação eventual ou permanente com o mercado; 4) certo grau de autonomia na gestão das atividades agrícolas, ou seja, nas decisões essenciais sobre o que plantar e de que maneira, como dispor do excedente, etc.

Essas quatro características podem ser identificadas na sociedade em estudo. De forma complementar, vejamos os atributos que, segundo Maria Isaura Pereira de Queiroz (1976b, p. 29), definem o campesinato:

> O camponês é um trabalhador rural cujo produto se destina primordialmente ao sustento da própria família, podendo vender ou não o excedente da colheita, deduzida a parte do aluguel da terra quando não é proprietário; devido ao destino da produção, é ele sempre policultor. O caráter essencial da definição de camponês é, pois, o destino dado ao produto, pois este governa todos os outros elementos com ele correlatos. Assim, dificilmente cultivará grandes extensões de terra; por outro lado, não sendo a colheita destinada à obtenção de lucro, não deve ele ultrapassar certo nível de gastos a fim de não onerar a disponibilidade econômica familiar – de onde se empregar preferencialmente sistema de cultivo e instrumentos rudimentares, e de se utilizar a mão-de-obra familiar.

Conforme apontado pela autora, a característica primordial do campesinato, que também aparece na definição de Cardoso e é ressaltada por Henri Mendras em seu clássico estudo, é que “o camponês trabalha a terra para se nutrir” (MENDRAS, 1978, p. 44). Todas as demais características se associam a essa: a necessidade de acesso à terra que, independente do título de posse, permita os ciclos de plantio e de colheita; a prática da policultura e a autonomia sobre o que plantar; o trabalho envolvendo toda a família. E ainda que o camponês produza também para um mercado envolvente, essa produção corresponde, muitas vezes, ao excedente, mesmo que provocado intencionalmente, da produção destinada à família. A partir dessa característica primordial, Mendras (1978, p. 14-15) também nos apresenta um tipo ideal de sociedade camponesa, definida pelos cinco traços seguintes:

> 1. A autonomia relativa das coletividades camponesas frente a uma sociedade envolvente que as domina mas tolera as suas originalidades.
> 2. A importância estrutural do grupo doméstico na organização da vida econômica e da vida social da coletividade.
> 3. Um sistema econômico de autarcia relativa, que não distingue consumo e produção e que tem relações com a economia envolvente.
> 4. Uma coletividade local caracterizada por relações internas de interconhecimento e de relações débeis com as coletividades circunvizinhas.
> 5. A função decisiva do papel de mediação dos notáveis entre as coletividades camponesas e a sociedade envolvente.

Na sociedade em estudo – assim como, segundo Mendras, nas demais sociedades camponesas – a família tem importância estrutural tanto na provisão dos recursos necessários à subsistência de seus membros quanto na organização da vida social dos

indivíduos. É a partir de sua posição na família que o indivíduo se relaciona socialmente, sendo que boa parte das relações sociais se processam precisamente entre grupos familiares que se conhecem mutuamente. Desse modo, podemos afirmar que uma segunda característica fundamental do campesinato é justamente essa importância estrutural do grupo doméstico na organização econômica e social das comunidades.

Devido a essa importância, Maria de Nazaré B. Wanderley (2009, p. 158) classifica a agricultura camponesa tradicional como uma das formas sociais da agricultura familiar. “No entanto, ela tem particularidades que a especificam no interior do conjunto maior da agricultura familiar e que dizem respeito aos objetivos da atividade econômica, às experiências de sociabilidade e à forma de sua inserção na sociedade global” (WANDERLEY, 2009, p. 158). Vimos que o objetivo da atividade econômica do campesinato é prover de forma direta a subsistência da família; relativamente às experiências de sociabilidade, nos deteremos neste aspecto no próximo item; quanto às formas de inserção na sociedade global, esse fator diz respeito tanto às relações que o campesinato estabelece com o mercado quanto à quinta característica apontada por Mendras, sobre o papel dos notáveis na intermediação entre as coletividades camponesas e a sociedade envolvente. Tal papel deriva de uma certa subordinação dos camponeses, principalmente do ponto de vista político, mas também econômico e social, em relação a outras camadas sociais. Para o caso brasileiro, Maria Isaura Pereira de Queiroz (1976b, p. 26) defende a existência de um campesinato livre brasileiro em todos os momentos de nossa história, coexistindo com monoculturas de exportação e fazendas de gado. Esse campesinato produzia para o abastecimento interno dessas empresas e dos povoados existentes, estando muitas vezes subordinado aos fazendeiros e criadores de gado, uma vez que plantava em suas terras:

> Foram estes [fazendeiros e criadores de gado] seus protetores, padrinhos de seus filhos, seus banqueiros, seus advogados, seus chefes políticos, isto é, seus elementos de ligação com a sociedade global, fatores de sua integração nesta. A melhor maneira de caracterizá-los é como “clientela” dos fazendeiros e criadores de gado. Embora suas relações com fazendeiros e criadores lembrem a situação do camponês medieval descrita por Marc Bloch, cumpre não esquecer que fazenda de monocultura de exportação ou de gado não constituíram, nem mesmo no período colonial, feudos em economia autárquica e quase fechada. Constituíram desde o início empresas comerciais dominadas pelo próprio lucro. Foram estabelecimentos típicos de uma sociedade capitalista comercial. (QUEIROZ, 1976b, p. 26-27)

Para a autora, o campesinato brasileiro corresponde à camada intermediária de nossa população rural, situada entre os fazendeiros e os escravos no período colonial, e entre os fazendeiros e os trabalhadores sem terra num período mais recente. Desse modo, Queiroz (1976b, p. 37) aponta a existência, no Brasil, desde tempos antigos, de dois tipos de economia rural: “uma voltada para a produção monocultora destinada ao mercado internacional; e a economia dos sitiantes independentes, complementar tanto da economia dos monocultores quando da economia urbana e comercial do país, e desenvolvendo-se

paralelamente a ambas". Contudo, a autora também chama a atenção para o fato de que nem sempre os camponeses eram subordinados aos fazendeiros, podendo existir em áreas rurais onde estes não eram encontrados.

No caso dos municípios em estudo, a existência de fazendas caracteristicamente monocultoras no período em análise não foi relatada por nossos informantes. As plantações de café, destinadas inclusive ao mercado internacional, existiam de fato. No entanto, pelo que pudemos apreender de nossas entrevistas, de maneira geral tais plantações ocorriam em fazendas policultoras. Conforme descrito anteriormente, nos municípios em estudo, para ser classificado popularmente como fazendeiro bastava ser proprietário de maiores extensões de terra que permitissem estabelecer relações de parceria com outros agricultores. Desse modo, em mais de um caso tivemos a oportunidade de entrevistar filhos de fazendeiros que trabalhavam diretamente a terra, praticando a policultura, cujas famílias também trabalhavam e viviam cotidianamente conforme descrito anteriormente. De modo que, embora reconhecidos como fazendeiros, esses agricultores eram também camponeses. As plantações de café excedentes ou a criação de gado serviam mais como forma de garantir, com certa tranquilidade, a própria subsistência da família e, eventualmente, permitir a aquisição de algum produto novo no mercado, como um rádio a pilha, uma engenhoca mecânica para moer a cana, ou ainda a contratação de algum serviço técnico especializado, como os de marcenaria, por exemplo. Além dos fazendeiros, agricultores que tinham em seu domínio porções menores de terra existiam em grande número na região. Estes, inclusive, poderiam eventualmente estabelecer relações de parceria com os fazendeiros, a fim de complementar as provisões da família, do mesmo modo que os agricultores sem terra. Enfim, o que transpareceu ao longo das entrevistas que fizemos foi um ambiente social em que a desigualdade entre as classes de agricultores era menor, sobretudo se considerarmos o modo como viviam e os aparatos materiais que permitiam a reprodução da vida.

Outra característica do campesinato que gostaríamos de ressaltar é sua mobilidade espacial. Conforme Maria Isaura Pereira de Queiroz (1976b, p. 12), o campesinato preserva tal característica desde os tempos coloniais: "Utilizando técnicas rudimentares, empregando queimadas, viam-se constrangidos a abandonar a terra "cansada" e partir para mais longe, depois de certo tempo". Afora essas questões práticas de manejo da terra, outras circunstâncias poderiam levar à migração, como o casamento e o crescimento demográfico das famílias, fatores esses identificados em nossas entrevistas. Além disso, as famílias de agricultores sem terra que praticavam o sistema de parceria frequentemente estavam mais sujeitas a migrar. Desse modo, "a migração de camponeses não é apenas consequência da inviabilização de suas condições de existência, mas é parte integrante de suas próprias práticas de reprodução. Migrar, de fato, pode ser condição para a permanência camponesa"

(WOORTMANN, 2009, p. 217). Tais migrações poderiam ocorrer entre áreas rurais do mesmo município ou, mais frequentemente, entre áreas rurais de municípios próximos.

Feito esse curto percurso pelas materialidades relacionadas ao modo de vida dos antigos camponeses dos municípios de Brás Pires e Viçosa, passemos agora ao universo de sua moralidade, universo este também fundamental para a compreensão daquela sociedade.

3.2 Valores morais

Neste item pretendemos explicitar algumas das normais sociais, das formas de interpretação e de conduta no mundo que possibilitavam a organização e o funcionamento do modo de vida anteriormente descrito. Nosso foco então se deslocará do plano material e será direcionado ao plano das mentalidades, o que nos permitirá visualizar, inclusive, como tais dimensões estavam integradas. Gostaríamos de ressaltar, no entanto, que os valores e normas de conduta aqui discutidos foram selecionados a partir da frequência e da eloquência com que apareceram em nossas entrevistas. Embora estejamos trabalhando com categorias reconhecidas como fundamentais para a compreensão da ordem social camponesa, conforme nos informou a bibliografia consultada, o propósito aqui não foi apresentar rigorosamente os princípios morais nos quais se fundava essa sociedade. Mesmo que, em parte, acreditamos tê-lo feito, nossa intenção foi apenas compreender melhor um modo de vida e de organização do espaço para que possamos depois, munidos de mais instrumentos de análise, visualizar as mudanças que essa sociedade sofreu com a urbanização.

Identificamos quatro categorias que julgamos necessário trazer aqui à discussão. São elas: família, reciprocidade, trabalho e natureza/religiosidade. Conforme nos aponta o antropólogo Klaas Woortmann (1990, p. 23), existem certas categorias morais, como terra, família e trabalho, comuns às sociedades camponesas em geral e que são centrais para seu funcionamento e seu entendimento. Além disso, é importante ressaltar que tais categorias aparecem sempre relacionadas entre si, ou seja, uma não existe sem a outra: “Nas culturas camponesas, não se pensa a terra sem pensar a família e o trabalho, assim como não se pensa o trabalho sem pensar a terra e a família” (WOORTMANN, 1990, p. 23). Mesmo que discutidas em separado, na prática as categorias supracitadas se inter-relacionavam, conformando um todo coerente que guiava as ações cotidianas. Relativamente à categoria terra, embora manifestações diretas a ela não tenham aparecido de forma explícita em nossas entrevistas, o valor da terra enquanto meio de subsistência e patrimônio da família esteve sempre implícito, expresso no respeito aos elementos da natureza e na importância da colheita e dos alimentos.

Vivendo em regime de economia fechada, consumindo basicamente o que se produzia no sítio e mantendo relações muito restritas com o mercado, a família era a única instituição segura para o camponês, a base da organização social do campesinato:

> A sociedade camponesa [...] organiza o essencial da vida econômica no seio dos grupos domésticos: cada grupo doméstico assegura a produção de certos bens alimentícios ou outros, que consome ou troca por outros bens e serviços com outros grupos domésticos (MENDRAS, 1978, p. 66).

Enquanto instituição, o papel da família era, de longe, mais importante para a ordem social camponesa do que o papel do Estado ou o da Igreja. Mantendo-se a estabilidade da família e sua continuidade, o camponês mantinha a estabilidade e a continuidade de sua própria sociedade. Para tanto, o acesso à terra era fundamental e, além dele, toda uma hierarquia originada nos laços de parentesco deveria ser respeitada. Vejamos um exemplo prático sobre como isso funcionava:

> Meu avô tinha na fazenda um engenho e tinha uma certa organização. Ele falava assim: 'Essa semana – meu avô sempre determinava – o engenho tá por conta do fulano e do cicrano'. Quer dizer, só os dois filhos dele é que cuidavam do engenho. Na outra semana: 'É fulano e cicrano que vai cuidar do engenho'. Se ele não tinha cana dele pra moer, ele vai moer cana pros outros irmão que tinha. Tinha aquela obrigação.
> - E acabava que o que produzia ali, de rapadura, era dividido também, né? Que todo mundo revezava o serviço...
> - Era distribuído... Era tudo dividido. Aquilo ali era coletivo, era tudo dividido. (Seu Horácio, 72 anos)

Como pode ser observado, o reconhecimento de uma hierarquia no seio da família extensa possibilitava que, sob o comando do patriarca, fosse estabelecida uma divisão do trabalho que viabilizava o gerenciamento de recursos comuns. O patriarca desempenhava um papel de grande importância para a continuidade do grupo, papel este reconhecido e respeitado pelos filhos. No interior das famílias nucleares, um sentimento comum e valorizado pelas comunidades camponesas era o respeito ao pai, figura que simbolizava a família como um todo e que era o principal responsável pelos cultivos que garantiam sua subsistência. Tal respeito se estendia aos mais velhos, de modo geral, conforme nos descreve mais uma vez Seu Horácio:

> Porque cê vê hoje, os jovens hoje, os menino hoje nem cumprimenta as pessoas mais, nem cumprimenta ninguém. Nós tínhamos uma verdadeira adoração pelos mais velhos. Nós sabíamos cumprimentar, tomar benção! Né os pais só, não! Benção aos mais velhos! [...] Os homens que tinham aí naquela época 60 anos, 50, 60 anos, a meninada chegava e tomava a benção. Respeitavam. [...] Também em casa era a mesma coisa. Cê levantava, do seu quarto já levantava e 'Bença pai, bença mãe!' e tava saindo, pra cuidar da vida. Hoje não, hoje criança... Vejo os meus netos, como é que faz, né? São os últimos a levantar, levanta quando quer, quando tá... Num faz cerimônia, se quer um cafezinho, se quer um café com leite, num quer nada... 'Ah, eu quero é um suco disso, um suco daquilo'.

O respeito à hierarquia de família e aos mais velhos também encontrava respaldo na importância da tradição oral para aquela sociedade. Tradição essa que, juntamente com o aprendizado prático, possibilitava a transmissão de conhecimentos dos mais experientes aos mais jovens:

> Para enfrentar o presente e preparar o futuro, o agricultor camponês recorre ao passado, que lhe permite construir um saber tradicional, transmissível aos filhos e justificar as decisões referentes à alocação dos recursos, especialmente do trabalho familiar, bem como a maneira como deverá diferir no tempo o consumo da família. O campesinato tem, pois, uma cultura própria, que se refere a uma tradição, inspiradora, entre outras, das regras de parentesco, de herança e das formas de vida local. (WANDERLEY, 2009, p. 160)

Os valores cristalizados na estrutura da família eram, assim, centrais para a perpetuação dessa cultura camponesa. E à medida que as famílias cresciam e iam se tornando extensas, os vínculos de parentesco contribuíam para o estabelecimento das chamadas *sociedades de interconhecimento*, características das comunidades camponesas em geral e cuja ocorrência pudemos verificar também nos municípios em estudo. Conforme Henri Mendras (1978, p. 88):

> A coincidência entre laços de parentesco e território, completada pela posse de uma fração desse território, pode fazer com que o pertencimento à aldeia e o pertencimento a uma parentela sejam indissociáveis: “aqui” é “uma só família” e todos estão “em casa”. [...] Geralmente, a aldeia conta também com alguns alógenos: aliados vindos no momento de seu casamento (geralmente as mulheres) e não-aliados vindos geralmente para exercer seu ofício (artesãos, assalariados). Os alógenos às vezes vêm de longe; os alógenos aliados, ao contrário, se recrutam nos “aqui” vizinhos, que formam a área matrimonial da aldeia. Essa atmosfera vizinha não é uma parte desconhecida: não se conhece todo mundo diretamente, mas é possível fazer-se conhecer, e reconhecer, por qualquer pessoa, situando-se em relação a um aliado.

Frequentemente, uma comunidade rural poderia se formar a partir de uma grande fazenda que, aos poucos, foi sendo ocupada e dividida entre os filhos de um casal pioneiro. Com os casamentos e o crescimento demográfico natural – num movimento lento mas contínuo de receber e enviar migrantes a outras localidades –, o que era inicialmente uma família extensa torna-se uma comunidade rural. Os laços de parentesco originalmente existentes são um mecanismo de coesão da comunidade, reforçando as relações de interconhecimento e facilitando, assim, as trocas entre seus membros. No interior das comunidades é comum que todos efetivamente se conheçam. Entre comunidades vizinhas, no entanto, embora nem todos se conheçam pessoalmente, localizar-se dentro de uma família ou em relação a outros parentes é suficiente para tornar-se conhecido. E é a partir dessas relações de família e do interconhecimento que os camponeses constroem relações econômicas e de sociabilidade.

O mecanismo da reciprocidade, bastante difundido na sociedade em estudo, corresponde a uma dessas relações, simultaneamente econômica e de sociabilidade. Por

reciprocidade entendemos a dinâmica de retribuição de prestações, geradora de vínculo social, conforme identificada por Marcel Mauss (2003). Embora o intercâmbio com o mercado capitalista eventualmente ocorresse – para a venda de determinados produtos e para a aquisição daqueles poucos que os sitiantes não produziam –, era por meio da reciprocidade que os camponeses realizavam a maior parte de suas trocas. Para Eric Sabourin (2009, p. 33), "é mesmo esta dinâmica de satisfação das necessidades elementares do grupo, resultando das relações de reciprocidade, que constitui, ao invés da relação de troca mercantil, outro motor da produção (de sua distribuição) e, portanto, do desenvolvimento econômico". Seu Olavo (75 anos) nos conta um pouco sobre como isso acontecia:

> Tinha os fazendeiro ao redor ali, eles tinha uma amizade diferente. Tomava capado emprestado, sabe? Era capadinho de 4 arroba, mas não pesava, não. Emprestava um capadinho pra lá e depois eles trazia outro capadinho também para pagar, mas não ia em balança, não! Carro de boi de milho emprestava também. Milho tá acabando! Emprestava! [...] Feijão... Era muito comum tomar um saco de feijão emprestado. Pagar na colheita que ia chegar, tava perto. [...] Quando não tinha leite usava até tomar vaca emprestado do vizinho.
> - Até a vaca emprestava?
> - Emprestava. [...] Tinha vez que não tomava a vaca emprestado, mas buscava leite na casa da gente. Sabe como é que é, há uns tempo atrás emprestou a vaca pro meu pai, aí a gente também não cobrava o leite que ia.

Desse modo, nas sociedades camponesas "as trocas entre grupos domésticos permitem uma certa compensação de recursos, de resto muito limitados, já que cada um, fazendo parte do mesmo sistema de produção e com o mesmo modo de vida, produz o que lhe é necessário" (MENDRAS, 1978, p. 45). Para Mauss (2003, p. 188), o modo como a reciprocidade operava nas sociedades "anteriores à nossa" funcionava de forma análoga ao mercado antes da instituição dos mercadores e da invenção da moeda. Isso porque, segundo o autor, embora as prestações e contraprestações se estabelecessem de forma voluntária, por meio de regalos e presentes, elas eram, no fundo, rigorosamente obrigatórias. A moral e a ética, inclusive religiosa, instituíam certa obrigatoriedade em retribuir o presente recebido. Tanto assim que na fala anterior de Seu Olavo – mediada pelo tempo presente, lembremos – o termo utilizado foi "emprestar", ou seja, esperava-se realmente a retribuição por aquilo que se cedia, embora uma medida de valor relativamente aos bens trocados não existisse: "não ia em balança, não!"

Não menos importante que a obrigação de retribuir era a obrigação de dar. Estando em condições materiais para compartilhar determinado recurso, a recusa da doação era a recusa da aliança e da comunhão, do mesmo modo que a recusa em receber um presente oferecido. Desse modo, os momentos de dar-receber-retribuir possibilitavam a criação de vínculos sociais entre os indivíduos e as famílias, instituindo um sistema de trocas fundamentado no princípio da reciprocidade. Tal sistema foi denominado por Marcel Mauss

(2008) de *regime da dádiva*. Para o autor, o regime da dádiva trata-se de uma forma arcaica da troca, tendo provavelmente existido em grande parte da humanidade – e ainda subsiste em alguns povos e em alguns traços de nossa cultura – durante uma longa fase de transição que resultou no advento do mercado e do contrato jurídico como hoje os conhecemos. A continuidade das relações econômicas entre essas coletividades arcaicas era mantida justamente pela obrigação moral de retribuir o bem recebido, sendo esta a principal característica da dádiva. Ainda segundo Mauss (2003), no contexto das trocas nas sociedades arcaicas não se estabelecia uma distinção clara entre os objetos e as pessoas. Os bens e instrumentos pertencentes a uma família, por exemplo, eram considerados parte da própria família. Sendo assim, de certa forma as coisas trocadas não se separavam completamente de quem as trocava, elas carregavam algo de seus doadores, produzindo a necessidade da retribuição. Nesse contexto, as trocas não diziam respeito apenas aos objetos materiais, elas eram carregadas de valores simbólicos, estabelecendo vínculos permanentes entre as pessoas, uma comunhão e uma aliança relativamente indissolúveis.

Focalizando as relações humanas em si, a reciprocidade também pode ser entendida como parte constitutiva da própria noção de amizade. Conforme nos apresenta Eric Sabourin (2009) – fundamentando-se nas reflexões de Dominique Temple[25] –, numa comunidade em que a reciprocidade ocorre de forma generalizada, o *ato* acaba prevalecendo sobre a *coisa*, em outras palavras, "a reciprocidade envolve a preocupação pelo outro, ou seja, valores afetivos, tais como a paz, a confiança, a amizade e a compreensão mútua" (TEMPLE, 1997 *apud* SABOURIN, 2009, p. 56). Assim, embora obrigações morais permeassem o mecanismo da dádiva, sua motivação também estava relacionada ao interesse pelo outro em si, pelo reconhecimento de uma relação de amizade. Isso fica explícito no relato de Dona Maria Aparecida (84 anos):

> Às vezes, quando mamãe tinha tempo, fazia uns biscoitos pra gente. Quanto ela tinha tempo, ela enchia umas latas assim com bolacha. Fazia no forno de lenha, forno grande. [...] Ela fazia e fazia pros vizinhos também. A vizinha vinha também querendo fazer junto. Ela assava também aquele punhado e levava pra a casa dela.
> - Assava junto, né? Aproveitava o forno.
> - Que o forno grande era o nosso, né? Então era, assim, aquela amizade sincera. Uma fazia uma coisa diferente em casa, vinha trazendo no pratinho com aquele amor e carinho. Hoje em dia tem isso? [...] Quando matava um porco na casa deles ou da gente, tanto faz de um lado como do outro, tirava aqueles pedaço grande, sabe? Costela, toucinho, tudo, e levava no tabuleiro ou então na gamelinha, todo mundo tinha uma gamelinha. Era assim!

Sendo instituída necessariamente a partir da relação com o outro, é no seio das comunidades que a reciprocidade se coloca como princípio importante de geração de vínculo social. Segundo Eric Sabourin (2009, p. 48), o termo comunidade agrega a noção de localidade, proximidade, parentesco, espiritualidade (religiosa) e compartilhamento de

[25] Trata-se da obra: TEMPLE, D. L'économie humaine. **La revue du MAUSS**, nº 10 (1), 1997, p. 103-109.

recursos, se aproximando do próprio conceito de reciprocidade. Uma comunidade pode ser entendida, então, como um conjunto territorial de indivíduos que mantém relações recíprocas e utilizam recursos comuns para satisfazer necessidades também comuns. Segundo o autor, os princípios estruturantes da comunidade camponesa do Brasil são o parentesco, a localidade, o sentimento de pertencimento e a reciprocidade.

Como alertado anteriormente, a noção de reciprocidade aparece sempre relacionada a outros valores morais camponeses, como a família, por exemplo. Isso porque as relações de reciprocidade acontecem, em primeira instância, no interior das famílias extensas, entre pais e filhos, estes últimos também pais de família. Contudo, o interconhecimento permite a extensão das trocas entre parentes mais distantes e também com os "aqui vizinhos", num processo que fortalece os vínculos comunitários como um todo.

Entre os elementos trocados, a comida tem valor central, conforme nos informa Klass Woortmann (1990, p. 59):

> É por seu valor de uso que ela tem valor de troca no contexto da reciprocidade, onde o dinheiro nenhum valor de troca tem, porque pertence ao domínio do mercado. O conceito de valor de troca depende, pois, do contexto ao qual se refere. No campo da reciprocidade que estou aqui examinando, quanto maior o valor de uso, tanto maior o valor de troca que possui a coisa trocada. [...] O valor de uso da comida não se limita às suas qualidades alimentícias; ele envolve também suas qualidades como linguagem, uma linguagem que fala do *pai*, da *família*, do *trabalho*, da *honra* e da *hierarquia*.

Além do valor prático da satisfação das necessidades imediatas humanas, o valor simbólico da troca de alimentos envolve implicitamente todas as atividades relacionadas à sua produção – das quais todo camponês está ciente. Nesse processo, a família inteira participa e a figura do pai aparece como um gerenciador, o responsável direto pela provisão do sustento, remetendo à noção de hierarquia e de honra. Assim, "as coisas que são trocadas têm, igualmente, uma virtude especial, que faz com que sejam dadas e sobretudo retribuídas" (MAUSS, 2003, p. 242). Além da comida, o trabalho era outro elemento frequentemente trocado, também imbuído dessa virtude especial, uma vez que falava da família, da terra e da própria vida do camponês. Seu Rodolfo e Seu Carlos nos explicam como o trabalho poderia ser trocado em suas respectivas comunidades:

> O pessoal, vão supor, cê tá com uma roça ali pra capinar e eu com a minha. Eu ia lá e ganhava dia com cê, semana inteira. Aí, quando eu ia capinar a minha, cê vinha pra cá e me ajudava. Ninguém passava dinheiro para ninguém, não! Trocava serviço... [...] Dinheiro não corria não. (Seu Rodolfo, 78 anos)

> Muitas região, quando era fazenda grande igual Itajuru ou cá no Santo Antônio, o povo fazia grupo pra capinar roça em grupo. Eles não sabiam que organização maravilhosa que era, sabe? Hoje pra fulano, depois... Tinha 10 pessoas, eles não tinham condição de dar comida pra, às vezes, quem vinha de fora. Então, o que eles fazia: cada um dava comida pra dez ou doze pessoas um dia. Aí, o outro dia era o outro, o outro... la rodando, aquele grupo, pra todo mundo, capinar as roças. (Seu Carlos, 79 anos)

Segundo ressaltou Seu Rodolfo, a relação de assalariamento inexistia entre iguais. Conforme anteriormente apontado por Klass Wortmann (1990), se no campo da reciprocidade quanto maior o valor de uso, maior o valor de troca da coisa trocada, o trabalho possuía um valor bem maior que o dinheiro numa sociedade em que o mercado estava distante tanto territorial quanto socialmente. Era fundamentalmente a partir do trabalho direto na terra e nos diversos processamentos artesanais, sem a mediação da moeda, que essa sociedade subsistia e se reproduzia. Nesse sentido, o alimento e o trabalho eram, de fato, elementos de grande importância nas trocas recíprocas. Não raro essas trocas envolviam os dois de forma simultânea, como sinalizado anteriormente por Seu Carlos e descrito com mais pormenores por Dona Salete (81 anos):

> O dia que tinha dez pessoa na roça capinando milho, aí fazia comida... Mas era muito engraçado, minha filha! Tinha aquelas gamela de pau grandona, a gente fazia as comida e em cada vasilha, assim, colocava... Eu lembro assim: arroz numa, feijão na outra, torresmo na outra – se não tivesse carne tinha torresmo torradinho –, uma verdura. Aí pegava aquelas vasiinha colocava tudo assim, oh [gesticula indicando como as vasilhas eram colocadas sobre uma mesa], e levava. Aí, minha filha, pegava aquela gamela de comida, tampava, punha os prato ao redor assim tudo arrumadinho, tampava com um pano bem branquinho e, se fosse muita comida, punha um pano assim enroladinho na cabeça, punha na cabeça e lá vai embora! Chegava lá eles tava tudo capinando, vinha tudo almoçar.
> - Ah, sei...
> - Muito interessante, né? Num existe mais nada! Mais nada, minha filha! Eu tenho até saudade! E com tudo isso era uma maravilha! Uma maravilha!
> - Porque igual a senhora tá falando: tava todo mundo capinando... Tinha essa coisa de trocar serviço? Às vezes um capinava a roça do outro, aí depois o outro vinha e ajudava a capinar...
> - É, minha filha, era assim mesmo. Quando juntava... 'Hoje nós vamos fazer um mutirão, nós vamo capinar a roça do fulano, ali'. Capinava, acabava, 'Agora nós vamo capinar a do outro'. Aí, minha filha, no dia de... Por exemplo, assim, aquela roça tudo era grande, tudo era minha, faz de conta, tudo era minha. Aí tava tudo capinando a roça. Aí, minha filha, ia fazer a bandeira: 'Hoje é bandeira, porque vai terminar o serviço da roça'. Era arroz doce, era galo com macarrão, outra hora pato com macarrão, arroz, feijão, tutu de feijão, do jeito que quisesse. Aí aquele dia era uma festa!

Como dito, a troca de serviço poderia envolver um grupo maior de agricultores, que em conjunto iam trabalhando cada dia (ou dias, a depender do serviço) para um de seus membros. De forma relacionada à reciprocidade no trabalho, a provisão de comida não ocorria de forma individual entre esses agricultores e sim de forma coletiva e recíproca, ou seja, cada dia uma família era responsável pela alimentação de todo o grupo. Chamemos a atenção, inclusive, para o capricho com que, segundo Dona Salete, essa alimentação era providenciada. Para Klass Woortmann (1990, p. 32), essa troca de serviço não é pensada pelos camponeses exatamente como um *trabalho*, e sim como uma *ajuda* entre iguais, que será retribuída. Conforme o autor e segundo pudemos perceber na fala anterior, tal atividade é descrita mais como uma festa que como uma labuta. E, de fato, o término do serviço era marcado pela festa, que selava a comunhão entre os agricultores e suas famílias. Desse modo, a troca de serviço, "além de corresponder a uma necessidade prática, possui também

um significado simbólico: não se está apenas produzindo um roçado; está-se produzindo uma comunidade" (WOORTMANN, 1990, p. 32).

Como observado, a reciprocidade se expressava através de diversas formas de solidariedade, como na produção e distribuição de alimentos e na ajuda no trabalho, aspectos esses que, embora carregados de significados simbólicos, se relacionavam diretamente ao plano das materialidades. No entanto, ela também poderia ser encontrada no plano simbólico, por meio da reza, do canto, do compartilhamento do verbo (SABOURIN, 2009, p. 52). A depender da dimensão da necessidade e da grandeza do pedido ou do agradecimento, as orações e novenas poderiam envolver boa parte de uma comunidade, que rezava coletivamente em intenção de um de seus membros ou de algo em benefício de todos, como, por exemplo, pela chegada da chuva. Desse modo, diferentemente da troca simples entre objetos, a reciprocidade diz respeito à troca entre pessoas, na sua integralidade, envolvendo inclusive os pensamentos na forma de intenções.

Pelo exposto, a reciprocidade pode ser entendida como um *fato social total*, da maneira como foi conceituado por Marcel Mauss (2003, p. 309). Ela põe em ação, em diversos contextos e dimensões, a totalidade da sociedade e de suas instituições, sendo um elemento estruturante das coletividades camponesas. Em outras palavras, ela perpassa por praticamente todas as dimensões da vida, exercendo profunda repercussão sobre a sociedade. Na interpretação de Freitas e Botelho (2011, p. 50-51):

> A dádiva não é antes de tudo um sistema econômico, mas um sistema social das relações de pessoa a pessoa. O interconhecimento proporcionado pelas relações de proximidade dentro das coletividades nutre os vínculos sociais e conecta a ação econômica a uma ordem moral, instituída através de processos sócio-históricos que convergem para a necessidade de manutenção da troca como instrumento de sociabilidade: do sistema econômico como um sistema social.

No plano simbólico, Woortmann (1990, p. 38) aponta que "a troca entre os homens é a continuidade da troca com a natureza, pois é a troca de alimentos (que resultam da troca com a terra) e de trabalho (que constrói a terra e produz os alimentos)". Sendo assim, é possível afirmar que nas coletividades camponesas as relações de reciprocidade condensam dimensões econômicas, sociais, culturais e simbólicas, abarcando a totalidade da vida e constituindo-se como valores fundamentais para a reprodução dessas mesmas coletividades.

Outra categoria que se confunde com a vida do camponês é o trabalho. Para Margarida Moura (1986, p. 54), o vínculo do camponês com a terra materializa-se justamente a partir do trabalho familiar. O trabalho "constrói" a terra – "amansa" a natureza e produz a subsistência – e também a família, articulando papeis sociais. De modo geral, cabe ao chefe da família, via de regra o pai, a direção e realização das atividades de derrubada e limpa das áreas de plantio, o estabelecimento e manutenção das roças e os serviços

relacionados à colheita. Também está sob sua responsabilidade o trato com os animais de grande porte. A mulher pode estar presente em algumas tarefas do roçado, mas muitas vezes se restringe às atividades que executa no interior da casa e no terreiro contíguo. Existem, no entanto, muitas formas de se valer do trabalho feminino, que atua complementarmente às tarefas masculinas em vários níveis.

Como pode ser notado e segundo nos apontam Woortmann e Wortmann (1997, p. 134), os sitiantes constroem, no plano ideológico, dois circuitos de atividades, um masculino e outro feminino. O circuito feminino apresenta, no entanto, uma certa plasticidade que lhe permite adentrar, em determinados momentos, o espaço ideologicamente definido como espaço de trabalho masculino. O mesmo não acontece com o circuito masculino, pois a relação de gênero também é hierárquica. Desse modo, na divisão do trabalho por sexo pode ser observada uma "cooperação simples" – quando homens e mulheres fazem as mesmas tarefas na capina e na colheita, por exemplo – e uma "cooperação complexa" – homens e mulheres fazendo tarefas distintas e complementares no processo global de reprodução social, eles na roça e no pasto, elas na casa. Desse modo, "o processo de trabalho possui dimensões simbólicas que o fazem construir não apenas espaços agrícolas, mas também espaços sociais e de gênero." (WOORTMANN e WORTMANN, 1997, p. 9).

Essa construção de espaços sociais também pode ser notada relativamente ao trabalho dos filhos, inclusive as crianças. Ele está presente tanto na ajuda às tarefas domésticas quanto nas propriamente agrícolas e, conforme Margarida Moura (1986, p. 55),

> Se comparada a participação ativa de uma criança camponesa em tarefas que demandam esforço, atenção e responsabilidade, com a de uma criança da cidade, nascida numa família de classe média, são notáveis as diferenças tanto no que se refere à idade em que é iniciada em tarefas que demandam esses predicados, quanto ao volume de trabalho a ela atribuído.

Conforme pudemos constatar em nossas entrevistas, o trabalho das crianças, além de representar uma ajuda efetiva na provisão do sustento da família, tinha uma função educativa de grande importância. Isso porque a transmissão do saber sobre o trabalho se dava no próprio trabalho. O saber é um saber-fazer, que constrói a hierarquia familiar, e o fazer é, assim, um fazer-aprender (WOORTMANN e WOORTMANN, 1997, p. 11). É no trabalho que as crianças aprendiam técnicas de cultivo, processamento e preparo dos alimentos, o cuidado com os animais e o manejo de diversos instrumentos, desenvolvendo uma série de habilidades necessárias à vida camponesa. Também era no trabalho que elas desenvolviam o respeito para com os pais e os mais velhos, o valor de seus ensinamentos e a importância de cada atividade e de cada indivíduo no processo geral de reprodução social. Essa importância educativa do trabalho pode ser notada inclusive na fala de Dona Elena (84 anos): "Fui criar meus menino, pus na escola, ensinei a trabalhar. Meus menino tudo sabe

fazer qualquer coisa. Graças a Deus! O mais novo é que fez essa casa pra mim*".* Nesse sentido, "a transmissão do saber é mais do que a transmissão de técnicas: ela envolve valores, construção de papéis" (WOORTMANN e WOORTMANN, 1997, p. 11).

Desse modo, no universo das representações camponesas, o trabalho, carregado de valores simbólicos, não se dissocia da vida, ele é a própria vida. Sendo assim, a recusa ou o desdenho para com o trabalho é vista com grande desaprovação. Vejamos como Seu Rodolfo (78 anos) nos fala sobre o assunto:

> Em 83 [1983], tava crise igual essa de hoje. Cê precisa de ver! Eu saía daqui de bicicleta, trabalhava o dia inteiro em Paula Cândido[26] e voltava de tarde. Estrada de chão. Ia todo dia! Homem quando tem vergonha na cara não fala com o vendeiro que não tá achando serviço, não. Cê comprou, cê tem que pagar, né?
> - E quanto tempo o senhor ficou fazendo assim?
> - Um ano inteiro. Eu comecei lá dia 1º de janeiro e fui parar no dia 30 de dezembro. Agora desafio qualquer rapaz novo a fazer isso hoje. [...] Até de ônibus tá difícil pra eles. Se for para eles ir daqui lá no alto das Amoras pra trabalhar, a pé eles não vai. Nem de bicicleta eles não vai, né? Num vai não! De primeiro meu pai tocava lavoura de café lá, [...] mas era muito café. Mulher andava distância como daqui lá no alto das Amoras para panhar café. Hoje, se ocê não levar elas de carro, elas não vai, não panha de jeito nenhum. É por isso que a crise tá ruim. Fala que a crise tá ruim, mas mais ruim é a preguiça, né?

O que Seu Rodolfo chama de "preguiça" também poderia ser interpretado como mudança de valores. Em sua concepção, construída no seio de uma sociedade camponesa, o trabalho constrói a vida e representa a honra e a dignidade humanas em qualquer situação. No contexto da sociedade capitalista urbano-industrial, o trabalho foi transformado em mercadoria e o trabalhador, a princípio, pode dispô-lo da forma que julgar mais conveniente. Sua indignação corresponde, em certa medida, a um confronto de valores. Retomaremos esse assunto no próximo capítulo. Para o momento, gostaríamos de chamar a atenção para outro aspecto que também transparece na fala anterior, sobre a intensidade e as dificuldades relacionadas ao trabalho. Diversos de nossos informantes nos relataram sobre a intensidade de trabalho envolvida no suprimento da subsistência diária. Isso porque ela abarcava todas as etapas do cultivo, do processamento e do preparo dos alimentos, além da provisão de uma série de outras necessidades cotidianas e eventuais. E tudo isso executado de forma artesanal. Vejamos o relato de Dona Tita (81 anos):

> Tinha que socar arroz no pilão. A vida não foi fácil... Tudo que comia tinha que plantar e fazer. A gente não comprava. Comprava só o querosene, o querosene pra por nas lamparinas. [...] O querosene e o sal, que gastava pouco. Mais era isso. Era tudo fabricado no meio rural. [...].
> Passador de roupa era de brasa...Tudo era mais difícil. Tudo era difícil demais. Hoje, essa juventude de hoje não sabe o que é trabalhar, não! Não sabe o que é trabalho, não! Socar café... Tinha vez que o café tava ficando pouco lá na tulha, a gente panhava o café no pé, despolpava no pilão, lavava, punha para secar, tornava a voltar pro pilão de novo, socava... Torrava pra socar de novo. Era uma luta

[26] Paula Cândido é um município vizinho a Viçosa. A distância entre os dois núcleos urbanos, na ocasião percorrida diariamente de bicicleta por nosso entrevistado, é de aproximadamente 21 quilômetros.

> tremenda! Casa dava serviço demais! Por isso mesmo que as senhoras deixava o serviço de roça mais para os homens, que a casa já dava muito serviço.

Segundo Woortmann e Wortmann (1997, p. 158), se o trabalho tem conotações positivas, uma vez que garante o sustento da família, o ganho honrado e a liberdade[27] (quando a terra de trabalho também é livre), ele é, por outro lado, penoso. No plano simbólico, se de um lado a terra oferece a sobrevivência, de outro ela exige o esforço físico. Conforme sugerido anteriormente, a relação com a terra também é uma relação de reciprocidade. Oferecer à terra a labuta diária é meio de se conseguir dela a própria reprodução da vida. No entanto, mesmo diante de tais dificuldades e frente às profundas mudanças pelas quais essa sociedade passou nas últimas décadas, o trabalho muitas vezes permanece no imaginário como meio de alcançar dignidade, mantendo-se como parte integrante da vida, conforme sutilmente nos indica Dona Idalina (85 anos):

> - Eu costuro...
> - Eu ia perguntar se a senhora ainda costura...
> - Costuro. Mas costuro, assim, só para o lazer da gente. Graças a Deus, assim, eu não preciso mais não. *Mas trabalhar é muito bom, a gente precisa de trabalhar*. [grifo nosso]

Embora aposentada, Dona Idalina permanece ativa, trabalhando para o “lazer da gente”. Em certo sentido, se para os camponeses o trabalho se confunde com a própria vida, a ausência dele seria o mesmo que aproximar-se da morte. Desse modo, manter-se trabalhando seria uma maneira de manter-se também vivo.

Por fim, a relação de reciprocidade entre trabalho e terra, evocada anteriormente, abre caminho para que possamos tecer alguns comentários sobre o último valor camponês que gostaríamos de trazer aqui à discussão: a relação de proximidade com a natureza, que se processa inclusive no plano da religiosidade. Segundo Margarida Moura (1986, p. 9), o camponês é o trabalhador que se envolve mais diretamente com os segredos da natureza. Vivendo na terra e do que ela produz, plantando e colhendo o alimento que vai para sua mesa, o camponês é um observador cuidadoso do ambiente. Ele sabe de onde sopra o vento, quando virá a primeira chuva, que insetos são prejudiciais aos seus cultivos. “Seu conhecimento do tempo e do espaço é profundo e já existia antes daquilo que convencionamos chamar *ciência*” (MOURA, 1986, p. 9). A relação de proximidade com o meio natural deriva, assim, das contingências de seu modo de vida, que o coloca em contato direto com os elementos da natureza e como dependente das condições da terra e

[27] A liberdade ao qual se referem os autores e que corresponde às representações camponesas diz respeito à liberdade sobre a própria força de trabalho, sobre os tipos e quantidades de cultivos a realizar, as técnicas a empregar, etc., sem as regras e o mando que necessariamente envolvem as relações assalariadas de trabalho e mesmo as relações de parceria (ver WOORTMANN e WORTMANN, 1997).

do tempo. Desse modo, observar, interagir e conhecer tais elementos é fundamental para o sucesso de seu trabalho.

Ao longo de nossa pesquisa de campo, pudemos perceber que essa interação se dava cotidianamente na vida do sitiante. Um exemplo disso era o uso da orientação pelo sol, uma vez que a grande maioria das famílias rurais não possuía relógio. Seu Pedro (82 anos) nos conta um pouco sobre isso:

> Eu lembro que a gente levantava cedinho, com escuro, serração tava baixa. Relógio a gente não tinha, na casa de papai não tinha relógio, não. Começava a clarear já estava chegando no serviço. Ia com escuro. E quando largava serviço também, largava com escuro. [...] Costumo dizer, pegava serviço praticamente de noite, na roça, e largava praticamente de noite. O dono do serviço, patrão, de tarde ele ficava assim olhando, olhando o sol, olhava a hora pelo sol. Quando largava serviço já era quase noite.

Em relação ao serviço das mulheres, “nesse tempo a gente nem tinha relógio. Guiava pelo sol. Levantava tava mexendo com comida” (Dona Salete, 81 anos). Embora pareça banal, a orientação pelo sol implicava sua observação sistemática, ao longo do dia e do ano. E, além do sol, o olhar para o céu também percebia a movimentação das nuvens e do vento, a possibilidade de chuva, a variação das estrelas e da Lua. As fases da Lua indicavam, inclusive, os melhores momentos para o plantio e para a coleta da madeira. Nessa vivência mediada pela observação da natureza, o inexplicável era invariavelmente trazido para o plano do sagrado. Conforme Margarida Moura (1986, p. 22),

> Se o peso específico da religião é maior na cultura simbólica camponesa, é porque fornece uma explicação cheia de sentidos e sinais para quem observa diariamente o mistério da terra, da água e do ar [...]. O fato de a religião do camponês não conter uma teologia compilada não lhe torna sinônimo de mágica e superstição. Isto seria confundir o peso específico que tem a crença no sagrado em todas as dimensões da vida camponesa.

No entanto, esse sagrado também era construído na relação com a igreja institucionalizada, em especial com o catolicismo. Nos municípios em estudo – e poderíamos generalizar tal afirmativa para praticamente todo o estado de Minas Gerais –, a religião católica prevalecia de forma quase que exclusiva. Em nossas entrevistas não tivemos notícias da existência de outros cultos, embora o sincretismo com cultos de origem africana até hoje seja encontrado em algumas práticas reconhecidas como cristãs[28]. Segundo Maria Isaura Pereira de Queiroz (1976a, p. 72-76), no Brasil sempre coexistiram dois tipos de catolicismo: o catolicismo oficial – mais romanizado, vinculado inclusive a ordens religiosas – e o catolicismo popular – o catolicismo doméstico dos primeiros colonos, mas que se mantém ainda em nossos dias. Embora não exista separação nítida entre tais variantes – e o catolicismo brasileiro forme efetivamente um todo integrado –, essa

[28] O congado, cuja ocorrência pode ser observada tanto no município de Brás Pires quanto no de Viçosa, é uma dessas práticas reconhecidas como cristãs e que tem origem no sincretismo com cultos africanos.

diferenciação surgiu a partir do confronto entre as necessidades religiosas formuladas espontaneamente pelo conjunto da população, que também conserva antigas tradições religiosas, e a estrutura de uma hierarquia sacerdotal, sustentada por um dogmatismo mais ou menos rígido. A formação do catolicismo popular relaciona-se a um processo de adaptação a duas condições principais, às quais o povo brasileiro esteve sujeito desde os primeiros tempos da colonização: a pequena quantidade de sacerdotes e a falta de conhecimentos religiosos. “A adaptação se deu espontaneamente, e se exprimiu numa reorganização e reinterpretação do acervo de catolicismo tradicional trazido pelos colonos portugueses, de um lado, e, de outro lado, de catolicismo oficial trazido pelos poucos sacerdotes que aqui aportaram” (QUEIROZ, 1976a, p. 76). Nos municípios em estudo, é notável a prevalência desse catolicismo popular, que em sua versão rural a autora denomina de “catolicismo rústico”. A devoção aos santos e práticas ritualísticas derivadas da tradição católica portuguesa estavam presentes no catolicismo rústico local. No entanto, o que gostaríamos de destacar aqui era o modo como a divindade poderia se aproximar da própria noção de natureza. Embora longa, a transcrição abaixo nos fornece um exemplo disso:

> Eu plantei uma moita de tomate, com muita dificuldade, precisando é do “cobrinho” dele antes dele madurar. [...] Aí tava o tomatal lá... Às vezes isso é uma coisa que ocê pode deixar sem cortar pro cê transmitir pra alguém, pra incentivar alguém ao amor à natureza. O tomate começou a madurar e tinha dois casais de sabiá que vinha cá no tomate. [...] Vinha, buscava e levava. Vinha, buscava... E eles num tava satisfeito, não! Eles pegava um tomate maduro e já furava no que tava amarelando e fazendo uma devassa. Num tava sobrando pra mim tirar nenhuma caixa ainda não, que era pouco, né? Me deu uma vontade de matar eles... E tinha passarinho miúdo no meio, muito! Muito! Comendo a sobra que tava caindo. Eu observei aquilo. [...] Aí o que que eu fiz: chamei um rapaz lá que vive... Um predador, um rapaz lá: é pescar todo dia – agora ele parou –, beber cachaça, pescar e matar animais, sabe? Eu falei com ele assim: [...] ‘Vai lá em casa, rapaz, mata aqueles sabiá pra mim que eles tá me dando prejuízo demais, uai!’ Sabe? E ele é dessas gente volúvel, né? Fala e num sustenta. Três vezes, assim, fim de semana: sexta, sábado, domingo. Aí domingo eu passei lá [na casa do tal rapaz] de tarde... ‘Ah, amanhã eu vô lá e tal’. E num foi. [...]
> Eu fiquei na janela da casa, casa alta, que era bastante assim pra baixo, tô vendo os passarinho assim: vai e trás, vai e trás pros filhote. E aquela passarinhada lá. Que que eu fiz: meditei no negócio e fui lá e soltei minhas galinhas. As galinha tava presa pra não estragar o tomate. Elas vai comer sobra ali e também serve, ajuda na alimentação. Foi bom que elas melhorou demais a postura.
> Aí... E o Artur [neto do entrevistado] sabia. O Artur sabia que eu contei que ia matar. [...] No Domingo seguinte ele teve aqui: ‘E como é que tá lá, senhor trouxe mais tomate? Aquela passarinhada...’ Falei assim: ‘Ô Artur, eu parei naquela janela da sala lá, sozinho, e fiquei pensando assim: aquela passarinhada que tá ali, miúdo, tava comendo a sobra do... Como é que chama, do Evangelho? Lázaro. Certo? É o Lázaro que não tinha onde ir, tava precisando mendigar do patrão e o patrão rico, que não tem nome, no Evangelho. Ele é Lázaro, o rico nem tem nome, não. O rico chama-se orgulho! Recorda, né? O Evangelho. Chama-se orgulho. O nome dele é esse, mas num fala lá não. Aí, eu tô vendo os passarinho muntado naquilo lá [...], mais catando por ali nas folhas e embaixo, eu soltei minhas galinha e pensei assim: aqueles sabiá tava todo satisfeito porque encontrou alimento, encontrou emprego. É um casal que tá com família em São Paulo e tem criança e num tem emprego, num tem serviço. Encontrou emprego, achou lugar. [...] Num vô matar aquele sabiá, não! Porque essa comparação que eu fiz pro cê lá de São Paulo, eles tá indo ali no armazém buscando alimento pras criança deles lá. Aí, eu vô lá e mato eles [...], aí quando chegar a noite, cada ninho tem um punhado de filhotinho esperando alimento, eles vão morrer de fome! E quem pôs eles no mundo foi o mesmo que pôs

> eu. Agora sua mulher – ele tava aqui ainda –, sua mulher tá lá em Santa Catarina, com o Zé Maurício – que é um bisneto nosso, menino do Artur – e todo lugar aí dá desastre, vendaval, tremor de terra, né? [...] Eu pensei no seu menino. Se der um troço lá em Santa Catarina e que a Marisa morrer e os velho deles lá né muito certo de cabeça nada e ocê tá aqui, e num tem nem trânsito, num tem nem decolagem, sei lá, pra ver se acha o Zé Maurício. E ele tá com fome, lá em Santa Catarina'. Ele amarelou! 'Num mata o sabiá, não, vô!' 'Eu num vô matar mesmo não!'
> Os passarinho que tava no ponto, saiu. E eu vendi muita raça de tomate naquele lugar! [...] No final, [...] quem quis ir lá trouxe caixote cheio, de graça, porque não vendia. O comércio aqui é pouco e não compensava o trabalho de levar em Senador, Dores, ruim demais o comércio. Aí eu voltei atrás, pra corrigir a prova... E se eu mato os passarinho?! Que vergonha que eu ia ficar com Deus! (Seu Carlos, 79 anos)

A comparação que Seu Carlos estabelece, citando inclusive trechos do Evangelho, reconhece a condição dos outros animais como igual à condição humana. Foi esse reconhecimento que possibilitou a mudança em relação à atitude inicial. O passo seguinte foi dar aos pássaros um tratamento de iguais, permitindo que eles se alimentassem e alimentassem seus filhotes, deixando, assim, que a natureza – ou Deus, na linguagem do catolicismo rústico – determinasse o destino da plantação de tomates. O transcurso natural do ciclo animal, com o crescimento dos filhotes e sua revoada, permitiu que as plantas cultivadas também seguissem seu ciclo natural e os frutos amadurecessem. No final das contas, a natureza (ou Deus) se encarregou de resolver o que parecia, no princípio, um problema. E a fartura foi tanta que o agricultor vendeu e, ao final, ofereceu gratuitamente o tomate colhido. Diante do acontecido, agredir a natureza, matando os pássaros, teria sido uma agressão ao próprio Deus, motivo de grande vergonha, nas palavras do entrevistado. A vivência da natureza se confunde, assim, com a vivência do sagrado.

Outro aspecto do catolicismo rústico que julgamos importante destacar é a relação de reciprocidade que se estabelecia com a divindade e com os elementos da natureza. Como comentado anteriormente, é o trabalho oferecido à terra que possibilita sua retribuição com o alimento. Do mesmo modo, a relação entre devotos e santos também é de reciprocidade: algo é ofertado na esperança de que alguma graça seja alcançada em troca (QUEIROZ, 1976a, p. 85-86). Tal relação também se estabelecia com os elementos da natureza, nas rezas e novenas que muitas vezes eram oferecidas em favor da chuva e do sucesso da colheita. Como *fato social total*, a cultura da reciprocidade perpassava, assim, pela dimensão do sagrado e da religiosidade. Mesmo nas orações é possível identificá-la, como neste trecho da popular Oração de São Francisco: "Ó Mestre, fazei que eu procure mais consolar que ser consolado, compreender que ser compreendido, amar que ser amado. *Pois é dando que se recebe, é perdoando que se é perdoado* e é morrendo que se vive para a vida eterna! [grifo nosso]". Desse modo, amplamente difundido na região em estudo, o catolicismo rústico incorporava e reforçava elementos próprios da cultura camponesa, propiciando grande coesão social, de maneira semelhante e complementar à coesão alcançada por meio do valor da família.

Vistos os aspectos que julgamos mais relevantes para a compreensão do modo de vida no meio rural, passemos, agora, à discussão sobre as características e o papel das cidades no seio dessa sociedade camponesa.

3.3 As cidades

De modo a construir uma imagem sobre o ambiente urbano em estudo, iniciaremos este item procedendo a uma caracterização geral dos núcleos urbanos de Brás Pires e Viçosa no meado do século XX. Diferentemente do meio rural, as diferenças entre as duas cidades eram notáveis – como até hoje o são – e merecem aqui ser pontuadas. Embora os vínculos econômicos, sociais e culturais com o meio rural fossem presentes e bastante fortes nas duas localidades, Brás Pires possuía população e área urbana bem menores que Viçosa, o que contribuía para reforçar ainda mais o aspecto rural do primeiro. A própria emancipação do município de Brás Pires veio a ocorrer nesse meado de século, em 1953, fato que indica uma experiência urbana mais restrita, uma vez que sua formação enquanto cidade, do ponto de vista das instituições mas não apenas, ainda estava em processo.

Os números de população do então distrito de Brás Pires, pertencente ao município de Senador Firmino, denotam sua rusticidade: pelo Censo Demográfico de 1950, tal população era de 4.988 habitantes no total, sendo que destes apenas 499 residiam no núcleo urbano sede do distrito (BRÁS PIRES, 1958, p. 241). Além da praça da matriz, a vila (FIG. 18, na página seguinte) era formada por cerca de uma dezena de ruas “poeirentas”, sem nenhum calçamento. Mesmo essa praça não passava de um grande largo, em parte gramado, com um pequeno coreto implantado ao centro (FIG. 19, na página seguinte). Segundo os relatos de nossos entrevistados, o alinhamento da praça, a demarcação das ruas ao seu redor e as obras visando seu embelezamento e maior uso público foram executadas somente ao final da década de 1950, com o município já emancipado. O calçamento das principais ruas da cidade foi iniciado nos anos de 1960.

O abastecimento de água à população urbana era feito por uma rede de canos de ferro que percorria algumas das ruas do arraial. Assim como no meio rural, era bastante restrito ou quase inexistente o uso do sistema de água encanada nas residências. Desse modo, a maioria da população buscava água em latas nas poucas torneiras instaladas ao longo das ruas, uma situação muito similar ao abastecimento por meio de chafarizes. Dona Elena (84 anos) nos informa, no entanto, que...

> Num tinha água também não! Tinha uma torneira lá na praça e uma ali perto do Geraldo ali. Mas num tinha água, num vinha água... Tinha uma mina aqui, onde era a casa da Sá Zinha, que eu lavava... Todo mundo lavava roupa aqui. Eu levava a lata d’água daqui pra fazer comida.

FIGURA 18 – Brás Pires: vista aérea da cidade (em laranja, provável mancha urbana em 1950).

Fonte: Elaboração a partir de relatos orais e foto de satélite (GoogleMaps. Disponível em <https://www.google.com.br/maps/place/Br%C3%A1s+Pires,+MG/@-20.8481892,-43.2473336,2394m/data=!3m1!1e3!4m5!3m4!1s0xa3a19c93588397:0x44cc2adbc57562e7!8m2!3d-20.8423997!4d-43.2409655>, acesso em 26/04/2017).

FIGURA 19 – Brás Pires, vista da praça da matriz.
(data estimada da foto: início dos anos de 1950)

Fonte: Arquivo particular do Pe. José Maria Quintão Rivelli, s/d.

Como dito, o abastecimento não era regular e os moradores remediavam a situação mediante o acesso às nascentes que existiam nas proximidades do pequeno núcleo urbano. Várias famílias poderiam acessar uma mesma nascente. Relativamente às instalações sanitárias, mesmo nas residências urbanas seu uso era eventual. O banho de bacia ainda era o mais praticado e na ausência de sanitários e fossas, o urinol servia para recolher os

dejetos que posteriormente eram dispensados em áreas de mata ou em cursos d'água. As florestas nas imediações também eram utilizadas para a coleta da lenha, usada nos fogões e fornos também na área urbana.

Quanto à energia elétrica, a cidade era servida por um sistema de iluminação pública bastante rudimentar, intermitente e restrito. Tal precariedade levou à construção, durante o mandato do primeiro prefeito pós-emancipação – ainda na segunda metade da década de 1950 –, de uma usina própria, em território municipal, para o abastecimento urbano. No entanto, essa usina tinha capacidade limitada, sendo poucos os pontos de luz ao longo da cidade. Seu Horácio (72 anos) nos conta que apenas a praça da matriz e mais uma única rua eram iluminadas. Algumas residências urbanas eram ligadas a essa rede de energia, que servia basicamente para iluminação e para o funcionamento dos poucos rádios que então existiam. Sob manutenção da prefeitura, a energia era ligada às 18:00 horas e desligada às 22:00, salvo raras extensões nesse intervalo de tempo em ocasiões festivas. As quedas de energia, no entanto, eram muito frequentes. E nas demais ruas não servidas pela iluminação pública:

> O pessoal usava muito um tipo de tocha. Usava colocar tochas em vários pontos para iluminar a cidade. Tochas com azeite, tochas com alguma coisa inflamável. Tocha de pano, de tecido, qualquer coisa, eram colocadas dentro de bambu. E iluminava aquilo ali... Enquanto a família tava acordada, por exemplo, uns tinham as tochas do lado de fora, outros tinham lamparina de querosene dentro de casa. Era o mais comum: o lampião de querosene. Quem tinha um lampião de querosene dentro de casa, um lampião bom, que iluminava bem a casa, era só mesmo aquelas autoridades, aquelas pessoas que... O restinho do povo tinha lá uma lamparina fedorenta, preta. As crianças... Eu lembro demais da conta! Cê dormia e no dia seguinte cê acordava de manhã, cê tinha que ir pra aula, aí sua mãe tinha que olhar ocê primeiro pra ver se ocê num tava com o nariz preto de tanta fumaça de querosene. Dava aquela... Envolta das narinas tava preto, cê cheirava querosene ali, aquela fumaça, noite inteira! (Seu Horácio, 72 anos)

Quanto aos sistemas de comunicação, naquele tempo o mais eficiente era mesmo um portador, montado a cavalo ou a pé, levar e trazer recados. Isso porque o sistema de correios, além de pouco confiável, era extremamente moroso e a possibilidade do uso do telefone simplesmente não existia. O senhor Joaquim Cardoso Dias, morador do núcleo urbano de Brás Pires, nos informa a existência de uma única linha telefônica em 1951, comunicando apenas com a cidade de Piranga, antiga sede municipal ao qual o distrito de Brás Pires era vinculado antes de ser transferido para o município de Senador Firmino (GOMES, 1951, p. 242). O rádio ainda era uma novidade na época. A totalidade de nossos entrevistados, tanto em Brás Pires quanto em Viçosa, não conheceu esse aparelho na infância. Na década de 1950, poderíamos dizer que o rádio estava em processo de popularização, sendo ainda pouco comum seu uso nas residências. Brás Pires também não possuía jornal editado localmente – como até hoje não possui – e a circulação de jornais regionais e nacionais era muito restrita.

Embora certos aspectos da vida material guardem semelhanças, Viçosa (FIG. 20 e 21) desfrutava de uma infraestrutura urbana mais complexa que a existente em Brás Pires. O próprio tamanho demográfico do aglomerado urbano, quase treze vezes maior, nos indica isso: mesmo pequenino em face da atual mancha urbana da cidade (FIG. 22, na página seguinte), a sede do município contava, em 1950, com 6.424 habitantes (VIÇOSA, 1959, p. 429). Um terço das ruas da cidade, sobretudo as mais centrais, já eram calçadas e cerca de dois terços dessas mesmas ruas eram servidos por um sistema de coleta de esgoto (idem, p. 430). Alguns de nossos entrevistados comentaram, inclusive, sobre a proibição relativa à passagem de carros de boi pelo calçamento, o que poderia danificá-lo:

> Então a rua Padre Serafim: poeira, barro, passava carro de boi, mas não entrava na praça do Rosário porque era calçamento. Então, quando havia os vendedor de lenha, da roça, vinha carro de boi, então quem comprasse lenha, que não tinha fogão a gás, tinha mal mal fogão de ferro, né? Então derramava a lenha ali, o dono tinha que pagar uma carroça para passar no calçamento, carro de boi não podia, estragava o calçamento. (Seu João, 89 anos)

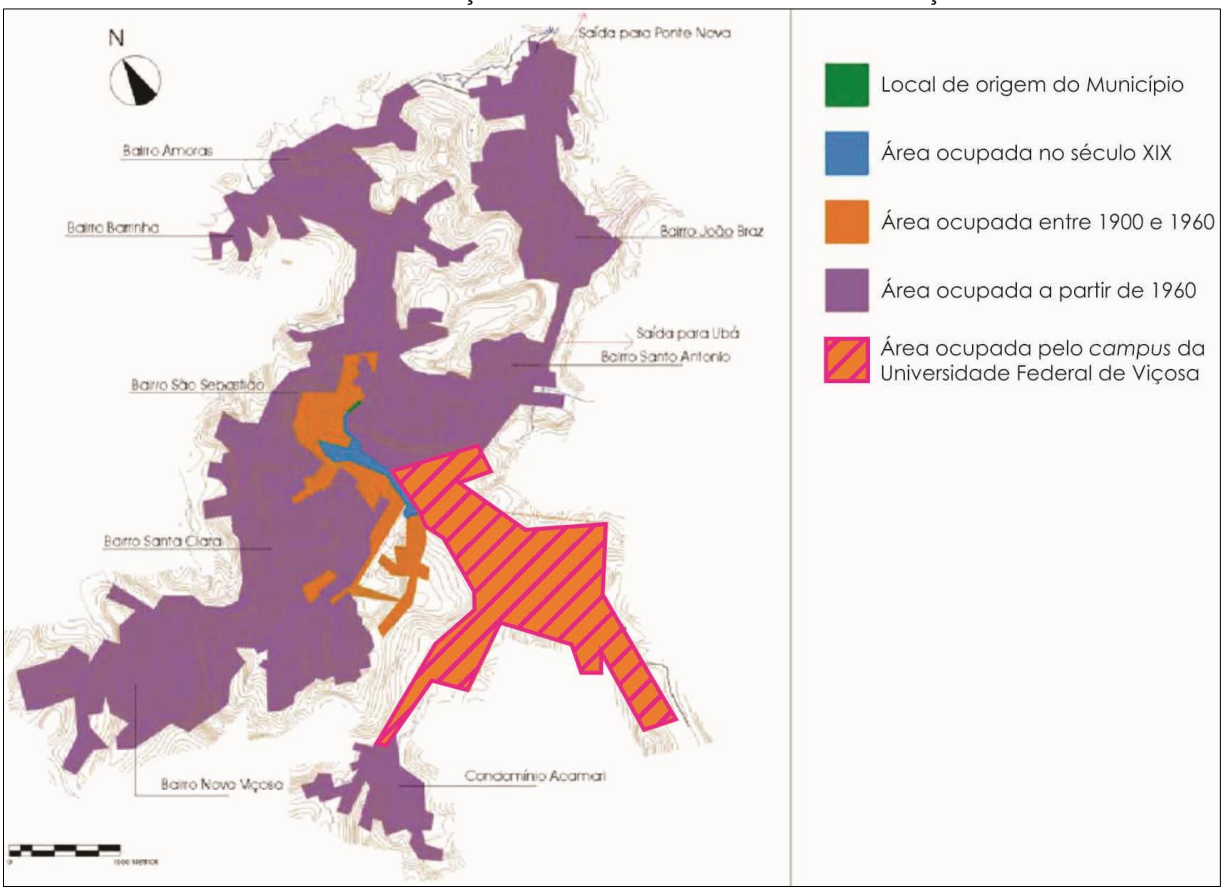
FIGURAS 20 e 21 – Viçosa, aspecto geral da cidade.
(Da esquerda para a direita, Rua Arthur Bernardes em 1950 e Avenida P. H. Rolfs em 1962).

Fonte: FOTOS VIÇOSA. Disponível em <http://www.dpi.ufv.br/funcion/altino/fotos_vicosa_main.htm>, acesso em 30/11/2016; VIÇOSA: cidade aberta. Disponível em <http://vicosacidadeaberta.blogspot.com.br/2011/04/o-passado-e-para-se-refletir-sobre-ele_11.html>, acesso em 05/12/2016.

Dos 33 logradouros públicos que conformavam a cidade em 1955, 24 possuíam uma rede de distribuição de água e das 1.480 edificações existentes, 800 eram ligadas individualmente a essa rede (VIÇOSA, 1959, p. 430). Entretanto, o uso de reservatórios e caixas d'água estava em processo de popularização e, em alguns casos, a residência poderia ser servida apenas por uma torneira, que captava a água diretamente da rede geral. Na impossibilidade de ligação a essa rede e devido à intermitência no fornecimento em algumas áreas da cidade, era muito comum a utilização de cisternas providas por sistema de bomba manual. Nos limites da área urbana, ainda era recorrente o uso da água de nascentes, transportada em latas conforme descrito anteriormente. Desse modo, o banho de bacia e as instalações sanitárias externas à residência, ligadas diretamente à rede de

esgoto ou a um curso d'água próximo, também em Viçosa poderiam ser encontrados com certa frequência.

FIGURA 22 – Evolução da mancha urbana da cidade de Viçosa



Fonte: Adaptado de MELLO, 2002, p. 98.

Quanto à energia elétrica, ela era gerada e distribuída na cidade pela Companhia Viçosense de Força e Luz, a partir de uma usina instalada no município de Guaraciaba, às margens do Rio Piranga (RANGEL, 2010). Essa energia era utilizada principalmente para iluminação pública e residencial, sendo fornecida também a algumas indústrias instaladas no perímetro urbano. Como o uso de aparelhos eletroeletrônicos era muito restrito, limitando-se basicamente ao rádio, as tomadas eram praticamente inexistentes nas residências. Além disso, os pontos de luz forneciam uma iluminação muito fraca, sendo chamados ironicamente de "tomates" pela população.

No meado do século XX, Viçosa já possuía as instalações do Fórum e Cadeia Pública, uma vez que desde 1890 a cidade era também sede de comarca. Os serviços de saúde eram supridos pelo Hospital São Sebastião, que atendia também a população dos distritos e municípios vizinhos. Mais três centros de saúde e cerca de 9 médicos residentes complementavam o atendimento à saúde (VIÇOSA, 1959, p. 431). No entanto, Dona Idalina

(85 anos) nos conta que, mesmo já morando no núcleo urbano, deu a luz aos filhos em casa, de parto natural, semelhante ao modo como as crianças nasciam no meio rural:

> - E os filhos da senhora nasceram nessa casa?
> - Nasceram naquela casa, tudo de parto normal!
> - Isso que eu ia perguntar: dentro de Viçosa ainda nascia em casa...
> - Não tinha... O hospital não tinha maternidade. Recebia, se fosse pra lá, né? Recebia mas não era maternidade. [...] Então todos nasceram lá [na antiga cada da entrevistada], com parteira. Os sete que você está vendo aí [mostra as fotografias].

Quanto aos serviços de comunicação, havia na cidade uma central telefônica, que servia à população mediante o agendamento das chamadas. Em 1959 foi criada a Companhia Telefônica Viçosense, instalando em alguns imóveis da cidade seus primeiros terminais semiautomáticos (RANGEL, 2010). A Rádio Montanhesa também já operava no município na década de 1950, sendo muito ouvida até a atualidade. O jornal “A Semana” era editado semanalmente, além de outros dois de publicação mais intermitente (VIÇOSA, 1959, p. 431). Além desses, a circulação de jornais de abrangência regional e nacional era facilitada, uma vez que Viçosa era servida pelo transporte ferroviário. Conforme comentado no capítulo anterior, a passagem da Estrada de Ferro Leopoldina pelo município contribuiu muito para seu crescimento e para a adoção de inovações técnicas diversas. Boa parte das diferenças entre os centros urbanos de Brás Pires e Viçosa nesse momento pode ser atribuída à passagem da estrada de ferro pelo segundo. O transporte ferroviário permitiu uma maior eficiência tanto no escoamento da produção municipal, sobretudo do café, quanto no acesso aos produtos e tecnologias vindas da capital do país e do exterior, estimulando e facilitando também a circulação da moeda. Permitiu, além disso, maior trânsito de pessoas e ideias, num processo que conectava a cidade de Viçosa, de forma mais eficiente, aos movimentos do sistema capitalista em nível nacional e até internacional.

Mesmo em relação ao transporte rodoviário, Viçosa era mais bem servida que Brás Pires. Naquele tempo, as peruas, também chamadas "jardineiras", com bancos de madeira, faziam o percurso para os distritos do município e para alguns municípios próximos (RANGEL, 2010). Além dessas localidades, era possível viajar de ônibus para o Rio de Janeiro e para Belo Horizonte, as capitais federal e estadual, respectivamente (VIÇOSA, 1959, p. 430). Para atender à população nessas viagens intermunicipais, um pequeno terminal rodoviário foi construído na década de 1950 (FIG.23, na página seguinte).

A abertura de estradas de rodagem interligando o município de Viçosa a Ponte Nova, Ubá e Piranga remonta ao princípio dos anos de 1930 (RANGEL, 2010). No entanto, como nos informa Seu Pedro (82 anos): “Asfalto? Naquelas épocas não tinha asfalto nenhum! De Ponte Nova a Viçosa era barro só. Eu lembro demais disso! Era barro ou poeira. Buraco, atoleiro...” A abertura de estradas consistia, assim, em seu alargamento, compactação e melhor ajuste à topografia, a cobertura continuava sendo a terra.

FIGURA 23 – Antigo Terminal Rodoviário da cidade de Viçosa (ao centro), onde hoje se encontra a Praça Mário Del Giudice (foto do início da década de 1960).

Fonte: RANGEL, 2010.

No caso de Brás Pires, a estrada de ligação entre a vila e a sede do município, que até 1953 era o centro urbano de Senador Firmino, foi aberta nos anos de 1940, por braços de trabalhadores empunhando enxadas e instrumentos artesanais. Nos idos de 1951, o braspirense Joaquim Cardoso Dias nos descreve um pouco sobre esse episódio:

> Por iniciativa do então prefeito Cícero Torres Galindo, rasgou-se a rodovia Braz Pires-Senador Firmino, numa extensão de 28 quilômetros, por meio de mutirões previamente organizados e marcados para cada zona dos dois distritos. O dia do mutirão era um dia festivo, pois via-se ali uma verdadeira multidão de homens, cada um empunhando sua enxada, cavando a terra; os fazendeiros e suas famílias fornecendo refeições e até bebidas aos trabalhadores, e finalizando o dia com o espoucar de fogos e vivas ao Prefeito Cícero Galindo. Foi este um dos maiores acontecimentos registrados em nossos dias na vida de Braz Pires. (DIAS, 1951 *apud* GOMES, 1951, p. 242)

Dona Dolores (87 anos) lembra-se da ocasião, tendo sua família participado no fornecimento das refeições e no apoio logístico às obras da estrada:

> Mas não tinha estrada, não! A estrada foi feita a mão. Foi o senhor Cícero, que foi prefeito de Senador Firmino, ele que fez, que construiu essa estrada daqui pra Senador Firmino. Assim, a braço de homem.
> - Os homens trabalhando na enxada...
> - Fazia assim, por exemplo, chegava perto de uma fazenda... Quando tava perto do São Pedro, bem pra lá do São Pedro ainda, ele ia lá pra casa do papai. Tomava café lá, almoçava lá. Coitada da mamãe... Andou doida, né? Ele era prefeito, né? Mamãe num tinha empregada, num tinha nada. Ficava lá. [...] Ficou também um homem quebrando pedra lá, pra fazer a primeira ponte do São Pedro. Não sei quanto tempo que o homem teve lá em casa, comendo, dormindo.
> - Hospedado lá, né?
> - Sem receber nenhum centavo! Essas coisas... A gente carregava merenda pros homens na estrada. [...] Eu levava uma chaleira grande assim, de ferro, pesada, cheia de café, e meu irmão levava um balaio de broa ou cuscuz ou farinha suada, pra dar merenda pros trabalhador na estrada.

E antes da abertura dessa estrada, “no meio dos mato era aqueles trilho, aqueles trilhozinho da gente passar, que num tinha estrada de jeito nenhum” (Dona Elena, 84 anos). É interessante observar que embora as obras fossem organizadas e apoiadas pela prefeitura, seu custeio e execução eram inteiramente realizados pela população, mediante doações voluntárias de trabalho e de comida aos trabalhadores. Bastante ausente no cotidiano da população camponesa em geral, o Estado começava devagar a se aproximar. Contudo, o transporte rodoviário ainda era muito restrito nesse meado de século. A própria existência de veículos automotores particulares era bem menos comum. Para o caso de Brás Pires, Dona Salete (81 anos) nos informa que:

> Quando eu mudei pra Brás Pires, só tinha o jipe do Padre Zizinho e tinha um homem que fazia móveis lá perto de mim, vinha um caminhão do Rio de Janeiro buscar móveis: armário, cama, cadeira de madeira, essas coisa e tudo. E o Mozar Cardoso tinha uma caminhonete. Só, só! Num tinha mais carro, num tinha mais nada.

Desse modo, para os percursos não servidos pela estrada de ferro e tampouco pelo limitado transporte rodoviário da época, o jeito era mesmo ir a pé – seguramente o principal meio de transporte daquele tempo – ou a cavalo. E para o transporte de carga, as opções mais usuais eram o carro de boi e as tropas de burro. Seu Tarcício (82 anos) nos conta sobre as viagens que fazia de Brás Pires à cidade de Mariana, levando carne de porco salgada para vender, reproduzindo um modo de comercialização e de transporte que têm origens no período colonial:

> Certinho isso que meu pai me trouxe pra acompanhar lote de burro dele pro mundo afora... Porque num tinha estrada. Daqui em Viçosa num tinha estrada. Pra Mariana, até Piranga num tinha nada. Custo! Levava quatro dia daqui em Mariana no burro. Acompanhando “toc toc” de burro na estrada. [...] Quatro dia! Quatro pra lá, quatro pra cá. [...] Vender carne em Ouro Preto, Mariana, Santa Rita, Vital Pereira, São Miguel...
> - Mas levava o porco vivo ou morto? 4 dias!
> - Menina, parece mentira! Tô falando aqui com cê é pura mentira! Pra hoje é pura mentira!
> - Pra hoje, né...
> - Pura mentira o que eu tô aqui falando com cê! Num escreve inverdade não... [risos] Num escreve não que eu tô falando só mentira!
> Oh! Papai matava lá em casa oito capado, de oito arroba cada um. Tinha uns balaio, uma coisa bem arrumada, balaio de taquara, arrumadinho, todo forrado por dentro. Tinha um pano próprio, um lonão, aqueles... Como é que chama? Aquele antigo... Lona locomotiva! Era o nome dela. [...] Aquilo num molhava fácil, não. Podia encher ela d’água assim. Podia tomar banho dentro dela que ela num vazava. Os balaio era tudo forrado com aquilo, lavadinho, bem arrumado. Agora, depois daquela lona, um murim, outro pano, pano que chamava amurim, era o nome do pano. [...] Punha por dentro daquela lona locomotiva, [...] depois daquela lona locomotiva vinha com aquele pano murim, clarinho igual isso aqui. Agora o toucinho, [...] lenhava a carne toda do toucinho. [...] Agora, jogava sal no murim, enchia aquilo de sal, depois enrolava ela assim. [...] Fazia uns vinte pacote, pra dez burro, cada burro levava dois pacote. Agora, carne ninguém comprava. Papai puxava capado pra Mariana porque aqui ninguém comprava carne. [...] Chegava em Mariana, aqueles comerciante comprava o toucinho todo. Agora carne... Os oito capado dava ali, carne... Que a carne é menos que o toucinho, né? Ia ali 16 banda de toucinho, 8 capado, 16 banda. Ia os oito burro, com as 16 banda de capado e os outros dois burro com balaio de carne. Agora, no Seminário, Dom Silvério comprava tudo. [...] O Seminário comprava

> a carne. Aí nóis puxava capado pra Mariana. [...] Já cheguei buscar açúcar em Rio Branco, passar aqui pra levar pra Mariana, no burro.

Seu Tarcísio ainda nos informa sobre outros agricultores do município de Brás Pires que, assim como ele, faziam viagens em tropas de burro, levando mercadoria para Mariana e outras localidades. Mesmo em Viçosa, o transporte de carga proveniente de municípios não servidos pela estrada de ferro era feito em lombo de burro ou no carro de boi. Seu Olavo (75 anos) lembra-se das viagens que fazia em carro de boi, partindo da zona rural do município de Paula Cândido, onde morava com a família, até o núcleo urbano de Viçosa:

> Eu candeava boi. Nóis trazia tábua aqui em Viçosa, era dois dias. Nóis dormia aqui no Juquinha de Paula. No outro dia de madrugada chegava com a tábua aqui em Viçosa. [...] Trazia uma grade, cê fincava ela no chão assim, ela tinha um ferro, né? O ferro tinha uns ganchinhos, aí ocê fazia a comida. Levava uns caldeirãozinho, né? Punha o fogo no chão e pendurava as vasilha. Eu esqueci como é que chamava essa peça, cê pendurava os caldeirão nela e fazia a comida. Fazia café...
> - O senhor lembra que comidas se fazia desse jeito?
> - Era feijão, arroz e farinha. [...] Sempre a farinha tropeira, né?
> - Farinha tropeira?
> - Farinha tropeira era feita assim: as meninas torrava em casa, farinha de milho. Jogava torresmo no meio e tudo. Então a gente levava aquela farinha pronta e lá a gente fazia... Muitas vezes levava o feijão só. Aí cê comia o feijão com aquela farinha. Quando o arroz... Arroz, macarrão era comida difícil, né?

Desse modo, nas muitas viagens que demandavam mais de um dia na estrada, era necessário arranchar e passar a noite em acampamento, providenciando água e comida para si e para os animais. Os pousos na estrada eram conhecidos pelos viajantes e previamente preparados pelos fazendeiros. Na continuação, Seu Olavo nos revela mais detalhes sobre o acampamento dos tropeiros na fazenda do senhor Juquinha de Paula:

> O Juquinha de Paula tinha uma cubertona grande no engenho, sabe? Tinha dia que tinha três, quatro carreiro lá, sabe? Ele já tinha um pastinho do lado de lá, assim, que ele nem... Ele já deixou só praquilo, pros viajante, sabe? Ele era um homem muito bom. Muito bom o homem! Tinha dia que ele até amolava a gente, lá. Ele ia pra lá de noite, que a gente acendia aquele fogo, e ele ficava conversando. E ele era um cara bom de conversa, né? E o carreiro doido pra dormir...
> - Cansado, querendo descansar muncadinho...
> - Mas tinha que cansar ele primeiro... Mas ele era um homem muito hospitaleiro.

Como pode ser notado, embora o modo de vida camponês desfrutasse de certa autossuficiência no suprimento das necessidades elementares dos indivíduos e de suas famílias, as cidades exerciam centralidade sobre as populações rurais. Era necessário acessar a cidade para a comercialização de certos produtos – como as tábuas de Seu Olavo, a carne de porco de Seu Tarcísio, o café de Seu Rodolfo – e para a aquisição de alguns poucos artigos não produzidos no meio rural, como o sal e o querosene, já citados, mas também os tecidos. Naquele tempo, a grande maioria das mulheres costurava as roupas da família, em máquinas de costura tocadas a mão ou em pedal. As mais habilidosas costuravam também para amigos e parentes mais distantes. Nas cidades era possível

acessar o serviço de costureiras e alfaiates para cortes mais bem arrumados. Como não eram produzidos pelos camponeses, os tecidos eram artigos valorizados, de modo que, segundo Seu Horácio (72 anos), para aquela sociedade “ganhou um panozinho, era um presentaço na época! Cê ganhava um corte de camisa, um corte de calça era um presente fora de sério!” No entanto, embora os tecidos para as roupas em geral já fossem adquiridos com regularidade no mercado, ainda era muito comum o plantio do algodão e a tecelagem de cobertores em teares artesanais. Dona Salete (81 anos) nos conta sobre esse procedimento:

> Cuberta pra gente cobrir, a gente plantava o algodão, né? Ocê conhece. Plantava o algodão, a hora que ele abria a cesse tudo clarinha, a gente ia lá catar tudo. Tirava a sementinha dele. Aí a minha vó tinha uma batedeira, aí ela pegava o negócio assim e batia. Aí ia batendo o algodão e ele ia fazendo aquela fexe, dessa grossura assim [indica com os dedos]. Batidinha. A outra tinha uma roda. Aí pegava aquilo ali, oh, ia mexendo na roda lá, ia torcendo, torcendo, fiando aquilo, e ia rolando pra lá, até cabar aquela fexe de algodão. Aí fazia aquele novelo, pra remendar roupa, pra gente... Aí a minha vó tinha um tear, ela tecia cuberta. Eu lembro direitinho. Ela esticava aquelas linha tudo, né? E depois oh... Aí um novelo de linha que a outra fiava, um chamava linha, o outro era mesmo o pavio, mais grosso muncadinho. Aí fiava tudo lá, aí passava o novelo pra lá, batia. Tornava passar o outro pra lá, batia. Aí ia tecendo a cuberta. Entendeu? Até que tava do tamanho da cuberta. Mas era trabalhoso, né? Mas era bão! Agora quando queria uma cuberta, assim, com listra, azul ou vermelha ou verde... Eu lembro como fosse hoje! A gente ia no mato. Tinha um mato que pegava e punha ele na tacha, tacha grandona que o pai fazia rapadura, a gente punha aqueles ramo verde lá, aí a água ficava verdinha! Tirava o ramo... Acho que chamava anil até, anil. Tirava o ramo, aquela água verdinha, igual eu tô te falando, aí depois fazia aquelas meada assim, oh! Faz de um jeito assim igual uma meada, aí punha lá dentro da tacha. Fervia, ficava verdinha! Aí, cê compreende, fazia uma listra branca, uma listra verde. Ia batendo até ficar um tanto assim, né, oh! Verde. Batia mais um tanto, branco. Ficava bonito!

Ponto de apoio indispensável para a realização das trocas no mercado, a cidade era, assim, um centro de comércio, local onde o sistema camponês estabelecia conexões com o sistema capitalista como um todo. As diferenças entre Brás Pires e Viçosa podem ser percebidas inclusive pela dimensão de seu setor comercial: a sede do município de Brás Pires contava, ao final da década de 1950, com apenas 6 estabelecimentos comerciais varejistas (BRÁS PIRES, 1958, p. 242). Já Viçosa possuía 5 estabelecimentos comerciais atacaditas, 198 varejistas e 2 agências bancárias (VIÇOSA, 1959, p. 430). No entanto, Seu Pedro (82 anos) lembra-se que, naquele tempo, mesmo em Viçosa, nas vendas não se comercializavam verduras, frutas e legumes, pois as hortas eram muito comuns nos quintais, inclusive no perímetro urbano, e se ganhava muito dos vizinhos e parentes. Também a criação de galinhas e porcos, para aquelas famílias que dispunham de espaço suficiente, eram muito comuns. Além disso, existia sempre a possibilidade de se comprar diretamente dos produtores que traziam da zona rural: feijão, ovos, galinhas, mandioca, polvilho, batata doce, tomate.

Além do comércio, as cidades também exerciam forte centralidade quanto à prestação dos serviços religiosos. A totalidade de nossos entrevistados nos relatou sobre as

visitas periódicas às sedes municipais para participar da missa e das demais festividades do calendário religioso católico. Em geral, essas visitas costumavam ser semanais, para assistir a missa aos domingos. No entanto, para aqueles que residiam em locais mais distantes, a frequência poderia ser mensal ou ainda mais eventual. Mesmo o centro urbano de Brás Pires, descrito como muito pequeno e sem recursos, era mais movimentado aos domingos: "Aqui num morava quase ninguém na rua não! Os fazendeiro tinha casa na rua, morava na roça. Abria as casa só dia de domingo." (Dona Elena, 84 anos). Curioso notar que observação semelhante – referindo-se, no entanto, a outros arraiais da região – fizeram alguns dos diversos viajantes estrangeiros que percorreram o território de Minas Gerais e da Zona da Mata nas primeiras décadas do século XIX (ver SOARES, 2009b, p. 233-234). Conforme apontado por Nestor Goulart Reis Filho (1970, p. 30), as vilas e pequenos centros urbanos do período colonial e primeira metade do século XIX eram fortemente vinculados ao mundo rural. Isso porque era a partir desse contato que se resolviam as questões práticas de abastecimento e de provisão de certos serviços urbanos, como a captação de água, o descarte do esgoto, a obtenção de energia (a lenha usada nos fogões, a força da água que movimentava os moinhos). Esses centros urbanos apresentavam normalmente um terrível aspecto de desolação, desfeito apenas aos domingos e em dias de festa religiosa, quando os moradores das fazendas para lá se encaminhavam. Seu Carlos (79 anos) nos conta, inclusive, que muitas vezes um grupo de camponeses se formava para ir à missa domingos:

> Vinha um grupo, era o povo. Era todo mundo a pé e descalço. É! Descalço, na maior simplicidade, normalidade, como que até ingenuidade, né?
> [...] Difícil cê vê uma pessoa calçada! Com aquelas roupinha velha! Tinha família que quase que nem tinha troca de roupa. As moça tinha um vestido pra vim a missa. Né dois não! A gente conhecia a menina que lá vem lá por causa do vestido. [...] Jeans é por um acaso, o povo achava até feio aquelas calça jeans, as primeira. Hoje o jeans invadiu o Brasil, né? Aí... Descalço, pouca roupa, sem maquiagem nenhuma.

As festas de padroeiros e a Semana Santa, esta última muito lembrada por nossos entrevistados, também eram momentos de grande devoção popular e, consequentemente, de muito movimento nas cidades. Seu João (89 anos) nos conta que, em Viçosa, "na Semana Santa, o pessoal vinha da roça e até alugava casa para ficar na cidade". Em Brás Pires, Seu Horácio (72 anos) nos recorda sobre a Festa do Rosário, devotada à padroeira do município:

> Era lindo a Festa do Rosário! Os morador da zona rural abandonava a zona rural e vinha passar a semana do Rosário, da Festa do Rosário, vinha passar aqui na sede. Arranjava, arrumava um lugar de acomodar a família [...]. Só quando acabava a festa, na segunda-feira, que tava indo embora. Era aquela tristeza a gente ver o povo da roça indo embora. Quem tava na rua tava triste de ver eles ir embora. Ficava muito movimentada a cidade.

Seu Horácio também se lembra das festividades que ocorriam ao longo do mês de maio, em homenagem à Virgem Maria:

> Brás Pires tinha aqui como destaque o mês de maio. O mês inteirinho de maio com muita festa. Era o mês de maio todinho. Não é igual agora, só essa coroaçãozinha, não. Era o mês de maio com muita festa. Levantava mastro de Nossa Senhora, levantado no meio da Praça certinho aqui, o mastro de Nossa Senhora do Rosário. E aí vinha aquelas brincadeiras. Após as rezas vinha os leilões. Todo dia tinha leilão. Era frango, era cana, molho de cana de açúcar, cana, né? Todo mundo gostava muito de chupar cana. Era balainho de laranja, era um saco de açúcar, era frango vivo ainda. Tinha sempre as coisas que iam fazer renda para as paróquias, para a Igreja.

Como dito, às rezas e louvores se unia também a necessidade prática de custeio das paróquias. E mesmo frente às dificuldades de deslocamento e de transporte daquele tempo, a obrigação de cumprir os preceitos católicos e a vontade de participar de tais ocasiões, que também eram momentos de socialização, impunham a presença dos sitiantes, conforme nos relata mais uma vez Dona Salete (81 anos):

> E a gente vinha! A gente andava, minha filha, da casa do meu pai aqui na rua, aqui na Praça, a gente gastava quase hora e meia, pra andar a pé. Porque a gente tinha de ir a pé e voltar. [...] Tinha dia, minha filha, que nós saía da nossa casa lá... A gente panhava café o dia inteiro, seis horas da tarde nóis saia do serviço, arrumava e vinha na reza mês de maio e voltava pra casa naquelas estrada tudo escura, tudo estreitinha e lá vai nóis! Mas tava tudo beleza! Era bom demais!

Como apontado no item anterior, se a religião, sobretudo o catolicismo, propiciava forte coesão social e estabilidade a essa sociedade, a cidade tinha papel importante nesse processo, uma vez que sediava o templo religioso, tornando-se referência para a realização dos cultos e demais rituais católicos. A cidade propiciava a reunião dos fiéis em prol de preceitos comuns, reforçando laços culturais e sociais. Embora pequenas capelas pudessem existir na zona rural, muito raramente assistidas por algum padre, era na cidade que os templos eram mais visitados, tanto pelos padres quanto pelos fiéis, num movimento de reforço da coesão supramencionada.

Vale destacar também que alguns aspectos da vida nas cidades guardavam semelhanças com o modo de vida no campo. Um desses aspectos relaciona-se à educação das crianças. Tanto no campo como na cidade, elas eram introduzidas no trabalho desde cedo, contudo, nas cidades as crianças poderiam trabalhar ajudando diretamente a família ou vendendo sua força de trabalho. Dona Maria Aparecida (84 anos) nos conta que, quando menina, ajudava a mãe no cuidado com a casa e com os irmãos mais novos, mas também no preparo das refeições que a mãe vendia em marmitas. Seu João (89 anos) relata que aos 8 anos buscava leite diariamente para uma família da cidade, também trabalhou vendendo frutas, vendendo jornal e foi engraxate. Seu Pedro (82 anos) trabalhou desde menino guiando carro de boi, trazendo lenha para a Estação Ferroviária do atual distrito de

Silvestre, em Viçosa. Também trabalhou capinando roças de outros donos nas imediações da cidade. Mesmo vendendo sua força de trabalho, nossos entrevistados reconhecem que o faziam para ajudar a família, nos custeios inerentes ao modo de vida urbano. Enxergavam, assim, o valor e a necessidade de seu trabalho e em momento algum se sentiam explorados. Ao contrário, quando nos contam sobre o trabalho que realizavam na infância, dão ênfase na importância desse trabalho, no modo como ele contribuía para a manutenção e sobrevivência de suas famílias. Embora já em processo de transformação, o valor do trabalho cultivado pela sociedade camponesa ainda estava presente, também na cidade.

Outro valor camponês presente nas cidades era a reciprocidade. Vejamos o relato de Dona Maria Aparecida (84 anos), falando sobre as trocas entre sua família e os vizinhos:

> Plantava para nós e os amigos. Que nesse tempo não vendia, né? Dava, né? Aquelas couve bonita, alface, almeirão... Cada uma mais bonita. É igual Salame [apelido de um vizinho] quando morava aqui, que agora ele morreu. Ele mais mamãe... De manhã, tinha a cerca, mas tinha um quadrado onde que ele botava a cesta de verdura pra nóis do lado de cá. Nóis tinha verdura também, mas ele tinha o prazer de trazer a dele.

Vários de nossos entrevistados nos relataram sobre a troca de alimentos e de favores entre vizinhos, mesmo morando na cidade: “Existia mesmo é uma questão de amizade com os vizinhos, né? ‘Uma mão lava a outra’. Levava uma coisa pro vizinho, o vizinho trazia outra. Às vezes uma broa, uma novidade qualquer. Existia muito disso. Amizade, existia muita amizade” (Seu Pedro, 82 anos). Guardando similaridades com o modo de vida e os valores do meio rural, a cidade estava inserida na ordem econômica, social e cultural camponesa. Para Mendras (1978, p. 15), a macroestrutura das sociedades camponesas se forma justamente a partir de um intercâmbio harmonioso e estável, do ponto de vista econômico e social, entre as cidades e as coletividades rurais. Sendo assim, “todos os membros de uma sociedade camponesa, e não somente aqueles que trabalham a terra, são camponeses: artesãos, comerciantes, notáveis são camponeses, da mesma forma que os cultivadores” (MENDRAS, 1978, p. 15). Pelo que pudemos resgatar a partir de nossas entrevistas, essa afirmação pode ser estendida ao contexto em estudo. No interior de Minas Gerais, cidade e campo estabeleciam relações de complementaridade naquele tempo, funcionando articuladamente na reprodução de uma sociedade camponesa.

Pelo exposto até aqui, pudemos perceber que o ambiente urbano e, mais ainda, o ambiente rural do meado do século XX, nos municípios de Brás Pires e Viçosa, em muitos aspectos se aproximavam do mundo colonial do século XVIII e primeiras décadas do século XIX. Diríamos ainda que esse passado não muito remoto dos anos de 1950 aparenta guardar mais proximidades com o universo material do período colonial que com o universo material da contemporaneidade. No meio rural, onde residia e se reproduzia a maior parte da população, isso é muito visível: ausentes os sistemas de água e esgoto, ausente a

eletricidade e todos os aparelhos a ela vinculados, ausente os motores a combustão e a máquina a vapor, ausentes as estradas tal qual as conhecemos, ausentes o plástico e a grande maioria dos produtos industrializados ou mesmo manufaturados que hoje nos acostumamos a usar rotineiramente, o que se mantém é um modo de vida reproduzido desde o século XVIII, fundamentado num nível tecnológico que poderíamos chamar de primitivo.

Ao longo do tempo, no entanto, esse modo de vida foi sendo aperfeiçoado em alguns detalhes, por meio do contato com o próprio ambiente natural e devido à manutenção de um pequeno intercâmbio com o sistema capitalista como um todo. Tal intercâmbio permitiu, assim, o uso cotidiano da lamparina de querosene, sendo tanto a lamparina quanto o querosene já produzidos industrialmente e disponíveis no comércio local. Também a difusão generalizada dos tecidos, muitos deles já fabricados no Brasil, e o uso de ferramentas, panelas e utensílios domésticos produzidos a partir de ligas metálicas nos indicam um contato incipiente com a produção industrial. Ainda assim, era por meio da agricultura camponesa e do processamento artesanal que as questões mais essenciais à reprodução da vida eram solucionadas.

Em relação à vida nas cidades, é notável que Brás Pires assemelhava-se mais ao mundo colonial que Viçosa. Os muito precários e restritos sistemas de iluminação elétrica urbana e de abastecimento de água contribuíam para que a cidade e seus edifícios continuassem funcionando mediante o uso intensivo da mão de obra, agora não mais dos escravos, como nos informa Nestor Goulart Reis Filho (1970, p. 26) referindo-se ao período colonial, mas da população livre e camponesa que ali habitava. Quanto a Viçosa, o aspecto geral da cidade nos remete à segunda metade do século XIX (ver REIS FILHO, 1970, p. 43-44). As residências urbanas já eram dotadas de algum serviço de água e de esgoto, recorrendo muitas vezes a equipamentos importados que chegavam pela estrada de ferro. Também o sistema de iluminação elétrica alcançava mais abrangência e as formas de comunicação, tanto de massa quanto individuais, já haviam, de certa forma, rompido com o isolamento característico do período colonial. Contudo, em muitos dos aspectos práticos do dia-a-dia e nos arredores do centro urbano, o mundo colonial ainda ali poderia ser encontrado.

3.4 O Modo de Produção Camponês

Para finalizar o capítulo, julgamos oportuno tecer alguns comentários sobre o debate acadêmico relativo à possibilidade de se considerar a economia camponesa como um modo de produção específico. Reunindo contribuições da história, da sociologia, da economia e da antropologia, tal debate se origina a partir da constatação das especificidades do modo de

vida camponês frente à economia capitalista. Segundo os autores consultados[29], a teoria mais elaborada sobre a economia camponesa enquanto um modo de produção particular pode ser encontrada no trabalho desenvolvido por Alexander Vasilievich Chayanov. Fundamentado em pesquisa realizada junto ao campesinato russo desde o ano de 1870, Chayanov elaborou e publicou, em 1925, uma proposta teórica original de compreensão dos processos internos de funcionamento das unidades familiares de produção na agricultura, considerando-os como um sistema econômico não capitalista. Em sua perspectiva, tais processos não se enquadrariam em nenhum modo de produção já descrito, constituindo, assim, um modo de produção próprio.

O modelo de Chayanov parte do grupo doméstico individual, a família de camponeses trabalhadores, que tem como objetivo básico garantir a satisfação de suas necessidades elementares, destinando ao mercado apenas uma pequena parte de sua produção. As características dessa economia são as mesmas já citadas anteriormente: autonomia da gestão da unidade produtiva (o que não significa necessariamente a existência da propriedade privada do solo, mas sim o domínio sobre todos os meios de produção necessários ao processo produtivo); gestão essencialmente familiar da unidade de produção; economia de subsistência fundamental, embora não exclusiva. Ao contrário da empresa capitalista, a unidade familiar não se organiza em função da busca contínua pela maximização de lucros, nem sobre a extração e apropriação de trabalho alheio. A ausência da *mais-valia* como motor do processo produtivo confere à economia camponesa um caráter específico. Além disso, a fonte de trabalho que aciona o processo de produção é o próprio proprietário dos meios de produção: o agricultor e sua família. O camponês tem em relação ao esforço físico e mental exigido para o trabalho um comportamento diferente do empresário capitalista, isso porque tal esforço deve ser realizado por ele mesmo, a partir do desgaste de suas próprias capacidades físicas e mentais. Desse modo, o núcleo da teoria chayanoviana está no princípio subjetivo do equilíbrio entre a satisfação das necessidades de subsistência e as dificuldades do trabalho, sua rejeição além de determinado limite.

Para o autor, duas questões são básicas na economia camponesa: a ausência de salários – cerca de 90% das propriedades russas por ele examinadas utilizavam apenas a mão de obra familiar – e o fato de a unidade camponesa ser ao mesmo tempo uma unidade de produção e uma unidade de consumo. Na ausência de salários, as categorias da análise capitalista perdem sentido, sendo necessário analisar o grupo doméstico como um todo e considerar o retorno do trabalho como indivisível. Isso levou Chayanov a construir uma teoria econômica diferente – uma teoria da economia familiar – baseada no equilíbrio

[29] A síntese aqui exposta sobre a ideia e o debate relativo ao modo de produção camponês foi formulada a partir da consulta aos seguintes autores: Araújo, 2002; Cardoso, 2002; Carrara, 2009; Chayanov, 1981; Moura, 1986; Wanderley, 2009 e Woortmann, 2001.

consumidores/produtores, entre a satisfação das necessidades familiares e a penosidade do trabalho. Elencando uma série de situações em que se diferenciam o funcionamento da economia capitalista e o da economia camponesa, Chayanov desenvolve seu argumento afirmando que, em função do caráter familiar da unidade de produção, a lógica da atividade econômica camponesa é distinta e mesmo oposta àquela da economia capitalista.

Característica emblemática nesse sentido é o fato de a economia camponesa, em princípio, não dar lugar ao dinheiro, não sendo uma economia monetária. Conforme colocado por Mendras (1978, p. 49-50), para o camponês cada produto corresponde a uma necessidade particular, não sendo possível substituí-lo por outro. Um silo de feno, um saco de trigo ou uma pilha de madeira, cada um tem seu destino, cada um é tão necessário para a vida doméstica que não poderia servir no lugar do outro. Assim, numa prática econômica fundamentada no autoconsumo e na troca, onde cada bem tem sua utilidade particular, a moeda desempenha funções marginais, em geral relacionadas aos mecanismos de contato da economia camponesa com a economia envolvente:

> Ela [a moeda] serve essencialmente de instrumento de transação entre as duas [a economia camponesa e a economia envolvente], no momento em que o camponês sai de sua órbita para entrar no exterior: na feira onde vende uma vaca, com o negociante ao qual entrega seus cereais, e com o dinheiro que retira disso, paga seus impostos ao coletor ou dizimeiro, eventualmente o aluguel da fazenda a seu proprietário, compra o sal e os demais produtos que não fabrica por si só e volta para casa livre de suas dívidas e munido do que lhe é necessário, mas sem dinheiro. [...] Se lhe acontece vender mais do que suas despesas, volta para casa com o dinheiro, enfia-o em sua meia de lã, que esconde e deixa dormir. Esse pé-de-meia é uma poupança entesourada, e não um capital ou um lucro. Ela servirá, seja como seguro para pagar os impostos ou o aluguel da fazenda em um ano mau, seja para aumentar o patrimônio, comprando terra ou gado. (MENDRAS, 1978, p. 50)

Constatando tais diferenças, Chayanov desenvolveu sua teoria num esforço para formular regularidades, “leis” relativamente estáveis que orientariam a atividade produtiva dentro desse possível modo de produção camponês. Embora essa teoria tenha exercido influência sobre o trabalho de diversos pesquisadores, a classificação da economia camponesa como um modo de produção específico é vista com certa cautela. Segundo Ciro Flamarion Cardoso (2002, p. 20), o marxismo clássico analisa a economia camponesa como um modo de produção secundário (uma das formas da produção mercantil simples) que historicamente aparece subordinado a diversos modos de produção dominantes. Para Maria de Nazaré Wanderley (2009, p. 142), a economia camponesa não constitui, propriamente, um modo de produção, no sentido forte do termo. Ela é entendida, antes de tudo, como uma forma de organizar a produção, que se reproduz no interior de modos de produção diversos. Dentro do modo de produção capitalista, a reprodução social do campesinato estaria intimamente inserida no processo global de reprodução do capital, cujas formas concretas assumem caráter diversificado.

Segundo a definição do *Dicionário de Ciências Sociais* (MODO DE PRODUÇÃO, 1986), um modo de produção se caracteriza pela articulação estruturada entre as instâncias sociais que podem ser distinguidas numa determinada sociedade. Basicamente, essas instâncias referem-se à organização econômica, à organização político-jurídica e à organização ideológica. De forma bastante resumida, poderíamos dizer que por instância ideológica se compreende o sistema de ideias, representações, atitudes e comportamentos sociais; por instância político-jurídica "se entende aquele sistema de poder global que mantém a unidade do todo social constituído por sobre toda contradição social capaz de pôr em perigo sua continuidade" (MODO DE PRODUÇÃO, 1986, p. 776); e por instância econômica, o sistema constituído pelos processos de produção, distribuição e consumo de bens. Desses três processos constitutivos da instância econômica, a produção é reconhecida como a mais fundamental e determinante, sendo definida, por sua vez, pela articulação entre as forças produtivas e as relações de produção existentes numa sociedade. Como visto ao longo do capítulo, o campesinato em estudo possuía a instância econômica e a ideológica bastante desenvolvidas e relativamente estáveis, faltando-lhe, no entanto, uma instância político-jurídica a elas articulada. Essa ausência, constatada não apenas neste trabalho mas em diversos estudos sobre o campesinato, determina certa subordinação da economia camponesa à economia envolvente, no caso, à economia capitalista. Segundo Margarida Moura (1986, p. 62),

> As dificuldades começam no fato de que o processo de trabalho camponês é uma realidade subordinada a outra mais poderosa, capaz de ditar as regras do jogo. Em uma palavra, modo de produção é um conceito que só se aplica ao cálculo econômico dominante e não ao subordinado. Neste sentido, à economia camponesa faltaria um ingrediente crucial para sua conceituação como um modo de produção próprio, justamente o de dominar e, por isso, subordinar.

Assim, o debate parece convergir para a interpretação das formações sociais camponesas como articuladas e subordinadas a diferentes modos de produção ao longo da história, com suas correspondentes relações sociais de produção. Conforme Carvalho (1978, p. 104), o campesinato brasileiro surgiu desde o início da colonização e apesar da predominância de elementos do modo de produção escravista, havia elementos de outros modos de produção, inclusive do feudal, na então colônia. Desta maneira, no Brasil do passado havia a dominação de um modo de produção e de relações sociais de produção escravista; mais recentemente, há uma articulação de modos de produção e de relações sociais de produção pré-capitalistas sob a dominação do modo de produção e de relações sociais de produção capitalistas. Contudo, o importante a salientar é que o camponês no Brasil foi e ainda é agente de relações sociais de produção não capitalistas.

Enfim, o que mais nos interessa nessa discussão não é exatamente o julgamento definitivo sobre o caráter e o significado da economia camponesa e sim a própria existência

do debate em si. O fato da economia (e da sociedade) camponesa ser discutida na esfera do modo de produção denota as profundas dessemelhanças entre essa sociedade e a sociedade capitalista urbano-industrial. O debate contribui, então, para incrementar o panorama construído sobre o passado, descortinando a complexidade da lógica de vida que predominava na região há pouco mais de meio século e suas significativas diferenças em relação à lógica que predomina atualmente. Naquele meado de século XX, na ausência de instâncias político-jurídicas camponesas, o que imperava no Brasil e nos municípios em estudo eram as instâncias constituídas no interior do sistema capitalista. Contudo, no dia-a-dia, sobretudo no meio rural mas não apenas, a presença do Estado capitalista e de suas instituições correlatas era pouco sentida pela população. Pelo que pudemos constatar em nossas entrevistas, a reprodução cotidiana da vida se processava quase que à revelia do Estado. Progressivamente isso irá mudar, conforme veremos. No entanto, naquele momento, esse contexto relativamente distante das instâncias político-jurídicas capitalistas acabava por tornar o subordinado, de certa forma, dominante. Em outras palavras, na ausência de uma dominação mais efetiva por parte do sistema capitalista, o que imperava nos municípios de Brás Pires e Viçosa era o sistema econômico, social e cultural camponês.

4 CAPITALISMO, URBANIZAÇÃO E MUDANÇAS SOCIOESPACIAIS

Mas a mudança é 'água pra vinho'! Cê pode ter certeza! Tudo diferente, em todos os aspectos!

Dona Idalina (85 anos)

A burguesia só pode existir com a condição de revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais. [...] Essa revolução contínua da produção, esse abalo constante de todo o sistema social, essa agitação permanente e essa falta de segurança distinguem a época burguesa de todas as precedentes. Dissolvem-se todas as relações sociais antigas e cristalizadas, com seu cortejo de concepções e de idéias secularmente veneradas [...]. Tudo o que era sólido e estável evapora-se, tudo o que era sagrado é profanado e os homens são, finalmente, obrigados a encarar com serenidade suas condições de existência e suas relações recíprocas.

MARX e ENGELS, 1987, p. 79

Neste capítulo trazemos à discussão os fatores que identificamos como determinantes para os processos simultâneos e correlatos de intensificação da urbanização nos municípios de Brás Pires e Viçosa e de transformação da sociedade camponesa ali existente. Tais aspectos são parte integrante do processo de penetração e difusão do capitalismo urbano-industrial no Brasil, com suas temporalidades e espacialidades regionalmente específicas. A amplitude das transformações ocorridas nos evocou a célebre passagem do *Manifesto Comunista*, relembrada na página anterior, na qual Marx e Engels nos chamam a atenção para a maneira pela qual o modo capitalista de produção, em seu ímpeto pela acumulação permanente de capital, dinamiza constantemente as forças produtivas, as relações sociais de produção e, com isso, o conjunto da sociedade. Nesse sentido, o aspecto chave a ser discutido aqui são os mecanismos pelos quais o capitalismo se expandiu e se intensificou no território em análise e as consequências advindas desse processo. Ainda segundo Marx (1971, p. 830 *apud* GRAZIANO DA SILVA, 1982, p. 19-20),

> O processo que cria o sistema capitalista consiste apenas no processo que retira ao trabalhador a propriedade dos seus meios de trabalho, um processo que transforma em capital os meios sociais de subsistência e os de produção; e converte em assalariados os produtores diretos. [...] A expropriação do produtor rural, do camponês, que fica assim privado de suas terras, constitui a base de todo o processo.
> [...] A expropriação e a expulsão de uma parte da população rural libera trabalhadores, seus meios de subsistência e seus meios de trabalho, em benefício do capitalista industrial; além disso, cria o mercado interno.
> Na realidade, os acontecimentos que transformam os pequenos lavradores em assalariados e seus meios de subsistência e de trabalho em elementos materiais do capital, criam ao mesmo tempo para este o mercado interno.

Desse modo, nas páginas seguintes iluminaremos o processo pelo qual os camponeses de Brás Pires e Viçosa foram expropriados de seus meios de produção, sua força de trabalho foi convertida em mercadoria e uma sociedade quase autossuficiente foi transformada em mercado consumidor. Discutiremos, assim, o modo pelo qual os municípios em estudo e seus habitantes foram incorporados à economia de mercado que então se expandia no Brasil. Ou ainda, segundo a concepção de Polanyi (2000), como o mercado saiu de sua condição de acessório à reprodução social dessa sociedade para a condição de principal mecanismo, indispensável e imperativo, para essa mesma reprodução social.

Conforme apontado por Juarez Brandão Lopes, (1976, p. 66), o Estado teve papel determinante na mudança social no Brasil. Ele vai atuar na construção de infraestrutura, no estímulo aos investimentos industriais nacionais e estrangeiros, na formulação do direito trabalhista, no estabelecimento de um sistema educacional, nas mais variadas políticas públicas e na regulamentação da atividade econômica. Devido a esse fator, iniciamos o capítulo – e dedicamos boa parte dele – à análise da ação do Estado brasileiro na condução das transformações. Três aspectos inter-relacionados da ação governamental, e de

repercussão direta sobre a urbanização, serão tratados: 1) a atuação do Estado na promoção da industrialização do país; 2) o processo que ficou conhecido como "modernização" da agricultura brasileira; e 3) as políticas educacionais implantadas ao longo da segunda metade do século XX, políticas essas que influenciaram diretamente na conformação de nossa sociedade urbana. De modo a trazer a discussão para o contexto em estudo, um subitem foi dedicado à análise do chamado Plano de Desenvolvimento Rural Integrado da Zona da Mata de Minas Gerais, implantado na região durante a década de 1970 mediante uma parceria entre os governos federal e estadual.

Também selecionamos para análise aquilo que julgamos como as principais alterações na relação da sociedade local – e mesmo nacional – com seu espaço de reprodução social, alterações essas que se colocam, inclusive, como características intrínsecas da urbanização brasileira. São elas: o aumento dos fluxos migratórios, sendo o êxodo rural um de seus aspectos mais importantes; e a redefinição do papel das cidades no contexto do desenvolvimento capitalista no Brasil. Ao final do capítulo, elaboramos um item apresentando e discutindo com o leitor algumas das consequências sentidas por nossos entrevistados relativamente às mudanças advindas do transcurso da urbanização e da expansão capitalista. Conforme veremos, tais mudanças e suas consequências foram observadas em diversas esferas da vida social além da propriamente econômica.

4.1 Estado e capitalismo urbano-industrial no Brasil

Conforme observado por Octávio Ianni (1991, p. 6), a organização e o desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo não ocorrem apenas devido à ação empresarial. O Estado também atua nesse sentido ao fornecer as condições "não econômicas" indispensáveis à reprodução dessas forças produtivas. Ao longo de nossa história, o Estado tem aumentado sua participação nas mais diversas esferas da vida social. Ele regula, fiscaliza, arrecada, ensina, media, legisla, coage, enfim, exerce controle sobre uma ampla gama de aspectos da vida coletiva – e mesmo de nossa vida pessoal – agindo diretamente sobre o modo como a sociedade se organiza e se reproduz.

Sendo assim, neste trabalho enfocamos a atuação do Estado na condução das formas de reprodução da sociedade brasileira, remontando à década de 1930 e, principalmente, ao longo da segunda metade do século XX. Discutiremos a inflexão da ação estatal no sentido do planejamento da economia e a orientação dessa ação que irá redefinir, inclusive, a posição do Brasil nos quadros do capitalismo mundial. Uma atenção especial será direcionada aos estímulos governamentais à industrialização, tornada durante décadas a política econômica principal do governo, incluindo aí também a industrialização da agricultura. Também trataremos de algumas das políticas de educação – com certa ênfase

para aquelas voltadas ao meio rural –, que em boa parte estiveram vinculadas ao processo de planejamento da economia e de estímulo à industrialização. Todos esses aspectos guardam íntimas relações entre si, conferindo coerência à própria ação governamental. Nossa discussão tomará como referência a esfera federal de governo, pois ela norteou e repercutiu sobre a esfera local, sendo, assim, indispensável para a compreensão do processo como um todo. No entanto, um subitem será destinado à discussão sobre a atuação estatal no nível regional, tendo como referência o Plano de Desenvolvimento Rural Integrado da Zona da Mata mineira.

A condução das políticas de Estado a partir de 1930 e, com mais intensidade, após a Segunda Guerra Mundial caracterizou uma nova rodada de imposição do imperialismo europeu e norte-americano ao país. As ações do Estado conduziram o território e o povo brasileiro no sentido da renovação dos vínculos com o capitalismo internacional, não apenas com a entrada maciça do capital internacional no setor produtivo, mas também pela adoção de modelos de desenvolvimento e de consumo formulados no hemisfério norte. Renovou-se e reforçou-se, com isso, o processo de expansão da cultura ocidental europeia e norte-americana sobre o território e a sociedade brasileira, num movimento que permitiu ao capitalismo internacional expandir-se e manter sua hegemonia enquanto sistema econômico mundial.

4.1.1 Estado e industrialização

Embora uma incipiente produção de artigos manufaturados e industrializados tenha se desenvolvido em território nacional ao longo do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, até 1930 a economia brasileira tinha um caráter eminentemente primário-exportador. O Brasil inseria-se no mercado internacional como exportador de gêneros agrícolas, principalmente o café, e importador de produtos manufaturados, numa situação de dependência que pouco diferia da economia colonial. A fragilidade desse tipo de inserção, revelada por diversas vezes em momentos de crise da economia mundial – diga-se, crise na Europa e nos Estados Unidos –, propiciou um rearranjo de forças no interior da elite econômica brasileira, que na década de 1920 já incluía setores burgueses. A partir do primeiro governo de Getúlio Vargas, instaurado em 1930, tais setores passarão a controlar o poder político e a influenciar as decisões da política econômica. Para Octávio Ianni (1991, p. 14, 21-22), a Revolução de 1930 representou uma vitória importante, ainda que parcial, da “cidade” sobre o “campo”. Paulatinamente, as classes sociais de mentalidade e interesses eminentemente urbanos impuseram-se sobre a mentalidade e os interesses fundamentados na economia primário-exportadora. A partir deste momento, o poder público passou a desempenhar, de forma mais adequada, funções decisivas – tanto econômicas quanto

políticas – para o funcionamento e a expansão do capitalismo monopolista no Brasil. Os governantes irão reformular as condições de funcionamento do mercado de fatores de produção, bem como as relações internas de produção e aquelas entre a economia brasileira e a economia internacional. Isso significa dizer que o Estado assumiu função importante no processo de criação e integração do mercado interno nacional, na dotação de infraestrutura para a expansão capitalista sobre o território – incluindo aí a participação direta em algumas esferas do setor produtivo e de comunicações –, na estruturação do mercado de força de trabalho e de capital e na estreita vinculação de tudo isso aos movimentos do sistema capitalista em nível internacional.

Ao longo das décadas de 1930 e 1940, o governo federal se instrumentalizará como interventor em diversas áreas, mediante a criação de vários órgãos e instâncias vinculadas diretamente ao poder executivo. Desse modo, o Estado vai abandonando gradativamente o princípio de política econômica que conduzia sobretudo à defesa ou proteção dos setores economicamente instalados e passa à atitude ofensiva, ou seja, a política econômica governamental passa, também, a criar condições para a expansão e a diversificação da economia brasileira (IANNI, 1991, p. 28).

Esse processo será ainda intensificado após a Segunda Guerra Mundial. A queda e a transformação do comércio internacional, durante o conflito, geraram no país problemas econômicos, financeiros, tecnológicos, organizacionais e políticos, expondo a frágil economia brasileira e obrigando o Estado a ampliar sua atuação. Nesse contexto, a industrialização passou a ser vista, cada vez mais, como meio de equacionar os problemas de nossa economia dependente. A difusão da teoria cepalina[30] sobre o subdesenvolvimento e os meios de superá-lo encontraram forte recepção entre o governo e os industriais brasileiros. Tal teoria preconizava a necessidade de aumentar a participação do Estado na economia por meio do planejamento global, facilitando e estimulando a industrialização com vistas a transformar os países periféricos em nações desenvolvidas e com mais autonomia. Ao longo da década de 1950, essas ideias irão influenciar a ação dos governos brasileiros, conformando uma política econômica que passou a ser conhecida como nacional-desenvolvimentismo.

Segundo Guido Mantega (1984, p. 39), a intervenção estatal e o planejamento significavam o fortalecimento das economias dos países periféricos, conferindo-lhes maior poder de barganha face aos banqueiros internacionais. Nesse sentido, a doutrina da CEPAL adquiriu uma conotação nacionalista, orientada para promover a acumulação capitalista em

[30] Criada em 1948, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) é um órgão vinculado à Organização das Nações Unidas (ONU). No momento de sua criação, a preocupação básica da CEPAL era explicar o atraso da América Latina em relação aos chamados centros desenvolvidos e encontrar mecanismos para tentar superá-lo. Mais detalhes sobre o pensamento cepalino e sua influência sobre os governos brasileiros ver Mantega (1984).

bases locais. Contudo, tal nacionalismo não hostilizava por completo o capital estrangeiro, limitando-se a criticar o imperialismo nas atividades agroexportadoras. Desse modo, Estado, capital nacional e capital internacional atuarão em conjunto para promover a industrialização brasileira. O Estado irá atuar em setores de suporte à industrialização em si, como a indústria pesada – siderurgia, petróleo, álcalis – e na criação de infraestrutura – transportes, energia e comunicações. O capital nacional atuará na produção de bens de consumo não duráveis, nos bancos comerciais e na construção civil. E o capital estrangeiro orientará seus recursos principalmente para a implantação da indústria de bens duráveis, além de financiar montantes de investimentos internos. Desse modo, "a teoria cepalina e seus desdobramentos nacional-desenvolvimentistas nortearam os passos dos governos populistas brasileiros, abrindo caminho, assim, para a plena implantação do capitalismo monopolista no país e a fase mais avançada do imperialismo" (MANTEGA, 1984, p. 64).

Embora um processo de industrialização autônomo fosse propagandeado, com o claro objetivo de atrair o apoio de setores progressistas da sociedade, a autonomia não era efetiva. Para Ianni (1991, p. 80-72), as rupturas estruturais, propiciadas pela Segunda Guerra Mundial e pela diversificação das forças políticas e econômicas no interior da sociedade brasileira, abriram novas perspectivas à formação do capitalismo industrial no Brasil. Uma estratégia política para o desenvolvimento foi elaborada com base na discussão das concepções de desenvolvimento, industrialização, planejamento, intervencionismo estatal, emancipação econômica. No entanto, a convicção de que era possível reorientar o sistema político e econômico brasileiro, historicamente subordinado ao capitalismo mundial, em direção a um desenvolvimento mais autônomo não chegou a estruturar-se suficientemente como um movimento político. As rupturas econômicas, políticas e sociais ocorridas nas décadas de 1930 e 1940 não foram completas, tornando necessárias muitas acomodações. Havia um elevado índice de integração entre os interesses dos empresários, comerciantes, importadores e políticos brasileiros e aqueles dos governos e dos empresários dos países centrais. Além disso, embora a guerra tenha sido um acontecimento que abriu novas perspectivas ao desenvolvimento brasileiro, ela também criou algumas limitações à orientação de nosso sistema econômico na linha do capitalismo nacional. Ao ingressar na guerra de maneira associada aos Estados Unidos, o governo brasileiro foi obrigado a aceitar as condições e consequências dessa colaboração subordinada. "Em síntese, o projeto de capitalismo nacional não só foi pouco elaborado politicamente, mas já surgiu num contexto histórico dominado pela redefinição da hegemonia econômica, política, militar e cultural dos Estados Unidos" (IANNI, 1991, p. 82).

Na perspectiva desenvolvimentista, a industrialização e a implementação das relações de produção capitalistas conduziriam naturalmente ao desenvolvimento do país e, assim, a diversos benefícios sociais. No entanto, ao longo da década de 1950 o que

observamos foi um desenvolvimento concentrado no território e gerador de grandes problemas. As migrações internas foram substancialmente incrementadas nesse momento, levando ao crescimento urbano agigantado das duas principais cidades brasileiras: São Paulo e Rio de Janeiro. O aumento da concentração de renda e das desigualdades sociais, apesar da industrialização em curso, levará a CEPAL a repensar suas próprias teses, direcionando suas preocupações mais diretamente aos problemas sociais e políticos da América Latina (MANTEGA, 1984, p. 41).

O projeto de criar um capitalismo nacional será efetivamente abandonado com o golpe militar de 1964. Os desequilíbrios econômicos, sociais e políticos gerados nos anos cinquenta e ainda acentuados no início da década de 1960 levaram os governos militares a adotar uma política econômica centrada na estabilização financeira, na “racionalização” do sistema produtivo e na reintegração do subsistema econômico brasileiro ao sistema capitalista mundial. Tal política foi orientada pelos princípios da “interdependência e modernização”, com claro predomínio de uma tendência internacionalista (IANNI, 1991, 260-289). O Estado colocou-se como agente empenhado em aperfeiçoar as condições de funcionamento e expansão da empresa privada, nacional e internacional. Em consequência dessas condições favoráveis, as empresas multinacionais adquiriram importância e influência ainda maior no conjunto da economia do país.

Durante os governos militares, o planejamento vai atingir um patamar técnico que o tornará, pelo menos quanto às suas intenções, global e integrado. E além do planejamento propriamente econômico, que desde a década de 1930 já vinha sendo praticado de forma mais sistemática, a novidade agora era a inclusão mais efetiva da dimensão territorial. As desigualdades regionais existentes no interior do país e a especificidade do olhar militar sobre as questões da geopolítica fundamentaram planos globais e setoriais, com desdobramentos específicos segundo as regiões do país, tudo isso respaldado pela justificativa da segurança e da integração nacionais. Num ambiente marcado pelo autoritarismo, a restrição das formas de negociação política propiciaram a consolidação de uma tecnoburocracia nos órgãos de gestão do governo. Elaborando com rigor científico planos e projetos, essa tecnoburocracia respaldava, por sua vez, as ações governamentais (BOMFIM, 2007, p. 68-74).

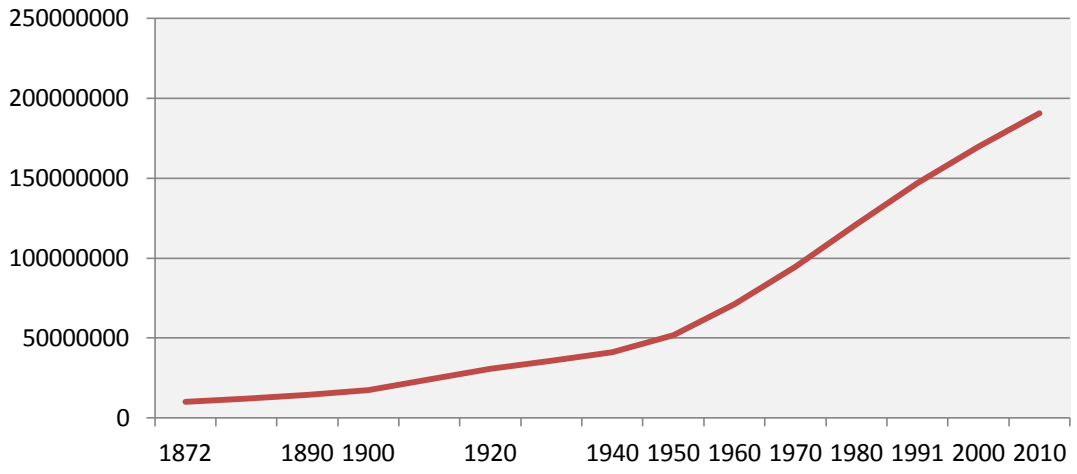
Tais ingredientes – governo autoritário, tecnoburocracia fortalecida e maior intercâmbio com o capitalismo internacional – possibilitaram, por um lado, um grande incremento da industrialização brasileira e, por outro, reforçaram os laços de dependência de nossa economia e de nossa sociedade em relação ao sistema capitalista em nível mundial. Muito ilustrativo desses aspectos foi o processo de “modernização” de nossa agricultura, conforme veremos a seguir.

4.1.2 Estado e modernização da agricultura

O conjunto de transformações que se convencionou chamar de “modernização da agricultura” correspondeu, grosso modo, à maneira pela qual o capitalismo urbano-industrial e financeiro penetrou no campo, impondo a lógica produtiva da indústria à produção agropecuária. Desse modo, a partir das décadas de 1950 e 1960, mudanças técnicas “modernas” passaram a ser incorporadas à agricultura brasileira, como resposta à crescente demanda por produtos rurais resultante da expansão urbana e industrial em curso.

Para Guilherme Delgado (2002, p. 215-218), o processo de modernização técnica da agricultura correspondeu a uma reação contrária ao discurso teórico e político, construído no pós-guerra, a favor da reforma agrária. Segundo Aspásia Camargo (1981), a preocupação com as condições de vida da população rural, então numerosa e composta por uma variedade de tipos de trabalhadores – pequenos proprietários, posseiros, parceiros, arrendatários, assalariados, boias-frias –, vai surgir no debate político nacional a partir de 1930. A concentração da propriedade fundiária aparece, nesse momento, como um problema que contribuía para agravar as condições de vida dessa população. Ao longo das décadas de 1940 e 1950, o sensível aumento do êxodo rural, transferindo para as grandes capitais parte dos problemas que se avolumavam no campo, fez crescer a preocupação política em relação ao chamado “problema agrário”. Certos fatores, como uma base técnica primária de produção rural, relações de trabalho com pequeno grau de assalariamento e controle altamente concentrado da propriedade da terra, ensejavam diversas interpretações sobre o caráter “atrasado” de nossa agricultura. Em parte, a percepção desse “problema” foi resultado do próprio crescimento demográfico da população. Pela FIGURA 24 podemos notar uma visível inflexão na curva de crescimento da população brasileira, desde o início dos recenseamentos, justamente durante a década de 1940.

FIGURA 24 – Curva de crescimento da população brasileira (1872-2010)



Fonte: IBGE, Censos Demográficos, disponível em <http://www.sidra.ibge.gov.br/>, acesso em 30/08/2017.

Como no meado do século XX a maior parte dessa população ainda residia no meio rural, suas formas de reprodução social, fundamentadas no acesso direto à terra, gradativamente foram se deteriorando, como resultado do aumento populacional associado à manutenção de uma estrutura fundiária altamente concentrada. Nesse momento também se colocava em questão a possibilidade do meio rural brasileiro, da forma como ele estava estruturado, atender à demanda por produtos agrícolas de um mercado interno em crescimento. Tal contexto propiciou a emergência de um debate efetivo, tanto no meio político como na sociedade em geral, sobre a necessidade da reforma agrária e os mecanismos para implementá-la. Conforme apontado por Aspásia Camargo (1981, p. 154), a pressão reformista, crescente mas contida ao longo dos anos cinquenta, vai ser reforçada a partir da organização dos movimentos sociais camponeses nos primeiros anos da década de 1960. Esses movimentos reivindicavam a melhoria das condições de vida da população rural através da reforma agrária e de uma maior participação política do campesinato, com o voto do analfabeto e a organização sindical.

No entanto, no interior do debate político o discurso a favor da reforma agrária foi confrontado com outro discurso, mais conservador, sobre a necessidade da modernização tecnológica da produção agropecuária brasileira. Este último acabará prevalecendo após o golpe militar de 1964. Como forma de responder às pressões internas e externas relacionadas ao meio rural, foi implementada uma agricultura capitalista integrada com a economia urbana e industrial e com o setor externo. Esse processo ficou conhecido como "modernização conservadora" da agricultura brasileira, uma vez que se consolida justamente a partir da derrota do movimento pela reforma agrária e sem incluí-la no projeto. Desse modo, a partir de 1964 o debate político é interrompido e o pensamento conservador restringiu o discurso às questões relativas à oferta e demanda de produtos agrícolas, seus efeitos sobre os preços, o emprego e o comércio exterior. Vai ficando omitido o tema da estrutura fundiária e suas consequências para o país. Assim, a integração técnica da agricultura com a indústria, que na Europa e nos Estados Unidos ocorreu no início do século XX, no Brasil vai ocorrer ao longo das décadas de 1960 e 1970, iniciando-se um pouco antes em São Paulo. Estimulou-se a adoção dos pacotes tecnológicos da "Revolução Verde"[31], então considerados sinônimo de modernidade, e incentivou-se um enorme aprofundamento das relações de crédito na agricultura, de modo a financiar a adoção de tais pacotes (DELGADO, 2002).

[31] O termo "Revolução Verde" refere-se a um amplo programa de inovações tecnológicas na agricultura, que inclui a utilização intensiva de sementes geneticamente modificadas, fertilizantes, defensivos, rações, técnicas de manejo e irrigação e também a mecanização de diversas fases do cultivo, cujo objetivo era promover o aumento da produtividade. Esse programa foi desenvolvido nos Estados Unidos e na Europa do pós-guerra, tendo se difundido por diversos países "em desenvolvimento" na segunda metade do século XX. Valendo-se fortemente da pesquisa científica e da produção em larga escala, a Revolução Verde correspondeu, em grande medida, à apropriação pela indústria do processo de produção agrícola (ver GOODMAN; SORJ; WILKINSON, 1990).

Para José Graziano da Silva (1982, p. 46), esse processo de modernização agrícola vincula-se intimamente ao processo global da industrialização brasileira, sendo parte importante deste último e correspondendo mesmo à industrialização da produção agropecuária:

> Queremos destacar que é apenas após se haver consolidado a hegemonia do capital industrial com a industrialização pesada *que se deslancha o processo de "modernização" da agricultura brasileira*. Ou seja, é por força do próprio processo de industrialização do País que a agricultura deixa de ser um setor "quase-auto-suficiente" da economia para se tornar parte integrante de um conjunto maior de atividades inter-relacionadas. Em poucas palavras, no processo de desenvolvimento capitalista brasileiro do pós-guerra, a agricultura se converteu gradativamente num setor subordinado à indústria e por ela transformada.
> Foi no final da fase de expansão do ciclo da industrialização pesada que se instalaram no País as principais indústrias de insumos agrícolas (em particular a indústria de tratores e máquinas agrícolas, fertilizantes químicos, rações, medicamentos veterinários, etc.). A partir daí, a agricultura não podia mais ser vista apenas no seu papel "passivo": ela iria constituir-se cada vez mais num mercado não de bens de consumo, mas de meios industriais de produção, quer como compradora de certos insumos, quer como vendedora de outros. É a isso que chamamos *o processo de industrialização da agricultura brasileira*, num duplo sentido: o da elevação da composição técnica nas suas unidades de produção e o da subordinação do setor aos interesses do capital industrial e financeiro.

A agricultura passou a responder, assim, às demandas da industrialização, suprindo não apenas a necessidade de aumento da oferta de matéria-prima e alimentos, como integrando-se efetivamente, a partir do consumo de insumos, bens de capital e crédito, ao circuito global da economia.

Contribuiu para isso a própria mudança na direção do desenvolvimento agrícola ao longo da década de 1950. Embora a expansão da fronteira continue a ocorrer em ritmo cada vez mais acelerado, a preocupação com o aumento da produtividade por unidade de área cultivada cresce substancialmente, num momento em que também cresce a contribuição da inovação tecnológica para o maior rendimento dos cultivos. Nesse sentido, os investimentos do governo federal passarão a privilegiar medidas de incentivo à inovação tecnológica. A industrialização da agricultura brasileira inicia-se, assim, a partir de meados da década de 1950, com importante participação do Estado no fornecimento de subsídios cambiais, fiscais e, posteriormente, também creditícios para a aquisição dos chamados insumos modernos da produção agropecuária. Esse processo foi intensificado durante os governos militares. A agricultura passou por uma rápida ascensão na escala de prioridades da política econômica federal entre 1964 e 1965, com a canalização de grandes fluxos de recursos através do Sistema Nacional de Crédito Rural. No início dos anos de 1960, o aumento real do preço dos alimentos possivelmente alertou o novo regime para os perigos econômicos e políticos da manutenção do modelo "extensivo". O Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), introduzido logo após o golpe, expressava receios de que uma agricultura "atrasada" impusesse limites ao desenvolvimento econômico do país. Para um governo apoiado pela oligarquia rural e pela burguesia urbana, a modernização da agricultura era

preferível à reforma agrária como forma de resolver o problema da produtividade. A partir de então, nossa agricultura irá passar por um amplo processo de penetração das relações econômicas e sociais capitalistas. As relações de assalariamento foram generalizadas e aprofundaram-se as relações técnicas entre agricultura e indústria, e de ambas com o setor externo (GOODMAN,1986, p. 126-127).

Desse modo, a modernização foi caracterizada, por um lado, pela mudança na base técnica dos meios de produção utilizados, com a presença crescente de insumos industriais (fertilizantes, defensivos, rações, sementes geneticamente modificadas, etc.) e de máquinas industriais (tratores, colheitadeiras, implementos, equipamentos de irrigação). De outro lado, ocorreu uma integração de grau variável entre a produção agropecuária de alimentos e matérias-primas e diversos ramos industriais (açúcar e álcool, papel e papelão; indústria têxtil, de bebidas, etc.), conformando verdadeiros complexos agroindustriais (Delgado, 2005, p. 58).

Existe certo consenso entre os autores de que o crédito rural subsidiado foi o principal instrumento utilizado pelo Estado para promover a modernização. Embora a implantação do primeiro sistema nacional de crédito para a agricultura tenha ocorrido ainda na década de 1930, esse sistema é reformulado e fortemente ampliado durante os governos militares. Na primeira metade dos anos de 1970, o volume real do crédito rural cresceu quase três vezes. No final da década, os subsídios representavam cerca de 18% do valor total da produção agrícola, quando, no início do período, correspondiam a 1 ou 2%. Comparando o volume do crédito concedido com o valor bruto da produção agrícola no mesmo período, os números indicam evidências de desvio de empréstimos para outras atividades. Isso porque, na segunda metade dos anos setenta, o valor dos créditos concedidos correspondia a cerca de 70 a 90% do valor bruto da produção (PALMEIRA, 1989, p. 6).

Essa expansão dos recursos destinados à agricultura foi em boa parte canalizada para linhas especiais de financiamento, vinculadas à utilização de determinados insumos que, a princípio, permitiriam garantir o retorno financeiro dos investimentos. Essa política permitiu um grande aporte de capital, na forma mesmo da moeda, ao setor agrícola brasileiro, estimulando a expansão das relações de mercado nesse setor. Ao empreender essa imensa alocação de recursos nas atividades agrícolas, o Estado brasileiro efetivamente subsidiou a procura por insumos industrializados, consolidando e ampliando a interdependência entre os agricultores que se “modernizavam” e os setores industriais. Quanto ao crédito de investimento, sua concessão foi fundamental para a acumulação de capital na indústria de máquinas automotrizes, principalmente a de tratores, segmento controlado por empresas estrangeiras (GOODMAN, 1986, p. 136). Para Szmrecsányi e Ramos (2002, p. 241), “a internalização e a potencialização da produção dos chamados

insumos modernos para a agropecuária foi sustentada pela política creditícia". Os números da TABELA 17, na sequência, são ilustrativos sobre a magnitude desse processo.

TABELA 17 – Produção e consumo de fertilizantes (N.P.K.) e frota de tratores na agricultura brasileira (1950-1980)

Ano	N.P.K. (mil toneladas)		Frota de tratores 4 rodas (unidade)
	Produção de N.P.K.	Consumo aparente N.P.K.	
1950	n.d.	n.d.	8.372
1960	105,7	198,4	61.345
1967	116,9	444,9	n.d.
1970	190,2	999,0	143.309
1975	677,5	1.980,0	323.113
1980	1.871,7	4.066,1	545.205

Fonte: DELGADO, 2002, p. 223.

É notável o aumento da frota de tratores e do consumo de fertilizantes principalmente ao longo da década de 1970, o que significou um importante mercado para as indústrias multinacionais fornecedoras de insumos, que então se instalavam no país. Conforme José Graziano da Silva (1982, p. 62-63):

> A moral da estória é simples: a própria industrialização criou o mercado de que necessitava para sua expansão. De um lado, pelo processo simultâneo de ampliação da fronteira agrícola e de urbanização crescente da população anteriormente dedicada às atividades agropecuárias. De outro lado, pelas transformações que provocou na própria agricultura, ao transformá-la também numa "indústria" que compra certos insumos (adubos, máquinas) para produzir outros insumos (matérias-primas para as indústrias de alimentos, tecidos, etc.).

Outra característica que merece ser destacada sobre a política de financiamento rural subsidiado dos anos de 1970 é sua distribuição altamente concentrada e seletiva, favorável aos grandes produtores rurais, não obstante o Sistema Nacional de Crédito Rural, reformulado em 1965, ter como um de seus objetivos "possibilitar o fortalecimento econômico dos produtores rurais, notadamente os pequenos e médios" (SZMRECSÁNYI; RAMOS, 2002, p. 238). Segundo Goodman (1986, p. 138-139), a participação de pequenos contratos no volume de crédito total disponibilizado pelo governo diminuiu drasticamente entre 1969 e 1976, restringindo-se a 5% do enorme aumento do crédito verificado no período. Por outro lado, os grandes contratos absorveram 61% desse aumento. O volume de recursos alocados para grandes contratos decuplicou entre 1969 e 1976, ao passo que o volume destinado a pequenos contratos não chegou a dobrar. O latifúndio obteve, assim, inúmeras linhas de apoio e de defesa fiscal e financeira. De fato, uma modernização fundamentada no uso intensivo da tecnologia e de artefatos industriais fatalmente teria que

ser conduzida por grandes proprietários, com volume de recursos suficientes para arcar com os custos envolvidos.

A distribuição do crédito subsidiado também foi altamente concentrada por tipo de cultivo e região. Essa tendenciosidade se deu em relação a produtos agrícolas básicos destinados à exportação e aqueles que poderiam ser usados como matérias-primas industriais. No contexto de uma política deliberada de promoção da industrialização e de incentivo às exportações brasileiras, tanto das chamadas *commodities* como de bens minimamente processados, seis produtos – café, açúcar, arroz, milho, soja e trigo – dominaram a alocação do crédito de custeio. Quando à distribuição dos recursos por região, os dados do Censo Agropecuário de 1975 são ilustrativos: Norte, 1%; Nordeste, 14%; Sudeste, 36%; Sul, 36%; Centro-oeste, 13% (GOODMAN, 1986, p. 139).

Essa conjuntura conduziu também à formação de um mercado capitalista de mão de obra no meio rural. Conforme aponta Goodman (1986, p. 141), a modernização tecnológica foi acompanhada por um aumento do controle sobre a terra e sua utilização, em detrimento de formas de produção camponesas ou não capitalistas. Muitos moradores residentes (colonos, parceiros, agregados) foram expulsos e substituídos por trabalhadores assalariados, muitos deles temporários, e por mão de obra especializada semiqualificada. Os sistemas tradicionais de controle da mão de obra, que por muito tempo haviam caracterizado as grandes propriedades, sucumbiram sob o peso conjunto da legislação trabalhista rural, da atração exercida por novos produtos comercializáveis e do crédito fortemente subsidiado para aquisição de bens de capital e insumos industriais. A penetração das relações de trabalho capitalistas no campo contribuiu, assim, para aumentar o contingente de migrantes de origem rural com destino às cidades.

Todo esse processo de capitalização da produção e do trabalho no meio rural ofereceu oportunidades, aos capitais industriais e financeiros, para a realização de excedentes em atividades agrícolas e agroindustriais. No início da década de 1980, quando a crise econômica se agrava e força a redução dos subsídios na agricultura, os setores brasileiros de alimentos e fibras já estavam dominados por grandes capitais agroindustriais, tanto nacionais quanto estrangeiros (GOODMAN, 1986, p. 115).

Contudo, mesmo em face de tantas mudanças, ainda hoje é muito expressiva no Brasil a presença de pequenas unidades organizadas com base no trabalho familiar e com baixo nível de tecnificação. No entanto, José Graziano da Silva (1982, p. 127) nos alerta que esse tipo de unidade rural não é mais fechado ou independente, uma vez que seu grau de participação no mercado – tanto na venda como na compra de diversos produtos – é bastante elevado. Desse modo, mesmo se mantendo um pouco mais diversificada, a produção camponesa também foi submetida aos imperativos do mercado, sob a influência das transformações econômicas e sociais pelas quais o país passava.

Com o fim do regime militar, o debate sobre a “questão agrária” foi retomado, incluindo aí a estrutura fundiária brasileira e novamente a necessidade da reforma agrária. A segunda metade da década de 1980 foi marcada por um ambiente de abertura política que permitiu a articulação de movimentos sociais e entidades com atuação no meio rural. Surge o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), reorganiza-se a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), é fortalecida a Comissão Pastoral da Terra, vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e aparecem várias organizações não governamentais articuladas na discussão sobre a reforma agrária. Tal período ficou demarcado, inclusive, pela promulgação da Constituição Federal de 1988, que mudou o estatuto da propriedade fundiária, legitimando sua função social. No entanto, o jogo político e econômico que se dará no país a partir de então será regido não apenas pela nova Constituição, mas, principalmente, pela forma de ajustamento do país à ordem econômica globalizada (DELGADO, 2005, p. 61-62).

A crise de endividamento externo ao longo da década de 1980 irá requerer uma participação expressiva do setor agrícola e das cadeias agroindustriais na geração de saldos positivos de comércio exterior, reforçando a estratégia do agronegócio[32], com consequente concentração e especulação fundiária no mercado de terras. As reivindicações camponesas e as lutas pela implantação da reforma agrária causarão uma mudança de postura do Estado brasileiro em relação à agricultura familiar apenas em meados dos anos de 1990. Em 1995 é implantada uma política específica para a agricultura familiar, com programas de crédito destinados exclusivamente a esse público (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o PRONAF, e o Fundo Nacional Constitucional). O governo Fernando Henrique Cardoso, valendo-se de uma redução dos preços fundiários no final dos anos 90, distribuiu terras a cerca de 400 mil famílias. Esses assentamentos continuaram, em ritmo menor, durante o governo Lula (SABOURIN, 2009, p. 46). No entanto, ao final do século XX e início do século XXI, novamente os setores primário-exportadores serão escalados para gerar saldos comerciais positivos. “Nesse contexto, a agricultura capitalista, autodenominada de agronegócio, volta às prioridades da agenda da política macroeconômica externa e da política agrícola interna” (DELGADO, 2005, p. 66).

Como pode ser notado, o Estado brasileiro, através de sua política econômica e social, assumiu um papel crucial no processo de integração de nossa agricultura ao capitalismo urbano-industrial e financeiro. De fato, houve grande aumento nos indicadores técnicos de modernização agropecuária, com aumento da produção, sua relativa diversificação e significativa alteração nas técnicas produtivas. Contudo, a exclusão dos

[32] Conforme define Guilherme Delgado (2005, p. 66), o “agronegócio, na acepção brasileira do termo, é uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária. Essa associação realiza uma estratégia econômica de capital financeiro, perseguindo o lucro e a renda da terra, sob patrocínio de políticas de Estado”.

sindicatos e de outras representações de trabalhadores e de produtores familiares do projeto de modernização aprofundou o fosso de desigualdade de todo o sistema econômico, e não apenas do setor rural. Esse processo também deixou explícito na construção do aparelho de Estado a predominância da associação entre o capital agrário e a grande propriedade, protegidos nos favores fiscais e financeiros do governo federal (DELGADO, 2002, p. 225).

Desse modo, a integração do campesinato brasileiro à economia de mercado foi conduzida pelo Estado em associação com interesses econômicos em parte sediados fora do país. A participação do campesinato e da população em geral nesse processo foi marginal, quase inexistente. Sob a bandeira da modernização e de seus benefícios materiais, nosso povo e nosso território foram, mais uma vez, usados como matéria-prima para a acumulação capitalista.

4.1.3 O Programa de Desenvolvimento Integrado da Zona da Mata de Minas Gerais

Para que possamos visualizar o modo como a política econômica e as diretrizes gerais de desenvolvimento preconizadas pelo Estado brasileiro se materializaram no contexto em estudo, nos deteremos aqui na análise do Programa de Desenvolvimento Integrado da Zona da Mata - PRODEMATA, implantado na região dos municípios de Viçosa e Brás Pires entre os anos de 1976 e 1985. O contexto de sua elaboração e as linhas gerais de ação previstas e executadas esclarecem muito sobre o tipo de desenvolvimento que se perseguia e, assim, sobre o modo como a história regional seguiu seu curso até a atualidade.

O PRODEMATA foi desenvolvido durante os governos militares num ambiente político em que a “integração nacional”, através do sistema de transporte, da colonização e do desenvolvimento agrícola, foi elevada a uma das metas prioritárias do governo. Almejava-se, através da referida integração nacional, corrigir os desequilíbrios regionais existentes no território brasileiro (BOMFIM, 2007, p. 74-76). Nesse contexto, além da elaboração de planos nacionais de desenvolvimento, planos complementares, setoriais e regionais, foram implementados, incluindo-se aí os chamados Programas de Desenvolvimento Rural Integrado (PDRI). Além do PRODEMATA, são exemplos desse tipo de plano o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE), o Programa de Desenvolvimento de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLOAMAZÔNIA) e o Programa de Desenvolvimento do Cerrado (POLOCERRADO) (REIS, 1981, p. 53).

Conforme apontado por Marlise Reis (1981, p. 52), a implantação de planos de desenvolvimento rural integrado, durante os governos militares, atuou como mecanismo

neutralizador da “questão agrária” nas áreas de grande tensão e conflitos sociais, caracterizadas como núcleos de pobreza e, desse modo, passíveis de envolvimentos políticos-ideológicos capazes de desestabilizar a ordem social do regime. No início dos anos de 1970, a visão veiculada pelos documentos oficiais (MINAS GERAIS, 1974; UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, 1971) indicava a Zona da Mata como um importante centro produtor de café no passado, tendo desenvolvido inclusive alguns setores industriais, como o têxtil e o de laticínios. No entanto, naquele momento a região vinha “sofrendo forte pressão demográfica e baixo crescimento econômico, aliados à aparente escassez de alternativas” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, 1971, p. 2). Embora a agricultura se mantivesse como importante setor na geração de renda e emprego da força de trabalho regional, o processo de envelhecimento dos cafezais, somado à política de erradicação implementada pelo governo federal na década de 1960, levaram à perda da posição de destaque da economia cafeeira e o mergulho da economia local num quadro de estagnação. Nesse contexto, ao longo da primeira metade da década de 1970 foram feitos alguns estudos e sintetizados os primeiros documentos visando a elaboração do PRODEMATA. Participaram desse processo instituições como a Universidade Federal de Viçosa - UFV, o Instituto de Planejamento Econômico e Social - IPEA, órgão do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, e o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, vinculado ao governo estadual (MINAS GERAIS, 1971; MINAS GERAIS, 1974; UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, 1971). Como justificativa para implementação do Programa, esses documentos apresentavam os seguintes fatores negativos/ problemas:

- Pequena diversificação das lavouras – entenda-se, aqui, das lavouras comerciais –, com a substituição dos cafezais por pastagens destinadas à exploração extensiva da pecuária leiteira. Segundo os documentos supracitados, a agricultura da região era caracterizada por um tipo de cultivo de baixo rendimento por hectare e de pouca produtividade da mão de obra ocupada. Como a pecuária demandava contingente bem menor de trabalhadores que as lavouras, não houve reabsorção dos trabalhadores empregados no cultivo do café. Na inexistência de novas oportunidades de emprego produtivo, cresciam o subemprego e a migração rural-urbana;

- Perda de dinamismo do setor industrial, que se tornou obsoleto, sem condições competitivas no mercado e incapaz de gerar novos empregos;

- Baixa qualificação da mão de obra, “incapaz de se adequar às modernas necessidades da tecnologia econômica, devido, *inter alia*, a certos valores culturais da população rural e a quase inexistência de educação profissionalizante” (MINAS GERAIS, 1974, p. 6);

- Baixo nível de renda *per capta*;

- Excessiva fragmentação das propriedades agrícolas. Em 1967, 65% das propriedades agrícolas da região tinham área inferior a 25 hectares (MINAS GERAIS, 1974, p. 5). A TABELA 18, na sequência, traz alguns números sobre a estrutura fundiária da Zona da Mata na ocasião do Censo Agropecuário de 1975:

TABELA 18 – Estrutura Fundiária da Zona da Mata do Estado de Minas Gerais, 1975

Classes de área (hectares)	Número de estabelecimentos		Área ocupada (hectares)		Tamanho médio (hectares)
	Nº	%	Nº	%	
Menos de 10	23.519	33,49	112.418	3,36	4,78
De 10 a menos de 100	38.671	55,07	1.378.174	41,17	35,64
De 100 a menos de 1.000	7.939	11,31	1.671.980	49,55	210,60
De 1.000 a menos de 10.000	91	0,13	185.019	3,53	2.033,17
Total	70.220	100,00	3.347.511	100,00	-

Fonte: REIS, 1981, p. 49.

É notável a grande subdivisão da propriedade rural, associada à manutenção de metade das terras agrícolas nas mãos de pouco mais de 11% dos proprietários. Tais “falhas” nessa estrutura fundiária foram apontadas como fator de entrave à utilização eficiente dos recursos, sobretudo dos recursos humanos, sendo justificativa para a inclusão da Zona da Mata, naquele momento, como área prioritária para fins de reforma agrária (UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, 1971, p. VIII). Possivelmente, a questão fundiária foi um dos principais fatores responsáveis pela intervenção. Por um lado, parte da terra se mantinha concentrada e, por outro, a continuidade da subdivisão das propriedades numa região de grande concentração populacional ia tornando o acesso à terra progressivamente mais difícil para os pequenos agricultores. A crescente migração rural-urbana é apontada, inclusive, como um dos problemas regionais. No entanto, como o debate sobre a reforma agrária havia sido silenciado, a proposta do governo para a agricultura da Zona da Mata seria, então, sua “modernização”.

Os numerosos minifúndios da Zona da Mata exploravam principalmente os produtos tradicionais de subsistência, principalmente o milho, o feijão e o arroz. Em relação às técnicas de cultivo, “a produção destas culturas é feita geralmente sem assistência, adotando as técnicas tradicionais de cultivo, o que ocasiona uma pequena produção, basicamente voltada para o autoconsumo familiar e um baixo índice de renda, o que não lhe assegura [ao agricultor local] condições para se transformar em um *fazendeiro competitivo no mercado*” (MINAS GERAIS, 1982, p. 3, grifo nosso). Além disso, “a exploração é fortemente condicionada pelos solos já relativamente exauridos e pela topografia amorreada

e montanhosa, dificultando, sobremaneira, a mecanização agrícola" (UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, 1971, p. XIII).

Entendendo o desenvolvimento como integração ao capitalismo urbano-industrial, os principais problemas econômicos identificados relacionavam-se sempre à baixa integração da região e de seus agricultores à economia de mercado. Partia-se, assim, da constatação da estanqueidade das formas de reprodução social, na demora em alinhar-se à expansão capitalista em curso no Brasil, daí a necessidade da intervenção do Estado. Parece não ter havido (ou querido) um efetivo entendimento da lógica econômica que então prevalecia na Zona da Mata, fator que levou a sua desconsideração, tanto nesses estudos como no Programa implementado posteriormente. A análise da produção agrícola foi direcionada apenas aos produtos comercializados e comercializáveis. A produção para autoconsumo, que se caracterizava efetivamente como a principal atividade econômica da região e responsável pela configuração de boa parte das formas de reprodução social local, foi desconsiderada ou sua importância foi minimizada. A agricultura foi enxergada não como forma de prover a subsistência direta da família, mas enquanto atividade comercial, geradora não de valores de uso, mas de valores de troca. A direcionar tal visão estava a política nacional de desenvolvimento rural em voga naquele momento:

> As diretrizes básicas da política de desenvolvimento nacional, no que tange à agricultura, podem ser resumidas na elevação do nível de vida do trabalhador, no aumento da renda, na modernização e aprimoramento de técnicas e métodos de produção, no adequado abastecimento dos centros consumidores, no estabelecimento de indústrias de transformação de produtos agrícolas e na obtenção de novos mercados externos.
> A fim de que tais objetivos gerais sejam alcançados é imperioso que haja crescimento de produtividade na agricultura, mediante mudanças de métodos de produção e utilização mais intensa e racional de insumos modernos e melhor funcionamento de todo o processo de comercialização. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, 1971, p. VII)

Desse modo, as medidas de intervenção sugeridas preconizavam o apoio à agricultura através do crédito subsidiado, da assistência técnica, de estratégias de integração à indústria e ao mercado, e de serviços de educação e saúde, entre outros. A perspectiva era conciliar a modernização tecnológica de determinados setores da atividade agrícola com o aumento do emprego da mão de obra e com uma política de desenvolvimento voltada à expansão do mercado interno. Conforme nos lembra Marlise Reis (1981, p. 50-52), essas medidas estavam alinhadas com a referida política de integração nacional, presente nos planos do governo federal. Perseguindo a integração principalmente no campo econômico, a agricultura deveria ser transformada num setor moderno, com base empresarial e capacidade competitiva, de modo a sustentar a expansão do mercado interno e os índices de crescimento econômico do país.

Inserindo-se, então, como reativador da economia regional decadente, “o Programa Integrado de Desenvolvimento da Zona da Mata visa[va] o aceleramento persistente do ritmo de desenvolvimento econômico regional (...) cumprindo assim o objetivo nacional de corrigir os desequilíbrios regionais acentuados” (MINAS GERAIS, 1974, p. 1). O PRODEMATA foi criado oficialmente em 1º de junho de 1976, por meio de uma parceria entre os governos estadual e federal. A Secretaria de Estado de Planejamento (SEPLAN) foi o órgão responsável pela coordenação geral do Programa, estando sua execução a cargo da Fundação Rural Mineira de Colonização e Desenvolvimento Agrário (RURALMINAS), responsável pelo acompanhamento das atividades desenvolvidas pelos órgãos executores. A implementação do Programa se deu através de ações coordenadas entre vários órgãos estaduais e federais, tais como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), a Superintendência de Desenvolvimento de Cooperativas (SUDECOOP), as Secretarias de Estado da Agricultura, da Educação e da Saúde, a Fundação de Serviços Especiais (SESP), a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG), o Instituto Estadual de Florestas (IEF), entre outras. O Programa foi viabilizado mediante um contrato de empréstimo entre o governo do Estado de Minas Gerais e o Banco Mundial, que financiou cerca de 30% do montante destinado ao PRODEMATA. O governo brasileiro, através das instituições financeiras participantes – Banco do Brasil, Banco de Crédito Real de Minas Gerais, Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais e Banco do Estado de Minas Gerais –, arcou com os demais custos envolvidos (MINAS GERAIS, 1974, p. 24; REIS, 1981, p. 55).

Tratava-se de um programa de grande vulto em termos de dotação de recursos e raio de ação, abrangendo os 127 municípios da região naquele momento. Em suas linhas gerais de ação, o PRODEMATA pretendia:

> [...] a modernização da agricultura pelo melhor aproveitamento dos recursos naturais e criação de viabilidade econômica das pequenas explorações, capaz de elevar a renda dos pequenos produtores. O pressuposto teórico usado considera que a assistência técnica aliada ao crédito rural determina uma incorporação maior de tecnologia, aumentando a produtividade e, como consequência, a produção, a renda e o nível de vida.
> Paralelamente à assistência ao setor produtivo, o Programa se propõe a intensificar serviços de apoio à produção, mobilizando as comunidades e ampliando os serviços de saúde e educação. (MINAS GERAIS, 1982, p. 7)

Seu objetivo principal era, assim, “a elevação da renda e melhoria do padrão de vida dos pequenos produtores rurais, através de: 1. Aumento da produção e da produtividade; 2. Melhoria da oferta dos serviços sociais aos produtores e à população rural em geral” (MINAS GERAIS, 1982, p. 8-9). Tais objetivos seriam alcançados por meio de projetos integrados que incluíam os seguintes componentes:

- crédito orientado para a produção agrícola, a pecuária (gado e suínos), o reflorestamento (relacionava-se exclusivamente ao plantio de eucalipto, destinado à produção de madeira e carvão), a recuperação de várzeas (relacionava-se a atividades de drenagem e preparo da terra para plantio comercial agrícola) e eletrificação rural;

- serviços de apoio às atividades agropecuárias: assistência técnica e extensão rural, pesquisa agrícola e demonstração, apoio e incentivo ao cooperativismo;

- ampliação da infraestrutura social mediante o incremento dos serviços de saúde e educação.

Como pode ser notado, as ações foram direcionadas tanto à produção agropecuária em si – área prioritária de intervenção – como à melhoria de certos serviços sociais, em conformidade com a política do Programa de Integração Nacional. Partia-se também do pressuposto de oferecer ao mercado de trabalho um trabalhador com qualificações físicas e mentais (intelectuais) condizentes com as novas prerrogativas econômicas e industriais, o que dependia de um sistema de educação e serviços de saúde orientados para as novas exigências e os novos valores da sociedade de consumo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, 1971, p. 56). Desse modo, o Estado brasileiro direcionou recursos financeiros visando a integração da Zona da Mata ao processo dinâmico do desenvolvimento capitalista.

A orientação do Programa no sentido de viabilizar a modernização da agricultura na região e transformá-la num "negócio" economicamente lucrativo é explicitada em todos os documentos analisados, tanto em seus pressupostos teóricos quanto em suas linhas de ação. A título de exemplo, vejamos os objetivos específicos relacionados ao subprograma da cultura do feijão:

> Objetiva-se com este sub-programa aumentar a produção e a produtividade da cultura do feijão, através de:
> - elevação do nível tecnológico-cultural, pela incorporação de práticas recomendadas pela pesquisa agrícola, buscando a transformação do plantio de subsistência em cultura econômica;
> - incorporação de novas áreas de plantio, pelo aumento da utilização das áreas consorciadas minifundiárias do milho, procurando elevar a 50% este nível;
> - exploração das várzeas sistematizadas, com plantio de inverno na 3ª safra. (MINAS GERAIS, 1974, p. 68)

Ao longo de seus nove anos[33] de implementação, embora grande parte das metas estipuladas tenham sido alcançadas e mesmo ultrapassadas, muitas foram as dificuldades e problemas encontrados (MINAS GERAIS, 1981; MINAS GERAIS, 1982; MINAS GERAIS, 1985). Alguns desses problemas relacionavam-se às questões organizacionais, como as

[33] O PRODEMATA foi inicialmente formulado para execução em um período de 5 anos, ou seja, entre os anos de 1976 e 1981. No entanto, as dificuldades surgidas ao longo desse período, tanto na execução como no financiamento, levaram a sua prorrogação por duas vezes, tendo o Programa se encerrado oficialmente em junho de 1985 (MINAS GERAIS, 1985).

dificuldades de articulação entre os órgãos executores e certa desconexão entre alguns componentes do Programa, como, por exemplo, entre os componentes “Saúde” e “Educação” e aqueles que se relacionavam ao aspecto produtivo e à assistência técnica. Aspectos relativos à comercialização, pouco contemplados no Programa, tornaram-se entraves às atividades de produção rural. A limitação dos recursos também foi apontada como dificuldade para o atendimento da demanda existente na região, sobretudo nos componentes “Eletrificação rural”, “Melhoria e retificação de estradas vicinais” e “Reflorestamento”. No entanto, as questões de resolução mais complexa foram apontadas relativamente à interface do Programa com seu público alvo. Um exemplo disso pode ser encontrado no componente “Pesquisa e demonstração agrícola”. Como as atividades de pesquisa da EPAMIG tiveram que se adequar para atender aos pequenos produtores, elas foram desenvolvidas com certo atraso. Desse modo, a pesquisa agropecuária, que deveria ser a atividade que antecede e orienta a assistência técnica e o crédito rural, foi desenvolvida posteriormente à implantação do Programa, sendo esta uma de suas grandes incoerências. Também o componente “Assistência técnica e extensão rural” teve que direcionar suas ações aos pequenos agricultores, inclusive os parceiros. No caso desse componente, o principal problema a ser administrado foi a resistência, por parte da EMATER, “em adotar e testar novas metodologias de assistência técnica e extensão rural mais condizentes com a realidade do pequeno produtor” (MINAS GERAIS, 1985, p. 9). A constatação de que as tecnologias utilizadas no componente “Recuperação de várzeas”, adotadas em outras regiões do estado de Minas Gerais, eram inadequadas para a Zona da Mata, onde predominam os pequenos agricultores, constituiu um exemplo de tais inadequações. Segundo os documentos (MINAS GERAIS, 1982, p. 18), seria necessário aplicar “uma tecnologia economicamente viável para eles”, no sentido de melhor utilização das máquinas pesadas e maior aproveitamento da força de trabalho. Problemas relacionados à interação com os pequenos agricultores justificaram, inclusive, a necessidade das reprogramações, com a consequente extensão do prazo para a execução do Programa. Dentre outros aspectos, era necessário ampliar e consolidar o trabalho relativamente à “mudança na atitude de resistência às inovações, por parte dos pequenos produtores rurais; [e] à experiência com crédito rural para os pequenos produtores” (MINAS GERAIS, 1982, p. 22).

Tais dificuldades na relação com os pequenos agricultores repercutiram nos resultados do Programa. Em estudo de avaliação sobre os efeitos e impactos do PRODEMATA sobre as famílias rurais diretamente beneficiadas, Pita (1982) apresenta dados indicando um maior aumento tanto na acumulação de capital quanto na renda líquida dos agricultores assistidos pelo Programa em relação aos agricultores não assistidos. Também foram identificados, junto àqueles agricultores, níveis crescentes de compras de

bens de natureza não agrícola, como, por exemplo, de eletrodomésticos. Contudo, esses resultados considerados positivos foram específicos a determinados estratos[34] de agricultores, não se generalizando para todo o público alvo. Apesar das ações desenvolvidas, a categoria dos parceiros e produtores até 10 hectares manteve praticamente os mesmos níveis de renda anteriores. Desse modo, a conclusão do autor é que:

> [...] as respostas positivas às ações desenvolvidas pelo projeto foram específicas a determinadas categorias de produtores, de modo que não se pode afirmar que o PRODEMATA provocou uma melhoria generalizada nos níveis de rendas das famílias beneficiadas, isto é, não houve uma mudança estrutural nas condições econômicas do público-meta da Zona da Mata. (PITA, 1982, p. 96)

Críticas mais contundentes em relação à atuação do Programa junto aos pequenos agricultores foram feitas numa avaliação elaborada pela Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral do governo do Estado de Minas Gerais, órgão responsável pela coordenação do Programa. Redigida em 1981, essa avaliação é feita a partir da constatação do insucesso do PRODEMATA até aquele momento. Segundo o documento (MINAS GERAIS, 1981, p. 3):

> Não houve aumento de produtividade nos cultivos tradicionais (com exceção do arroz); não houve também aumento no grau de adoção tecnológica. Por outro lado, houve aumento da produção devido ao aumento da área explorada e não devido ao aumento da produtividade da terra. Portanto, o aumento da renda líquida foi proporcionado somente pelo aumento da produção total e não por uma maior eficiência produtiva.

Tal insucesso é atribuído, em grande parte, à estrutura fundiária da região, caracterizada por um grande número de pequenas propriedades. Citando um relatório de avaliação elaborado pela UFV[35], o documento aponta que a renda gerada pelos proprietários de até 10 hectares, assistidos pelo PRODEMATA, lhes permitia apenas subsistir. Esses proprietários não tinham condições, mesmo acessando crédito e assistência técnica, de sair do nível de subsistência. Em síntese, o que fica sugerido é que propriedades rurais com menos de 10 hectares não eram economicamente viáveis, ou seja, cerca de 35% dos agricultores da Zona da Mata estariam fadados a migrar ou viver na “miséria”. Ainda segundo o documento, a inviabilidade econômica das propriedades de 0 a 10 hectares era comprovada de forma muito objetiva no campo, quando se observava que para esses agricultores o trabalho fora da propriedade tornava-se imprescindível para sobreviver. O

[34] Embora o PRODEMATA tivesse sua ação voltada ao pequeno produtor (proprietário ou não), tal público não era exclusivo. Desse modo, no estudo realizado por Pita (1982, p. 11), os agricultores foram agrupados segundo os seguintes estratos: parceiros; proprietários de 0 a 10 ha; proprietários de 10 a 50 ha; proprietários de 50 a 100 ha e proprietários de 100 a 200 ha.

[35] A Universidade Federal de Viçosa foi uma instituição parceira no processo de implementação do PRODEMATA, sendo responsável pela elaboração dos relatórios de avaliação que subsidiavam as negociações e a liberação de recursos por parte do Banco Mundial.

referido relatório de avaliação da UFV indicava ainda que uma propriedade agrícola deveria ter área de no mínimo 30 hectares para que o proprietário pudesse viver exclusivamente da exploração agropecuária, sem ter que recorrer ao trabalho fora da propriedade como complementação de sua renda (MINAS GERAIS, 1981, p. 2-5).

Desse modo, a estrutura fundiária da região – apontada como um fator estrutural que não podia ser manejado ou controlado – representava um entrave à implementação bem sucedida do Programa. A falha estaria, então, na concepção original do PRODEMATA, que não havia considerado devidamente "o processo de diferenciação social existente no meio rural" (MINAS GERAIS, 1981, p. 2). Na sequência, boa parte do documento discorre sobre esse processo de diferenciação social como consequência do desenvolvimento capitalista. Tal desenvolvimento teria sua racionalidade na otimização do uso do capital e, por isso, na busca constante de condições mais rentáveis economicamente. Para tanto, seria necessária a concentração de recursos produtivos (capital, força de trabalho, terra, tecnologia), o que determinaria, por sua vez, um processo de diferenciação social na população. Em termos qualitativos, essa diferenciação resultaria na polarização da população rural entre proprietários de terra e trabalhadores, ou seja, entre aqueles que vivem da exploração do capital e aqueles que dependem do salário para sobreviver. Na prática, entre essas duas classes sociais se coloca uma variedade de estratos que combinam em graus diferentes as características das duas classes principais, nos quais a renda depende em parte da exploração da terra e em parte da venda de sua força de trabalho. Seguindo esse raciocínio, o documento aponta que:

> Em seu aspecto qualitativo, a diferenciação social é um fenômeno constante e dinâmico através do qual *uma proporção importante da população rural vai perdendo sua característica de produtor, vai se empobrecendo paulatinamente,* chegando a níveis de subsistência.
> Desta forma*, o pequeno produtor e sua família lentamente se transformam em trabalhadores assalariados.* Primeiro, são os filhos maiores que começam a vender sua força de trabalho fora da propriedade, de forma parcial e logo de forma total, acontecendo o mesmo, mais tarde, com o chefe de família. É assim que o produtor e sua família se veem obrigados a vender sua propriedade (se neste momento tem algum valor econômico) ou continuar usando-a como residência, posto que nela não consegue produzir nem sequer o suficiente para o consumo familiar.
> Todo este processo de diferenciação social gera fluxos de população caracterizados por migrações estacionais ou permanentes em busca de trabalho. Algumas destas migrações são rural-rural, rural-urbano, urbano-rural (boias-frias, por ex.). A tendência geral é um despovoamento paulatino e constante da população rural em busca de melhores condições de vida. (MINAS GERAIS, 1981, p. 9-10, grifo nosso)

E o que determinaria esse processo de proletarização do pequeno agricultor seria justamente sua condição de estar "estruturalmente obrigado" a produzir as culturas tradicionais (arroz, milho, feijão) para o autoconsumo familiar, que são os produtos geradores de menor renda na agricultura. Na continuação:

> Isso não se deve a uma irracionalidade dos pequenos produtores mas a uma limitação de seus recursos, que não lhes permite incorporar-se à agricultura moderna, rentável. Estes produtores estão, em termos gerais, sujeitos a um círculo vicioso de subsistência e empobrecimento, pois, impossibilitados de se modernizar, têm que se dedicar aos produtos que lhes permitem, em primeiro lugar, garantir o auto consumo familiar. [...]
> Assim, ainda que o pequeno produtor trabalhe intensivamente sua terra, a produtividade dela é cada vez menor, a rentabilidade é mais baixa; e o empobrecimento do produtor é mais agudo. (MINAS GERAIS, 1981, p. 10)

Como estratégia para implementação de um PDRI, o documento indica a necessidade de se elaborar um marco teórico conceitual que permita definir objetivos viáveis e suas limitações. Tal marco teórico deveria se fundamentar numa caracterização detalhada do público a ser beneficiado pelo programa, no sentido de definir os produtores que têm viabilidade econômica, os que estão em situação de viabilidade duvidosa e aqueles que estão em estágio de “mera subsistência”. A partir dessa caracterização seria possível, então, definir estratégias diferenciadas conforme o público a ser atendido, tendo em vista suas possibilidades de inserção no processo de modernização da agricultura (como capitalistas ou como trabalhadores assalariados). No caso dos pequenos produtores fadados a se tornarem trabalhadores assalariados, a recomendação era dar prioridade aos projetos que permitissem empregar a força de trabalho retida nas pequenas propriedades, devido à demanda excessivamente baixa de força de trabalho na agricultura regional, em atividades como a horticultura e a fruticultura irrigadas. No entanto, a recomendação indicava a necessidade de se elaborarem projetos de amplitude regional, a fim de possibilitar o gerenciamento conjunto dos problemas de armazenamento, comercialização e agroindustrialização da produção.

Enfim, considerando o desenvolvimento capitalista no campo como um processo “natural”, que incluía necessariamente a retirada do controle sobre a terra dos pequenos proprietários e sua proletarização, inclusive através da migração rural-urbana, o documento se limitava a “questiona[r] o pressuposto teórico implícito nos PDRI’s de que, automaticamente, o crédito rural e a assistência técnica vão aumentar a produtividade que, por sua vez, influiria no aumento da renda e nível de vida” (MINAS GERAIS, 1981, p. 15). De acordo com a análise feita no documento, esse pressuposto teórico não se aplicava aos pequenos agricultores. Como o PRODEMATA partia justamente de tal pressuposto, ele teria falhado em sua concepção.

No entanto, acreditamos que a principal falha do Programa foi o tratamento da agricultura de subsistência como uma espécie de contraponto à modernidade, ao setor moderno, dinâmico, capitalista. O que justificava, inclusive, a necessidade de sua superação. Esse tratamento considerava a terra e a mão de obra como recurso ocioso ou subempregado pela agricultura camponesa, passíveis de serem transformadas sem nenhuma consulta aos “beneficiários” das mudanças. Essa atitude se coaduna com a tônica

geral do planejamento durante os governos militares (ver REIS, 1981, p. 51-53; BOMFIM, 2007, p. 50-92). Considerado um modo racional de se proceder, o planejamento "científico" – realizado mediante o diagnóstico dos problemas, a definição de objetivos e de meios de execução baseados em procedimentos aceitos por um conjunto de técnicos – dava respaldo à ação, de forma independente dos possíveis anseios e interesses do público a ser atendido e sem o questionamento sobre as classes sociais que efetivamente estavam sendo beneficiadas. De certa forma, partia-se do pressuposto de que a ação do Estado, fundamentada nesse tipo de planejamento, traria sempre benefícios à população. No entanto, a população – no PRODEMATA e em outros planos de desenvolvimento – não havia sido consultada sobre suas reais necessidades e os mecanismos pelos quais elas poderiam ser atendidas.

Embora as instituições envolvidas na elaboração e execução do PRODEMATA tenham apontado um alcance limitado dos resultados inicialmente previstos, em nosso julgamento sua implementação contribuiu de maneira significativa para as transformações socioespaciais ocorridas na região e, consequentemente, nos municípios em estudo. Por um lado, conforme afirma Pita (1982, p. 98), a acumulação de capital, em termos relativos, nas categorias de produtores rurais com maiores extensões de terra contribuiu para a modernização tecnológica de suas explorações agropecuárias. A acumulação de capital conduziu a um aumento no uso de diversos insumos (sementes, fertilizantes, defensivos) e bens de capital (máquinas e equipamentos agrícolas), permitindo, assim, uma maior inserção de tais agricultores na economia de mercado. Acreditamos que esse sucesso material de determinados estratos de produtores rurais, associado ao significativo alcance do Programa – que contemplou diretamente cerca de 24% dos agricultores da região –, produziu, efetivamente, o chamado "efeito-demonstração", um dos mecanismos pelos quais também se difundem modelos de desenvolvimento rural. Na atualidade, ainda que de forma limitada[36], boa parte das técnicas introduzidas no contexto da Revolução Verde são de uso corriqueiro na região, mesmo entre os pequenos agricultores e agricultores familiares que persistem cultivando a terra. Também entre eles a produção para o mercado hoje se faz mais presente, em grande parte prioritária no contexto das atividades dentro da propriedade. Foi efetivada, assim, uma transformação na relação com a terra: de meio de subsistência para a família ela foi convertida em mercadoria da qual se persegue a extração da renda monetária. E quanto aos inúmeros agricultores e suas famílias que, no bojo dessas transformações, foram levados a se proletarizarem, estes contribuíram sobremaneira para o crescimento urbano não apenas das cidades da região como também de algumas das

[36] Conforme citado anteriormente, um exemplo das limitações para a modernização tecnológica da agricultura na Zona da Mata são as condições do relevo da região, bastante acidentado, o que torna, em certos casos, praticamente inviável a mecanização agrícola.

metrópoles nacionais atingidas pelas migrações que partiam do interior de Minas Gerais, principalmente São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

4.1.4 Estado e educação

A complementar as políticas de Estado para a agricultura, as políticas de educação, algumas delas vinculadas à agricultura, também contribuíram decisivamente para as mudanças em análise. O sistema de ensino estruturado no seio das sociedades capitalistas configura-se como importante instrumento para ação do Estado. Isso porque, conforme nos recorda Lia Zanotta Machado (1983, p. 7), na escola a presença do Estado é muito mais direta e imediata. O Estado não só mantém uma rede de escolas a nível federal, estadual e municipal, como também decide e influencia na criação e funcionamento das escolas particulares. Além disso, é definida e estipulada pelo Estado a organização do sistema de ensino em seus diferentes níveis, o conteúdo a ser administrado, as disciplinas e seus programas.

Tamanho controle sobre o sistema oficial de educação permite difundir com grande eficiência formas de interpretação e de conduta no mundo, o que torna a escola, na visão de Louis Althusser (1985, p. 57-59), o principal Aparelho Ideológico de Estado. Segundo o autor, para que as relações de produção capitalistas sejam reproduzidas e o sistema tenha continuidade não basta assegurar à força de trabalho apenas as condições materiais para sua reprodução enquanto força de trabalho. É necessário que ela esteja apta a ser utilizada no sistema complexo do processo de produção. O desenvolvimento das forças produtivas torna imprescindível que os trabalhadores sejam qualificados e então reproduzidos como tal, conforme as exigências da divisão social e técnica do trabalho, nos diferentes “cargos” e “empregos”. No regime capitalista, esse processo tende a ocorrer não mais no “local de trabalho” e sim, cada vez mais, fora da produção, através do sistema escolar e de outras instituições. Embora se possa chegar a um ponto mais ou menos avançado nos estudos, o que se aprende na escola – ler, escrever, contar, ou seja, algumas técnicas e elementos da “cultura científica” – é diretamente utilizável nos diferentes postos de trabalho. Obviamente uma instrução diferente para os operários, uma outra para os técnicos, uma terceira para os engenheiros e ainda outra para os quadros superiores. Junto com essas técnicas e conhecimentos são aprendidas também as regras do bom comportamento, as conveniências que devem ser observadas conforme a posição a ocupar na divisão do trabalho. Assim se reproduz não apenas a qualificação da força de trabalho mas, ao mesmo tempo, sua submissão à ideologia dominante. Desse modo, a reprodução das relações de produção, que ocorre efetivamente na própria produção, também é assegurada pelo exercício do poder do Estado, tanto através de seu Aparelho Repressivo quanto de seu

Aparelho Ideológico. Relativamente a este último, embora ele se manifeste em múltiplas, distintas e relativamente autônomas instituições, sua unidade é garantida pela ideologia dominante, sendo a escola e o sistema de educação, para Althusser (1985, p. 73-78), o Aparelho Ideológico de Estado dominante.

Sendo assim, neste item faremos um breve percurso sobre as linhas de pensamento que estruturaram o sistema de educação no Brasil a partir de 1930 e ao longo da segunda metade do século XX, a crítica relativa a tais linhas e o modo como o sistema de educação brasileiro contribuiu para a desagregação de nossa sociedade rural e o transcurso do processo de urbanização do modo como ele ocorreu. Iniciaremos nossa explanação analisando a evolução do chamado ensino formal, abordando tanto as políticas gerais de educação como também as ações voltadas para o ensino no meio rural. Ao final do item, discutimos os princípios que nortearam a implantação das políticas de Extensão Rural no Brasil, considerada um modelo educativo informal que atuou ativamente no processo de modernização de nossa agricultura.

A necessidade de trazer à análise a relação entre as políticas de Estado para a educação e o processo de mudança social em tela surgiu ao longo de nossas entrevistas, na medida em que alguns de nossos entrevistados fundamentaram sua motivação para migrar na necessidade de acesso à escolarização, para si ou para seus filhos. Tal motivação pode ser constatada no relato de Seu Chico (85 anos):

> Levei eles na escola cá no Ribeirão [povoado existente no município de Brás Pires]. Aí quando surgiu o ginásio aqui [em Brás Pires], minha filha mais velha teve que vir um ano antes de eu vir. [...] Quando foi no outro ano, já tinha uns dois [filhos] lá para vir, aí eu falei: ‘Minha renda é baixa, não posso ter dois fogão, tem que ser um só. Nóis vai ter que juntar, que ficar junto!’ Aí eu vim pra cá [para o núcleo urbano de Brás Pires] pra manter eles [os filhos maiores] no ginásio e os outros na escola mesmo. [...] Eu mudei por causa do ginásio. Porque lá nóis ficava intertido com aquelas vacas do meu pai e ninguém estudou. Então eu falei: ‘Nóis não pode fazer isso, não! Nóis tem que dar um jeito!’ Aí eu mudei pra cá por causa do ginásio.

A decisão de Seu Chico, tomada no ano de 1968, foi orientada pela visão de que uma maior escolarização para seus filhos poderia significar maiores e melhores oportunidades econômicas. Afinal, uma pessoa com maior número de anos de escolaridade, quando inserida no mercado de trabalho, em geral recebe maiores salários que outra com menos anos. Percebendo a inviabilidade da agricultura camponesa para os filhos, Seu Chico se apoiou na ideia comum, difundida mesmo entre educadores, da educação enquanto instrumento privilegiado de mudança e aperfeiçoamento dos indivíduos. Conforme apontado por Wagner Rossi (1986, p. 85), a valorização da escola está profundamente enraizada na crença popular, que a percebe como caminho para mudanças individuais de vida ao mesmo tempo em que beneficia toda a sociedade.

Esse ideário sobre a escola e o sistema de educação foi elaborado e difundido pelo próprio Estado brasileiro, a partir do momento em que a educação foi chamada, juntamente com o planejamento econômico, a colaborar na promoção do desenvolvimento socioeconômico do país. Também no campo educacional, o ano de 1930 foi um marco de mudanças. Nesse ano se criou, pela primeira vez, um Ministério da Educação e Saúde. Com a Constituição de 1934 foi estabelecida a necessidade de elaboração de um Plano Nacional de Educação que coordenasse e supervisionasse as atividades de ensino em todos os níveis. A Constituição também regulamentou as formas de financiamento da educação entre a federação, os estados e os municípios, fixando as competências dos entes administrativos em relação aos níveis de ensino, e instituiu a gratuidade e obrigatoriedade do ensino primário. Segundo Bárbara Freitag (1980, p. 51-53), houve uma tomada de consciência por parte da classe política da importância estratégica do sistema educacional para assegurar e consolidar as mudanças estruturais em curso. Desse modo, o controle sobre o sistema de educação, antes exercido quase exclusivamente pela Igreja Católica, será assumido pelo Estado, que passa a regulamentar sua organização e funcionamento.

Para Lia Zanotta Machado (1983, p. 44-48), a expansão do sistema escolar brasileiro a partir de 1930 confirma uma das características do sistema de educação de qualquer formação social capitalista: a generalização do ensino escolar como educação sistemática de todos os “cidadãos”, controlada pelo Estado e parcialmente (se não em sua maioria) por ele mantida. Formalmente, esse sistema escolar se constitui, tendencialmente, como uma “escola única”, em dois sentidos: seus diferentes níveis tem continuidade entre si e ela é uma só, aberta a todos os indivíduos. “Esta escola supõe que cidadãos iguais só não atingem os graus elevados de ensino por incapacidade ou impossibilidade individual” (MACHADO, 1983, p. 44). A política educacional estruturada no país partiu, assim, de uma perspectiva fundamentada na igualdade de oportunidade entre os indivíduos. Segundo tal perspectiva:

> [...] o filho do lavrador do Nordeste teria as mesmas chances educacionais que o filho de um diretor de empresa paulista! [...] O sistema educacional, além de contribuir para reproduzir a estrutura de classes e as relações de trabalho, também reproduz essa ideologia da igualdade. [...] Assim a classe subalterna se submete aos padrões de seleção da escola e assume a *culpa* de sua falta de êxito, sistematicamente institucionalizada pela classe hegemônica. (FREITAG, 1980, p. 66-67, grifado no original)

Wagner Rossi (1986, p. 71-75) afirma que a “igualdade de oportunidades” é aspecto importante da ideologia capitalista, pois garantiria aos mais capazes, aos mais esforçados, o acesso às melhores posições na sociedade. Desse modo, a educação seria capaz de tornar permeáveis as classes sociais e “a própria existência do ‘sistema de liberdade’ (capitalismo), tendo acabado com os privilégios de sangue e nobreza é [seria] garantia suficiente para a

eliminação de barreiras à mobilidade social" (ROSSI, 1986, p. 71). A posição de cada um na sociedade seria, então, o resultado de seu próprio mérito. Essa ideia esteve a nortear o processo de mudança não só na família de Seu Chico, de Seu Horácio, de Dona Idalina e de Dona Dolores, os quais nos deram a oportunidade de conhecer um pouco sobre suas histórias de vida, mas conduziu as escolhas de inúmeras outras famílias brasileiras em busca de melhores condições de reprodução social.

Contudo, diversos autores têm chamado a atenção para o fato de que a educação não é exatamente a mesma para todos. A desigualdade das condições de escolarização oferecidas às crianças provenientes de diferentes classes sociais é determinante para as desigualdades de suas posições futuras no mercado de trabalho e no sistema produtivo como um todo. Segundo Lia Zanotta Machado (1983, p. 58-61), a desigualdade de acesso e de sucesso na escola tem relação direta com a classe social de origem da criança. De modo geral, as classes de ocupações fundamentadas no trabalho manual, como trabalhadores rurais, operários, trabalhadores da indústria de extração mineral, da construção civil, do serviço doméstico, entre outros, são aquelas mais excluídas do acesso e conclusão do ensino fundamental, alcançando apenas marginalmente outros níveis de ensino. Os números também evidenciam a exclusão da população rural do sistema educacional, sobretudo nos níveis médio e superior. Essa correlação entre tipos de ocupação e escolaridade alcançada contraria a noção de que a escola é aberta a todos e oferece iguais oportunidades, pois a desigualdade de acesso e sucesso na escola tem relação direta com a estrutura de classes existente na sociedade capitalista.

Bárbara Freitag (1980, p. 60-62) nos confirma essa seletividade do sistema escolar ao demonstrar que as classes econômicas de menor poder aquisitivo têm menor acesso ao ensino superior e apresentam maiores índices de evasão escolar. Para a autora, uma escola "neutra", que tratasse todos os alunos de forma igual, selecionando "os melhores", segundo seu desempenho e capacidade de trabalho, deveria manter, ao longo das séries escolares, uma relação percentual mais ou menos constante de alunos provenientes das diferentes classes sociais. No entanto, os alunos das classes de renda mais baixa vão escasseando à medida que se eleva o nível de escolaridade. Isso permite inferir que nas sociedades capitalistas existe "um privilegiamento sistemático da classe alta e média em detrimento da classe baixa" (FREITAG, 1980, p. 62). É oferecida às classes subalternas a ilusão de poderem ascender socialmente através do sistema educacional, institucionalizando chances formalmente iguais, mas factualmente diferentes. Cria-se, assim, uma motivação para o estudo que muitas vezes acaba sendo frustrada.

> Única e unificada, igual e aberta para todos, esta é a aparência da escola capitalista. As desigualdades de desempenho escolar dos alunos devem-se exclusivamente à capacidade de desempenho individual, que é a combinação de características inatas, do "dom" e da persistência, do esforço e do mérito ou ainda da habilidade e

> da submissão (conforme a classe social variam as características consideradas principais). Produz-se uma dissociação entre a capacidade do aluno e as condições de classe que de fato se constituem em seus determinantes, pois a "cultura" veiculada pela escola (a linguagem, o saber, a prática) tem por referência a "cultura dominante" (a linguagem, o saber, a prática, em suma, o modo de vida paradigmático para todas as classes a partir de um ponto de vista dominante que enquadra todos os modos de vida que dele se diferenciam como o mesmo modo de vida imperfeitamente realizado). (MACHADO, 1983, p. 225)

Fernanda Sobral Benjamim (1981, p. 17-24) nos informa que a ideia da educação enquanto mecanismo de mobilidade social foi difundida no início da década de 1950. Principalmente nos Estados Unidos, no contexto da Guerra Fria, a publicação de diversos estudos com tal enfoque contribuiu para divulgar o modelo americano no resto do mundo. A partir dos anos de 1960, a educação também começa a ser tratada dentro de uma perspectiva mais econômica e a qualificação da mão de obra passa a ser considerada um requisito para o desenvolvimento econômico.

No Plano Trienal de 1962, elaborado por Celso Furtado para o governo João Goulart, aparece pela primeira vez uma consideração sobre a necessidade da formação de recursos humanos para a promoção do desenvolvimento. O planejamento educacional começa a ser visto como parte integrante do planejamento global. No Plano Decenal de 1967-1976 é então introduzida a conceituação econômica da educação, em conformidade com a chamada Teoria do Capital Humano (FREITAG, 1980, p. 99-100). Segundo Wagner Rossi (1986, p. 35-38), a Teoria do Capital Humano foi desenvolvida pelo economista norte-americano Theodore W. Schultz, sendo seu foco principal a ideia da existência de ganhos de produtividade (para a sociedade como um todo) não diretamente atribuíveis aos fatores básicos responsáveis pelo crescimento da produção, como o aumento da mão de obra, dos capitais e da terra utilizados. Uma outra maneira de adquirir ganho de eficiência e aumento da capacidade de produzir seria justamente através da educação. E educação não apenas na escola, mas nos mais diversos tipos de treinamento. Pela análise do fenômeno, Schultz desenvolveu a noção de capital humano. Esse capital é propriedade do trabalhador, que se transformaria num novo tipo de capitalista. Tal noção converteria todos os indivíduos em capitalistas. Como a capacidade produtiva de um país cresce com a qualificação de sua força de trabalho, em termos macroeconômicos os investimentos em educação teriam o potencial de enriquecer o país como um todo. No entanto, se o sistema não provê os meios desse "novo capitalista" receber os frutos da aplicação de seu capital, "estaríamos diante de um 'capital de segunda classe', sujeito à exploração pelo capital de primeira classe – o capital econômico – que ficaria com os frutos do primeiro" (Rossi, 1986, p. 37). Tecendo críticas à noção de capital humano, Wagner Rossi (1986) chama a atenção para o fato de que trabalho não é capital. Os trabalhadores criam, com seu trabalho, o excedente do qual se apropriam os capitalistas. Quando os trabalhadores têm sua capacidade de trabalho

aumentada, aumenta também o excedente que geram em relação às suas necessidades de sobrevivência e reposição de sua força de trabalho. Tal acréscimo é igualmente apropriado pelo capitalista. O aumento da capacidade de trabalho valoriza o capital na medida em que torna operáveis meios de produção cada vez mais modernos e aperfeiçoados. A qualificação do trabalhador aumenta, assim, a geração de excedentes para o capitalista.

A partir da década de 1960, o governo brasileiro irá intensificar sua ação no sentido da formação de recursos humanos adequados ao desenvolvimento econômico do país. Frutos dessa política educacional foram a Reforma Universitária de 1968 e a Lei 5.692 de 1971, para o 1º e 2º graus de ensino. Conforme apontado por Bárbara Freitag (1980, p. 106), o Estado brasileiro, ao assumir o planejamento e boa parte dos gastos para a formação de um reservatório de força de trabalho qualificada, contribuiu diretamente para a formação daquilo que Marx chamou de “exército industrial de reserva”:

> Este [...] não se gera mais necessariamente só pela liberação da força de trabalho substituída pela máquina, mas também pelo excedente produzido pela moderna escola capitalista. Esse *excedente* [...] é funcional para a manutenção das relações de produção como um todo em dois sentidos: como reserva de mão-de-obra em momentos de expansão da produção e como mecanismo de pressão sobre os salários. Com isso, o Estado garante a continuidade da produção a uma taxa de lucro crescente aos empresários nacionais e internacionais. (FREITAG, 1980, p. 106, grifado no original)

O governo militar passou a ajustar definitivamente o sistema educacional aos diversos interesses do capitalismo brasileiro e a política educacional se aproximou dos modelos da economia da educação. A empresa privada foi beneficiada de duas maneiras: por um lado foi libertada da função de qualificar, no trabalho, a força de trabalho de que necessitava e, por outro lado, foi beneficiada com essa força de trabalho mais qualificada, que, sendo mais produtiva, gera maiores lucros para a empresa (FREITAG, 1980, p. 106-107). Para a autora, o próprio conceito de educação foi redefinido:

> A economia da educação precisa enfatizar que a educação só é investimento quando prepara os indivíduos para o trabalho. Não é mais um processo de transmissão de cultura geral de humanidades, de saber universal. Ela é investimento quando prepara o indivíduo profissionalmente a fim de que seja mais produtivo na empresa que o contrata. Portanto não é mais um processo que liberta o indivíduo do trabalho (especialmente o manual) e, conferindo-lhe o título de doutor, o eleva à classe dominante, mas um processo que o habilita para o trabalho, para aí então ascender na hierarquia ocupacional, mediante melhores salários. A economia da educação leva, pois, o Estado a fazer os investimentos de forma hierarquizada em amplas camadas da população. Será o próprio Estado que convencerá esta população de que o esforço educacional para o trabalho, para a profissionalização, se reverterá no benefício de cada um.
> Por isso a economia da educação propagada pelo governo faz desaparecer a conotação de educação como privilégio, procurando atrair também as classes subalternas, até agora quase que totalmente excluídas do *consumo* da educação. (FREITAG, 1980, p. 108, grifado no original)

Para Carnoy (1990, p. 5 e 6), duas imagens sobre a educação foram construídas. Uma imagem oficial, que confere a ela o papel de assegurar o progresso científico-tecnológico do país, o desenvolvimento harmonioso da personalidade individual e a mobilidade vertical da sociedade ao proporcionar condições iguais de partida: “Que vença o mais hábil, para proveito econômico e cultural da sociedade”. A outra visão, defendida por uma diversidade de autores, aponta que o sistema educacional assegura, junto com a transmissão dos conhecimentos básicos e especializados para formar a força de trabalho de amanhã, a assimilação e aceitação da autoridade e da hierarquia no quadro do qual esses conhecimentos serão utilizados. Atua, assim, na reprodução econômica, política e social do modo de produção capitalista, mediando as contradições de classe na medida em que transfere para o próprio indivíduo a responsabilidade de sua posição na escala social.

Reconhecemos, juntamente com Paulo Freire (1994, p. 66) e alguns dos autores citados (FONSECA, 1985, p. 28-29; FREITAG, 1980, p. 36-42; ROSSI, 1986, p. 106), a possibilidade da educação desempenhar uma dupla função estratégica: a de conservar e a de minar as estruturas dominantes. A educação tem o potencial efetivo de inserir criticamente o homem em seu processo histórico e o pequeno conteúdo de liberdade conferido aos indivíduos em suas escolhas pode ser usado para contestar a ideologia dominante. Deste modo, na educação também se manifesta a contradição social, a própria luta de classes: “É nisso que reside o seu caráter político, ou seja, a sua capacidade de poder ser, do lado do poder, instrumento de dominação, mas, do lado das camadas populares, instrumento de resistência e contestação” (FONSECA, 1985, p. 29). No entanto, o “risco” de que a educação se torne excepcionalmente “subversiva”, sendo usada como mecanismo de questionamento da própria ordem em que está inserida e da qual faz parte, pode ser minimizado através de certos mecanismos de controle que podem estar nas variadas formas de censura sobre os conteúdos das disciplinas escolares, na influência sobre a administração escolar, etc. (ROSSI, 1986, p. 118).

Sendo, então, um campo de disputas no qual o exercício da dominação de classe também se faz presente, o sistema educacional foi usado para canalizar tensões sociais através da promessa de mobilidade oferecida às classes trabalhadoras. A escola seria, assim, um instrumento capaz de corrigir as desigualdades ao possibilitar a ascensão social daqueles que a frequentam. Esse ideário foi profundamente internalizado pela população em geral, contribuindo sobremaneira para a mudança da qual a urbanização é parte. Procurando valer-se da educação como canal de mobilidade, muitos aceitaram e foram ao encontro das transformações em seus espaços e modos de vida. O resultado do aumento dos anos de escolaridade na região em estudo (TAB. 19, na página seguinte) foi a substantiva ampliação do contingente populacional inserido na classe trabalhadora e,

consequentemente, do consumo em geral, principalmente dos produtos industrializados cada vez mais presentes no cotidiano das famílias.

TABELA 19 - Percentual (%) da população segundo nível de instrução escolar (anos de estudo)

Município	Ano*	Sem instrução	Ensino Fundamental incompleto (1 a 7 anos)	Fundamental completo e médio incompleto (8 a 10 anos)	Médio completo e superior incompleto (11 a 14 anos)	Superior completo (15 anos ou mais)	Não declarado
Brás Pires	1970	38,8	59,0	1,9	0,2	0,1	-
	1980	32,4	63,6	2,7	1,3	-	-
	1991	17,3	73,2	4,9	4,1	0,5	-
	2000	10,2	74,6	8,5	5,7	0,4	0,5
	2010	72,2**		13,2	11,3	3,1	0,3
Viçosa	1970	32,8	55,5	4,8	4,9	1,8	0,2
	1980	22,4	58,2	7,3	7,8	4,3	0,0
	1991	10,0	62,5	9,2	11,3	6,8	0,1
	2000	5,9	51,7	16,4	16,1	9,1	0,8
	2010	45,4**		16,7	23,9	13,7	0,3

* Para os Censos de 1970 e 1980 foram classificadas, segundo anos de estudo, as pessoas de 5 anos ou mais. Para os Censos de 1991, 2000 e 2010 foram classificadas as pessoas de 10 anos ou mais.

**O Censo 2010 reuniu num mesmo grupo as pessoas sem instrução e aquelas com ensino fundamental incompleto.

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1970, 1980,1991, 2000 e 2010.

No que se refere especificamente à educação no meio rural, as políticas estatais tiveram um resultado que poderíamos considerar desastroso. Segundo Sérgio Celani Leite (2002, p. 24-28), a Educação Rural foi concebida, desde o início das atenções governamentais sobre ela nas décadas de 1910 e 1920, como atividade necessária à manutenção do homem no campo no intuito de evitar sua migração rumo às cidades. No entanto, a política educacional e a legislação preservaram os caracteres da educação nacional dentro dos parâmetros urbanos e da classe dominante. Mesmo permitindo a inclusão de outras disciplinas dentro do currículo mínimo estabelecido, a política educacional caminhou no sentido de estabelecer um modelo único e quase inalterável.

Conforme Maria Julieta Calazans (1993, p. 17-20), a partir de 1930 programas de escolarização considerados relevantes foram direcionados às populações do campo, com a implantação de diversos projetos ao longo das décadas de 1940 e 1950. No entanto, “a escola continuava desenvolvendo processos e técnicas impermeáveis às solicitações das populações que a ela tinham acesso” (CALAZANS, 1993, p. 20). Ilustrativo desse aspecto foi o oferecimento de um curso, denominado “Escola para o Brasil Rural”, em 1949, no qual o nível dos assuntos propostos, a multiplicidade de temas e a forma (complicada) de sua apresentação aparentemente não consideraram que os participantes eram, em sua maioria,

professores “leigos”. Tamanha a desconexão de tal curso em relação à realidade que a maior parte do material utilizado não estava traduzido para o português, sendo redigido em língua inglesa e alguma coisa em francês e espanhol.

Para Sérgio Celani Leite (2002, p. 37-43), o que havia era uma ausência de política pública específica para a escola do campo, que efetivamente copiou o modelo urbano. A Lei 4.024, de 1961, deixou a cargo das municipalidades a educação fundamental no meio rural. Como a maioria das prefeituras do interior era (e, em boa parte, ainda é) desprovida de recursos humanos e financeiros suficientes para atender sua própria demanda, o sistema formal de educação rural ficou sem condições de autossustentação – pedagógica, administrativa, financeira –, entrando num processo de deterioração e submetendo-se, assim, às linhas diretrizes urbanas. A promulgação da Lei 5.692, de 1971, reformulando o ensino de 1º e 2º graus, manteve a legislação distanciada da realidade sociocultural do campesinato brasileiro, não prevendo uma proposta educacional específica para o campo. Como vimos anteriormente, no contexto do regime militar o processo educativo, tanto urbano quanto rural, aparece como instrumento de capacitação mínima do cidadão para sua futura inserção no mercado de trabalho, mercado este eminentemente urbano. Desse modo, apesar do esforço para fixação do homem no campo, o êxodo rural no Brasil foi intensificado ao longo da década de 1950 e ainda nos decênios seguintes.

Nos anos de 1980, mesmo as tentativas de valorização da escola rural e do trabalho do homem do campo não consideraram inadequada a formação urbana dos professores que atuavam no campo – que demonstravam pouco interesse pelas atividades e pelos padrões socioculturais da zona rural – e não foram suficientes para superar a precariedade das instalações físicas e do material didático utilizado. Já na década de 1990, embora a Lei 9.394 de 1996 tenha incorporado em seu texto a necessidade de um processo educativo e pedagógico adaptado ao meio rural, a problemática ligada à escola rural continuou, dados os escassos recursos humanos e materiais a ela destinados (LEITE, 2002, p. 49-56). Na visão de Marlise Reis (1981, p. 75),

> A preocupação de mudar o quadro educacional reflete a ideologia urbana, em que as concepções “ignorância” e “baixa produtividade” constituem formas explicativas da situação de entrave em que se encontra a “agricultura tradicional”. A educação, como instrumento de reconstrução social na linguagem tecnicista, é chamada para modernizar o setor agrário, ou melhor, o setor produtivo, e não a estrutura secular das relações de produção e, conseqüentemente, a escola.

Ao que parece, “a preocupação maior com o campo e as populações campesinas não foi a escola em si, mas a produção agropecuária ali realizada, como subsídio fundamental para o processo urbano-industrial” (LEITE, 2002, p. 111). Obviamente que todo esse descompasso entre a política educacional destinada ao meio rural e a realidade do campesinato brasileiro ensejou, em princípio, manifestações de resistência à escolarização.

Segundo José de Souza Martins (1975, p. 96), tal resistência originou-se do fato de que a "mensagem" da escola não se integrava ao esquema de necessidades vitais do homem do campo. O que se aprendia não era vivenciado e utilizado no cotidiano da vida na roça. O conhecimento adquirido na escola era necessário apenas quando o sujeito se propunha a migrar para a cidade ou se envolvia em relações materialmente significativas na cidade. Isso porque o modo de vida urbano implicava uma outra linguagem:

> No entanto, a necessidade de conhecer essa linguagem só surge à medida em que as relações com as instituições urbanas se traduzem em dificuldades na interação das partes, em descontinuidades de sentido e de expectativas e na medida em que essas mesmas expectativas são elaboradas a partir do privilegiamento do mundo urbano. (MARTINS, 1975, p.97)

Essas relações com as instituições urbanas foram crescentemente aumentando na medida em que as terras de uso comum deram lugar à propriedade capitalista e a economia de subsistência deu lugar à economia de mercado. Junto com esse processo, a escola foi sendo admitida como forma de ocupação do tempo da criança na medida em que ela passou a corresponder, para a população rural, a "equivalente de trabalho". Para Martins (1975, p. 89), a aceitação da escola foi amparada, sobretudo, pela valorização que a sociedade camponesa conferia ao trabalho:

> A escolarização representa um conjunto de sacrifícios[37] por parte do aluno e seus familiares e eles o suportam sob coerção de normas derivadas da valorização do esforço pelo esforço. O tempo que se permanece na escola é um tempo de adestramento no trabalho pelo trabalho.

A frequência à escola se traduzia, na prática, em um ritual vinculado à valorização do trabalho. A importância da escola não estava, assim, no seu conteúdo declarado, mas naquilo que representava como um compromisso de exercício do esforço pelo esforço. No entanto, na medida em que o trabalho útil, produtor de valores de uso, foi se metamorfoseando em trabalho social abstrato, produtor de valor de troca, a escola foi admitida também como recurso para desvendar os segredos da linguagem urbana:

> [...] a escola se incorpora significativamente à sociedade agrária quando esta se integra numa teia de relações com a sociedade urbana e inclusiva através da produção [e do consumo] de mercadorias. É nesse momento que a difusão de informações e concepções pela escola se torna significativa. (MARTINS, 1975, p. 100).

Isso porque a escola, como vimos, está comprometida com valores urbanos e dominantes da sociedade capitalista, tornando-se eficaz no meio rural apenas quando sua

[37] Conforme o próprio autor e segundo os relatos aos quais tivemos acesso, esses sacrifícios são vários, como o percurso relativamente longo entre a residência do aluno e a escola, as alterações nos horários de alimentação da criança em relação aos da sua família, a permanência do aluno em recinto fechado sob custódia do professor, o descompasso entre a atividade escolar e o ciclo da atividade agrícola.

população já está envolvida, através do mercado, em relações sociais indispensáveis com a sociedade envolvente. Desse modo, a escola se constituiu muito mais como um canal facilitador – e, em certo sentido, estimulador – da migração do que como mecanismo de fixação do homem no campo, conforme pretendiam as políticas governamentais.

* * *

Resta ainda tecer algumas considerações sobre a política nacional e estadual de Extensão Rural, considerada, em seus princípios, também um processo educativo. O marco das ações institucionalizadas de Extensão Rural no Brasil foi o ano de 1948, quando foi criada, em Minas Gerais, a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR), mais tarde denominada Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER). No entanto, na região em estudo poderíamos fixar esse marco no ano de 1926, quando é fundada a Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV), hoje UFV, no município de Viçosa. Segundo Barbosa (2004, p. 1-12), a criação da ESAV foi fortemente influenciada pelo modelo norte-americano de pesquisa e ensino agrícola, tendo sua organização ficado sob responsabilidade do professor Peter Henry Rolfs, ex-diretor da Universidade da Flórida. Ainda que o processo de implantação da ESAV se relacione com a carreira e a vontade política do viçosense Arthur Bernardes, presidente do Estado de Minas Gerais e depois do Brasil durante os anos de 1920, sua construção foi parte de um projeto mais amplo de desenvolvimento regional encampado pelos governos mineiros ainda durante a República Velha. Tal projeto buscava promover, via recursos internos, o desenvolvimento socioeconômico de Minas Gerais, a partir do fortalecimento e da dinamização da heterogênea estrutura produtiva do estado. A construção da ESAV visava suprir Minas Gerais com técnicos de nível superior na área agrícola, principalmente engenheiros agrônomos, que seriam os agentes fundamentais no processo de dinamização da estrutura agropecuária mineira. Os motivos que levaram à criação da ESAV se alinhavam, assim, ao coro modernizante que via no ensino agrícola um instrumento para retirar a agricultura mineira da estagnação em que se encontrava: “A identificação da Escola como um local irradiador de conhecimentos técnicos – para a exploração racional da agricultura – está [estava] presente no imaginário de seus empreendedores” (BARBOSA, 2004, p. 9).

Embora muitos dos engenheiros agrônomos formados na primeira metade do século XX não tenham atuado efetivamente na região, havia sido dado um passo fundamental para a implantação do modelo de Extensão Rural que viria posteriormente. Conforme colocado por Oriowaldo Queda (1987, p. 93), a ação extensionista também foi estrategicamente importante nas escolas de agronomia, nos centros de treinamento, nas escolas técnicas agrícolas e escolas rurais, na formação de seus “agentes de mudança”.

Institucionalizada, então, a partir de meados do século passado, o objetivo imediato da Extensão Rural foi o combate à carência, à subnutrição, às doenças e também à ignorância e demais fatores tidos como negativos da sociedade rural brasileira, considerada desprovida de valores e de sistematização para o trabalho. Desse modo, para o programa de Extensão o rurícola brasileiro era um indivíduo extremamente carente que deveria ser assistido. O modelo de educação e de organização sócio-produtiva contido na proposta extensionista estimulava um tipo de escolarização informal, cujos princípios perpetuavam a visão tradicional colonialista, no entanto com uma rotulação liberal moderna: o desenvolvimento agrário (LEITE, 2002, p. 34).

Conforme nos lembra Oriowaldo Queda (1987, p. 70-77), com o término da Segunda Guerra Mundial, o alinhamento do Brasil à política econômica norte-americana teve como consequência a vinculação do país às tendências do desenvolvimento capitalista sob a hegemonia dos Estados Unidos. O debate sobre o “atraso” brasileiro e as alternativas para superá-lo se processa dentro desse quadro. Desse modo, a Extensão Rural é criada no país como um dos instrumentos para superar o atraso no setor agropecuário e a incapacidade da agricultura de responder às demandas urbana e industrial crescentes. Para as classes dominantes nacionais e as agências internacionais envolvidas nesse processo, as alterações necessárias na produção e na produtividade da agropecuária brasileira – envolvendo novos métodos de cultivo, novas culturas, mecanização, irrigação, uso de insumos, etc. – seriam desencadeadas através da difusão de novas tecnologias. Sendo assim, desde sua implantação no Brasil, a Extensão Rural tem sido um programa de disseminação de inovações em busca do aumento da produção e da produtividade, sendo parte integrante do projeto de modernização conservadora da agricultura e de controle dos movimentos sociais rurais. Pressupunha-se que esse aumento da produção e da produtividade levaria ao crescimento da renda da população rural e, assim, a uma melhoria de sua qualidade de vida.

Nesse contexto, o modelo norte-americano, denominado pelos especialistas de “modelo clássico”, é o que vai servir de base para a criação e organização dos Serviços de Extensão Rural nos países subdesenvolvidos, inclusive no Brasil, após a Segunda Guerra Mundial. Em 1948 iniciam-se tais Serviços, com a fundação da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR) em Minas Gerais, através de um convênio firmado entre o governo do Estado e a American International Associantion (AIA). Segundo Maria Teresa Fonseca (1985, p. 74-75), a escolha de Minas Gerais para a implantação pioneira do modelo extensionista americano fundamentou-se na constatação de que o êxodo rural, já sentido no estado, estava comprometendo a produtividade agrícola mineira e medidas efetivas deveriam ser tomadas a fim de sanar tal problema. A solução encontrada se mostrou alinhada à nova ordem política e econômica do país, isto é, em nenhum momento o êxodo

rural foi tratado fora dos limites da interpretação das elites. Isso porque, conforme a autora, “tratar tal problema do ponto de vista dos interesses da população rural (acesso à terra, condições satisfatórias de trabalho, comercialização adequada da produção) significava, naquele momento, rever a estrutura secular do sistema agrário brasileiro” (FONSECA, 1985, p. 75). Nem a estrutura agrária foi questionada nem os desejos e anseios do homem do campo foram consultados.

No discurso oficial, a imagem do homem rural brasileiro era de completo estado de carência: desnutrido, ignorante, doente, isolado. Desconsiderando o saber próprio dos agricultores, a presença de programas educacionais no meio rural era vista como um instrumento de superação de tais carências, capaz de alimentá-lo, informá-lo, curá-lo e integrá-lo ao mundo da produção e do consumo. Conforme Maria Teresa Fonseca (1985, p. 46), no contexto de implantação da Extensão Rural no Brasil, o desenvolvimento econômico-social era entendido como a passagem de uma sociedade tradicional – em que predominavam padrões de conservadorismo, afetividade, compadrio, soluções tradicionais para os problemas comuns – para um tipo de sociedade moderna, em que prevalecem os padrões do lucro, da neutralidade afetiva, do universalismo, da especialização e de soluções técnico-científicas para os problemas do cotidiano. Nessa perspectiva, a educação para o bem-estar social da população rural correspondia, em grande medida, a uma educação para a produção e o consumo. Essa ação exterior ao meio rural se fundamentava em concepções urbanas sobre o modo como a sociedade agrária deveria se integrar à totalidade do sistema social: *como produtora de alimentos e matérias-primas, mas, principalmente, como compradora e consumidora de mercadorias, como mercado* (MARTINS, 1975, p. 4).

Vejamos as definições atribuídas à Extensão Rural no contexto latino-americano e brasileiro:

> a) sistema especial de educação rural que atinge adultos e jovens através de metodologia adequada e da ação de líderes em grupos e comunidades, visando à adoção de novas práticas agropecuárias e domésticas;
> b) sistema educativo e informal que busca obter mudanças de atitude, procura aperfeiçoar as aptidões e melhorar as condições de vida da população rural, através da tecnificação do trabalho agrícola e fomento da organização comunitária;
> c) modalidade informal e democrática de educação de adultos e jovens que visa levar ao agricultor e a sua família os conhecimentos necessários à solução dos problemas que impedem a elevação de seus níveis de vida;
> d) processo educacional que visa induzir o povo (considerando povo indivíduos e instituições) a interpretar e responder, de maneira apropriada, as mensagens de mudança para a promoção do desenvolvimento sócio-econômico do meio rural através da integração das forças vivas da comunidade. (LOPES, s.d., p. 14, *apud* FONSECA, 1985, p. 50)

Tais definições sintetizam os princípios do conteúdo difusionista da Extensão Rural, segundo o qual “para ajudar uma comunidade rural a resolver seus problemas, os ‘agentes de câmbio’ devem transmitir a esta comunidade uma explicação já sistematizada, isto é, cientificamente válida a respeito desses problemas, suas origens e soluções” (FONSECA,

1985, p. 51). Para tanto, era necessário mudar, juntamente com as técnicas produtivas, também as normas de comportamento. Afinal, não seria possível as pessoas aceitarem e adotarem as inovações a não ser à medida que se modificasse aquilo que elas sabiam, pensavam, acreditavam e faziam da maneira tradicional. A mudança deveria atingir também o plano psicológico. O alcance das políticas de desenvolvimento rural, fundamentais para o desenvolvimento socioeconômico como um todo, dependia, assim, de soluções de natureza diferenciada:

> [...] uma de ordem técnica, relacionada diretamente a objetivos econômicos e às condições da produção (produtividade e exploração racional dos recursos), e outra de ordem educacional, pois, segundo os modelos clássico e difusionista, somente uma mudança na mentalidade do homem rural o tornaria apto para uma vida moderna (racional, cômoda e tranquila). (FONSECA, 1985, p. 52)

Esses dois aspectos levaram à formulação de um objetivo básico para o extensionismo na América Latina: "o alcance de uma maior *produtividade* agrícola para a conquista de *melhores condições de vida no campo através da educação* da família rural" (FONSECA, 1985, p. 52, grifado no original). Para a autora, em última instância os objetivos finais do programa extensionista eram econômicos, mas sua viabilidade dependia de uma "ação eminentemente educativa", a fim de mudar a mentalidade do homem rural frente às novas exigências feitas ao setor agrícola pela demanda da economia como um todo.

Sendo parte do programa maior de modernização da agricultura, a ação extensionista indicou e utilizou amplamente o crédito rural supervisionado, juntamente com a assistência técnica voltada à difusão das modernas técnicas de produção. Desde o início ficaram estabelecidas as relações e as obrigações entre as agências extensionistas e bancárias. O crédito deveria proporcionar os meios financeiros necessários à modernização da empresa agrícola e atender certas demandas familiares como, por exemplo, a aquisição de bens para o lar e algumas necessidades de subsistência. Desse modo, o crédito se configurou como "um mecanismo ágil para integrar os agricultores ao mercado" (QUEDA, 1987, p. 123). A economia monetária, antes residual e secundária, foi assim introduzida no interior da sociedade rural camponesa no Brasil.

Até 1956, várias agências de Extensão Rural foram implantadas em diversos estados da federação, levando à criação, neste ano, da ABCAR – Associação Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural. Com o golpe militar, o PAEG (Programa de Ação Econômica do Governo), elaborado ainda em 1964, assumiu efetivamente a necessidade do caráter educativo da proposta extensionista para o sucesso do programa de modernização agrícola: "a estratégia para a modernização da agricultura há de repousar fortemente na educação. Educação no seu sentido mais genérico, que significa *prover o habitante do quadro rural com um mínimo de escolaridade, elevar-lhe os padrões culturais pela via do*

extensionismo e transmitir-lhe uma tecnologia nova pela demonstração" (PAEG, 1964, p. 102 *apud* QUEDA, 1987, p. 87, grifado no original).

Como visto, a Extensão Rural é considerada um processo educativo informal, sendo sua proposta alinhada à Teoria do Capital Humano. Desse modo, o pressuposto é que existe uma correlação, verificada empiricamente, entre quantidade de educação e renda ou salário, ou seja, entre educação e crescimento econômico. Contudo, no projeto extensionista a proposta educativa foi reduzida a uma questão essencialmente metodológica, técnica e administrativa. A ênfase sobre a chamada "metodologia extensionista" atribui às atividades de extensão uma racionalidade técnica acompanhada de certa neutralidade científica, que fundamenta a ação sem a devida explicitação do caráter político que toda proposta educativa possui. De acordo com Queda (1987, p. 108, 126 e 135), o sentido do trabalho educativo da Extensão Rural era "educar para consumir ou para aumentar o 'complexo de necessidades do povo rural'". Assim, o projeto de desenvolvimento ao qual a Extensão Rural se vinculava era o da modernização capitalista e seu projeto educativo conduziu a população rural no sentido de se tornar vendedora e compradora de mercadorias: ao invés de cidadãos, o que se pretendia era criar consumidores.

Conforme apontado por Fonseca (1985, p. 95-96), quando tal projeto teve início, os insumos e o maquinário utilizados eram desconhecidos em muitos municípios e pouco usados em outros, não sendo encontrados nos mercados locais. De modo a viabilizar o uso de tais produtos e abastecer os extensionistas de materiais adequados às suas demonstrações, a ACAR-MG se encarregava de comprá-los nas fontes de produção e cedê-los aos agricultores "pelo preço de custo".

> Foi assim que a ACAR ajudou a introduzir no meio rural: filtros, adubos químicos, mudas e sementes selecionadas, vacinas para animais, equipamentos para lavagem correta de roupas, inseticidas e pulverizadores, máquinas agrícolas de diferentes espécies e aplicações, enfim, *uma série enorme de artigos e produtos necessários à família rural e que ela não utiliza por falta de esclarecimentos e orientação*. (MINAS GERAIS. ACAR, 1959 *apud* FONSECA, 1985, p. 96, grifo nosso)

O trabalho educacional extensionista ainda se fundamentou num conceito genérico de população rural que, de certa forma, desconsiderava a noção de classes sociais como categorias históricas, relacionadas à evolução e ao desenvolvimento das sociedades. Trabalhava-se, assim, com grupos, camadas, estratos distinguidos por sua ocupação, total de rendimentos, escolaridade (QUEDA, 1987, p. 109-111). Essa noção acrítica das classes deixou de reconhecer as especificidades do campesinato, com seu modo próprio de vida e de relação com a terra, o que se tornou, inclusive, motivo de conflito entre extensionistas e sitiantes. Conforme colocado por Ellen e Klass Woortmaan (1997, p. 177, 179 e 180), o saber camponês e sua maneira de trabalhar foram alvo de ataques por parte dos agentes da "modernização" tecnológica. No estudo que fizeram no interior de Sergipe, os autores

puderam presenciar o modo como os técnicos da EMATER sistematicamente acusavam os agricultores de não possuírem “tecnologia” – concebida como o conhecimento e o processo de produção derivado da ciência moderna – e, por isso, tentavam impor os conhecimentos aprendidos nas escolas agrícolas. Por outro lado, os sitiantes percebiam o programa de extensão como uma ingerência na autonomia de seu processo de trabalho. “Declarando ilegítimo o saber tradicional, o programa instalou um conflito entre a ordem moral camponesa e a ordem racional e econômica moderna” (WOORTMAAN, 1990, p. 49). Os camponeses foram expropriados, assim, não só da terra, mas de suas próprias ideias e concepções de vida. Ao se deslegitimar a prática da agricultura, o que estava sendo deslegitimado era uma visão de mundo, pois a relação com a terra e o processo de trabalho, como vimos, não se tratava apenas da aplicação de um saber técnico ou de uma tecnologia, era parte de uma ordenação bem mais ampla:

> É um modelo de ordenamento do mundo que também ordena as pessoas. Põe ordem e dá ordem. O processo de trabalho, além de produzir alimentos, produz relações sociais e reproduz, a cada “ciclo anual de atividades agrícolas”, hierarquias. A maneira de trabalhar é um modo de produzir pessoas. (WOORTMANN e WOORTMANN, 1997, p. 177)

Além disso, apenas uma pequena parte dos agricultores conseguia ter acesso ao crédito, diante das inúmeras exigências e restrições para a liberação do financiamento. Os serviços de extensão, mesmo concentrando sua ação nos grupos mais pobres, dificilmente evitavam que os produtores mais ricos fossem os efetivos beneficiários de tais serviços. Desse modo, os programas de crédito rural, construção de estradas, açudes, eletrificação rural, dentre outros tenderam a beneficiar os grandes e médios agricultores. Em geral, eram esses agricultores que possuíam terra, capital e instrução formal em quantidade necessária para acessar os programas de financiamento e assistência técnica. Nesse contexto, “a opção pela modernização teve como consequência não só um agravamento dos conflitos no campo como um agravamento das condições de vida da imensa maioria dos trabalhadores” (QUEDA, 1987, p. 97). O sucesso de algumas ações se restringiu ao aumento da produção, o nível de renda da população carente não foi alterado de forma significativa e houve aumento da concentração fundiária. Para Maria Teresa Fonseca (1985, p.100-101), o crédito supervisionado e o trabalho educativo da Extensão Rural contribuíram diretamente na:

> 1 – redefinição da pequena propriedade e do trabalho aí realizado. A função da pequena propriedade daí por diante será a de abastecer o mercado interno com produtos agrícolas baratos a fim de não permitir reivindicações de aumento salarial por parte das massas trabalhadoras urbanas;
> 2 – subordinação do trabalho familiar ao capital e no direcionamento do trabalhador rural não-proprietário para a cidade, onde tornar-se-á “exército industrial de reserva”, ou para a grande empresa rural, onde será mão-de-obra volante (bóia-fria);
> 3 - transformação do pequeno proprietário em assíduo usuário de crédito e consumidor de produtos industrializados.

Na visão da autora, o papel de programas educacionais como a Extensão Rural foi de mediador da exploração capitalista do homem do campo. No processo amplo de rearticulação do sistema econômico, o agricultor sofreu a expropriação de seu saber, de seu trabalho e de seu produto excedente por diferentes categorias de agentes do capital: o proprietário da terra (se o agricultor era parceiro ou arrendatário), a empresa multinacional que fabricava máquinas, fertilizantes e inseticidas, a indústria que consumia a matéria-prima agrícola, o Estado que cobrava impostos e controlava os preços dos produtos. Desse modo:

> [...] a transmissão de conhecimentos técnicos (que envolvia toda uma metodologia alheia à realidade em questão e o uso de produtos industriais de patentes importadas) e a orientação para o uso do crédito rural foram os dois principais instrumentos que a ação educacional da Extensão tinha para colaborar na subjugação do trabalho do agricultor ao capital e assim permitir a confirmação e a expansão das relações de exploração capitalista no campo e a subordinação da sociedade agrária à sociedade urbano-industrial. (FONSECA, 1985, p. 102)

Nessa linha de interpretação, a Extensão Rural implantada no Brasil deve ser encarada não como algo necessário e imprescindível aos interesses das camadas rurais e sim como algo consentido pelas elites na defesa de seus interesses. O foco da política agrícola brasileira na segunda metade do século XX consistiu, assim, num processo de modernização que teve a Extensão Rural como um dos principais mecanismos para inserção efetiva da população rural no sistema de mercado.

4.2 Um olhar sobre o espaço

As mudanças econômicas e sociais engendradas pela expansão capitalista entraram “naturalmente” em interação com o espaço social historicamente constituído nos municípios de Brás Pires e Viçosa. Segundo Lefebvre (2006, p. 9), o espaço social, ao mesmo tempo em que intervém no modo de produção – dada sua materialidade e contingência –, também é atingido e participa das mudanças ocorridas neste mesmo modo de produção. O espaço social muda, então, juntamente com as sociedades, processo que resulta na constituição de um espaço específico segundo cada sistema social:

> O modo de produção organiza – produz – ao mesmo tempo que certas relações sociais, seu espaço (e seu tempo). É assim que ele se realiza. [...] Um espaço novo se constituiu no século XX, à escala mundial; sua produção, não terminada, continua. O novo modo de produção (a sociedade nova) se apropria, ou seja, organiza para seus fins, o espaço preexistente, modelado anteriormente. Modificações lentas penetram uma espacialidade já consolidada, mas às vezes a subvertem com brutalidade. [...] A organização anterior se desintegra e o modo de produção integra para si os resultados. (LEFEBVRE, 2006, p. 8)

De acordo com essa visão, o processo de interação entre sociedade e espaço, produzindo e reproduzindo a própria vida, assume importância fundamental para o funcionamento do modo de produção, tanto no sentido de manutenção de determinadas

formas de reprodução social como no sentido de sua alteração. Nesse sentido, gostaríamos de destacar dois aspectos da relação entre sociedade e espaço, alterados no bojo do processo de constituição de nossa sociedade urbano-industrial, que se apresentam como características intrínsecas da urbanização brasileira na segunda metade do século XX: o primeiro deles relaciona-se à expressiva intensificação das migrações internas, pondo em marcha significativo percentual da população do país; o segundo refere-se ao processo de redefinição do papel das cidades enquanto centros articuladores de relações econômicas e sociais no território, principalmente nos níveis local e regional.

Segundo Juarez Brandão Lopes (1976, p. 50-65), foi a partir da década de 1940 que a população brasileira se pôs em movimento, num processo que tem origem no modelo de desenvolvimento econômico adotado e no sistema industrial dele resultante. Ao criar desníveis socioeconômicos regionais e impulsionar a implantação de uma rede de transportes e comunicações – cujo sentido era unificar o mercado nacional –, a industrialização criou as condições básicas para a intensificação das migrações internas. Como observado por Milton Santos (1993, p. 119), “no Brasil contemporâneo, a mobilidade das pessoas aumenta, paralelamente a muitas outras formas de exacerbação do movimento, e como resultado de uma divisão do trabalho mais intensa”. Os números apresentados pelo autor são bastante ilustrativos desse processo: em 1940, 8,5% dos brasileiros estavam ausentes de seu estado de nascimento; em 1950, 10,3%, em 1960, 18,2%, em 1970, 31,6%, em 1980, 38,9% (SANTOS, 1993, p. 119).

Grande parte deste contingente migratório se constituiu da população camponesa que então afluía às cidades, movida pela esperança de encontrar um emprego na produção moderna e, assim, se integrar ao modo de vida urbano. A migração, no entanto, não constitui uma atitude de exceção para o campesinato, ela esteve presente em seu universo de possibilidades de reprodução social desde o início da ocupação colonial europeia na América (ver DURHAM, 1984; CÂNDIDO, 1982; MENDRAS, 1978; QUEIROZ, 1976b; WOORTMANN, 2009). No século XX, a mobilidade no espaço geográfico manteve-se necessária porque viabilizava o plantio em terras novas, às quais se tinha acesso por meio do arrendamento, da parceria e, em muitos casos, da migração. A rusticidade das técnicas de produção, que incluíam as queimadas, levava à necessidade de pousio dos terrenos já cansados e a busca por novos locais de plantio. Isso poderia ocorrer também por ocasião do casamento, momento em que se iniciava a constituição de uma nova família, sendo esta a unidade de reprodução do campesinato. A mobilidade era, assim, uma característica associada ao modo de vida camponês, estando a migração integrada ao seu equipamento cultural tradicional. Desse modo, “a urbanização veio propiciar ao caipira, no plano ecológico, novas manifestações da sua velha [...] tendência para o nomadismo” (CÂNDIDO, 1982, p. 222). Entretanto, a possibilidade de migrar para as cidades, que já existia como

alternativa de reprodução social, foi substancialmente potencializada com a industrialização. Tal processo levou Mendras (1978, p. 164-166) a propor dois tipos de movimentos que devem ser distinguidos: a emigração e o êxodo.

> A emigração rural conduzia às cidades pré-industriais o excedente de uma população aldeã que os recursos muito reduzidos não permitiam alimentar no local, sem que houvesse repercussões sobre a sociedade camponesa: essa migração era o escoamento normal das sobras de uma população fecunda, cujo nível técnico não se modificava. O camponês, quer se encontrasse em Roma sob Augusto ou em Paris sob Luís XV, encontrava na cidade um mundo análogo ao que abandonava. Cidades e campos viviam nesse universo pré-maquinista, que G. Friedmann qualificou de "meio natural". As ferramentas e os ritmos eram os mesmos; somente mudava o quadro de vida [...]. Abandonar a agricultura em troca de outro ofício era uma experiência normal no campo, onde cada um podia ser ao mesmo tempo lavrador e artesão. [...] O desenvolvimento da grande indústria modificou pouco a pouco as condições da vida e do trabalho urbanos. [...] A transferência para a cidade de populações rurais em uma época de rápida industrialização é ao mesmo tempo a passagem de uma civilização tradicional a uma civilização industrial tecnicista e urbanizada. O termo "êxodo" que, segundo o Littré, designa a imigração de todo um povo, dá bem conta do caráter maciço que esse movimento possui há um século.

Para que possamos dimensionar minimamente o fenômeno do êxodo rural no Brasil, vejamos a TABELA 20, abaixo:

TABELA 20 – Estimativa da migração rural-urbana líquida (em milhões), Brasil 1940-2000

Sexo	1940-50	1950-60	1960-70	1970-80	1980-90	1990-2000
Homens	Nd*	Nd	6,6	8,6	4,0	4,3
Mulheres	Nd	Nd	7,0	8,8	5,2	5,2
Total	3,0	7,0	13,6	17,4	9,2	9,5
Migrantes rural-urbanos como percentual da pop. rural no início da década	10%	21%	35%	42%	24%	27%

*Não disponível

Fonte: MARTINE; MCGRANAHAN, 2010, p. 16.

É notório o crescimento do percentual de migrantes de origem rural com destino às cidades a partir de meados do século XX, chegando a quase metade da população rural do país ao longo da década de 1970. Tal fenômeno expressou, na grande maioria dos casos, a proletarização definitiva nas cidades com o abandono da condição de agricultor. Conforme apontado por José de Souza Martins (1998), ao deslocamento espacial correspondeu também um deslocamento social, aspecto esse recorrente no contexto de expansão das relações sociais de produção capitalistas:

> É próprio da sociedade capitalista a tendência de destruir as relações sociais que não sejam relações capitalistas. [...] O que é próprio e característico dessa sociedade, e do predomínio que há nela das leis de mercado sobre quaisquer outras leis sociais, é o desenraizamento, a destruição das relações sociais tradicionais e, portanto, a exclusão das pessoas em relação àquilo que elas eram e àquilo que elas estavam acostumadas a ser. (MARTINS, 1998, p. 20-21)

Na sequência, Martins afirma que o capitalismo faz isso para incluir, para transformar cada ser humano em membro da sociedade capitalista, como produtor ou vendedor de mercadorias e consumidor dos produtos produzidos por essa mesma sociedade. Desse modo, “o que faz o capitalismo, ao desenraizar as pessoas, é transformá-las em proprietários de uma única coisa: sua força de trabalho” (MARTINS, 1998, p. 21). O desenraizamento do camponês a partir dos diversos mecanismos de expulsão da terra o conduziu, na grande maioria dos casos, à condição de vendedor de força de trabalho, sendo esta a principal forma de sua integração à sociedade urbano-industrial.

Klass Wortmann (1990, p. 54-56) destaca, então, a mudança de sentido da migração: antes estratégica para a sobrevivência do campesinato, ela se transforma em mecanismo para sua desagregação. O autor nos apresenta ainda um exemplo muito ilustrativo dessa mudança de sentido. A expansão capitalista sobre o campo se fez acompanhada não só pelos princípios econômicos desse modo de produção como também pelos valores inerentes à sociedade capitalista. No caso analisado por Wortmann (1990, p. 54-56), a penetração de ideais eminentemente individualistas no interior de comunidades camponesas causou uma mudança na visão do trabalho por parte dos filhos. O trabalho passou a ser visto não mais como mantenedor da casa e da coletividade familiar e sim como “trabalho para o pai”. Instaurou-se, assim, uma tensão entre o “trabalhar para nós” e o “trabalhar para mim”. No transcurso das mudanças sociais, os filhos passaram a estranhar seu próprio universo e a migração se tornou um mecanismo para colocar em execução os projetos de vida individuais, mesmo que isso significasse a proletarização. De cálculo coletivo para a manutenção da condição camponesa, a migração se converteu em cálculo individual desorganizador da coletividade.

De modo geral, as causas identificadas para o fenômeno migratório conhecido como êxodo rural reúnem tanto aspectos de repulsão do campo quanto aqueles de atração da cidade, aspectos esses que estiveram imbricados, tendo ambos razões econômicas, sociológicas e psicológicas. Segundo Paul Singer (2002, p. 37-38), os fatores de expulsão do campo são, em geral, de duas naturezas. A primeira delas corresponde aos chamados “fatores de mudança”, decorrentes da introdução das relações de produção capitalistas no meio rural. Com o aumento da produtividade do trabalho e a consequente redução do nível de emprego ocorre a expulsão e proletarização de camponeses, parceiros e outros agricultores não proprietários. O segundo aspecto de expulsão do campo se relaciona aos chamados “fatores de estagnação”, que se manifestam a partir da crescente pressão populacional sobre uma disponibilidade limitada da terra, tanto pela sua insuficiência física quanto pela sua concentração em grandes propriedades.

Para Eunice Durham (1984), o êxodo rural brasileiro foi determinado, principalmente, por esses fatores de expulsão do campo. Segundo a autora, a industrialização e a

urbanização acarretaram uma crise da sociedade rural brasileira na medida em que significaram a quebra do isolamento das comunidades rurais tradicionais. Tais processos levaram à desestabilização do sistema produtivo camponês, à negação da estrutura de autoridade e dos valores tradicionais e à adoção de novos padrões de comportamento fundamentados na sociedade urbana, que crescia tanto em volume – territorial e populacional – quanto em influência sobre o conjunto da sociedade. Desse modo, na visão da autora, "a crise desse sistema, provocada pela sua inserção numa economia competitiva de mercado e pelo próprio adensamento material da população, é a maior responsável pela formação das grandes correntes de migrações internas que alimentam o crescimento das cidades" (DURHAM, 1984, p. 57).

No caso da região e dos municípios em estudo, a migração de origem rural foi impulsionada pela associação entre fatores de mudança e fatores de estagnação. O processo de modernização da agricultura local, mesmo não atingindo toda a eficiência almejada pelos agentes do Estado, ocorreu associado ao êxito desse mesmo processo em outras regiões do Brasil, como, por exemplo, no interior do estado de São Paulo e no Centro Oeste do país. Houve uma redefinição da divisão do trabalho inter-regiões, causando a redução do número de trabalhadores na agricultura não só nas regiões exitosas mas no setor agrícola como um todo. Quanto aos fatores de estagnação, a crescente pressão demográfica sobre o meio rural na Zona da Mata, associada, por um lado, ao contínuo processo de subdivisão da propriedade rural e, por outro, à sua relativa concentração, esteve a justificar inclusive a elaboração do Programa de Desenvolvimento Rural Integrado da região, o PRODEMATA, conforme vimos anteriormente.

Os fatores de expulsão do campo determinam, assim, de onde se origina o fluxo migratório, o destino de tais fluxos é determinado, no entanto, pelos chamados fatores de atração. Entre esses últimos, o mais importante é a demanda por força de trabalho, gerada tanto pelas empresas industriais quanto pela expansão dos serviços (SINGER, 2002, p. 38). Segundo o Diagnóstico elaborado pela UFV em 1971 para a Zona da Mata mineira (UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, 1971, p. 117), cerca de 60% do contingente migratório originário da região se dirigia, naquela ocasião, aos centros urbanos das metrópoles do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte. Entretanto, a especificidade do município de Viçosa, oferecendo serviços educacionais de alto nível não apenas para a população local mas para todo o país, converteu a cidade num espaço de grande recepção de migrantes:

> Eu encaro Viçosa como uma miniatura de São Paulo. Ah, mas por quê? Porque São Paulo tem gente de toda parte do mundo. [...] Viçosa tem gente de toda parte do Brasil. [...] Eu tenho freguês do país todo. Eu tenho freguês da África, da Nigéria, tenho do México, da Colômbia, da Argentina... (Seu João, 89 anos)

Ao contrário de seu meio rural, a cidade de Viçosa teve sua população e seu espaço urbano aumentados substancialmente ao longo da segunda metade do século XX, num processo simultâneo de enfraquecimento da economia camponesa local e de reforço de suas funções urbanas. O que corrobora a tendência, já comentada na introdução deste trabalho, de crescimento populacional e de influência econômica das cidades médias sobre o conjunto da rede urbana brasileira.

No caso de Brás Pires, as últimas décadas foram marcadas por um certo esvaziamento demográfico (TAB. 7 e 8, p. 43), seguindo a tendência mais pronunciada nos pequenos municípios, em comparação aos demais estratos da rede urbana, de diminuição de suas populações totais. Contudo, o aparente esvaziamento demográfico e a perda de centralidade relativa se relacionam à maior integração desses pequenos municípios aos mercados regionais, nacionais e globais. Com o aumento da mobilidade da população e das mercadorias, é cada vez mais facilitado o acesso a centros urbanos maiores, com maior diversificação de comércio e serviços. Por outro lado, quando observamos os dados populacionais desagregados, a continuidade do crescimento populacional urbano de Brás Pires, em detrimento da perda acentuada de sua população rural, reflete de forma contundente o aumento da significância do espaço da cidade enquanto local privilegiado de articulação das relações econômicas e sociais tanto localmente como no conjunto da sociedade. Assim, a concentração de população no núcleo urbano desse pequeno município relaciona-se a um processo de rearticulação de seu espaço geográfico, cujo fim parece ser sua maior inserção na economia das trocas e do consumo.

Aspecto importante da dinâmica migratória observado por Paul Singer (2002, p. 40-41) é sua determinação social ou de classe. Dadas determinadas circunstâncias, não são apenas indivíduos, mas uma classe social que se põe em movimento. Tal inferência pode ser observada para a região em estudo. Em princípios da década de 1970, o referido Diagnóstico elaborado pela UFV (UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, 1971, p. 113 e 117) apontava que aproximadamente 70% das pessoas que estavam saindo do meio rural eram trabalhadores (não proprietários), em segundo lugar vinham os pequenos proprietários. O documento também indica os médios e grandes proprietários como um grupo social mais estável. As migrações internas serviram, assim, à redistribuição espacial da oferta de força de trabalho, trazendo ao mercado capitalista pessoas que estavam anteriormente integradas à economia de subsistência. Nesse sentido, o movimento migratório foi de fundamental importância na transformação das estruturas econômicas e sociais da sociedade brasileira. Conforme indica Singer (2002, p. 56-57),

> Alterações de monta nas relações de produção podem levar à desaparição de certas classes (abolição da escravatura, por exemplo) e ao crescimento acelerado de outras mediante a incorporação dos antigos membros da classe que foi eliminada. [...] A passagem de partes da população de uma classe a outra se dá muitas vezes

> mediante movimentos no espaço. Assim, por exemplo, a proletarização dos ex-escravos, no Brasil, deu-se em boa medida mediante a sua migração às cidades.

Na região em estudo, as migrações rural-urbanas foram determinantes para a desaparição do campesinato conforme descrito no capítulo anterior e sua conversão em classe trabalhadora dentro do amplo processo de redefinição das relações capitalistas no Brasil como um todo. Desse modo, a constituição do mercado de força de trabalho no Brasil, que se inicia no século XIX com o lento processo de abolição da escravidão e a imigração estrangeira em massa, se consolida efetivamente na segunda metade do século XX, com o fenômeno do êxodo rural.

A gradual integração da sociedade camponesa ao mercado também será provocada pelo trânsito de migrantes para as regiões de origem, com a consequente introdução de ideias e produtos provenientes da sociedade urbano-industrial. Na medida em que "se intensificam as migrações, alteram-se os padrões de gosto e consumo nas comunidades de origem, e abrem-se devagar as economias fechadas de auto-suficiência" (LOPES, 1976, p. 65). Nesse processo, trabalho e consumo são redefinidos. O agricultor passa a almejar sua integração à sociedade moderna e o acesso ao conjunto de bens materiais e culturais socialmente disponíveis. Conforme aponta Eunice Durham, (1984, p. 222):

> É preciso não esquecer que a concentração crescente da população nas zonas urbanas é, em grande parte, o resultado de um movimento consciente e voluntário de pessoas que encontram, na cidade, condições mais satisfatórias de vida. E são mais satisfatórias não porque seja dada ao migrante a possibilidade de participar de modo ativo e consciente no processo de transformação da sociedade, mas porque, na cidade, ele encontra maiores facilidades de acesso aos "benefícios" do processo de desenvolvimento.

Desse modo, as cidades e os valores eminentemente urbanos irão participar ativamente no processo de degradação dos valores e da sociedade camponesa. Como bem colocado por Klaas Woortmann (1990, p. 67), quando se formula, ainda na Idade Média, a ideia de que "o ar da cidade liberta", o que se inaugura é uma nova concepção de liberdade. A entrada do burguês torna a cidade o lugar do indivíduo e não da hierarquia. Será essa nova cidade que revelará o "tino comercial" do sujeito, possibilitando sua reprodução social mesmo ausente da família e da coletividade que lhe deu origem. E é também a cidade que irá oferecer ao indivíduo a migração desagregadora à qual nos referimos anteriormente.

No entanto, isso só ocorrerá num contexto em que o próprio papel das cidades é redefinido. Desde Marx (2006, p. 83-87) e depois Weber (1967), diversos autores são unânimes em afirmar que o capitalismo surgiu na cidade. Conforme Maria Encarnação Beltrão Sposito (2012, p. 64) e Milena Oliveira (2014), a cidade reuniu qualitativa e quantitativamente as condições favoráveis ao desenvolvimento do capitalismo. Nela se concentra a força de trabalho e os meios necessários à produção em larga escala – a

industrial –, sendo, portanto, o lugar da gestão e das decisões que norteiam o desenvolvimento do modo de produção. A cidade é o local onde se completa a separação entre o trabalhador e os meios de produção, permitindo a dominação plena do trabalho pelo capital. É somente na cidade que a superpopulação relativa, ou o exército industrial de reserva, pode existir. E a própria produção do espaço urbano tornou-se um elemento importante para a acumulação capitalista. Associado a tais aspectos, o fato de inúmeras atividades industriais, comerciais e de serviços ocorrerem, necessariamente, a partir de uma base urbana, acelerou substancialmente a urbanização sob o capitalismo.

O desenvolvimento capitalista irá redefinir, inclusive, a histórica articulação entre campo e cidade. Conforme vimos no capítulo anterior, fazia parte do universo de reprodução social do campesinato relações ocasionais com a cidade, sobretudo para as trocas (comerciais e simbólicas). A cidade era dependente da produção camponesa para seu abastecimento, assim como os camponeses acessavam a cidade para obterem aquilo que não produziam, num relação de complementaridade. Com a expansão da industrialização e das relações sociais de produção capitalistas sobre o campo a forma desse vínculo irá mudar. O meio rural será transformado num espaço dependente da cidade. Não apenas as atividades agrícolas passam a depender de insumos industriais e dos mercados urbanos mas também a população do campo é integrada ao mercado da grande indústria, consumindo os produtos e serviços urbanos ou emigrando definitivamente para a cidade (SINGER, 2002, p. 25-26; SANTOS, 1993, p. 56, SPOSITO, 2012, p. 65). Tal mudança foi observada inclusive por alguns de nossos entrevistados, como transparece no relato de Dona Dolores (88 anos):

> A gente comprava as coisas da roça. Tô falando como é que tá o mundo... O povo da roça trazia mandioca, trazia batata doce. A gente tinha muito quintal também, mas muitas vezes comprava também. Tomate... Essas coisas tudo era vindo da roça. Agora é o povo da roça que vem comprar na rua!

O meio urbano passa, então, a assumir papel de comando na divisão social do trabalho entre campo e cidade. Sob a égide do sistema capitalista, a relação de complementaridade é transformada em dependência e subordinação das atividades e populações rurais à dinâmica socioeconômica engendrada no meio urbano. Devido a esse aspecto, na segunda metade do século XX as cidades vão se apresentar como pontos estratégicos para viabilizar a expansão capitalista no território brasileiro.

Conforme nos chama a atenção Milton Santos (1993; 2006; SANTOS e SILVEIRA, 2004), a partir da Segunda Guerra Mundial a construção ou reconstrução do espaço sob o capitalismo tem se dado mediante um conteúdo crescente de ciência, de técnica e de informação. Esse processo tem levado à formação de um meio geográfico diferenciado, denominado pelo autor de meio técnico-científico-informacional. Do ponto de vista prático,

isso significa que a mediação das relações entre a sociedade e o espaço tem sido feita por uma gama cada vez mais ampliada de recursos técnicos e tecnológicos. O espraiamento das infraestruturas, a incorporação de tecnologias, o aumento do consumo e da produção de energia têm promovido uma verdadeira fluidez do território, permitindo que o trabalho, as mercadorias, os insumos, o capital, passem a ter uma grande mobilidade. Assim,

> Enquanto o País melhora sua fluidez e conhece uma expansão do capitalismo, bom número de bens que eram produzidos apenas como bens de consumo local, ou outros que tinham apenas valor de uso, transformam-se em valores de troca. A possibilidade concreta de consumir tem como paralelo a criação de um maior número de bens de troca, isto é, de mercadorias. Dessa forma, o intercâmbio aumenta, incluindo mais gente no movimento da economia monetária e no trabalho assalariado, mesmo que não seja permanente. Se até o fim da segunda guerra mundial ainda é grande a importância das economias de auto-subsistência em algumas regiões, esse fenômeno tende a desaparecer desde então. A necessidade de intercomunicação é assim exaltada com a complementação recíproca entre regiões, levando à ampliação quantitativa e qualitativa da urbanização. (SANTOS, 1993, p. 43)

Dessa forma, a urbanização se processa de modo a reforçar, por um lado, a especialização do território e a divisão territorial do trabalho, e, de outro, permitir maior integração entre os lugares, mobilidade dos diversos fatores de produção e aumento do consumo. Para o autor, “o meio técnico-científico-informacional é a cara geográfica da globalização” (SANTOS, 2006, p. 160). Essas transformações irão ocorrer de forma simultânea tanto no nível do território como na vida das pessoas, induzindo e condicionando novos comportamentos humanos. O Estado e as grandes corporações irão dotar as cidades de infraestruturas custosas – de transportes, comunicações, energia –, indispensáveis ao processo produtivo e à circulação das pessoas e dos produtos, de modo que a formação do meio técnico-científico-informacional irá requerer, necessariamente, a ampliação da urbanização, como processo simultâneo e interdependente.

Apoiado nas análises de Karl Marx, Milton Santos (1993, p. 39 e 103) aponta essa fluidez do território como necessária à acumulação capitalista, na medida em que as produções hegemônicas contemporâneas precisam desse novo meio geográfico para se realizar. A fluidez e a mobilidade são aspectos indispensáveis para viabilizar a busca incessante pela diminuição do tempo de giro do capital e, com isso, a sempre renovada potencialização da acumulação capitalista.

Também fundamentado na leitura da obra de Marx, as análises de David Harvey (2006, p. 43-73) convergem com as de Milton Santos, ao reconhecer a relevância das dimensões do tempo e do espaço para o progresso do desenvolvimento capitalista, sendo a dimensão espacial uma força organizadora do capitalismo ao longo da história. O autor aponta como mecanismo imprescindível para a acumulação permanente de capital – aspecto central na reprodução da sociedade capitalista – a necessidade de expansão permanente do próprio modo de produção, num processo que tem permitido ao capitalismo

escapar, inclusive, de suas próprias contradições internas. Segundo Harvey (2006, p. 64), tal expansão "é, simultaneamente, *intensificação* (de desejos e de necessidades sociais, de populações totais e assim por diante) e *expansão geográfica*. Para o capitalismo sobreviver, deverá existir ou ser criado espaço novo para a acumulação". Desse modo, o imperativo subjacente, contido no sistema, é a acumulação permanente de capital e sua realização necessariamente numa escala geográfica expansível e intensificada. Nesse processo, Harvey (2006, p. 58) assinala como tendência histórica do capitalismo "destruir e absorver modos não capitalistas de produção, ao mesmo tempo que os utiliza para criar espaço novo para a acumulação de capital". Esse espaço novo para a acumulação pode ser criado de diversas maneiras em situações históricas reais. Paul Singer (2002, p. 79) acrescenta, ainda, que a penetração do capitalismo numa economia não capitalista de subsistência ocorre, numa primeira fase, desintegrando-a, para depois incorporar seus elementos produtivos logo em seguida:

> Este processo é um dos aspectos essenciais do desenvolvimento capitalista e assume modalidades distintas conforme a região, o país e a época. A economia que se desintegra mostrou-se incapaz de desenvolver as forças produtivas e sucumbe, [...], face à superioridade econômica das relações de produção capitalistas.

O contexto em estudo refere-se justamente a uma dessas situações históricas reais em que a expansão capitalista fez-se imperativa, operando tanto a expansão geográfica como os processos de intensificação. Poderíamos datar o início da penetração capitalista nos municípios de Brás Pires e Viçosa no último quartel do século XIX, momento ainda mercantil do capitalismo brasileiro, quando a região forneceu os meios de produção, fundamentalmente a terra e o trabalho, para o crescimento da cultura cafeeira voltada à exportação. Esse foi um momento de reestruturação da rede urbana regional, quando diversos núcleos urbanos se formaram e/ou se consolidaram, articulando as redes de comercialização do café (ver SOARES, 2009a, p. 139-179). Ao longo da segunda metade do século XX uma nova rodada da expansão capitalista atingirá tais municípios, subjugando-os efetivamente aos imperativos da divisão social do trabalho e da economia de mercado. Conforme afirma Harvey (1992; 2006), essa nova rodada de expansão do capitalismo é marcada pelo encurtamento sistemático do tempo necessário aos diversos deslocamentos, mediante o desenvolvimento dos meios de transportes e das tecnologias da comunicação. Isso porque, para proceder à acumulação de capital numa escala ampliada, é necessário derrubar as barreiras espaciais, permitindo maximizar as trocas, expandir e integrar os mercados, numa tentativa incessante de anular o espaço através do tempo:

> O imperativo da acumulação implica consequentemente no imperativo da superação das barreiras espaciais. [...] A redução nos custos de realização e circulação ajuda a criar espaço novo para a circulação de capital. Reciprocamente, a acumulação de

> capital se destina a ser geograficamente expansível, e faz isso pela progressiva redução do custo de comunicação e transportes. (HARVEY, 2006, p. 50)

Desse modo, as formas de exercício da hegemonia e do poder têm se relacionado diretamente à capacidade de controle sobre o espaço e o tempo. Mecanismos de encurtamento das distâncias têm gerado uma sensação de compressão do tempo e do espaço – e mesmo de aceleração do ritmo de vida – ao mesmo tempo em que ganham poder os agentes que controlam os fluxos sobre o território. Nesse contexto, a nova rodada de expansão geográfica e de intensificação do capitalismo nos municípios em estudo se processou, por um lado, devido à maior mobilidade de seus trabalhadores, que ajudaram a conformar a mão de obra necessária à expansão urbano-industrial brasileira e, por outro lado, o incremento das tecnologias de comunicação e transporte possibilitou integrar tais municípios e sua população ao mercado consumidor também imprescindível ao crescimento da economia de mercado.

Dado que revela a intensidade do aumento dos deslocamentos e da fluidez do território é o substantivo acréscimo da frota de veículos nos municípios de Viçosa e Brás Pires na segunda metade do século XX, conforme indica a TABELA 21.

TABELA 21 – Frota de veículos nos municípios de Brás Pires e Viçosa, em anos escolhidos conforme dados disponíveis

Veículo (tipo)	Brás Pires			Viçosa		
	1955	2001	2016	1956	2001	2016
Automóvel	1	218	744	75	9.814	20.778
Caminhão	1	20	55	29	489	796
Caminhonete	1	26	131	17	1.366	2.990
Motocicleta	0	246	811	0	4.326	15.191
Outros	0	8	78	6	429	3.760
Total	3	518	1.819	127	16.424	43.515
Habitante por veículo	1.662,7	9,9	2,5	288,1	3,9	1,7

Fonte: Sistema de Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAN / DENATRAN. Disponível em <http://www.denatran.gov.br/estatistica/237-frota-veiculos>, acesso em outubro de 2017; BRÁS PIRES, 1958; VIÇOSA, 1959.

Em meio século, talvez menos, tais municípios saíram de um universo quase pré-automotivo para um mundo mediado pela circulação dos veículos automotores. Dona Maria Aparecida (84 nos) se lembra, com certa saudade, desse mundo pré-automotivo: “Era tudo fácil. Não tinha complicação nenhuma, não precisava ficar correndo de carro, nem disso, nem daquilo. Corria só de cachorro!” Dona Tita (81 anos) comenta ainda sobre a ausência das motocicletas nas ruas, num momento em que a bicicleta era um dos principais meios de transporte na cidade de Viçosa: “Era só bicicleta que via, cê num via moto, não! Era só

bicicleta. Ficava tudo entulhado, assim, de bicicleta. [...] Hoje a gente não vê bicicleta quase, mais é moto. Bicicleta agora é pouco.” Nesse início de século XXI, a TABELA 21 nos apresenta um aumento ainda mais impressionante da frota de veículos nos dois municípios, indicando a continuidade da potencialização dos fluxos – de pessoas, de mercadorias, de informações – e do consumo, que seguem se intensificando em escala semelhante ao uso dos automóveis.

* * *

Conforme viemos discutindo ao longo deste capítulo, as transformações socioespaciais analisadas se apresentam como mecanismos de expansão e intensificação das relações sociais de produção capitalistas. O êxodo rural e o crescimento da população urbana, com o consequente abandono do meio de produção terra e a proletarização dos camponeses, são aspectos desse processo. A divisão social e territorial do trabalho se intensifica e aqueles espaços, a partir de suas cidades, são efetivamente incorporados à sociedade urbano-industrial. Contudo, uma última inferência sobre esse processo nos parece necessária. De maneira geral, na região dos municípios de Brás Pires e Viçosa, as transformações sofridas pela população em seu modo e em seu espaço de vida ocorreram dentro de uma aparente normalidade, como se tudo fosse parte de um processo de desenvolvimento quase natural.

Alguns conflitos e ações de resistência às mudanças aconteceram, como no caso de Seu Tarcísio (82 anos). Ele nos conta longamente sobre os desajustes que enfrentou no processo de entrada na economia de mercado, primeiro prestando serviços como carpinteiro e depois trabalhando como assalariado em uma casa comercial no município de Senador Firmino, vizinho a Brás Pires. Nos dois casos narrados é possível perceber a exploração do trabalho assalariado no contexto de expansão da sociedade de mercado. Sentindo tal exploração, o entrevistado julgou melhor a vida de agricultor e voltou a viver no meio rural, onde retornou à atividade agrícola e criou sua família. Conforme colocado por Klass Woortmann (1990, p. 17), “o apego à tradição pode ser o meio de sobreviver à grande transformação: manter-se como produtor familiar em meio ao processo mais geral de proletarização ou de empobrecimento”. No entanto, o progressivo aumento do intercâmbio entre os lugares, aproximando diversos tipos sociais, acabou por expor as fragilidades de quem resistia à mudança. O modo de vida camponês, fundamentado num processo particular de relação com a terra e entre os homens, tornou-se sinônimo de pobreza e atraso.

De certa forma, a condução das mudanças pela mão do Estado acabou gerando a supracitada impressão de normalidade, afinal, o que estava em jogo era a “modernização” daquela sociedade. Também a associação do processo de mudança ao movimento

migratório, já conhecido pelo campesinato, foi outro fator que contribuiu para essa impressão de normalidade. No entanto, um último aspecto nos parece ainda relevante para o transcurso contínuo das mudanças: a relativa facilidade do campesinato em adotar inovações técnicas. Para Ângelo Carrara (2009, p. 39), o baixo nível técnico característico da produção camponesa tradicional acaba por eliminar a resistência diante do avanço de modos de produção tecnologicamente superiores. Segundo Mendras (1978, p. 198), “desde que os camponeses observem a lógica e as vantagens de uma nova organização de seu trabalho e de sua vida, e que tenham à sua disposição os meios de realizá-la, eles o fazem e mudam muito rapidamente seu modo de ver e de pensar em função dessa lógica nova”. Assim, as sociedades camponesas mesmo tradicionais não são avessas a mudanças e não estão imobilizadas em suas próprias técnicas, sobretudo se estão, por definição, sob a influência de uma sociedade envolvente. Mendras (1978, p. 217) apresenta exemplos de regiões camponesas na Europa que incorporaram rapidamente as inovações advindas da adaptação de seu sistema de cultivo às necessidades do mercado. O modo como as novas tecnologias são adotadas pode ser observado no relato seguinte, de Seu Olavo (75 anos), que nos descreve como as engenhocas de moer cana, confeccionadas artesanalmente em madeira, foram substituídas pelas metálicas, produzidas pela indústria:

> O mundo quando começou a evoluir também, evoluiu muito rápido a técnica, né? A tecnologia começou a entrar e a coisa... Os maquinários e tudo, cê entendeu? Eu lembro, pro cê ter uma ideia, quando a engenhoca, lá na roça... Quando meu pai comprou em Rio Branco demorou três meses pro cara entregar. Todo mundo comprava engenhoca de duas moendas, que eles falavam, sabe? Tocada a cavalo. Lá pra cima da minha casa tinha 8 casas. [...] E aquele pessoal tudo era engenhoca, fazia garapa pra fazer café. Aí como o negócio cá em baixo, lá em casa, era rapidinho, uns 10, uns 5 minutinhos moía o feixe de cana deles, aí eles trazia tudo pra cá, pra moer cá. Aí foi todo mundo acabando com aquilo, né? Aí, meu pai, nóis ia muito em Rio Branco levar boi, aí meu pai encomendava pros outros, mais gente foi fazendo. Aí acabou as engenhoca de madeira.

Conforme transparece na fala de Seu Olavo, um aspecto importante na adoção das novidades era a conversa entre vizinhos. Mendras (1978, p. 213) nos informa que tal contato entre agricultores era tanto um meio para troca de informações como uma forma de se preparar para a tomada de decisão. Mesmo que a ideia ou a técnica tenha sido conhecida pela primeira vez através da leitura de jornais, prospectos ou em conversa com técnicos, sempre continuava como aspecto decisivo para a mudança a olhada no campo do vizinho e uma conversa com ele. Desse modo, as mudanças, tanto materiais como no campo dos valores, foram penetrando lentamente no universo fechado do campesinato. A possibilidade de uma vida mais confortável, mediada pelo aparato tecnológico e pelas relações de mercado, acabou pautando as escolhas, obscurecendo “a verdadeira escolha que se oferecia ao camponês: escolha entre dois gêneros de vida, duas concepções de mundo e, finalmente, duas civilizações” (MENDRAS, 1978, p. 218).

4.3 Mudanças sensíveis

Como pudemos notar até aqui, a formação da sociedade urbano-industrial brasileira ocorreu através de importantes transformações econômicas, demográficas, políticas, sociais, culturais e espaciais. Juarez Brandão Lopes (1976, p. 106-205) inclui como parte dessas transformações também os processos de burocratização, secularização e individualização do comportamento, além das alterações na estratificação social e no âmbito das atitudes e valores. Diante desse amplo espectro de mudanças e de modo a valorizar a fonte oral aqui trazida à análise, julgamos oportuno apresentar ao leitor alguns outros aspectos relacionados à mudança social, levantados por nossos entrevistados em suas reflexões individuais sobre as duas sociedades nas quais tiveram a oportunidade de viver. Acreditamos que tais aspectos se apresentam não apenas como constitutivos de nossa sociedade urbano-industrial mas também como resultantes da desestruturação da sociedade camponesa em estudo. Como forma de finalizar a discussão empreendida ao longo deste capítulo, as questões aqui levantadas fornecem, de certa forma, um balanço a partir da percepção de nossos entrevistados sobre o processo que viveram (e ainda vivem) e sobre a amplitude de dimensões que tal processo abarcou.

Confirmando nossas expectativas iniciais, pudemos verificar certo consenso nas entrevistas no que se refere ao aumento do acesso a bens materiais e serviços proporcionado pela expansão capitalista e pela urbanização. Houve um efetivo incremento no padrão de consumo, tornando a vida mais confortável. Segundo nos informa Seu João (89 anos), “naquele tempo havia mais dificuldade de você comprar as coisas, adquirir as coisas e você não tinha conforto”. Nesse sentido, “tudo ficou mais fácil, né? Cê já compra as coisa tudo prontinha” (Dona Tita, 81 anos). Também os avanços no campo científico e tecnológico, como nos meios de comunicação e na medicina, e o acesso mais facilitado a essas tecnologias é visto como melhoria importante. No entanto, como contraponto a tais melhorias pudemos perceber significativa degradação no campo dos valores morais – principalmente no que se refere ao valor do trabalho, da família e às relações de sociabilidade em geral – e mesmo em alguns aspectos da vida material – no que se refere à qualidade da alimentação e à degradação ambiental.

Como as alterações relativas ao valor do trabalho têm grande centralidade para a mudança socioespacial aqui discutida, iniciemos nossa análise por elas. Conforme nos lembram Ellen e Klaas Woortmann (1997, p. 134), o trabalho não é um conceito autoevidente, ele é uma categoria cultural ou ideológica e tem múltiplos significados. Como visto anteriormente, na cultura camponesa o trabalho é uma categoria central e expressa uma ética, uma moralidade, por isso não pode ser pensado em si mesmo, como ocorre no universo de representações da produção moderna, mas sempre em interação com outras

categorias, como terra, família, gênero e honra. Desse modo, a redefinição do trabalho humano como mercadoria foi uma das causas inevitáveis de desagregação da sociedade camponesa que viemos estudando. Segundo José de Souza Martins (1980, p. 15):

> A expropriação constitui uma característica essencial do processo de crescimento do capitalismo, é um componente da lógica da reprodução do capital. O capital só pode crescer, só pode se reproduzir, à custa do trabalho, porque só o trabalho é capaz de criar riqueza. Por isso, uma lei básica do capital é a de subjugar o trabalho. Não há capitalismo sem subjugação do trabalho.

Tal subjugação correspondeu a uma mudança importante de sentido do trabalho, que de fundador da moralidade camponesa, tendo um fim em si mesmo, passa a equiparar-se aos artefatos que podem ser levados para venda no mercado. Para André Gorz (2003, p. 30), a racionalização econômica do processo de trabalho operou uma verdadeira subversão do modo de vida:

> A atividade produtiva desfazia-se de seu sentido original, de suas motivações e de seu objeto para tornar-se simples *meio* de ganhar um salário. Deixava de fazer parte da vida para tornar-se o *meio* de "ganhar a vida". O tempo de trabalho e o tempo de viver foram desconectados um do outro; o trabalho, suas ferramentas, seus produtos, adquiriram uma realidade separada do trabalhador e diziam agora respeito a decisões estranhas a ele. A satisfação em "fazer uma obra" comum e o prazer de "fazer" foram suprimidos em nome das satisfações que só o dinheiro pode comprar. Dito de outra maneira, o trabalho concreto só pôde ser transformado naquilo que Marx chamará de "trabalho abstrato" ao engendrar, no lugar do operário-produtor, o trabalhador-consumidor: isto é, o indivíduo social que não produz nada do que consome e não consome nada do que produz; o indivíduo para o qual a finalidade essencial do trabalho é ganhar o suficiente para comprar as mercadorias produzidas e definidas pela máquina social em seu conjunto.

O valor do trabalho alterou-se, assim, simultaneamente ao crescimento da economia monetária e à valorização crescente do dinheiro enquanto elemento mediador da reprodução social. A fala de Seu Olavo (75 anos), a seguir, nos traz um exemplo das consequências advindas da passagem do dinheiro para essa posição mais central:

> - Eu plantei uma roça a meia com um fazendeiro lá. Tive um arrependimento! Que eu gosto é de roça...
> - Mas porque que o senhor arrependeu assim?
> - Sabe porquê? Eu tomei um dinheiro emprestado pra plantar a roça, no Banco, Banco Mineiro, que tinha em Paula Cândido. E eu já tinha conhecimento de venda, aí com o resto do dinheiro eu botei uma vendinha. Falei assim: 'Mas num vô vender fiado pra ninguém! Porque quando entrar a colheita acabou a venda.' Sabe? Mas não vendendo fiado o negócio deu tão certo que quando chegou a colheita eu paguei o Banco tudo e a colheita entrou toda de graça no paiol e a venda tava lá, sabe? Falei: 'Sabe que vender a dinheiro dá é muito lucro!' Só dinheiro! Campei pra rua! Olho grande... Campei pra rua, por venda na rua. Aí pus venda só a dinheiro. Fiquei muito tempo.

Como relatado, o sistema de crédito disponibilizado ao agricultor permitiu sua entrada na economia de mercado e as possibilidades de ganho financeiro acenadas por tal economia fundamentaram a decisão do agricultor de migrar para a cidade, onde o mercado funciona em sua plenitude e as oportunidades de lucro são maximizadas. Desse modo, na

medida em que o sujeito não produz mais para o autoconsumo e sim para venda, a racionalização econômica irá se impor. Segundo Gorz (2003, p. 29), “a organização científica do trabalho industrial constitui o esforço constante para distinguir o trabalho, categoria econômica quantificável, da pessoa viva do trabalhador”. Desse modo, incluída no processo de racionalização, a cultura do trabalho foi isolada da cultura do cotidiano, fragmentando a própria vida. Para a totalidade de nossos entrevistados, que cresceram num mundo onde não existia essa cisão entre as atividades do trabalho e as demais atividades da vida, diversos comportamentos são vistos com estranhamento, como transparece no relato abaixo, de Dona Maria Aparecida (84 anos):

> Agora num tá muito fácil porque a pessoa às vezes não quer trabalhar. Eles quer agora é mordomia. De tarde, cê precisa de ver, eles desce todo mundo tranquilo. Tem baile, tem show, todo mundo vai! Não sei como eles arrumam dinheiro. Porque não é barato! E tem show constantemente!

O trabalho mercadoria, dissociado da vida, também é dissociado do prazer e do lazer e, dessa maneira, o “trabalho assalariado torna o trabalho, de alguma maneira, o oposto da vida” (WOORTMANN, 1990, p. 25). Na visão de nossos entrevistados, também é de se estranhar a perda do valor do trabalho enquanto meio para educação dos filhos:

> Aprendi a trabalhar demais, desde criança. E tinha outra coisa, os pais também apertava. Agora criança não pode trabalhar, nem dentro da família, mas roubar eles pode! Porque o cara não aprendeu a trabalhar, não aprendeu a fazer nada, aí se o pai morrer ou a mãe, o que ele vai fazer, não sabe fazer nada! Agora, meu pai tinha dia que... Eu falava com ele: ‘Hoje eu tô com uma dor de barriga danada! Não vô candiar boi, não’. Ele falava: ‘Então toma esse chá de macaé’. Macaé era um molho assim que ele panhava, esfregava ele bem e punha no copo, ficava até verde, punha um muncadinho de bicarbonato ali e misturava até com o dedo assim. Falava: ‘Agora cê pode ir trabalhar!’ (Seu Rodolfo, 78 anos)

Como pode ser notado, a expansão capitalista trará consigo um amplo processo de resignificação do sentido do trabalho. Para André Gorz (2003, p. 21), a característica mais importante desse “novo” trabalho é ser uma atividade que se realiza na esfera pública, sendo reconhecida como útil por outros além de nós e, por esse motivo, sendo também remunerada. Esse trabalho remunerado, ou assalariado, confere a cada indivíduo uma existência e uma identidade social no “novo” sistema, inserindo-o numa rede de relações e, por isso, se converte no mais importante instrumento de socialização. E foi justamente a busca por essa nova identidade social que motivou a migração de Seu Rodolfo (78 anos): “Eu falei pro meu pai assim: ‘Eu não posso ficar aqui não, eu tenho que aprender uma profissão!’ Ai eu saí da roça e vim embora pra Viçosa”.

Conforme comentamos anteriormente, um aspecto importante da crise do coletivismo camponês se manifesta quando os filhos passam a enxergar a atividade de trabalho como trabalho *para o pai* e não como trabalho *para a família*, para a coletividade (WOORTMANN,

1990, p. 54-56). A tensão entre o trabalhar *para nós* e o trabalhar *para mim* aparece no processo de reintegração a uma sociedade em transformação, na qual os projetos individuais nem sempre coincidem com o projeto coletivo familiar. A liberdade da família, conquistada a partir da autogestão da terra e da própria subsistência, passa a ser a prisão do indivíduo. Uma mudança radical é operada na moralidade camponesa quando a razão, a mercadoria e o individualismo se articulam numa nova concepção de mundo e "o trânsito da família liberta para o indivíduo livre pode representar a dissolução da ordem moral. Pode representar também, em muitos casos, a proletarização" (WOORTMANN, 1990, p. 56). A expansão das relações assalariadas de trabalho é, assim, simultânea à degradação dos valores tradicionais do campesinato, uma vez que ela ocorre, segundo tal autor, nas situações onde não operam plenamente os princípios de parentesco e de reciprocidade, e onde, ao mesmo tempo, se acentua a pressão demográfica. Por outro lado, a introdução do dinheiro numa comunidade reproduzida pela reciprocidade acaba por desmoralizar aquele espaço, abrindo caminho para a ampliação dos valores capitalistas.

Nesse contexto, o campesinato progressivamente irá abandonar seu modo particular de divisão do trabalho para entrar na complexa divisão social do trabalho engendrada pelo capitalismo. Tal processo implicou, na imensa maioria dos casos, no abandono da condição de camponês. Um exemplo sobre como isso ocorreu nos foi relatado por Dona Tita (81 anos). Ilustrativamente, a entrada de sua família na economia de mercado ocorreu justamente quando o marido fez um curso de horticultura oferecido pela Universidade Federal de Viçosa. A partir de então, embora mantivessem o plantio de milho e feijão e a criação de galinhas e porcos para autoconsumo, ela e o marido passaram a cultivar hortaliças para venda. Por meio da estrada de ferro, as hortaliças alcançavam os mercados dos municípios de Ubá e Ponte Nova, além do comércio na própria cidade de Viçosa. Empolgado com esses cultivos comerciais, o marido da entrevistada resolveu vender também os fertilizantes e defensivos que utilizava na lavoura, diminuindo progressivamente as atividades voltadas para subsistência. No entanto, depois de algum tempo o comércio de insumos começou a apresentar problemas: "o pessoal não tava pagando direito". Diante das dificuldades, a possibilidade de voltar aos cultivos de subsistência foi descartada na medida em que a perspectiva do casal já era a do trabalho com retorno monetário, iniciada desde o curso de hortaliças na UFV. Os desajustes financeiros advindos da entrada na economia de mercado foram responsáveis pela migração do casal para a região metropolitana de São Paulo, onde viveram como assalariados por nove anos.

Como visto, a proletarização dos camponeses nem sempre ocorreu de forma direta e imediata, em muitas situações ela se fez aos poucos, como no caso de Dona Tita e seu marido. A "grande transformação" se consumava progressivamente, em grande parte operada pelas mudanças no processo de trabalho, subjugando o campesinato e sua força

de trabalho à economia de mercado. Associadas a esse processo, outras e significativas mudanças ocorreram. De modo a nos conduzir por algumas delas, vejamos o desabafo de Seu Chico (85 anos):

> Mudou demais! De ruim mudou para bão, mas agora mudou para pior. Quando chegou o celular e a juventude do jeito que tá... Cê num tá entendendo mais nada... Que os menino crescia, ficava aqueles cavaco de menino dentro de casa, num saía porque as mãe falava assim: tem lobisomem, tem mula sem cabeça! Menino ficava só na porta e voltava. Tava aqueles menino grande e não saía de casa de noite, não, uai! As mãe punha medo, segurava eles com medo. Agora hoje se falar com um menino que tem um trem perigoso ele pula nele lá para ver o que que é! Mudou tudo! Aí, as moças ficava aqueles moção dentro de casa, reservada, nunca levou mão de ninguém, nem nada. Agora hoje... [...] A alimentação acelerou, com esse negócio desses frango de 45 dias dá 3 quilo... Que lá na roça gastava 6 meses para fazer um frango bão. Agora eles faz com 45 dias. Aquilo que pôs no frango tá entrando na pessoa, a menina tá virando moça e os rapazinho já tá tudo caçando mulher. Quer dizer, mudou tudo! É a alimentação: no gado, nos porco e nas galinha. E agora, com esses veneno que eles estão pondo nos pasto, para todo lado, tá infiltrando na água e nóis tá bebendo! Aí tá enfartando tudo, morrendo. Eu falei que ia chegar no ponto dos médico não conhecer, de ter que pesquisar o sujeito. Já tá aí já, chegou já! Ocê num vê pulga nem bicho mais, que o tanto de coisa que usa na casa os bicho num guenta. [...] A venenada que nóis tamo usando, essas coisa não tá aguentando mais. [...] E as plantas vem com aquilo e nóis tamo comendo! Mudou tudo.
> E a educação! Menino só do pai olhar só resolvia, num precisava de bater. [...] Agora falou que não pode bater, não pode fazer isso, não pode fazer aquilo. Aí o pai se mexer com o menino, se bobiar o pai apanha. Mudou, eles não aceitam de jeito nenhum. [...] O jeito de criar família mudou.

Um primeiro aspecto a ressaltar na fala de Seu Chico é a mudança no que se refere à educação das crianças no seio da família, sintomática da mudança no próprio valor da família. A desestruturação da unidade familiar camponesa com a introdução dos valores individualistas parece ter conduzido a um enfraquecimento também do princípio da hierarquia familiar, que se fundamentava no profundo respeito aos mais velhos. Poderíamos inferir que a desestabilização da hierarquia e da referência de valores e comportamentos que ela representava aos mais jovens vem causando um desajuste no processo de adequação das crianças ao convívio familiar e, por extensão, um desajuste no próprio convívio social. Tal fator se coloca como motivo de preocupação para muitos de nossos entrevistados, como relata Dona Salete (81 anos):

> De primeiro... Hoje eu tava pensando, meu Deus, como que era de primeiro... Filho era muito obediente! Nós era obediente com pai, meus filho era obediente pra nóis, até hoje é. E agora? Daqui pra frente? Filho num obedece pai, quer ficar na rua roubando, bebendo, fumando droga, brigando...

Outro aspecto ressaltado na fala de Seu Chico diz respeito às mudanças no processo de produção agrícola associadas à alimentação e à saúde. Os relatos na sequência complementam o que foi dito:

> Mas as famílias que trabalhavam, cultivavam, realmente tinha uma fartura. Aonde eu falo com você: era a saúde da gente, era a fartura. Nada de que pudesse você dizer que foi cultivado com agrotóxico, com isso, com aquilo, com química... Tudo super

> natural! Super natural mesmo a alimentação da gente! Entendeu? Uma alimentação muito sadia, a gente pode dizer! Hoje, infelizmente, a química, os tipos aí de sanduíches, as compotas, isso tá acabando com a saúde nossa, com a saúde dos meninos. É o tal de chocolate, que na época não existia pra gente, Neston, Nescau... Naquela época não existia essas coisa. (Seu Horácio, 72 anos)

> Mas também tinha alimentação bem melhor. Isso junta, né? Cê vê que tem muita gente capengando aí... E é falta! Já tá doente mesmo e ainda não tem uma alimentação de acordo. Porque um feijão com arroz, verdura e um pedacinho de carne, todo dia, não faltando... Ah, isso conserta muito freguês! Agora, ficar comendo só bobagem não dá não! (Dona Maria Aparecida, 84 anos)

Segundo tais relatos, a inclusão das diversas fases da produção dos alimentos, desde o plantio até o preparo, na divisão social do trabalho e sua comercialização através das instâncias do moderno sistema de mercado deteriorou a qualidade da alimentação em dois aspectos principais. O primeiro deles refere-se ao processo de produção, a agricultura propriamente dita, que incorporou uma série de insumos químicos, “venenos”, reconhecidos como prejudiciais à saúde tanto pela sua incorporação aos alimentos como pela contaminação do solo e das águas. O Brasil encabeça na atualidade a triste posição de maior consumidor mundial de agrotóxicos, sendo a média de consumo anual de agrotóxicos por habitante da ordem de 5,2 litros. Organizações, movimentos sociais e a própria comunidade científica têm alertado sobre a insegurança desse tipo de contaminação para a saúde humana e os prejuízos ambientais que a utilização intensiva dos agroquímicos tem causado (O VENENO..., 2011). O outro aspecto de deterioração da alimentação refere-se àquilo que efetivamente se come, após o processamento, ou seja, a substituição dos alimentos preparados em casa por “bobagens”, processadas pelo comércio ou pela indústria. No Brasil e no mundo crescem os índices de sobrepeso e obesidade[38], de forma estritamente associada ao aumento do consumo de alimentos industrializados. Os altos níveis de açúcar, gorduras, sódio e outros compostos químicos de segurança duvidosa para a saúde humana presentes nesses alimentos têm sido apontados como responsáveis pela já considerada epidemia de obesidade em diversos países industrializados, que segue crescendo de forma sincronizada com o crescimento de doenças como a diabetes e a hipertensão arterial (MUITO ALÉM..., 2012). Desse modo, na visão de nossos entrevistados, o tempo em que viveram no meio rural propiciava uma alimentação mais saudável, na medida em que dispensava os insumos químicos e propiciava o consumo de alimentos naturais, minimamente processados pela própria família.

Associada às mudanças no processo de produção agrícola, a percepção da degradação ambiental ocorrida nas últimas décadas também foi destacada por nossos informantes. De modo geral, o que mais chama a atenção é o aumento do calor associado à irregularidade do ciclo da água, com a consequente diminuição do volume das águas

[38] De acordo com dados divulgados pelo Ministério da Saúde, em 2016 cerca de metade da população brasileira estava acima do peso e 18,9% era considerada obesa (OBESIDADE..., 2017).

disponíveis à utilização humana. Tais aspectos podem ser observados na fala de Seu Horácio (72 anos):

> No Brás Pires, nunca na minha vida percebi que fosse tão quente quanto nos últimos anos. Nunca! E tão pouca água quanto se tem hoje. [...] Muitas fontes, muitas águas acabaram! A quantidade de água que passava no fundo da casa que eu morava e que passava no terreiro da fazenda tocava moinho, monjolo, poço de peixe, tudo! A água dava pra tudo, ainda abastecia... Era dividida pra três famílias [...]. Três famílias usavam da mesma água! Cê vai lá hoje, tem um filetizinho de água correndo, até hoje, tá no meio do terreiro. Mas lá passava manilha de água mesmo! E água pura, né? Hoje a gente num tem muito... Então tá havendo sim um fenômeno, que nós estamos perdendo aí no clima. Tamo perdendo bastante! Tô vendo que tá aumentando sim o calor da terra e a água, muito pouca água tem-se hoje! Muito pouca água! O rio [Xopotó] de hoje não representa... Ele não representa 30% do que era naquela ocasião. (...) Cadê a água? O trem tá secando! O que que vai ser daqui a 30 anos?

Destacando a quantidade e a exuberância das matas “antigamente”, vários de nossos entrevistados atribuem o fenômeno relatado acima à devastação das florestas e sua substituição por pastagens e monoculturas, associando-o diretamente à ação humana inconsequente sobre os elementos naturais. Desse modo, a exaustão dos recursos naturais locais tem ocorrido de forma associada à expansão capitalista na região. A progressiva escassez de água, noticiada com frequência pelos jornais locais[39], é sinal notório dessa exaustão. Percorrendo as estradas rurais dos municípios de Viçosa e Brás Pires e da Zona da Mata em geral é possível perceber também a exaustão da terra. As grandes extensões de pastagens em terrenos fortemente acidentados têm causado a lixiviação do solo e a consequente morte da cobertura vegetal. Em muitos casos já é possível ver a terra exposta, em processo de semidesertificação, se desintegrando e sendo carreada pelas chuvas para o leito dos rios e córregos.

E além da degradação do meio ambiente, outro aspecto recorrente nas entrevistas foi a percepção da degradação nas relações de sociabilidade, o que pode ser notado na fala de Dona Maria Aparecida (84 anos):

> Se não fosse essa gente maldosa que tem na cidade – no mundo inteiro agora, né? – seria tão bom... Que antigamente a gente ficava sentada na porta, a meninada tudo brincando. Pai e mãe, quando podia, também tava ali sentado contando caso.

---

[39] Apenas como exemplo, seguem abaixo algumas manchetes de jornais locais relatando a falta d’água para o abastecimento da cidade de Viçosa:
BAIXAS precipitações aumentam a crise hídrica em Viçosa. **Folha da Mata**, Viçosa, 05 de out. de 2017. Disponível em <http://folhadamata.com.br/noticia-baixas-precipitacoes-aumentam-a-crise-hidrica-em-vicosa-2625>, acesso em nov. 2017.
CONTINUA o racionamento de água. **Folha da Mata**, Viçosa, 06 de set. de 2016. Disponível em < http://www.folhadamata.com.br/noticia-continua-o-racionamento-de-agua-1873>, acesso em nov. 2017.
CRISE hídrica atinge Viçosa e região. **Folha da Mata**, Viçosa, 22 de out. de 2015. Disponível em < http://www.folhadamata.com.br/noticia-crise-hidrica-atinge-vicosa-e-regiao-1060>, acesso em nov. 2017.
VIÇOSA decreta situação de emergência e institui racionamento de água a partir deste sábado. **Viçosa Urgente**, Viçosa, 13 de set. 2017. Disponível em < http://www.vicosaurgente.com.br/noticia/vicosa-decreta-situacao-de-emergencia-e-institui-racionamento-de-agua-partir-deste-sabado-16/>, acesso em nov.2017.
VIÇOSA deve usar volume morto de represa para amenizar falta de água. **G1 Zona da Mata-MG**, Juiz de Fora, 08 de out. 2014. Disponível em <http://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2014/10/vicosa-deve-usar-volume-morto-de-represa-para-amenizar-falta-de-agua.html>, acesso em nov. 2017.

> Encontrava um vizinho com o outro. Agora, minha filha, dentro de casa você é perseguido!

Em boa parte, o enfraquecimento de alguns dos mecanismos de sociabilidade ocorreu como consequência do desarranjo da sociedade de interconhecimento, característica das comunidades camponesas e que fundamentava uma série de vínculos sociais imprescindíveis para a reprodução da família e do próprio campesinato. Uma das causas desse desarranjo foi a própria urbanização, na medida em que o crescimento das cidades impossibilitou a manutenção das redes de interconhecimento da forma como elas ocorriam na sociedade camponesa. Também o crescimento da economia de mercado se relaciona a esse processo, uma vez que as frias relações de mercado passaram a reger boa parte das relações sociais, em detrimento das relações afetivas e de solidariedade entre parentes, amigos e conhecidos. Outra consequência da desestruturação da sociedade de interconhecimento, associada ao aumento das contradições sociais no interior do capitalismo, é o crescimento da violência urbana, que causa apreensão não apenas nas grandes cidades mas também nas cidades pequenas e no meio rural. Vejamos alguns relatos:

> A gente já ouvia isso, que aonde vai o progresso pode tá na certa que o crime também chega. E Brás Pires começou a progredir, evoluir assim que o asfalto chegou aqui. Entendeu? Antes já tinha bastante coisinha, mas depois do asfalto dobrou os tipos, a diversidade de crimes cometidos por jovens, por homens mesmo adultos, já mais velhos. Roubos... Então o mundo foi se virando, sabe? (Seu Horácio, 72 anos)

> Antigamente a gente andava foras de hora aí na cidade, igual eu falei, vinha lá da roça para trabalhar, saía de casa meia-noite, ia pra padaria trabalhar, sem nenhum medo! O povo antigamente... Cê via falar de assombração. Nunca acreditei e nunca tive medo de assombração! E gente, aquelas épocas, cê não precisava ter medo de gente também não. Não existia assalto, perseguição, não existia nada disso. Não tinha briga, não tinha ladrão, não tinha nada. Hoje em dia tá aí: uma violência terrível! Assalto um por cima de outro! [...] Viçosa teve uma transformação muito grande. (Seu Pedro, 82 anos)

> A gente tinha que vir a pé. Procê vê: vinha eu e Geralda, duas meninas, sozinhas, lá da roça, e não acontecia nada! Agora vai andar, vai andar essa distância... Nossa Senhora, se andar é um perigo, né? A gente vinha a pé, de lá de Santo Antônio até aqui! [...] Era mato de um lado e de outro da estrada! Tinha medo é de bicho mesmo. Agora não é medo de bicho, não, é medo é de gente mesmo! (Dona Raquel, 77 anos)

> Muitas coisa piorou. Igual eu tô te contanto, assim, coisa de pai com filho, filho com pai, com mãe. Uns filho dá pra sair roubando, matando, fumando droga... Mudou muito. No meu tempo, assim, há mais tempo, num existia essas coisa não. Num existia droga, cê num via falar em droga. Num existia essas coisa ruim que hoje vêm arrolando pro mundo afora, destruindo família. Filho começa com droga, já fica agressivo com pai, com mãe... No meu tempo, que eu era mais nova, era muito melhor, num existia nada disso. Só existia, assim, alguém que fumava, plantava o fumo, fazia o fumo e fazia o cigarrinho. [...] Hoje, parece, assim, melhorou muitas coisas de um modo, né? Assim, tudo mais conforto, muito mais coisas, cidade grande, estrada tudo boa, mas aumentou muito essas coisa mais diferente que não existia. [...] É muita coisa que piorou... Mãe mata filho, filho mata pai, mata mulher... [...] E roubo demais, minha filha! Roubo demais mesmo! Aqui em Brás Pires mesmo, pro lado da Malacacheta [zona rural do município de Brás Pires], diz que tá um caso sério, só cê vendo! (Dona Salete, 81 anos)

> Tem muita gente que fala assim: não gosto nem de ver polícia na minha frente. Mas ai de nós se não fosse eles. Porque com eles aí já tá ruim, se tira, caba com a polícia pro cê vê. Vira uma guerra só! Já tá virando mesmo... (Seu Rodolfo, 78 anos)

O contínuo crescimento no número de homicídios no município de Viçosa nos últimos anos, conforme atesta a TABELA 22, vem confirmar a impressão geral transmitida por nossos entrevistados. Mesmo em Brás Pires, embora o número de homicídios se mantenha estável desde 2012 – ano em que a Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais iniciou a divulgação das estatísticas – podemos perceber o sensível aumento no número de furtos, roubos e crimes de lesão corporal (MINAS GERAIS, 2017).

TABELA 22 - Número de homicídios no município de Viçosa, ano 2000 a 2016 (conforme dados disponíveis)

Ano	2000	2001	2002	2004	2005	2006	2007	2009	2010	2011	2013	2014	2015	2016
N° de homicídios	5	8	7	7	4	13	6	15	15	29	29	24	31	29

Fonte: WAISELFISZ, 2017 e MINAS GERAIS, 2017.

Diante de tal contexto, alguns de nossos entrevistados nos contaram, com certa saudade, sobre o tempo em que a criminalidade não era motivo para preocupação:

> Lá em casa, por exemplo, sabe como que era o feche que tinha lá na casa? Na porta da cozinha, na parede assim tinha um buraco, a gente enfiava a mão e tramelava a porta por dentro. E saia pra passear. Cê olha como é que era a coisa antigamente! Não tinha esse negócio de fechadura na porta da sala. Não tinha fechadura em lugar nenhum, não! (Seu Olavo, 75 anos)

> - Aqui na Rua Gomes Barbosa, eu dormia... Nunca fechei a porta da rua!
> - É? Não trancava, não?
> - Nada! Viçosa era outra! (Dona Idalina, 85 anos)

A degradação nas relações de sociabilidade também é vista como resultado do avanço nas tecnologias de comunicação. Se, por um lado, tais tecnologias permitem o acesso a informações e pessoas em todo o mundo – anulando o espaço através da comunicação em tempo real –, por outro lado, elas têm enfraquecido as relações cotidianas, imediatas, com pessoas que estão à nossa volta, às vezes dentro da própria residência, conforme nos relata Seu Horácio (72 anos):

> É isso menina, infelizmente... Há o lado negativo [da tecnologia]. Vem aqui os meninos do meu filho mais velho, vem praqui. Teve aqui semana passada. [...] Os menino dele só chega: 'Ei, vô! Bença'. E pronto. Bunda no sofá e... [gesticula como se estivesse digitando no aparelho celular]. Só no dia que vai embora: 'Oh, vô, tchau! Já tô indo.' Num conversa, num sai comigo... Mas fazer o que com as crianças, se os pais não conseguem dominar? Meu filho fica: 'José Paulo, larga esse celular! Larga esse aparelho! Larga isso, larga aquilo! Passeia muncado, conversa muncado, gente! Conversa!' Aí ele larga lá, por obediência e tal... Dois minutinhos depois já tá ele outra vez, é televisão e celular.
> - Fica trocando... Troca a vida real mesmo por aqueles aparelhinhos...

> - Num conhece ninguém! Num conhece ninguém! Chega uma pessoa aqui tem que conviver dois, três dias pra saber que é tio, que é parente, que é primo. Que se eles vier um dia só assim, ver ali, num fica nem sabendo quem que é. Que eles não dão atenção. Eu to falando dos meus, porque eu vejo o dos outros também. [...] No meu tempo de muleque, eu passava perto dos velhos aí, eu fazia questão de pegar na mão. [...] Hoje ocê num vê uma criança... Passa perto d'ocê hoje, pisa no seu pé e num vê, num fala oi!' [...] Infelizmente é isso aí. Tomara que houvesse uma melhora, né? Porque precisa continuar havendo evolução. A tecnologia, tudo... Mas é preciso que a comunidade também se aproxime, né?

Por fim, a complementar o processo de degradação das relações de sociabilidade, alguns de nossos entrevistados comentaram sobre o enfraquecimento da religiosidade em geral. Conforme já discutido neste trabalho, a religião, sobretudo o catolicismo rústico praticado pelo campesinato, fornecia coesão social às comunidades, orientando a conduta e fortalecendo vínculos sociais diversos. Desse modo, a secularização do comportamento, que também é parte do processo de expansão da sociedade e dos valores capitalistas, é vista com certa desaprovação. Na visão de Seu Carlos (79 anos), o trabalho nas indústrias e nas grandes cidades permitiu aos migrantes voltar com novidades e dinheiro, no entanto "esqueceram muncadinho da área espiritual". E na medida em que a espiritualidade se enfraqueceu, os códigos de conduta associados à religião – que envolviam preceitos como a solidariedade e o respeito ao próximo – foram sendo abandonados, trazendo mais desajustes ao convívio social.

Diante do exposto, é possível afirmar que a inserção das comunidades camponesas e seus espaços de vida na economia e na sociedade de mercado se processou com sensíveis consequências para seus tradicionais mecanismos de coesão social. Restou aos membros dessas comunidades em esfacelamento a coesão mediada pela divisão social do trabalho. No entanto, esta tem se mostrado insuficiente para manter a harmonia no conjunto da sociedade. Trazendo novamente o espaço para o debate, compartilhamos das impressões de Ângela Endlich (2009) sobre a instabilidade da organização socioespacial humana sob a égide do capitalismo, aspecto que traz como uma de suas consequências a perda de controle das comunidades sobre suas próprias dinâmicas locais:

> [...] a produção das condições para esse processo de expansão e acumulação do capitalismo traz uma nova materialidade que faz do espaço uma dimensão controlável à distância. O reverso desse controle por parte dos agentes do capital é que se retirou da sociedade local o domínio sobre as dinâmicas do seu lugar. (ENDLICH, 2009, p. 122)

Pelos relatos transcritos podemos perceber a perda de controle sobre as dinâmicas do lugar, ocorrendo de forma estritamente associada à inserção das comunidades tradicionais na forma capitalista de reprodução econômica e social que hoje pode ser controlada à distância. Embora os ganhos materiais sejam reconhecidos, os desajustes se avultam, num processo que nos remete à crise da própria utopia moderna:

> A crise é importante, mas não se trata, de fato, de uma crise econômica e de sociedade. É a utopia que nutre as sociedades industriais há dois séculos que se desfaz. E utilizo o termo utopia no sentido que a filosofia contemporânea empresta ao termo: a visão do futuro a partir da qual uma civilização pauta seus projetos, ancora seus fins ideais e suas esperanças. Quando uma utopia desmorona, é toda a circulação de valores que regulam a dinâmica social e o sentido de suas práticas que entra em crise. É esta a crise que vivemos. Prometia-nos, a utopia industrialista, que o desenvolvimento das forças produtivas e a expansão da esfera econômica liberariam a humanidade da penúria, da injustiça e do mal-estar; que lhe dariam, com o poder soberano de dominar a natureza, o poder soberano de dominar a si mesma; que fariam do trabalho a atividade demiúrgica e ao mesmo tempo autopoiética, na qual o aperfeiçoamento incomparavelmente singular de cada um seria reconhecido – direito e dever a um só tempo – como parte da emancipação de todos. (GORZ, 2003, p. 20)

A ideia de que o desenvolvimento da sociedade urbano-industrial seria capaz de propiciar ao homem uma diversidade de benefícios materiais e sociais conduziu o processo de mudança vivenciado pelo campesinato em estudo. No entanto, os resultados que se apresentam colocam em xeque tais pressupostos. Mesmo os benefícios materiais, reconhecidos por nossos entrevistados, ficam seriamente comprometidos diante dos problemas sociais e ambientais a eles associados. Conforme indicam alguns dos relatos aqui transcritos, nossa visão de futuro fica seriamente comprometida frente à diversidade de desajustes sociais e ambientais engendrados pela expansão capitalista. Nas palavras de Seu Tarcísio (82 anos): “Nós tamo num mundo muito duvidoso! Duvidoso!”

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se podemos esperar o surgimento de uma sociedade pós-industrial, é para que ela esteja livre dos males da sociedade industrial. Que finalmente o homem ocidental escape dos demônios demiúrgicos que o incitaram a reduzir a natureza a uma coisa empobrecida que se explora em vez de fazê-la viver. [...] Seria bonito que a engenhosidade técnica do Ocidente fosse finalmente submetida pela sabedoria do Oriente, e que o homem reaprendesse a viver em harmonia com a natureza. Agora que nosso planeta se reduziu a um jardim onde todos os recantos devem ser cultivados para nutrir a humanidade, é tempo de que o homem, deixando de ser o conquistador do universo, volte a ser o jardineiro do planeta.

MENDRAS, 1978, p. 247

Diante do exposto, podemos afirmar que a expansão capitalista sobre o território e a sociedade historicamente constituída nos municípios de Brás Pires e Viçosa ocorreu à custa da extinção de suas formas camponesas tradicionais de reprodução social. O contexto empírico ao qual nos debruçamos apresentava-se, no meado do século XX, fundamentado em certos princípios de articulação socioespacial construídos ao longo de aproximadamente dois séculos de ocupação luso-brasileira até aquele momento. Na cultura local ainda é possível encontrar os resquícios dessa sociedade tradicional, tanto no convívio entre as pessoas quanto nas maneiras de lidar com as materialidades da vida. No entanto, tais resquícios são cada vez mais excêntricos e isolados no conjunto das formas capitalistas atuais de reprodução social. Nesse sentido, a segunda metade do Novencentos foi um momento de incorporação efetiva dos referidos municípios à economia de mercado, sendo a urbanização parte importante desse processo. Destituído dos meios de produção (a terra, em especial), o campesinato foi convertido em força de trabalho e mercado consumidor para a expansão capitalista. O crescente aprofundamento da divisão social do trabalho pode ser considerado um dos principais mecanismos de desarticulação das sociedades tradicionais e, ao mesmo tempo, um princípio fundante de articulação à nova estrutura social.

Considerando o curto período de tempo demandado pelas mudanças, acreditamos que a urbanização brasileira na segunda metade do século XX trata-se da transformação socioespacial mais intensa sofrida por nossa população em sua história. Em poucas décadas, tal transformação determinou o solapamento de estruturas de organização social tradicionais nas diversas regiões do Brasil e a imersão de suas populações na estrutura da sociedade capitalista urbano-industrial que hoje alcança dimensões globais. Para os municípios em estudo e suas populações, o processo em tela guarda semelhanças com as transformações decorrentes da transição entre dois modos de produção: do modo de produção camponês para o modo de produção capitalista urbano-industrial. Na Europa transição similar ocorreu no curso de aproximadamente 500 anos, no contexto em análise essa passagem foi consumada em cerca de 50 anos, talvez menos. Em nosso julgamento, tal revolução em algumas décadas caracteriza o aspecto mais emblemático da urbanização brasileira, sendo em parte responsável por alguns dos problemas a ela associados.

Como vimos, a ação do Estado foi determinante na condução das mudanças, uma vez que ele se colocou como principal agente de “modernização” de nossas sociedades rurais tradicionais. Tomando como referência os modelos de desenvolvimento e os padrões de consumo do hemisfério norte, o modo pelo qual o campesinato no Brasil se reproduzia foi julgado arcaico e atrasado. A necessidade de superá-lo tornou-se uma das prioridades do governo brasileiro, que canalizou recursos financeiros e humanos nesse sentido. Cooptado pelos interesses da classe capitalista e fundamentado em processos de planejamento elaborados por uma elite técnica dentro dos gabinetes oficiais, o Estado agiu no sentido de

promover a extensão das relações de mercado sobre a sociedade camponesa, transformando seu trabalho e sua produção em mercadorias e sua população em mercado consumidor. Fundamentando suas decisões e escolhas na suposta eficiência do saber técnico, o planejamento muitas vezes tem ocultado seu caráter político e os reais interesses aos quais ele se vincula. No entanto, o planejamento não é neutro. A ação planejada pelo Estado e respaldada pelo saber técnico e científico nem sempre é direcionada aos chamados “interesses gerais”. No caso em análise, ela sequer tomou conhecimento sobre esses interesses.

E além da atuação estatal em diversas instâncias, outro aspecto que se colocou como determinante para as transformações observadas foi a própria configuração fundiária da região. A manutenção de parte das terras agrícolas em posse de pequeno número de proprietários e o contínuo crescimento populacional numa área já densamente povoada, levando à progressiva subdivisão da terra, agiram conjuntamente impulsionando a migração. Além disso, a crescente penetração nas comunidades locais – através dos meios de comunicação e dos próprios migrantes em suas visitas familiares – de uma ideologia sobre o que é melhor em termos de reprodução da vida acabou alterando o comportamento dos indivíduos, produzindo modificações em sua estrutura social e induzindo-os mais uma vez à migração.

Conforme pudemos constatar, ao longo do período em análise e ainda na contemporaneidade a colonialidade tem sido uma característica da sociedade brasileira e de suas formas de organização socioespacial. As profundas marcas deixadas pela colonização continuam ressoando sobre nossa sociedade e nosso território, assumindo formas sempre renovadas de imposição e subjugação econômica e cultural. No contexto estudado, nossas elites praticamente desconsideram a possibilidade de coexistência e arranjos mais harmoniosos entre os modelos tidos como melhores e mais eficientes e aqueles produzidos idiossincraticamente ao longo da história da ocupação humana europeia na América. O desrespeito a nossas populações e formas de organização social tradicionais tem sido renovado ao longo da história e continuamente aprofundado.

Nesse processo, as cidades – que se constituem há milênios como estruturas articuladoras de uma diversidade de relações humanas no território – foram apropriadas e transformadas pelo modo capitalista de produção. Convertidas em centros estratégicos para a expansão tanto da ação do Estado quanto das relações de mercado, elas têm funcionado como vitrines das maravilhas produzidas pelo sistema industrial. Foi justamente a possibilidade de usufruir das benesses materiais resultantes da eficiente divisão do trabalho instituída pelo capitalismo o que impeliu nossa sociedade camponesa a aceitar e adotar as mudanças em suas formas de reprodução social e de vida. As cidades tornaram possível e facilitaram não apenas a conversão da população rural dispersa em força de trabalho à

venda quanto a difusão dos valores e dos produtos provenientes do sistema capitalista urbano-industrial. Constituíram-se, assim, como espaços articuladores de todo o processo, modificando-se de maneira conjunta com a sociedade.

Conforme apontado anteriormente, cada modo de produção cria, para sua própria reprodução, um espaço social específico (LEFEBVRE, 2006, p. 8-9). Uma mudança na forma como a sociedade humana organiza seu espaço de vida tem sido provocada pelo capitalismo. Ele tem nos conduzido a uma organização social mais concentrada e apartada da natureza, que se materializa nas cidades, mas se impõe virtualmente a todos os lugares. Como resultado, outra forma de organização socioespacial para a população brasileira foi constituída na segunda metade do século XX. No bojo das mudanças, nossa própria percepção sobre o espaço foi impactada. O avanço das tecnologias de transporte e comunicações tem nos levado a ignorar continuamente o espaço como força material, como elemento contingente em nosso processo de vida. Para vender sua força de trabalho, a classe trabalhadora tem se sujeitado a deslocamentos cada vez mais frenéticos e insanos. Já são comuns migrações pendulares perfazendo centenas de quilômetros todas as semanas, dezenas todos os dias, causando transtornos físicos, familiares, emocionais. A promessa de uma vida mais confortável mediada pelo poder aquisitivo do dinheiro nos aprisionou na necessidade da venda ininterrupta de nosso trabalho. O dinheiro, que pouco valor tinha para a sociedade camponesa, converteu-se no valor supremo da sociedade contemporânea, sendo justificativa para todos os comportamentos sociais e as mais danosas agressões ao ambiente natural.

Talvez seja o momento de colocar os resultados na balança e verificar se os efeitos destrutivos do capitalismo estão, enfim, suplantando seus ganhos materiais. A busca incessante pela acumulação de capital – valor que penetrou também na mentalidade dos trabalhadores – e a divisão extrema do trabalho no capitalismo contemporâneo têm ocultado nossas responsabilidades sociais e ambientais. Temos nos desconectado continuamente dos resultados de nossa ação sobre o mundo, comprometendo seriamente o ambiente social e ambiental em que vivemos e também nossa saúde física e mental. Como vimos, nos municípios em estudo a expansão capitalista tem exaurido os recursos naturais, como a terra e a água, além de causar grandes distúrbios sociais entre os seres humanos. A urbanização permitiu que as pessoas vivessem mais próximas umas das outras, rompendo o isolamento característico da vida no meio rural. No entanto, o aumento dessa proximidade física não significou mais união entre os homens. Pelo contrário, as cidades têm sido continuamente palco de graves conflitos sociais. A escalada crescente da violência urbana é sintomática desse processo, acompanhada pela degradação das relações de sociabilidade em geral, tão caras à sociedade camponesa, hoje substituídas pelas impessoais relações de mercado, pela compra e venda de mercadorias e serviços.

Segundo o antropólogo Klass Wortmann (1990, p. 22), “em momentos de crise aguda numa ordem social e num ordenamento do mundo, os valores tradicionais como que sobem à consciência; o que era dado como natural torna-se mais intensamente pensado”. Embora o autor esteja tratando da crise da sociedade camponesa, acreditamos que é hora de se estranhar o que é dado como natural em nossa sociedade contemporânea e buscar referências que nos ajudem a reconstruir a coesão social que o capitalismo tem destruído. Nossas sociedades camponesas tradicionais podem nos ajudar nesse processo, uma vez que se apresentam como modelos de organização social e mesmo de convivência com a natureza. Utilizando fundamentalmente recursos locais e tendo como espaço cotidiano de vida o território abarcado pela comunidade de interconhecimento, o campesinato se reproduzia a partir de uma forte interação com os elementos naturais e entre seus pares. Valores como a solidariedade e o respeito ao próximo instituíam uma cadeia de responsabilidades mútuas entre parentes, vizinhos, amigos, conhecidos e mesmo desconhecidos que viabilizava a vida em comunidade mesmo diante das adversidades de um mundo material fortemente dependente dos ciclos da natureza.

Herdada da cultura indígena, num contexto em que o povoamento rarefeito e longos intervalos de pousio permitiam que a natureza e a floresta recompusessem a fertilidade natural do solo, a prática agrícola camponesa foi perdendo, ao longo do tempo, o equilíbrio que inicialmente havia estabelecido com o meio. O crescimento demográfico da população e a contínua ocupação agrícola das áreas de floresta, com sua substituição por pastagens quando a terra apresentava sinais de cansaço, fatalmente imprimiriam a esse sistema a necessidade de adaptações, ajustes que permitissem recuperar a fertilidade do solo e sua reutilização cíclica. Como alternativa, o que foi colocado e mesmo imposto à sociedade camponesa foi sua completa integração à sociedade capitalista urbano-industrial e a transformação de sua agricultura em negócio, tão integrada e dependente dos processos de mercado que para se viabilizar recorre invariavelmente à compra de insumos externos e à venda da produção para que a família possa adquirir, também no mercado, os demais produtos de que necessita para sobreviver e se reproduzir.

É de se indagar qual organização socioespacial e que modo de vida teria o campesinato hoje se, ao contrário da Revolução Verde, a ele tivesse chegado a proposta da Agroecologia[40] ou outras formas de agricultura ecológica e socialmente sustentável. Impossível conjecturar com o passado, mas ainda possível com o futuro. Se nos idos das

[40] Segundo Petersen (2012, p. 7 e 8), a Agroecologia assume na atualidade três acepções: 1) é uma teoria crítica que questiona radicalmente a agricultura industrial, fornecendo bases conceituais e metodológicas para o desenvolvimento de agroecossistemas sustentáveis; 2) é uma prática social e de manejo agrícola adotada explícita ou implicitamente em coerência com a teoria agroecológica; 3) é um movimento social que mobiliza e articula atores envolvidos prática e teoricamente com o desenvolvimento da agricultura sustentável e com a defesa da justiça social, da saúde ambiental, da soberania e segurança alimentar, da economia solidária e ecológica, da equidade entre gêneros e de relações mais equilibradas entre o meio rural e as cidades.

décadas de 1960 e 1970 o incipiente desenvolvimento técnico e político da agricultura alternativa não permitiu sua difusão e a adoção de sua proposta, hoje isso é possível. É possível e cada vez mais urgente nos desvencilharmos da herança colonial e construirmos uma sociedade verdadeiramente nossa, voltada aos interesses do nosso povo, utilizando os recursos naturais do nosso tão rico território e a capacidade técnica que já temos desenvolvida. Voltemos a cultivar nosso jardim, como nos sugere Mendras, nos desconectando progressivamente daquilo que, com a promessa de nos trazer liberdade, nos tem trazido formas de opressão e controle cada vez mais sofisticados. A retomada do controle sobre nossas dinâmicas territoriais inclui a retomada do campo e da cidade, a rearticulação desses espaços em prol de uma vida social mais harmoniosa e responsável para nosso povo e nosso território.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE). 2 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

ABRAMOVAY, R. Desafios impostos pela volta do homem ao campo. **Gazeta Mercantil** [on line], 02 de outubro de 2000, p. A3. Disponível: <http://www.abramovay.pro.br/ artigos_jornal/2000/Desafios_impostos_pela_volta.pdf>, acesso em 18/04/2011.

ANDRADE, Thompson Almeida; SERRA, Rodrigo Valente. O desempenho das cidades médias no crescimento populacional brasileiro no período 1970/2000. In: _____ (orgs.). **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001, p. 129-169.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. A questão camponesa na teoria marxista clássica. In: CHEVITARESE, André Leonardo (org.). **O campesinato na História**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; FAPERJ, 2002, p. 65-74.

BACELAR, Winston. Pequena Cidade: uma caracterização. V ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA “AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS”. Santa Maria-RS, 25 a 27 de nov. de 2009. 19 p.

BAENINGER, Rosana. A nova configuração urbana no Brasil: desaceleração metropolitana e redistribuição da população. XI ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 1998, Caxambu-MG. Anais eletrônicos... Caxambu-MG: ABEP, 1998. p. 729-772. Disponível em <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/PDF/1998/a150.pdf>, acesso em 15/10/2011.

BARBOSA, Lidiany Silva. **Roupa nova para a velha senhora agrária**: os engenheiros-agrônomos e a modernização no campo. 2004. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Departamento de Economia Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa-MG, 2004.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995.

BENJAMIM, Fernanda Sobral. **Educação e mudança social**: uma tentativa de crítica. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1981.

BOMFIM, Paulo Roberto de Albuquerque. **A ostentação estatística** (um projeto geopolítico para o território nacional: Estado e planejamento no período pós-64). 2007. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

BOTELHO, Angela Vianna; REIS, Liana Maria. **Dicionário histórico Brasil**: Colônia e Império. Belo Horizonte: A. Vianna Botelho, 2001.

BRÁS PIRES. In: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros.** Rio de Janeiro: IBGE, 1958, v. XXIV, p. 241-243. Disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_24.pdf>, acesso em 16/05/2016.

BRÁS PIRES. **Plano de Desenvolvimento Municipal**: “Brás Pires 2011-2020”. Brás Pires, MG: Prefeitura Municipal, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. **DATASUS – Departamento de Informática do SUS**. Informações de Saúde (TABNET). Demográficas e socioeconômicas. Disponível em <http://www2.datasus.gov.br/ DATASUS/index.php?area=0206>, acesso em 27/10/2017.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Caracterização dos Tipos de Municípios**. Maio/2008. Disponível em <http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/ Propostas/Tipologia_Municipios-PlanHab_Estudos-Tecnicos.pdf>, acesso em 10/07/2013.

BRASIL. Portal brasileiro de dados abertos. Inclusão digital. Disponível em <http://dados.gov.br/dataset/inclusao-digital>, acesso em 07/11/2017.

BRAUDEL, Fernand. **A dinâmica do capitalismo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

BRITO, Fausto; PINHO, Breno Aloísio T. Duarte de. **A dinâmica do processo de urbanização no Brasil, 1940-2010**. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2012. (Texto para discussão; 464). Disponível em <http://cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20464.pdf>, acesso em 27/04/2016.

CALAZANS, Maria Julieta Costa. Para compreender a educação do Estado no meio rural (traços de uma trajetória). In: THERRIEN, Jacques; DAMASCENO, Maria Nobre (coords.). **Educação e Escola no campo**. Campinas-SP: Papirus, 1993, p. 15-40.

CAMARGO, Aspásia. A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964). In: FAUSTO, Boris (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. O Brasil republicano. Tomo 3, vol. 3. São Paulo: Difel, 1981, p. 121-224.

CÂNDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 6 ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1982.

CARDOSO, Ciro Flamarion. Camponês, campesinato: questões acadêmicas, questões políticas. In: CHEVITARESE, André Leonardo (org.). **O campesinato na História**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; FAPERJ, 2002, p. 19-38.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A urbanização da sociedade: questões para o debate. In: OLIVEIRA, Márcio Piñon de; COELHO, Maria Célia Nunes; CORRÊA, Aureanice de Mello (orgs.). **O Brasil, a América Latina e o mundo**: espacialidades contemporâneas. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008. p. 49-60.

_____. Seria o Brasil “menos urbano do que se calcula?” **Geousp**, v. 13, 2003, p. 179-187. Disponível em <http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geousp/Geousp13/Geousp13 _Resenha_Fani.htm>, acesso em maio de 2011.

CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação B. Introdução. In: _____ (orgs.). **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011, p. 9-18.

CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. **Conquista e povoamento de uma fronteira**: a formação Regional da Zona da Mata no Leste da Capitania de Minas Gerais (1694-1835). Dissertação, Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2008.

CARNOY, Martin. **Educação, Economia e Estado**. Base e superestrutura, relações e mediações. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1990.

CARRARA, Ângelo Alves. Camponês: uma controvérsia conceitual. In: OLINTO, Beatriz Anselmo; MOTTA, Márcia Menendes; OLIVEIRA, Oséias (orgs.). **História Agrária**: propriedade e conflito. Guarapuava: Unicentro, 2009, p. 17-40.

_____. **Estruturas agrárias e capitalismo**; contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na Zona da Mata mineira (séculos XVIII e XIX). Mariana: Núcleo de História Econômica e Demográfica/ Universidade Federal de Ouro Preto, 1999.

CARVALHO, João Carlos Monteiro de. **Camponeses no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1978.

CENSUS – Centro de Promoção do Desenvolvimento Sustentável. **Perfil Empresarial de Viçosa II**. Viçosa: CENSUS, 2010. Disponível em <http://www.censusvicosa.com.br/images/publicacoes/456/Perfil%20Empresarial%202010.pdf>, acesso em 03/06/2016.

CHAUÍ, Marilena. Os trabalhos da memória (Apresentação). In: BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979, p. XVII-XXXII.

CORONA, Eduardo; LEMOS, Carlos. **Dicionário da Arquitetura Brasileira**. São Paulo: EDART, 1972.

CORRÊA, Roberto Lobato. Globalização e reestruturação da rede urbana – uma nota sobre as pequenas cidades. **Território**, ano IV, n. 6, p. 43 - 53, jan./jun. 1999.

_____. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 30, p. 05-12, 2011.

DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos. Prefácio - O processo de urbanização no Brasil: falas e façanhas. In: _____ (orgs.). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: FUPAM, EDUSP, 2004, p. 9-18.

DELGADO, Guilherme. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. In: JACCOUD, L. **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005, p. 51-90.

_____. Capital e política agrária no Brasil (1930-1980). In: SZMRECSÁNYI, Tamás; SUZIGAN, Wilson (orgs.). **História Econômica do Brasil Contemporâneo**. 2 ed. Revista. São Paulo: HUCITEC/ Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica/ EDUSP/ Imprensa Oficial, 2002, p. 209-226.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral – memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DURHAM, Eunice R. **A caminho da cidade**: a vida rural e a migração para São Paulo. 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 1984.

ELIAS, Norbert. Prefácio. Parte I: A Sociedade dos Indivíduos (1939). In: _____. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, p. 7-60.

ENDLICH, Ângela Maria. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades**. São Paulo: Ed. Unesp, 2009.

FARIA, Vilmar. Cinqüenta anos de urbanização no Brasil. Tendências e perspectivas. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 29, março 1991, p. 98-119.

FLICK, Uwe. 3. Amostragem, seleção e acesso. In: _____. **Desenho da Pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009, p. 43-55.

FONSECA, Maria Teresa Lousa. **A Extensão Rural no Brasil**: um projeto educativo para o capital. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 20 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e Sociedade**. 4 ed. São Paulo: Moraes, 1980.

FREITAS, Alair Ferreria de; BOTELHO, Maria Isabel Vieira. “Campesinato como ordem moral”: (re)visitando clássicos e (re)pensando a economia camponesa. **Revista Nera**, Presidente Prudente, ano 14, nº 19, p. 44-58, jul./dez. 2011.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO**. Perfil Demográfico do Estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2003.

GOMES, Abel. **Braz Pires**. Subsídios para a História da Colonização em Minas Gerais. Rio de Janeiro: Pongetti Editores, 1951.

GOODMAN, David. Economia e sociedade rurais a partir de 1945. In: BACHA, Edmar Lisboa; KLEIN, Herbert (orgs.). **A transição incompleta**: Brasil desde 1945. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 113-173.

GOODMAN, David; SORJ, Bernardo; WILKINSON, John. **Da lavoura às biotecnologias**: agricultura e indústria no sistema internacional. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

GORZ, André. **Metamorfoses do trabalho**: crítica da razão econômica. São Paulo: Annablume, 2003.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A modernização dolorosa**. Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. **Estudos Avançados** [on line], v. 15, n. 43, 2001, p. 37-50. Disponível: <http://www.grupochorlavi.org/php/doc/documentos/ velhosynovos.pdf>, acesso em 22/09/2011.

HALBWACHS, Maurice**. A memória coletiva**. São Paulo: Centauro: 2004.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. 2 ed. São Paulo: Annablume, 2006.

HENRIQUE, Wendel. Diferenças e repetições na produção do espaço urbano de cidades pequenas e médias. In: LOPES, Diva Maria Ferlin; HENRIQUE, Wendel (orgs.). **Cidades médias e pequenas**: teorias, conceitos e estudos de caso. Salvador: SEI, 2010, p. 45-58. Disponível em <http://www.redbcm.com.br/arquivos/bibliografia/cidades%20m%C3%A9 dias%20e%20pequenas%20teorias,%20conceitos%20e%20estudos%20de%20caso.pdf>, acesso em 25/04/2016.

IANNI, Octávio. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil**. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cadastro Central de Empresas** (CNAE 2.0), disponível em <http://www.sidra.ibge.gov.br/>, acesso em 17/05/2016.

_____. **Censos Agropecuários de 1960, 1970, 1980, 1985 e 1995-96**, disponíveis em <http://biblioteca.ibge.gov.br/>, **Censo Agropecuário 2006** disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/default.shtm>, acesso em 17/05/2016.

_____. **Censos Demográficos de 1950, 1960, 1970, 1980, 1985 e 1995-96**, disponíveis em <http://biblioteca.ibge.gov.br/>, **Censos Demográficos 2000 e 2010**, disponíveis em <http://www.sidra.ibge.gov.br/>, acesso em 17/05/2016.

_____. **Cidades@**. Brás Pires; Viçosa. Disponível em <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=31&search=minas-gerais>, acesso em 19/04/2016.

_____. **Metodologia do Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95987.pdf>, acesso em 27/06/2016.

_____. Portal de Mapas. Disponível em <https://portaldemapas.ibge.gov.br/portal.php#mapa219396>, acesso em 21/11/2017.

_____. **Região de Influência das Cidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: **La production de l'espace**. 4 ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início fev. 2006. 265 p. Disponível em <http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/arq_interface/1a_aula/A_producao_do_espaco.pdf>, acesso em 20/10/2017.

_____. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. 178 p.

LEITE, Sérgio Celani. **Escola rural**: urbanização e políticas educacionais. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LIMONAD, Ester. América Latina mais além da urbanização dependente? In: OLIVEIRA, Márcio P.; COELHO, Maria Célia N.; CORRÊA, Aureanice de M. (orgs.). **O Brasil, a América Latina e o mundo**: espacialidades contemporâneas (II). Rio de Janeiro: Lamparina, 2008. p. 73-93.

LOPES, Diva Maria Ferlin; HENRIQUE, Wendel (orgs.). **Cidades médias e pequenas**: teorias, conceitos e estudos de caso. Salvador: SEI, 2010. Disponível em <http://www.Redbcm.com.br/arquivos/bibliografia/cidades%20m%C3%A9dias%20e%20pequenas%20teorias,%20conceitos%20e%20estudos%20de%20caso.pdf>, acesso em 25 de abril de 2016.

LOPES, Juarez Rubens Brandão. **Desenvolvimento e mudança social**: formação da sociedade urbano-industrial no Brasil. 3 ed. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, 1976.

MACHADO, Lia Zanotta. **Escola, Estado e Ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

MAIA, Doralice Sátyro. Cidades Médias e Pequenas do Nordeste: conferência de abertura. In: LOPES, Diva Maria Ferlin; HENRIQUE, Wendel (orgs.). **Cidades médias e pequenas**: teorias, conceitos e estudos de caso. Salvador: SEI, 2010, p. 15-41. Disponível em <http://www.redbcm.com.br/arquivos/bibliografia/cidades%20m%C3%A9dias%20e%20pequenas%20teorias,%20conceitos%20e%20estudos%20de%20caso.pdf>, acesso em 25/04/2016.

MANTEGA, Guido. O Nacional-Desenvolvimentismo. In:_____. **A Economia Política Brasileira**. Petrópolis: Vozes, São Paulo: Polis, 1984, p. 23-76.

MARTINE, George; McGRANAHAN, Gordon. A transição urbana brasileira: trajetória, dificuldades e lições aprendidas. In: BAENINGER, Rosana (org.). **População e Cidades**: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp; Brasília: UNFPA, 2010, p. 11-24.

MARTINS, José de Souza. A valorização da Escola e do Trabalho no Meio Rural. In: _____. **Capitalismo e tradicionalismo**: estudo sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975, p. 83-102.

_____. **Expropriação e violência**: a questão política no campo. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. O problema das migrações no limiar do terceiro milênio. In: SERVIÇO PASTORAL DOS MIGRANTES, et. al. **O fenômeno migratório no limiar do terceiro milênio**. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 19-34.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

_____. **Manifesto do Partido Comunista**. 6 ed. São Paulo: Global, 1987.

MATOS, Ralfo. Migração e urbanização no Brasil. **Geografias**, Belo Horizonte, n. 08, v. 1, p. 07-23, janeiro-junho de 2012.

MATOS, Ralfo; BAENINGER, Rosana. Migração e urbanização no Brasil: processos de concentração e desconcentração espacial e o debate recente. XXIII CONFERÊNCIA NACIONAL DA IUSSP, 2001, Salvador. Anais..., Salvador, 2001. 19 p.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: _____. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003, p. 183-314.

MELO, Nágela Aparecida de. **Pequenas cidades da microrregião geográfica de Catalão (GO)**: análises de seus conteúdos e considerações teórico-metodológicas. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

MELLO, Fernando Antônio Oliveira. **Análise do processo de formação da paisagem urbana do município de Viçosa, Minas Gerais**. Dissertação (Mestrado em Ciência Florestal) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2002.

MENDRAS, Henri. **Sociedades Camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MINAS GERAIS. Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais. **Zona da Mata. Programa de Diversificação Econômica (Informe Preliminar)**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1971.

_____. Infraestrutura Estadual de Dados Espaciais de Minas Gerais. Catálogo de Dados Espaciais. Disponível em <http://www.iga.mg.gov.br/IEDE/Catalogo.html>, acesso em 09/07/2016.

_____. **Programa de Desenvolvimento Integrado da Zona da Mata – PRODEMATA**. Belo Horizonte, 1974. Disponível em <http://www.bibliotecadigital. mg.gov.br/>, acesso em 06/09/2017.

_____. **Programa de Desenvolvimento Integrado da Zona da Mata – PRODEMATA**. Belo Horizonte: SUPAG/SEPLAN, 1982. Disponível em <http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/>, acesso em 06/09/2017.

_____. Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral. **Programa de Desenvolvimento Rural Integrado**: Avaliação de uma experiência (PRODEMATA). Belo Horizonte: SUPAG/SEPLAN, 1981. Disponível em <http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/>, acesso em 06/09/2017.

_____. Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral. **Programa de Desenvolvimento Rural Integrado da Zona da Mata – PRODEMATA**. Algumas considerações. Belo Horizonte: 1985. Disponível em <http://www.bibliotecadigital. mg.gov.br/>, acesso em 06/09/2017.

_____. Secretaria de Estado de Segurança Pública de Minas Gerais - SESP. **Estatísticas criminais**. Disponível em <http://www.seds.mg.gov.br/integracao/estatisticas/ estatisticas-criminais>, acesso em 25/10/2017.

MODO DE PRODUÇÃO. In: SILVA, Benedito (Coord.). **Dicionário de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1986, p. 776 e 777.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. **O que é urbano, no mundo contemporâneo**. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2006. (Texto para discussão; 281). Disponível em <http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20281.pdf>, acesso em 27/04/2016.

MOURA, Margarida Maria. **Camponeses**. São Paulo: Ática, 1986.

MUITO ALÉM do peso. Documentário. Direção: Estela Renner. Produção: Maria Farinha Filmes. 2012. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=8UGe5GiHCT4>, acesso em 22/11/2017.

OBESIDADE cresce 60% em dez anos no brasil. **Portal Brasil**, 17/04/2017. Disponível em <http://www.brasil.gov.br/saude/2017/04/obesidade-cresce-60-em-dez-anos-no-brasil>, acesso em 22/11/2017.

OLIVEIRA, Francisco. O Estado e o urbano no Brasil. **Espaço & Debates**, n. 6, p. 36-54, 1982.

OLIVEIRA, Milena Fernandes. A teoria do desenvolvimento e a problemática da urbanização na América Latina: uma primeira aproximação. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 16, n. 2, p. 167-184, nov. 2014.

OLIVEN, Ruben George. **Urbanização e mudança social no Brasil**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

O VENENO está na mesa. Documentário. Direção: Sílvio Tendler. Produção: Hélene Paihous. 2011. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=a6Lawf6CTek>, acesso em 22/11/2017.

PALMEIRA, Moacir. Modernização, Estado e questão agrária. **Estudos Avançados**, v. 3, n. 7. São Paulo, set./dez. 1989. Versão *on line*, disponível em <http://www.scielo.br/ scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141989000300006>, acesso em 31/08/2017.

PANIAGO, Maria do Carmo Tafuri. **Viçosa – mudanças socioculturais**; evolução histórica e tendências. Viçosa: UFV, Imprensa Universitária, 1990.

PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente. Contradições de uma “cidade científica”: processo de urbanização e especialização territorial em Viçosa (MG). **Caminhos de Geografia**, revista on line, n. 18, v. 16, p. 197-206, out. 2005. Disponível em <http://www.seer.ufu.br/index.php/ caminhosdegeografia/article/viewFile/15397/8696>, acesso em 20/06/2016.

PETERSEN, Paulo. Agroecologia em construção: terceira edição em um terceiro contexto (Prefácio). In: ALTIERI, Miguel. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. 3 ed. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA, 2012, p. 7-14.

PITA, José Cauby. **Avaliação do projeto de desenvolvimento rural integrado da Zona da Mata, MG**: um estudo de caso. 1982. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa-MG, 1982.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PORTUGAL, Josélia Godoy. **A sociabilidade em condomínios fechados**: o caso do condomínio residencial Recanto da Serra em Viçosa-MG. 2009. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa-MG, 2009.

QUEDA, Oriowaldo. **A extensão rural no Brasil**: da anunciação ao milagre da modernização agrícola. 1987. Tese de Livre Docência, Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Universidade de São Paulo, Piracicaba-SP, 1987.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O catolicismo rústico no Brasil. In: _____. **O campesinato brasileiro**. Ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1976a, p. 72-99.

_____. O sitiante tradicional brasileiro e o problema do campesinato. In: _____. **O campesinato brasileiro**. Ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1976b, p. 7-32.

RANGEL, José Mario da Silva. **O passado compassado de Viçosa**. 2010. Disponível em <http://opassadocompassadodevicosa.blogspot.com.br/>, acesso em 10/04/2017.

REIS, Marlise Irene Nascimento. **Educação no meio rural**: estudo das propostas de um programa de desenvolvimento integrado. 1981. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural) -Universidade Federal de Viçosa, Viçosa-MG, 1981.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da Arquitetura no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1970.

RIBEIRO FILHO, Geraldo Browne. **A formação do espaço construído**: cidade e legislação urbanística em Viçosa, MG. 1997. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

ROSSI, Wagner. **Capitalismo e educação**. Contribuição ao Estudo Crítico da Economia da Educação Capitalista. São Paulo: Moraes, 1986.

RUA, João. Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades. **Campo-Território**: Revista de Geografia Agrária [on line], n. 1, 2006, p. 82-106. Disponível: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11781/6895>, acesso em 22/08/2012.

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil**: entre a troca mercantil e a reciprocidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SANTOS, Milton. **Espaço e Sociedade**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

_____. **A urbanização brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1993.

_____. **A Natureza do Espaço**. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 4 ed. São Paulo: EDUSP, 2006.

_____. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. São Paulo: EDUSP, 2004.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 6 ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2002.

SOARES, Beatriz Ribeiro; MELO, Nágela Aparecida. Cidades médias e pequenas: reflexões sobre os desafios no estudo dessas realidades socioespaciais. In: LOPES, Diva M. F.; HENRIQUE, Wendel. **Cidades médias e pequenas**: teorias, conceitos e estudos de caso. Salvador: SEI, 2010. p. 229-250. Disponível em <http://www.redbcm.com.br/arquivos/bibliografia/cidades%20m%C3%A9dias%20e%20pequenas%20teorias,%20conceitos%20e%20estudos%20de%20caso.pdf>, acesso em 23/10/2011.

SOARES, Josarlete Magalhães. **Das Minas às Gerais**: um estudo sobre as origens do processo de formação da rede urbana da Zona da Mata mineira. 2009a. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009a.

_____. Expansão rural e urbanização: os arraiais da Zona da Mata mineira na primeira metade do século XIX. **Arquitetura** - Caderno de produção discente do Núcleo de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerias, Belo Horizonte, v.7, n.7, p. 230-242, dez. 2008/dez. 2009b.

SOBARZO, Oscar. As cidades médias e a urbanização contemporânea. **Cidades**, v. 5, n.8, p. 277-292, 2008.

SPOSITO, Eliseu S.; SPOSITO, Maria Encarnação B.; SOBARZO, Oscar (orgs.). **Cidades médias**: produção do espaço urbano e regional. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e urbanização**. 16 ed. São Paulo: Contexto, 2012.

SZMRECSÁNYI, Tamás; RAMOS, Pedro. O Papel das Políticas Governamentais na Modernização da Agricultura Brasileira. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; SUZIGAN, Wilson (orgs.). **História Econômica do Brasil Contemporâneo**. 2 ed. Revista. São Paulo: HUCITEC/ Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica/ EDUSP/ Imprensa Oficial, 2002, p. 227-249.

THOMPSON, Paul**. A voz do passado**: História Oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. **Diagnóstico Econômico da Zona da Mata de Minas Gerais**. Viçosa: Imprensa Universitária, 1971.

VEIGA, José Ely da. **Cidades imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas-SP: Autores Associados, 2002.

VIÇOSA. In: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 1959, v. XXVII, p. 426-432. Disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_27.pdf>, acesso 16/05/2016.

WANDERLEY, Maria de Nazaré Baudel. **O mundo rural como um espaço de vida**. Reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

_____. **Urbanização e ruralidade:** relações entre a pequena cidade e o mundo rural; estudo preliminar sobre os pequenos municípios em Pernambuco. Recife. UFPE, 2001.

Disponível em <http://www.fundaj.gov.br/observanordeste/obed001f.html>, acesso em 03/05/2011.

WEBER, Max. Conceitos e categorias da cidade. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967, p. 73-96.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência** (site). FLACSO Brasil. Disponível em <http://www.mapadaviolencia.org.br/>, acesso em 25/10/2017.

WOLFFENBÜTTEL, Andréa. O que é? - Índice de Gini. **Desafios do Desenvolvimento**. Revista de Informações e Debates do IPEA, Ano 1, edição 4, 1/11/2004. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28&Itemid=23>, acesso em 07/11/2017.

WOORTMANN, Klaas. "Com parente não se neguceia": o campesinato como ordem moral. In: **Anuário Antropológico 87**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1990. p. 11-73. Disponível em <http://reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Com%20parente%20n%C3%A3o%20se%20neguceia%20In%20Anu%C3%A1rio%20Antropol%C3%B3gico%20-%20 WOORTMANN,%20K..pdf>, acesso em 10/11/2016.

_____. Migração, família e campesinato (1990). In: WELCH, Clifford Andrew et al. (org.). **Camponeses brasileiros**: leituras e interpretações clássicas. v. 1. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p. 217-238. Disponível em <http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Camponeses-Brasileiros-vol-1-NEAD. pdf>, acesso em 06 de junho de 2016.

_____. **O modo de produção doméstico em duas perspectivas**. Brasília: Departamento de Antropologia/Instituto de Ciências Sociais/Universidade de Brasília, 2001. Série Antropologia 293. Disponível em <http://dan.unb.br/images/doc/Serie293empdf.pdf>, acesso em 23/11/2016.

WOORTMANN, Ellen F.; WOORTMANN, Klaas. **O trabalho da terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997. 192 p.

APÊNDICE

Roteiro das entrevistas – questões e assuntos

Data da entrevista / Nome do entrevistado / Idade - ano em que nasceu

PARTE 1 – FAMÍLIA NUCLEAR ORIGINAL

Onde nasceu (qual município, qual região rural) / quantos irmãos teve (vivos, mortos ainda na infância)

Estudaram o ensino formal (onde era a escola)? Quanto tempo o entrevistado e seus irmãos estudaram?

Terra onde moravam era de propriedade da família? Se não, qual o tipo de relação com a terra? Tamanho da terra.

CASA

Técnicas construtivas, materiais

Instalações: água, esgoto (hábitos de higiene pessoal: quais eram e como eram feitos)

FORMAS DE ENERGIA

Iluminação

Preparo dos alimentos – fogão, forno

Processamentos diversos (alimentos)

ALIMENTAÇÃO

Que tipos de alimentos eram consumidos, com que frequência?

Café da manhã, almoço, lanche, jantar (horários das refeições e o que se comia / dias comuns, fins de semana, ocasiões festivas)

O que se plantava e o que se comprava (onde, com que dinheiro)?

O que se cultivava para subsistência e o que se cultivava para venda.

Existia algum tipo de relação de troca de alimentos entre parentes, vizinhos, amigos.

TRABALHO

Alguém da família exercia atividade fora da propriedade (trabalho assalariado)?

Quais as atividades desempenhadas pelos membros da família? Divisão do trabalho dentro da família.

Membros externos (parentes, vizinhos, trabalhadores diaristas) à família nuclear participavam de alguma atividade? Em que ocasiões e com que frequência? Que tipo de relação se estabelecia com essas pessoas (favor, ajuda mútua, assalariamento)

Rotina de trabalho (horários - hábitos de sono / refeições; frequência semanal; influência das estações do ano)

VESTUÁRIO / UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS
Como eram obtidas as roupas? Compradas → onde? / Confeccionadas → por quem, como
Como eram obtidos os tecidos? Compradas → onde? / Confeccionadas → por quem, como
Ferramentas e utensílios (panelas, vasilhames, mobiliário): como eram obtidos? Compradas → onde? / Confeccionadas → por quem, como

CIDADE
Com que frequência iam à cidade? Quais os motivos para frequentar a cidade (comprar, vender, processar algum alimento, celebrações religiosas, festas)?
Como era a cidade: comércio, serviços, instituições (igreja, escola, prefeitura), infraestrutura urbana (ruas, praças, calçamento, iluminação, fornecimento de energia, abastecimento de água, esgoto)

TRANSPORTES
Como eram os transportes (individual e coletivo)? Para ir à cidade e para ir a outros lugares mais distantes.

MEIOS DE COMUNICAÇÃO
Como se comunicavam de forma individual? (correios, telefone)
Meios de comunicação de massa (jornais, rádio, TV).

LAZER E CONFRATERNIZAÇÃO
Quais eram as atividades de lazer da família e dos membros da família? Frequência com que eram realizadas. Na própria residência/terra e em outros locais (casa de amigos; cidade; campo de futebol; rio; etc.).
Como eram as festas e as celebrações religiosas e onde elas ocorriam? Frequência com que ocorriam. Religião seguida pelo indivíduo e por sua família.

MIGRAÇÃO
Ocorreram mudanças de endereço da família? Para onde? Qual o motivo da mudança? Como foi a adaptação ao novo local de moradia? (em cada mudança, rever as questões anteriores da Parte 1)

PARTE 2 – FAMÍLIA CONSTITUÍDA APÓS O CASAMENTO
Quando, onde se casou e com quem? Cônjuge também era da região onde o entrevistado morava?

Onde foram morar após o casamento? (como adquiriram a terra, casa / tamanho da terra)
Quantos filhos teve (vivos, mortos ainda na infância)

CASA
Como foi o processo de construção da moradia (técnica construtiva, materiais, mão de obra)?
Instalações: água, esgoto (hábitos de higiene pessoal: quais eram e como eram feitos)

FORMAS DE ENERGIA
Iluminação
Preparo dos alimentos – fogão, forno
Processamentos diversos (alimentos)

ALIMENTAÇÃO
Que tipos de alimentos eram consumidos, com que frequência?
Café da manhã, almoço, lanche, jantar (horários das refeições e o que se comia / dias comuns, fins de semana, ocasiões festivas)
O que se plantava e o que se comprava (onde, com que dinheiro)?
O que se cultivava para subsistência e o que se cultivava para venda.
Existia algum tipo de relação de troca de alimentos entre parentes, vizinhos, amigos.

TRABALHO
Alguém da família exercia atividade fora da propriedade (trabalho assalariado)?
Quais as atividades desempenhadas pelos membros da família? Divisão do trabalho dentro da família.
Membros externos (parentes, vizinhos, trabalhadores diaristas) à família nuclear participavam de alguma atividade? Em que ocasiões e com que frequência? Que tipo de relação se estabelecia com essas pessoas (favor, ajuda mútua, assalariamento)
Rotina de trabalho (horários - hábitos de sono / refeições, frequência semanal, influência das estações do ano)

VESTUÁRIO / UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS
Como eram obtidas as roupas? Compradas → onde? / Confeccionadas → por quem, como
Como eram obtidos os tecidos? Compradas → onde? / Confeccionadas → por quem, como
Ferramentas e utensílios (panelas, vasilhames, mobiliário): como eram obtidos? Compradas → onde? / Confeccionadas → por quem, como

CIDADE

Com que frequência iam à cidade? Quais os motivos para frequentar a cidade (comprar, vender, processar algum alimento, celebrações religiosas, festas)?

Como era a cidade: comércio, serviços, instituições (igreja, escola, prefeitura), infraestrutura urbana (ruas, praças, calçamento, iluminação, fornecimento de energia, abastecimento de água, esgoto).

TRANSPORTES

Como eram os transportes (individual e coletivo)? Para ir à cidade e para ir a outros lugares mais distantes.

MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Como se comunicavam de forma individual? (correios, telefone)

Meios de comunicação de massa (jornais, rádio, TV).

LAZER E CONFRATERNIZAÇÃO

Quais eram as atividades de lazer da família e dos membros da família? Frequência com que eram realizadas. Na própria residência/terra e em outros locais (casa de amigos; cidade; campo de futebol; rio; etc.).

Como eram as festas e as celebrações religiosas e onde elas ocorriam? Frequência com que ocorriam. Religião seguida pelo indivíduo e por sua família.

MIGRAÇÃO

Ocorreram mudanças de endereço da família? Para onde? Qual o motivo da mudança? Como foi a adaptação ao novo local de moradia? (em cada mudança, rever as questões anteriores da Parte 2)

FILHOS

Como os filhos saíram de casa? (Se casaram? Estudaram? Onde foram morar? Em que trabalham?)

PARTE 3 – PERCEPÇÕES

(incentivar comparações entre o passado e o presente)

Criminalidade / violência / uso de drogas – segurança pública.

Clima / temperatura, regime de chuvas, variação das estações do ano.

Recursos hídricos e florestais.

Na percepção do entrevistado, o que era melhor antes e piorou hoje.

E o que era pior antes e melhorou hoje.